



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

João Marcus Figueiredo Assis

**Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova  
Iguaçu – RJ**

Rio de Janeiro  
2008

João Marcus Figueiredo Assis

**Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de  
Nova Iguaçu – RJ**

Tese apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutor, ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais, da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro.



Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cecília Loreto Mariz

Rio de Janeiro  
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

A848 ASSIS, João Marcus Figueiredo.  
Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de  
Nova Iguaçu – RJ / João Marcus Figueiredo Assis – 2008. 293f.

Orientadora: Cecília Loreto Mariz  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Bibliografia: f. 256-274.

1. Igreja Católica. Diocese de Nova Iguaçu (RJ) – Teses. 2.  
Catolicismo – Teses. 3. Renovação Carismática Católica – Teses. 4.  
Comunidades Eclesiais de Base. – Teses. I. Mariz, Cecília Loreto. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

CDU 282(815.32)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

---

Assinatura

---

data

João Marcus Figueiredo Assis

**Negociações para o convívio no catolicismo na  
Diocese de Nova Iguaçu – RJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Área de Concentração: Ciências Sociais.

Aprovada em: 10 de junho de 2008.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cecília Loreto Mariz (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Dores Campos Machado  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Yves Lesbaupin  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Patrícia Birman  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof. Dr. Amir Geiger  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Rio de Janeiro  
2008

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas que se deixaram entrevistar, trazendo a público suas vidas, sua fé, suas esperanças. Por elas valeu à pena o sol e o calor da Baixada, mas também os sorrisos, os abraços e o aconchego com que me receberam. Rever amigos de outras datas e fazer novas amizades é a recompensa maior desse esforço. Dedico ainda, com carinho especial a Rosângela, liderança de Duque de Caxias, que não se furtou ao destino do profeta: morrer em ação.

## AGRADECIMENTOS

As primeiras a receberem meus agradecimentos são as graças que tenho em casa, minha esposa Evonilde e minhas filhas, Mariana e Julia. Souberam esperar e cobrar nas horas certas, assim como dispensar carinho, afeto e cuidado. Sem isso e sem elas esse esforço seria inútil e sem sentido. Quero também agradecer à minha mãe, jovem senhora Romilda, meu pai e seresteiro João Assis, às minhas irmãs Suzana, teóloga em formação, com quem tive muito debates, minha irmã Mirella, sempre preocupada e atenta, meus cunhados, Conrado e Cláudio, sempre prontos a me levarem à descontração, minhas sobrinhas e sobrinhos, Isabella, Ricardo, Patrícia, Gisele e Rafael. Também às Tias e tios distantes e próximos ao mesmo tempo.

Agradeço à minha orientadora, Cecília, pela calma, paciência e presteza na orientação. Sua tranqüilidade me acalmava e me instigava a cobrar mais de mim mesmo. Muito aprendi com ela, verdadeira amiga e mestra. A Amir Geiger, professor e membro da Banca de qualificação, pela atenção com que lia meus trabalhos e pela capacidade de tocar em pontos fundamentais de reflexão escondidos aos meus olhos. À também membro da Banca de Qualificação, prof<sup>a</sup> Maria das Dores, pela atenção com que tratou meu trabalho e pelo interesse posterior, enviando publicações e informações relevantes para a confecção desta tese.

Meus agradecimentos a meus orientadores do Mestrado, Icléia e José Mauro, mestres, amigos e irmãos que prepararam meu espírito e mente nessa caminha acadêmica, ajudando a quebrar meus pré-conceitos e crenças infundadas, possibilitando um amadurecimento na vida intelectual e mesmo na vida particular. Amigos de sempre.

Agradeço também às pessoas que me acolheram e ao meu trabalho de pesquisa na Diocese de Nova Iguaçu. Muitas foram as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para sua realização. Muitos me indicaram nomes, lugares, contaram o que sabiam sobre a Diocese, sobre as CEBs e sobre a Renovação. Reencontrei velhos (as) amigos (as) e fiz incontáveis outros novos amigos e amigas. Aos padres que me acolheram, alguns rompendo com os primeiros receios. Ao vinho partilhado com dois padres entrevistados,

selando o acolhimento por parte deles. Agradeço a Dom Luciano que dispensou horas preciosas de seu tempo para me conceder entrevista. Agradeço a seu interesse e simpatia para com a pesquisa.

Agradeço ainda a imensa ajuda prestada por meus orientandos da Iniciação Científica da UNIRIO, Bianca Panisset, Dijavan Mascarenhas, Lerenilda Timóteo e Vera Ferreira, não só em relação às entrevistas, mas também pelo precioso debate sobre o universo de minha pesquisa.

Diversos professores do doutorado da UERJ com quem tive o prazer de estudar também tiveram papel fundamental na condução deste trabalho: Masé, Patrícia Birman, Clara Mafra, Márcia Leite, Clara Araújo, Márcia Contins, Amir Geiger e Cecília.

Aos colegas de turma Abílio, João, Álvaro, Elionaldo e Sônia, por termos tentado, pelo riso, nos aliviar das tensões e das exigências da formação sociológica.

Enfim, muitos são os agradecimentos a amigos e amigas, alunos, alunas e a colegas de trabalho e de docência que acompanharam e ficaram na expectativa da conclusão desse trabalho. Muito apoio, oração, torcida, ouvidos, braços e corações. Devo muito a esse impulso.

Não, foram bloqueados os movimentos de renovação espiritual, foram canalizados nos limites de uma ordem reconhecida pelo papa. Mas aquilo que sub-repticiamente corria por baixo não foi canalizado. Acabou por um lado nos movimentos dos flagelantes que não fazem mal a ninguém, nos bandos armados como os de frei Dulcino, nos rituais bruxescos como aqueles dos frades de Montefalco de que falava Ubertino...

Mas quem tinha razão, quem tem razão, quem errou? perguntei perdido.

Todos tinham a sua razão, todos erraram.

E o senhor, gritei num ímpeto de rebelião, por que não toma posição, por que não me diz onde está a verdade?

Guilherme permaneceu um tempo em silêncio, levantando em direção à luz a lente na qual estava trabalhando. Depois abaixou-se sobre a mesa e me mostrou, através da lente, um instrumento de trabalho: “Olha”, disse-me, “o que estás vendo?”

O instrumento, um pouco maior.

É isso, o máximo que se pode fazer é olhar melhor.

Mas é sempre o mesmo instrumento!

*Umberto Eco,  
O nome da rosa*



## RESUMO

ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu – RJ**. 2008. 283f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta pesquisa aborda as relações entre dois fenômenos do catolicismo recente, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Renovação Carismática Católica (RCC) na Diocese de Nova Iguaçu, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro denominada Baixada Fluminense. Nosso olhar buscará observar justamente os pontos em que ocorrem interações, trocas e negociações que possibilitam o convívio entre as CEBs e a RCC em um mesmo espaço eclesial. Destacamos três elementos, a Memória a ser elaborada e difundida socialmente, a noção de Comunidade, a qual será proclamada como instrumento para a construção da pertença eclesial e as Ações Sócio-transformadoras dos diversos Grupos, em especial dos dois movimentos acima destacados, assim como a interpretação que cada um faz dessas ações. Pudemos perceber que a realidade observada apresenta-se mais complexa do que poderia perceber uma análise que acentuasse de forma estrita as tensões ou polarizações. Buscamos apreender tal complexidade a partir dos discursos de membros de cada um desses grupos.

Palavras-chave: Catolicismo. Comunidades Eclesiais de Base. Renovação Carismática Católica.

## **ABSTRACT**

This research approaches the relations between two phenomena of the recent catholicism, the Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) and Renovação Carismática Católica (RCC) in the Diocese of Nova Iguaçu, located in the region metropolitan of Of the state of Rio de Janeiro called Baixada Fluminense. Our look will search to observe the points exactly where interactions, exchanges and negotiations occur that make possible the conviviality between the CEBs and the RCC in one same eclesial space. We detach three elements, the Memory to be elaborated and spread out socially, the notion of Community, which will be proclaimed as instrument for the construction of belongs eclesial and the Partner-transforming Actions of the diverse Groups, in special of the two movements above detached, as well as the interpretation that each one makes of these actions. We could perceive that the observed reality is presented more complex of what it could perceive an analysis that accented of strict form the tensions or polarizations. We search to apprehend such complexity from the speeches of members of each one of these groups.

Key-words: Catholicism. Basic Christian Communities. Catholic Charismatic Renewal

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>ARTICULAÇÕES ACERCA DOS ELEMENTOS DE NEGOCIAÇÃO NO CATOLICISMO NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU .....</b>	<b>31</b>
1.1	<b>As transformações no âmbito religioso e sócio-cultural: os rearranjos nos quadros do catolicismo .....</b>	<b>32</b>
1.2	<b>O catolicismo como Instituição memorialística .....</b>	<b>38</b>
1.3	<b>Uma exigência: ser comunidade .....</b>	<b>44</b>
1.3.1	<b><u>O papel das CEBs e da RCC no projeto comunitário</u> .....</b>	<b>47</b>
1.4	<b>A urgência de um trabalho sócio-transformador.....</b>	<b>50</b>
1.5	<b>Catolicismo: articulações e negociações .....</b>	<b>59</b>
<b>2</b>	<b>CATOLICISMO NO BRASIL: DO CONCÍLIO DE TRENTO AO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>66</b>
2.1	<b>A Igreja católica e o projeto de expansão territorial .....</b>	<b>67</b>
2.2	<b>De um catolicismo laico à Romanização .....</b>	<b>73</b>
2.3	<b>Retomada da ação dos leigos: expansão da ação leiga e confrontos com a hierarquia .....</b>	<b>77</b>
2.4	<b>A Igreja abre as janelas: O Concílio Vaticano II .....</b>	<b>79</b>
2.5	<b>Os Planos de Pastoral e novas formas de manifestação religiosa católica no Brasil .....</b>	<b>82</b>
2.6	<b>Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base: herdeiras do mesmo Concílio .....</b>	<b>84</b>

<b>3</b>	<b>SER CATÓLICO NA BAIXADA - FORMAÇÃO DE REFERÊNCIAS IDENTITÁRIAS NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU .....</b>	<b>88</b>
3.1	<b>O espaço da Baixada Fluminense .....</b>	<b>88</b>
3.2	<b>Dom Adriano Hypólito e o projeto libertador de Igreja .....</b>	<b>91</b>
3.3	<b>Transformações e ajustamentos .....</b>	<b>95</b>
3.4	<b>As Comunidades Observadas .....</b>	<b>106</b>
3.5	<b>Negociações e convívio .....</b>	<b>116</b>
<b>4</b>	<b>A MEMÓRIA SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE ENTENDIMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES NO UNIVERSO RELIGIOSO .....</b>	<b>118</b>
4.1	<b>A vida pessoal e familiar e a Memória Coletiva .....</b>	<b>120</b>
4.2	<b>A participação eclesial .....</b>	<b>124</b>
4.3	<b>O lembrar e o esquecer na diocese de Nova Iguaçu .....</b>	<b>132</b>
4.3.1	<u>Lembranças sobre pessoas .....</u>	<b>132</b>
4.3.2	<u>Acontecimentos que marcam a permanência e a mudança .....</u>	<b>137</b>
4.3.3	<u>Lugares de memória: O Arquivo, a Comunidade, os espaços de permanência e de mudança .....</u>	<b>143</b>
<b>5</b>	<b>A COMUNIDADE COMO PROJETO .....</b>	<b>155</b>
5.1	<b>Referenciais espaço-temporais para a noção de comunidade .....</b>	<b>157</b>
5.1.1	<u>A Comunidade e sua relação com a Paróquia e a Diocese .....</u>	<b>157</b>
5.2	<b>Ministérios, Conselhos, Regionais e Assembléias: meios de afirmação da pertença diocesana .....</b>	<b>173</b>
5.3	<b>Forjando limites: a gestação de identidades frente ao semelhante e ao diferente .....</b>	<b>177</b>
<b>6</b>	<b>AS AÇÕES SÓCIO-TRANSFORMADORAS .....</b>	<b>186</b>

6.1	<b>A participação sócio-política dos agentes religiosos em Nova Iguaçu .....</b>	188
6.2	<b>Motivações para a participação e o distanciamento do processo político .....</b>	193
6.3	<b>A formação e a conscientização como subsídios para o trabalho sócio-transformador .....</b>	197
6.4	<b>Cura e libertação interior e exterior: a linguagem e a ação na RCC e nas CEBs .....</b>	202
7	<b>NEGOCIANDO A CONVIVÊNCIA .....</b>	211
7.1	<b>A Renovação Carismática e as CEBs na fala dos entrevistados.....</b>	212
7.2	<b>Negociando o convívio na Diocese de Nova Iguaçu .....</b>	221
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	237
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	245
	<b>APÊNDICE A – Lista de entrevistados .....</b>	265
	<b>ANEXO A – Mapa de Localização do Regional Leste 1 da CNBB .....</b>	270
	<b>ANEXO B – Organização dos Regionais da Diocese de Nova Iguaçu .....</b>	271
	<b>ANEXO C – Tabelas do crescimento do número de comunidades e índice de participação nas missas na Diocese .....</b>	272
	<b>ANEXO D – Lista de Grupos existentes nas comunidades e trabalhos sociais que acontecem no espaço físico das comunidades .....</b>	273
	<b>ANEXO E – Carta aberta de Dom Pedro Casaldáliga e carta-resposta do Sr. Felipe Aquino a Dom Pedro .....</b>	274
	<b>ANEXO F – Página da RCC do Brasil na Internet .....</b>	277

## INTRODUÇÃO

Peço licença para, neste início de introdução, abdicar momentaneamente da linguagem impessoal própria da dissertação acadêmica. Gostaria que aqui eu pudesse referenciar esta pesquisa não como simples trabalho científico sem vinculação com a subjetividade do autor. Esta pesquisa é mais do que isso, é também uma busca de auto-entendimento, de entendimento daquilo que me atinge enquanto pessoa e enquanto participante, durante anos, de pastorais sociais, de movimentos reivindicatórios, movimentos populares e de favelas.

Embora com frequência tenhamos a sensação de estarmos sozinhos quando da elaboração da tese de doutorado, não posso dizer que tenha me sentido completamente solitário. Acabo percebendo que me acompanham diversas pessoas do passado, do presente e também aquelas que poderão tomar conhecimento desse trabalho para olhá-lo criticamente, contribuindo para um maior amadurecimento e correções nas análises que aqui são feitas. Por tal motivo este trabalho não é solitário, vem acompanhado de diversas contribuições, de amigos, antigos conhecidos de décadas e outros que foram se “achegando” como contribuintes para nosso material. Também é acompanhado pelas contribuições de meus mestres e de tantos outros que se fazem presentes nas linhas que se seguem.

Quando me perguntam: “Por que estudar a Baixada?”, percebo que ela esteve presente em minha trajetória de vida desde a infância, como presença e ausência, como distante e próximo. Criei-me em Magé, uma cidade da Baixada Fluminense que não se considerava como tal, apesar de partilhar diversas de suas características. A “Baixada real” parecia distante. Hoje, olhando o passado e o presente, não consigo distinguir entre realidade e ficção nessas categorias de pertença. A cidade onde me criei parece hoje indissociável da Baixada. Percepção (ou a falta) das mudanças? Minha cidade foi se tornando Baixada? Ou ela sempre esteve lá? De qualquer forma, a Baixada fez-se presente também na minha trajetória acadêmica, talvez não completamente como “objeto” de estudo, mas fazendo parte da intersubjetividade que permeia as relações de afeto e de (re)conhecimento que acompanham todos nós.

## O universo da pesquisa

Para iniciarmos as nossas considerações sobre o campo do catolicismo no universo específico de nossa pesquisa, afirmamos que muito já se escreveu acerca de nosso campo de estudo que é o catolicismo no Brasil, em especial por duas vertentes que se destacam em nossa análise, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Renovação Carismática Católica (RCC). Estes são movimentos<sup>1</sup> vinculados ao catolicismo Apostólico Romano surgidos a partir dos anos sessenta do século passado.

Os principais, mas não únicos autores sobre catolicismo no Brasil, com os quais iremos dialogar em nossa pesquisa são Cecília Mariz (1995; 1999; 2001; 2003; 2006); Maria das Dores Machado (2001); Mariz e Machado (1994; 2000;) Carlos Steil (2003; 2006); Brenda Carranza (2000; 2006;); Luiz Roberto Benedetti (2000; 2001; 2006;); Reginaldo Prandi (1988); Antonio Flavio Pierucci (2006) Pierucci e Prandi (1996); Pedro Ribeiro (1980; 1985; 1996); Marjo de Theije (2002), Mariz e Theije (1991), Ivo Lesbaupin (1980; 1999; 2000), Pierre Sanchis (2001), Gómez de Souza (2000), Clodovis Boff (2000), Burdick (1998), Hervieu-Lèger (2005), Löwy (1989), Mainwaring (1989), entre outros.

Embora ressaltemos que muito se tenha escrito, entendemos que há ainda expectativas e incertezas tanto no meio acadêmico quanto no meio dos agentes religiosos. Nem tudo está dito. Nesse sentido as Ciências Sociais favorecem nosso objetivo, uma vez que, por meio delas, entendemos o social como algo dinâmico e sempre em construção.

Portanto, a vastidão das diversas abordagens sobre o tema, ao mesmo tempo aponta para o contato com olhares vários, enriquecendo nossas possibilidades de leitura. Assim, ao mesmo tempo temos todo um universo de pesquisas que nos antecedem e que dão sustento e complementam nossa argumentação e, por outro lado, um compromisso de uma abordagem própria. Isso pretendemos ao observarmos o catolicismo em uma área *sui generis*, como

---

<sup>1</sup> Queremos estabelecer aqui uma distinção quando lidamos com o termo movimento. No sentido mais amplo, identificamos movimento como projeto e ação que suporta alguma unidade. Nesse sentido as CEBs e a RCC apresentam-se como formas de atuação específicas identificadas por características particulares. Por outro lado, ao utilizarmos o termo Movimento, estamos nos referindo, num sentido mais estrito à RCC enquanto uma forma de existência dentro do catolicismo com estatuto próprio, em geral reconhecido oficialmente pela Instituição eclesial.

entendemos ser a Diocese de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense<sup>2</sup>. Antes de iniciarmos descrevendo tal universo, parece-nos relevante entender em que contexto se insere nossa pesquisa.

De certa forma, com esse trabalho damos continuidade à pesquisa iniciada no mestrado quando investigamos as novas configurações da memória em uma Comunidade Eclesial de Base específica. Naquele momento interessava a nós observar, no contexto interno de um agrupamento delimitado, os agentes, os acontecimentos principais e o espaço comunitário como mantenedores das lembranças constitutivas da memória social daquele grupo. Por meio da coleta e análise das narrativas orais dos seus membros e da observação de suas práticas, buscamos identificar os elementos evocados sobre o início da transformação daquele local de moradia, o bairro, em espaço aglutinador de práticas “comunitárias”, os esforços para a manutenção e disseminação dos elementos identitários de coesão entre os membros e as modificações ocasionadas por fatores externos e internos que se sucederam ao longo dos anos.

Pudemos perceber no trabalho de construção da memória nesse espaço religioso, a superposição de fragmentos de lembranças decorrentes da participação de cada um de seus membros em funções ou épocas diversas. Dessa forma alguns se identificaram e foram identificados por terceiros como os “fundadores” daquele espaço de relações. Pela ação desses é que aquela CEB teria se tornado uma realidade. Outros vieram a participar em um segundo ou terceiro momento, contribuindo para adicionar novos elementos à memória daquele grupo. Outros ainda, participantes mais tardios teriam presenciado ou trazido modificações a partir de seus outros pertencimentos sociais e religiosos.

Acontecimentos com profundos impactos para a vivência cotidiana vieram se juntar aos fatores de modificação não só daquela CEB, mas do âmbito religioso e sócio-político que a circundava. Em meio a outros fatores, tais impactos proporcionaram a retração das atividades e marcas relevantes nas lembranças que vieram a fazer parte do conjunto da memória social daquele grupo.

---

<sup>2</sup> Diocese e Arquidiocese são formas de divisão eclesiástica, comandadas por um bispo, no caso da primeira e pelo Cardeal Arcebispo, no caso da segunda. A Arquidiocese possui uma ascendência organizativa e referencial em relação à primeira, embora não possa interferir diretamente nas determinações daquela. Cada Diocese, dentro do que organizativamente irá se chamar unidade eclesial terá seu comando próprio com suas diretivas e organização. Portanto, a ascendência da Arquidiocese dar-se-á somente de forma ideológica, mas não de forma intervencionista.



Enfim, pela pesquisa acerca da memória dessa “Comunidade” específica<sup>3</sup>, foi possível identificar e analisar a busca constante de manutenção de veios identitários e (re)negociações a partir dos acontecimentos, sejam eles de ordem externa ou interna. No primeiro caso encontram-se as mudanças no perfil dos coordenadores religiosos paroquiais<sup>4</sup>, as modificações nos rumos eclesiais católicos de ordem mundial e as mudanças sócio-políticas por que passou o Brasil nos últimos anos. Outro fator de impacto foi a crise advinda do envolvimento afetivo de uma das agentes de pastoral<sup>5</sup> dessa CEB com o padre coordenador, ocasionando seu abandono do celibato eclesiástico<sup>6</sup>. Por outro lado, dentre os fatores internos temos as mudanças no perfil dos participantes advindos de outras vivências religiosas católicas ou mesmo de outras religiões. Foram identificadas ainda tensões e transformações provocadas pela diferenciação de faixas etárias.

Entretanto, embora fizessem parte de nossa investigação as tensões e concorrências em torno da memória, essas não acabaram sendo nosso foco principal, mas sim seu processo de constituição enquanto agregação identitária.

Já em nossa pesquisa atual no campo das Ciências Sociais, estamos interessados em verificar as relações da vivência religiosa com a trajetória de fiéis nas comunidades católicas da Baixada Fluminense. Interessam-nos, em especial as relações entre adeptos das Comunidades Eclesiais de Base e de grupos ou adeptos do movimento da Renovação Carismática Católica em uma das dioceses da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a Diocese de Nova Iguaçu<sup>7</sup>. O elemento novo apresentado nessa pesquisa são justamente as tensões, negociações e

---

<sup>3</sup> Embora iremos tratar da questão da conceituação de comunidade em capítulo próprio, só queremos adiantar que, na esperança de solucionarmos, ao menos parcialmente a complexidade das visões sobre o termo, quando estivermos nos referindo a comunidade enquanto conceito amplo ou designação genérica do bairro, da localidade, utilizaremos o termo com a letra inicial em minúscula. Quando nos referirmos a uma comunidade específica como as que observaremos diretamente por meio de visitas periódicas, utilizaremos o termo com a letra inicial em maiúscula.

<sup>4</sup> Paróquia é uma divisão organizativa da diocese, sendo essa última a circunscrição eclesiástica dirigida por um bispo a qual pode se compor de uma ou mais cidades.

<sup>5</sup> Pastoral seria o planejamento e execução de projetos ligados à Organização Eclesiástica Católica com finalidade de suprir necessidades religiosas e sociais de seus membros ou da população em geral.

<sup>6</sup> Entendemos ser importante apresentar aqui algumas delimitações dos termos apresentados. Em primeiro lugar temos o termo “eclesiástico”, o qual identificamos relativamente a outro, “eclesial”. Utilizamos “*eclesiástico*” para definir a estruturação hierárquica da organização católica e “*eclesial*” para remeter à constituição da Igreja Católica enquanto ação do corpo amplo de fiéis. Em segundo lugar temos o termo “celibato”, que se refere ao estado do religioso ou do sacerdote diante à prática sexual. Pela lógica do celibato (para os sacerdotes – pertencentes à hierarquia eclesiástica pela unção sacerdotal) ou da castidade (para os religiosos – membros de uma agremiação de cunho religioso e comunitário, independente de assumirem a ordem presbiteral), há uma abstenção do ato sexual e da conseqüente constituição de uma família em função do trabalho religioso.

<sup>7</sup> Trataremos de tal diocese, sua localização, inserção social e política e sua história, em capítulo próprio.

inter-relações ocasionadas pelo encontro de dois movimentos recentes surgidos no seio do catolicismo, tomados como antagonísticos ou opostos em uma diocese considerada como espaço próprio de CEBs.

A relevância de nosso estudo justifica-se pelo entendimento das novas configurações do universo católico e de seus impactos na atuação da Igreja Católica no contexto eclesial e sócio-político no Brasil. Nesse contexto, embora não sejam os únicos articuladores da vida dos fiéis, são talvez os mais relevantes devido às repercussões nos meios de comunicação, tanto laicos quanto religiosos, que visam focar as tensões entre duas visões e práticas católicas, as quais costumam ser denominadas (por vezes pejorativamente) de “esquerda” e “direita” católicas.<sup>8</sup>

Diversas pesquisas apontam para uma interpenetração dessas duas experiências. Dentre elas destacamos duas que possuem referência direta com nosso trabalho por terem direcionado nossa atenção para o tema ao qual nos propomos. A primeira delas efetuou uma análise comparada entre Pentecostalismo, RCC e CEBs. Os resultados foram publicados no Caderno CERIS (CERIS, 2001).

A segunda foi desenvolvida pelo Instituto Superior de Estudos sobre Religião – Iser/Assessoria, da qual tivemos a oportunidade de participar com a pesquisa de campo e o subsequente Relatório de Pesquisa. Seu intuito é a análise do cotidiano das CEBs no Brasil. Um de seus eixos temáticos de análise é a interferência de agentes sociais e elementos da RCC na estruturação das CEBs. Um primeiro relatório foi lançado a público no primeiro semestre de 2004 (ISER/Assessoria / Centro de Estudos Bíblicos, 2004). Uma das conclusões desse relatório refere-se aos impactos do contato RCC-CEBs.

A Renovação Carismática Católica (RCC) está presente em um quarto das Comunidades pesquisadas. Mesmo onde não está organizado, o movimento exerce uma influência porque chega através do rádio, da televisão. O contato entre CEBs e RCC tem introduzido novos elementos nas celebrações litúrgicas, especialmente cânticos e gestos, mas também tem dado origem a uma série de tensões. Se antes, havia posições muito

---

<sup>8</sup> Tais termos querem designar posições contraditórias, embora próprias do universo político, são utilizadas para destacar o posicionamento ideológico de movimentos religiosos. Nesse caso, a esquerda estaria se referindo ao posicionamento mais voltado para teorias e práticas de transformação de estruturas sociais consideradas pelo grupo como injustas e mantenedoras do poder e dominação de uma classe sobre a outra. A forma conservadora de pensar e atuar estaria relacionada aos grupos que não visariam especificamente uma transformação social, mas um novo posicionamento frente aos problemas sociais que afligem certas camadas da população. As CEBs e a Teologia da Libertação estariam sendo colocados na primeira categoria, enquanto determinados grupos mais voltados para a assistência aos pobres, como Vicentinos e a própria RCC estariam categorizados na segunda formulação. Entretanto, grande parte das vezes tais categorias demonstram uma visão parcial e superficial.

polarizadas entre os identificados com a “Libertação” e os participantes do movimento, hoje percebe-se uma tendência ao diálogo embora o clima de disputa continue. (p. 44).

Nossa participação, observação e relato do cotidiano de uma dessas CEBs da pesquisa acima mencionada, proporcionaram a oportunidade de percebermos a força de penetração da RCC, seja pelo rádio (Canção Nova), seja pela TV (Século 21, Canção Nova), seja por adeptos que trazem a proposta de fora da comunidade e concorrem com algumas lideranças daquela CEB isolada no interior de Minas Gerais. Pudemos experienciar tal embate que divide a mesma família pelos dois projetos. Tal fato chamou a atenção e direcionou nosso olhar para buscarmos perceber, em uma escala mais ampla o que ocorre em uma Diocese como Nova Iguaçu. Quais seriam as experiências, as vivências, os dramas pessoais e coletivos.

Alguns autores investem na pesquisa sobre o catolicismo atual ressaltando o caráter da estratégia da hierarquia católica de utilizar a RCC dentro de um retorno ao conservadorismo (Prandi 1998 ; Pierucci & Prandi, 1996). Nesse contexto, a RCC conseguiria se expandir graças ao apoio eclesial que a projetara no universo religioso, não sendo diferente no Brasil. A RCC seria o contraponto das CEBs, opondo-se frontalmente aos católicos vinculados à Teologia da Libertação<sup>9</sup> (Prandi, 1998, p.16). Segundo essa visão, podemos entender que há uma polarização declarada e uma diferenciação marcada pelo enfrentamento, sem possibilidades de entendimento.

Não negamos ou discordamos que haja estratégias de retorno à tradição ou do que pode ser considerado conservadorismo católico em detrimento de projetos religiosos e sócio-políticos vinculados ao pensamento marxista. Não negamos que tais forças se debatem no seio da mesma Igreja Católica há décadas, como pode ser observado no apoio e oposição ao mesmo regime ditatorial instaurado em 1964 no Brasil.

É visível que o conservadorismo (ou neo-conservadorismo) apresenta-se, na visão de alguns autores (Baum, 1981; Richard, 1981; Fleet, 1981; Fahey, 1981), não somente como um fenômeno religioso mas também social. É também notável que as forças tidas conservadoras ocupam um espaço cada vez mais significativo na direção eclesial em diversos postos e níveis. O próprio papa Bento XVI (Cardeal Ratzinger), atual dirigente máximo do catolicismo, é tomado como conservador, sendo apontado como um dos maiores mentores de uma revisão de práticas

---

<sup>9</sup> A Teologia da Libertação surge no processo de abertura desencadeado pelos documentos do CV-II. É uma tentativa de elaborar uma Teologia Católica com os elementos próprios da experiência da Igreja Católica na América Latina. Possui como característica principal uma articulação entre a crença religiosa e a realidade social.

desenvolvidas a partir do Concílio Vaticano II<sup>10</sup>, sendo considerado ainda um opositor da Teologia da Libertação.

Há aproximadamente vinte anos o Provincial dos Frades Capuchinhos dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Frei Jair, “profetizava” que as forças conservadoras estavam avançando e que seria um longo recuo no projeto pastoral das CEBs e da “Igreja da Libertação”. A “profecia” ou previsão de um frade vinculado às propostas da Igreja progressista, intelectualizado e relevantemente informado, emergia como uma carga de sombrio aviso. No decorrer desses anos, em vários aspectos sua “profecia” parece estar se concretizando, ao menos na visão dos grupos que com ele partilham o modo de ver a Igreja Católica.

Entretanto, embora entendendo que um projeto (ou projetos) dito conservador encontra-se em curso, apontamos que esse não completa uma argumentação explicativa para a disseminação da RCC. Nosso intento é, não nos abstendo de perceber tais estratégias ou projetos eclesiais, buscar entender as motivações que contribuem para a recepção da Renovação e a abertura de pessoas que, influenciadas direta ou indiretamente pela Teologia da Libertação e pelas CEBs, abrem-se a essa nova perspectiva religiosa e como a recebem e possivelmente a re-significam.

Interessa a nós entendermos as motivações que atraem ou repudiam o contato com o catolicismo proposto pela RCC e pelas CEBs, percebendo as modificações do catolicismo na Baixada Fluminense. Mais do que observarmos esses dois movimentos como estratégias ou projetos a serviço de um interesse específico da hierarquia, queremos entendê-los como fenômenos dinâmicos que, para além das forças externas, vão descobrindo formas de adaptação e de envolvimento que vão possibilitando moldar e serem moldados pelas trajetórias pessoais e coletivas de seus adeptos em sua inserção sócio-ecclesial.

Pesquisas de autores como os mencionados acima apontam para questões que devem ser revistas quando se trata do catolicismo no Brasil, em especial no que concerne à RCC. Uma dessas questões diz respeito ao seu investimento na questão política. Alguns autores afirmam que a RCC nunca assumirá uma postura libertária quanto à atuação social ou política. Prandi, embora considerando a diversidade social do país que pode permitir a emergência de variantes na postura

---

<sup>10</sup> Concílio é a reunião dos cardeais e bispos representantes das regiões e países onde a Igreja Católica Apostólica Romana se encontra presente, para discutir seus rumos, assim como questões doutrinárias ou pastorais. O Concílio Vaticano II (CV-II) foi o vigésimo primeiro Concílio e aconteceu entre os anos de 1962 e 1965. (FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas*: de Pedro a João Paulo II. Petrópolis : Vozes, 1991, pp. 239-241).

de grupos da RCC, concorda que essas serão sempre conservadoras. Sempre de “*retorno, de volta, nunca de avanço*” (1998, p. 162).

Outra questão que pensamos necessitar de uma revisão, dadas as evidências atuais é quanto à base social da RCC. Nesse sentido, ainda Prandi (1998) afirma que a sustentação social da RCC encontrava-se, baseando-se em dados de 1994, nas camadas médias da população, enquanto a base de sustentação das CEBs estaria nas camadas mais baixas, embora pudéssemos considerar suas lideranças mais intelectualizadas como diferenciadas dessas camadas por fatores como acesso a escolaridades média e superior, acesso a cursos diversos, etc. O que podemos perceber hoje é uma penetração cada vez maior da RCC nas camadas baixas da população. Entretanto, esse quadro não necessariamente demonstra uma substituição da RCC pelas CEBs, como se pretende relacionar.

Percebemos ainda que esses trabalhos apresentam tanto a RCC quanto as CEBs de uma maneira um tanto quanto estilizada, como modelos eclesiais mais ou menos fechados com uma linha consideravelmente homogênea de pensamento e ação, algo como tipos ideais. Pensamos em observar nosso campo de pesquisa buscando entender as práticas e pensamentos religiosos para além de suas vinculações expressas em um ou outro desses movimentos. Cremos que a pertença talvez não parta de elementos categorizadores tão determinados quanto os dos observadores externos. Pode ser, e em certa medida podemos verificar que sim, essas categorias CEBs e RCC e suas fronteiras prevaleçam mais nas expectativas de seus propagadores e perpetuadores do que nas de grande parte de seus adeptos.

Buscamos, portanto, analisar as ações dos adeptos ou simpatizantes desses grupos, compexificando suas pertenças, práticas e idéias às quais se vinculam e disseminam. Nesse sentido, buscaremos base, em especial nos trabalhos acima especificados, por apresentarem efoques e questões que contribuem para o debate sobre as diferentes ou múltiplas pertenças no universo religioso católico no Brasil.

Em nosso intento, optamos pela pesquisa de cunho qualitativo como procedimento metodológico que pode nos aproximar da vivência mais cotidiana dos membros religiosos da Diocese de Nova Iguaçu.

## Procedimentos metodológicos

Dentro da perspectiva de Ranci (2005), a pesquisa qualitativa deve se constituir em um processo reflexivo, onde pesquisador e pesquisado possam avaliar seu envolvimento com a pesquisa, fazendo com que esse envolvimento possa também ser elemento de análise no processo de pesquisa.

Primeiramente, nossa atenção voltou-se para o registro das narrativas das lideranças eclesiais e leigas da Diocese. Buscamos os coordenadores pastorais tanto das CEBs quanto da RCC. Cada um desses coordenadores nos recebeu de forma diferenciada. A coordenação das CEBs assim como as lideranças das Comunidades de diversos locais da Diocese demonstraram uma considerável acolhida e interesse com o trabalho, colocando-se à disposição para eventuais entrevistas e para fornecerem as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Diversos desses líderes propuseram uma visita à sua Comunidade para um maior conhecimento da situação em que se encontram os trabalhos pastorais e sociais. Já em um primeiro momento, diversos contatos foram estabelecidos. O mesmo não foi percebido no contato com a liderança da RCC na Diocese. Percebemos antes uma relevante preocupação do que um interesse para com a pesquisa. Entretanto, após insistentes questionamentos sobre os motivos de nossa pesquisa e sua utilização, a entrevista foi concedida. Porém, não foi possível estabelecer um contato mais aprofundado com informações ou informantes adicionais, alengando ser necessário um assentimento dos demais membros das diversas coordenações diocesanas para a liberação de informações ou contatos com possíveis entrevistados. Até o presente momento aguardamos tal liberação.

Devido a esse impedimento, propusemo-nos a buscar outros caminhos para penetrarmos no universo católico da Diocese de Nova Iguaçu. Outros contatos foram efetuados e nos dirigimos diretamente a algumas Comunidades sem necessitarmos do consentimento das lideranças ocupantes de cargos em âmbito diocesano. Alertamos para o fato de **omitirmos os nomes verdadeiros** tanto das Comunidades visitadas quanto das paróquias e de alguns párocos, assim como dos entrevistados, em sua maioria. Tal procedimento justifica-se na intenção de resguardar informações pessoais cedidas em confiança e para a segurança dos entrevistados, uma vez que uma dessas Comunidades encontra-se ainda sob os impactos da chamada chacina da Baixada, da qual trataremos oportunamente. Dessa forma nos sentimos mais confortáveis para

utilizar as informações sem comprometer a segurança dos entrevistados. Outras informações que podem causar polêmicas entre agentes clérigos ou entre leigos de uma mesma Comunidade foram também motivadores dessa nossa decisão. Portanto, os nomes a seguir serão fictícios, a não ser aqueles que se tornam impossíveis de serem omitidos devido à sua função ou cargo na Diocese.

A primeira dessas Comunidades foi a de **Nossa Senhora das Mercês**, localizada em Belford Roxo, nos limites com a Diocese de Duque de Caxias. Nessa Comunidade, iniciamos nosso contato **Alice**, hoje com 22 anos, solteira, auxiliar administrativo, estudante universitária, voluntária em trabalho com terceira idade, que não ocupa cargo de liderança na Comunidade. Por meio dela pudemos obter informações sobre as demais lideranças, acontecimentos e quem poderia melhor fornecer dados sobre o catolicismo naquela localidade.

Outro contato em uma Comunidade diferente, a **Comunidade São Bento**, foi **Regina**, 37 anos, casada, professora, estudante universitária, catequista e coordenadora de grupo de jovens. Pertence à RCC há apenas três anos, mas não se considera carismática. Segundo ela, esse seria um nível mais aprofundado de pertencimento. Embora esteja montando um Grupo de Oração, por esse não ter ainda o reconhecimento oficial e pela impossibilidade de se dedicar mais ao trabalho da Renovação, Regina se recusa a denominar carismática. Sua mãe **Doralice** sim, é carismática, segundo sua visão, pois pertence e coordena um Grupo de Oração em uma diocese do Estado do Espírito Santo. Essa vinha a Nova Iguaçu todos os meses para dar apoio ao Grupo de Regina.

A terceira Comunidade é a da **Maria**, 31 anos, solteira, universitária formada, funcionária de RH em uma rede de televisão evangélica, catequista. A Comunidade em questão, denominada **Comunidade Perpétuo Socorro** é vinculada à Paróquia da Sagrada Família<sup>11</sup>, a qual sofreu um relevante impacto com dois acontecimentos trágicos nos últimos dois anos. O primeiro foi o que passou a ser denominado “chacina da Baixada”, onde foram mortas 29 pessoas e 1 ferido por ação de grupos de extermínio, cujos membros ainda estão sendo investigados. O segundo acontecimento parece ter relação com o primeiro, que foi a morte de seu pároco em condições ainda não esclarecidas. Entretanto, os grupos de extermínio são também apontados como executor.

Os padres entrevistados compõem um quadro interessante. Temos padres novos em idade e em formação e atuação sacerdotal. Três deles são recém-ordenados sacerdotes, tendo em torno de dois anos de ordenação. Padre José Dilson tem 33 anos e é proveniente da Paraíba, tendo

---

<sup>11</sup> Mantivemos o nome verdadeiro só da paróquia por estar próxima ao lugar onde ocorreu a chacina.

vindo para a Diocese de Nova Iguaçu ainda como seminarista onde terminou seus estudos. Padre Ricardo Barbosa tem 38 anos, e é natural de Nova Iguaçu. Participou na juventude de um Grupo de Jovens em sua Comunidade e a partir do envolvimento nesse grupo foi desenvolvendo o interesse pelo sacerdócio. Já Padre Nereu<sup>12</sup> é estrangeiro, tem 29 anos e pertence a uma Ordem Religiosa missionária. Como já havia tido contato com a língua portuguesa quando fez um estágio pastoral em São Paulo quando ainda era estudante de Teologia, depois de sua ordenação pediu para ser enviado a um país onde se falasse português.

Os outros dois padres, Castro com 86 anos e Getúlio<sup>13</sup> com aproximadamente 70 anos, vêm de outras dioceses. Vieram para Nova Iguaçu nos anos de 1970 desenvolver trabalhos específicos com operários ou comunidades carentes e acabaram ficando na Diocese de Nova Iguaçu por terem se afeiçoado ao estilo de trabalho. Conviveram intensamente com Dom Adriano Hypólito. São referências no trabalho com as CEBs e com as Pastorais Sociais.

Uma questão delicada levantada em algumas entrevistas diz respeito tanto à presença de padres e religiosos missionários. Parece haver discordância quanto à eficácia da atuação de “padres de fora”. Um dos entrevistados afirmou que o fato desses padres virem de outra localidade, em especial os religiosos, acarreta uma descontinuidade nos trabalhos e uma dependência dos participantes das Comunidades em relação à presença daqueles. Segundo afirmou um entrevistado, por pertencerem a Ordens Religiosas com sede na Europa ou em outros países mais desenvolvidos, conseguem doações da própria Ordem ou de católicos ricos para suas obras e trabalhos na Diocese, o que desencadearia um assistencialismo e sua conseqüente dependência.

Tal não é a visão de um dos padres que vêm de outra localidade. Segundo ele, o fato de ser estrangeiro possibilita um trabalho baseado na afirmação da autonomia do leigo, fazendo com que os participantes daquela Comunidade entendam que a permanência do padre missionário é temporária, sendo enviado para outra localidade conforme a necessidade. Essa tensão entre padres “de dentro” e “de fora”, embora não seja evidente em todos os entrevistados, parece buscar resolução na tentativa da formação de um clero local, proveniente da própria região.

Quanto à filiação dos padres em termos ideológicos, os entrevistados mais novos afirmam perceber que há evidências de que diversos padres em formação ou recém ordenados são

---

<sup>12</sup> Nome fictício.

<sup>13</sup> Também são nomes fictícios.



provenientes dos quadros da Renovação. Segundo os padres mais novos que nos concederam entrevista, isso não é um problema, pois ainda há um equilíbrio em relação a seminaristas e novos padres que tendem para uma vinculação com a Teologia da Libertação. Entretanto, isso demonstra, segundo eles, uma tendência a ser considerada.

Portanto, a visita a essas três Comunidades possibilitou um panorama da vivência católica em âmbito mais localizado, enquanto as narrativas das lideranças leigas e clericas puderam servir também de uma variação de escalas (Revel, 1998), contribuindo para o entendimento mais global das ações católicas e perceber diferentes pertenças, visões e práticas desenvolvidas na Baixada Fluminense por intermédio da Diocese de Nova Iguaçu.

Como afirmado, os procedimentos metodológicos propostos para o desenvolvimento dessa pesquisa seguem os moldes da Pesquisa Qualitativa, ancorando-se, principalmente, na investigação “in loco”, uma vez que, “*na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal*” (Bodgan, 1994, p. 47).

Nossa opção justifica-se pelo interesse nos processos de construção, disseminação e negociação de representações entre os membros da RCC e das CEBs pois, como afirma Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (1996, p.21-22).

Contudo, entendemos que a investigação qualitativa não se apresenta aqui como uma simples contraposição ao método quantitativo, mas sim percebida como uma abordagem capaz de abarcar as “*representações sociais que traduzem o mundo dos significados*” (Ibid., p. 24). Serão utilizadas como instrumentos privilegiados de coleta de informações no trabalho de campo, entrevistas semi-estruturadas com um eixo de questões previamente delimitado e a Observação Participante. Entendemos por observação participante, a inserção do pesquisador no universo dos pesquisados. Para tal, faz-se necessário a participação em eventos e acontecimentos relevantes na sua vivência cotidiana. Momentos de culto e devoção, momentos de tomada de decisão e de ações coletivas para solução de problemas.

A inserção do pesquisador possibilitará a visualização de elementos não possíveis de serem observados por outros meios, ajudando ao observador a “*captar o sentido encoberto da ação humana*” ( Haguette, 1992, p. 74).

Como base para o trabalho de campo, parece-nos relevante o conhecimento de elementos sócio-econômicos, políticos, culturais e eclesiais do universo da pesquisa e seu entorno. Tal conhecimento possibilitará a compreensão do processo constituinte característico dos grupos em questão.

Nesse sentido, lançamos mão da revisão de bibliografia nacional e internacional pertinente ao tema. Lançaremos mão ainda de pesquisa documental, em especial nos arquivos diocesanos com destaque para os “Planos de Pastoral”, “Atas de Assembléias, de Encontros, de preparação de cursos”, produções formativas e informativas locais como boletins, jornais, folhetos e livros de preparação e formação de lideranças.

A pesquisa foi desenvolvida com base em quatro fases. Numa primeira fase, efetuamos o levantamento e a organização do conhecimento prévio da área de trabalho, assim como do estabelecimento e desenvolvimento dos modelos eclesiais estudados nos espaços selecionados. Tal fase foi realizada, mais especificamente, por meio de análise bibliográfica e documental.

Numa segunda fase, realizamos o trabalho de campo propriamente dito, utilizando-nos, como já dissemos, de instrumentos como entrevistas semi-estruturadas e observação participante<sup>14</sup>. Dessa forma foi possibilitada a coleta de informações referentes às posturas em relação aos ritos e práticas eclesiais e sociais em momentos privilegiados como também em práticas cotidianas.

As informações que nos interessaram nessa fase e que constituem as questões norteadoras das entrevistas, são as referentes às impressões de dois segmentos, o de lideranças clérigas ou leigas e de membros em geral, sobre o processo de inter-penetração de elementos dos dois fenômenos estudados. Os colaboradores foram selecionados tanto entre as CEBs e a RCC, quanto entre demais lideranças ou articuladores externos a elas como os representantes institucionais da RCC e das CEBs em nível diocesano, assim como outros agentes que forem percebidos como relevantes.

---

<sup>14</sup> Utilizamos um formulário de questões com perguntas que iam sendo feitas conforme o perfil do entrevistado ou conforme as informações que iam sendo apresentadas por eles. Não representa um roteiro fechado, servindo mais como base móvel do que como estrutura fixa.

Na terceira fase, analisamos as informações coletadas, visando à objetivação das questões e problemas mais significativos apresentados e a percepção dessas questões por parte dos membros dos grupos observados, inseridos em diferentes esferas. Em especial, pretendíamos dar ênfase à narrativa e observações sobre as significações e re-significações elaboradas pelos membros efetivos não ocupantes de cargos ou funções nas Comunidades ou Paróquias.

Por fim, efetuamos a análise final desse material tendo como base uma grelha de análise que destava as informações das entrevistas conforme elementos comuns, tais como as impressões sobre a Diocese, sobre sua própria Comunidade, sobre os grupos dos quais participam, sobre as CEBs e a RCC de modo particular e sobre sua inserção religiosa, social e familiar. Esses e outros elementos auxiliaram-nos no entendimento desse universo de representações e de experiências cotidianas.

Quanto à seleção dos grupos que constituíram nosso espaço de observação, destacamos alguns critérios.

Entendendo-os como fenômenos multifacetados, cremos não ser possível delimitar toda sua extensão, mas somente apontar alguns elementos constitutivos. Decorre desse fato a necessidade de delimitação do espaço a ser observado. Para que tivéssemos uma visão mais ampla desses elementos, levando em consideração sua complexidade, consideramos ser necessário o aprofundamento das questões aqui propostas em três “Comunidades” específicas e outras visitadas informalmente. Entretanto, entendemos que devíamos estar atentos aos diversos segmentos e agentes externos com os quais esses agrupamentos selecionados se relacionam, o que visamos fazer participando de diversos encontros em nível diocesano que representasse a participação de um relevante número de fiéis.

Os grupos selecionados buscaram atender a um grau relevante de interação de agentes e elementos do modelo católico contraposto ao seu. Pensamos que a penetração de tais elementos ocorra também por via indireta como no caso dos meios de comunicação católicos, como as rádios e as redes católicas de televisão.

O perfil dos entrevistados abrangeu tanto dirigentes e coordenadores responsáveis pelos diferentes grupos em âmbito diocesano quanto atuais dirigentes dos grupos nas Comunidades estudadas. Buscamos ainda entrevistar participantes considerados de relevância na trajetória do grupo em momentos passados. Por outro lado, buscamos também membros que em nenhum momento participaram de coordenações, mas firmam sua vinculação como membros efetivos há

um tempo considerável no movimento e que acompanham suas práticas de maneira intermitente e cotidiana. A abrangência temporal também afetou a escolha dos entrevistados na medida em que privilegiou um tempo de participação que permitisse revelar sua percepção sobre mudanças estruturais na maneira de pensar e de atuar dos membros da RCC e das CEBs<sup>15</sup>.

Dessa forma, foi possibilitada a análise comparativa entre as ações narrativas e práticas entre membros responsáveis pela estruturação e desenvolvimento das memórias e representações desses movimentos e os membros que, de certa forma absorvem e possivelmente as re-elaboram em suas práticas cotidianas. Portanto, nossa análise aconteceu em dois níveis, pelo menos. O primeiro, na comparação entre as ações narrativas e práticas de membros dos dois movimentos e o segundo entre os membros com funções e ações diferenciadas dentro de um mesmo movimento.

Tivemos a oportunidade de entrevistar representantes das coordenações diocesanas de pastoral, tanto a coordenação geral da Diocese quanto das CEBs e da RCC mais especificamente. Obtivemos contatos com coordenadores das subdivisões diocesanas denominadas Regiões<sup>16</sup>, das quais trataremos em capítulo apropriado. Tivemos ainda acesso a alguns documentos de caráter informativo e formativo produzidos pela Diocese para as diversas pastorais. Acessar o Arquivo Diocesano para complementar as informações obtidas até então sobre o processo histórico de constituição identitária daquela circunscrição.

A composição do quadro de entrevistados apresenta a seguinte configuração. Foram 21 entrevistas com representantes leigos e eclesiais. No primeiro caso são algumas lideranças ou antigas lideranças que continuam atuando direta ou indiretamente nos trabalhos pastorais. Alguns entrevistados, entretanto, não participaram diretamente de algum cargo ou função de coordenação. Um de nossos entrevistados participa hoje da Igreja Batista, mas mantém algum vínculo com a comunidade católica, como participação em eventos quando convidado. Outra entrevistada encontra-se afastada dos trabalhos diretos, participando quase que exclusivamente de um Movimento católico denominado Oficina de Oração e Vida. Seu afastamento se deu devido a questões familiares. Os demais entrevistados desenvolvem trabalhos em pastorais, participando, por vezes em mais de uma. Buscamos equilibrar o número de mulheres e de homens

---

<sup>15</sup> O quadro com a relação dos entrevistados e as informações referentes a idade, filiação a grupos e pastorais, funções exercidas, Paróquia e Comunidade a que pertencem encontra-se como apêndice (cf Apêndice A).

<sup>16</sup> Dessa estruturação administrativa e pastoral trataremos em capítulo apropriado.

entrevistados. Entretanto, devemos levar em consideração que o quadro se inverte se levarmos em consideração que diversas lideranças masculinas compõem o quadro dos clérigos, exclusivamente de homens. Nas Comunidades as mulheres são maioria nas funções, embora constatemos uma presença numérica relevante de homens nas celebrações das quais participamos.

Buscamos também selecionar pessoas de diversas faixas de idade, sendo a mais nova com 22 anos de idade (**Alice**) e o mais velho com 86 anos (**Pe. Castro**). Entretanto, a faixa média de idade entre os entrevistados foi de 48 anos se considerarmos o total das idades. A maioria estando na faixa dos 36 anos. São donas de casa, aposentados, estudantes, professores. A faixa de estudos varia do nível básico de alfabetização ao curso superior. A maior parte dos entrevistados mais jovens está cursando ou terminaram recentemente algum curso superior. Grande parte é formada por pessoas casadas com filhos, tendo que dividir o tempo com trabalho (doméstico ou não), família e igreja. Categorizamos nossos entrevistados entre lideranças eclesiais, coordenadores diocesanos, lideranças comunitárias e participantes ou simpatizantes de algum grupo. Nesse sentido identificamos o trabalho concreto em algum grupo da filiação ou preferência em relação à RCC e às CEBs ou ao pensamento vinculado à Teologia da Libertação.

Assim, o perfil de entrevistados se apresenta com uma considerável variação, possibilitando uma abertura quanto aos elementos de análise. Buscamos com isso ampliar as informações ao invés de homogeneizar nosso universo de pesquisa.

A partir dessa metodologia de trabalho traçamos a configuração dos capítulos, pelos quais visamos acolher a gama de informações e sua análise.

Assim, no primeiro capítulo apresentamos o embasamento teórico-metodológico que dão suporte a nossa análise. Algumas categorias surgidas nas falas dos entrevistados foram selecionadas por nós como elementos de negociação, a Memória Coletiva, a Comunidade e as Ações Sócio-transformadoras. Desenvolvemos em torno de cada uma delas uma discussão teórica a partir de diversos autores. Também buscamos dar fundamento para a configuração atual do universo religioso no Brasil e do catolicismo mais especificamente. Por fim fomos buscar em autores clássicos da teoria sociológica os encaminhamentos teóricos e práticos para nossa análise, em especial em torno do tema da rotinização da realidade social e as representações efetuadas no cotidiano sobre tal realidade.

No segundo capítulo apresentamos a trajetória de constituição do catolicismo no Brasil. Nesse sentido buscamos referenciar o processo missionário e expansionista da estruturação e doutrina católicas desde fins do século XV e durante o século XVI. Nossa intenção foi averiguarmos semelhanças entre os processos missionários daquele período, de intensa expansão do catolicismo com as estratégias missionárias mais contemporâneas. Alguns elementos comuns foram destacados, como a ênfase nas devoções, como a da Virgem Maria, por exemplo, e a implantação da reza do terço. Também destacamos a participação leiga e o surgimento de diversas pastorais e Movimentos modernos como fundamentação para o entendimento do complexo quadro do catolicismo recente no Brasil.

Nosso terceiro capítulo versou sobre a identidade e a realidade próprias da Igreja Católica presente na Baixada Fluminense, mais especificamente na Diocese de Nova Iguaçu, nosso espaço de observação. Visamos levantar dados informativos sobre a realidade sócio-política e econômica sobre a região, assim como alguns aspectos relevantes de seu desenvolvimento histórico. Também estão presentes nesse capítulo as representações efetuadas especialmente pelos meios de comunicação sobre a Baixada, ora sendo essa valorizada, ora desvalorizada em diversos aspectos, dependendo dos interesses políticos ou econômicos pensados para aquele espaço. Também traçamos um perfil do catolicismo e de seus confrontos com questões como avanço pentecostal, diversidade de opções religiosas, violência, pobreza, interesses políticos eleitorais, entre outros.

Nos três próximos capítulos (IV, V e VI) efetuamos a análise do material coletado, evidenciando as representações dos entrevistados sobre os três elementos de negociação (Memória, Comunidade, Ações Sócio-transformadoras). Complementamos as informações contidas nas entrevistas com nossas observações do campo e com abordagens conceituais de diversos autores. Assim, quanto ao capítulo IV, destinado à análise de representações sobre a Memória, identificamos primeiramente quem são os agentes que recordam, sua trajetória pessoal, familiar, social e religiosa. Dessa forma a memória ganha “corporeidade”, deixando de ser pensada como uma entidade metafísica. Sua constituição está relacionada a uma trajetória pessoal e é conduzida também pela inserção dessa pessoa a determinados contextos coletivos.

No capítulo V, referente ao entendimento da noção de comunidade, buscamos situar o debate na idéia de que há um projeto por trás do que vai ser reforçado como comunidade, termo altamente polissêmico que pode referenciar realidades bastante contraditórias. Nesse projeto a Diocese em questão apresenta diretrizes a serem observadas pelos diversos agentes religiosos.

Assim, a formação de Conselhos comunitários, paroquiais, regionais e diocesanos, como o processo eletivo ou indicativo para o exercício das funções garantiriam um consenso capaz de congregar as múltiplas realidades. Tal projeto é reforçado constantemente por diversos meios como Assembléias em todos os níveis de organização. Também os ministérios leigos podem ser vistos como contribuindo para tal projeto, uma vez que garante um sentimento de pertença e responsabilidade para com a organização coletiva do espaço de reunião e de culto.

As ações sócio-transformadoras, tratadas no capítulo VI, talvez sejam os elementos mais complexos nessa negociação entre as CEBs e a RCC. O relevante envolvimento das Comunidades de Base desde os anos setenta a caracterizam como “politizadas”, enquanto esse caráter na Renovação, sendo tardio e significativamente voltado para questões de cunho moral, familiar, pessoal ou doutrinário, a caracteriza como “conservadora”. Hoje não podemos dizer que a Renovação não faça política ou que as CEBs deixaram completamente de ser uma referência nesse mesmo campo. Entretanto, o entendimento teórico e prático desses dois grupos em relação à prática política gera diferenças significativas. Por outro lado, há diversas aproximações por meio dos trabalhos assistenciais à população carente. Mesmo não abdicando de seu caráter politizado, as Comunidades efetuam mais um trabalho assistencial do que propriamente político partidário.

No capítulo VII analisamos o material empírico articulando os três elementos de negociação. Dessa forma buscamos compreender como convivem os agentes vinculados de maneira direta ou indireta aos dois grupos observados, CEBs e RCC. Filiamo-nos a referências em trabalhos que fazem sobressair o aspecto plural do catolicismo e as condições criadas para a existência entre grupos com propostas por vezes díspares. Transportamos tal análise para a realidade da Diocese de Nova Iguaçu buscando entender como a complexidade do quadro católico em geral se vincula com questões específicas daquela circunscrição.

Desse modo nossa pesquisa pode ser entendida dentro de um contexto mais amplo, evitando-se uma análise de um universo fechado em si mesmo. A Diocese em questão, embora apresente características específicas que a distingue das outras dioceses, deve ser abordada justamente nesse contexto de diferenças e multiplicidade de pensamentos e práticas sociais e religiosas.

## **1 ARTICULAÇÕES ACERCA DOS ELEMENTOS DE NEGOCIAÇÃO NO CATOLICISMO NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU**

A hipótese da qual partimos para efetuar nossa pesquisa era a de que haveria uma interrelação das CEBs com a RCC, e que uma estaria assumindo aspectos relevantes da outra como forma de possibilitar a convivência no espaço da Diocese. Entretanto, tal tese propunha inicialmente que essa negociação não aconteceria de maneira pacífica, mas permeada de tensões. Em parte nossa tese não se apresenta como incorreta, no sentido em que observamos negociações constantes e também tensões. Todavia, as tensões não se apresentam relevantemente na forma de conflitos diretos. Como afirma Séguy (1979; 1999), instituições como a Igreja Católica, reafirmam constantemente uma idéia de unidade, relegando ao conflito uma função desestabilizadora. Por isso não lidam com conflito de forma aberta. Seus membros acentuam a concordância, apresentando a unidade e comunhão como ideais a serem vivenciados por todos os fiéis. Ao invés do confronto aberto, ocorrerão protestos implícitos, o que será feito de maneira camuflada, interna, não se apresentando como evidência para os que não pertencem aos seus quadros.

O que há, em especial entre os agentes com funções de coordenação mais centrais como as diocesanas, são visões moldadas a partir de identidades projetadas a partir do que o conjunto de participantes de determinado grupo estabeleceu como verdadeiras. Tais projeções são, em grande parte das vezes veladas, manifestadas em atitudes corporais nem sempre tomados como objetivos, e por isso não quantificáveis ou analisáveis com segurança. São risos, olhares e formas de se expressar mesmo verbalmente, como as reticências, as falas cortadas em determinados momentos para com determinadas indagações. São as linguagens corporais permeadas de subjetividade, as quais, por serem relevantes, em alguns momentos buscamos identificar na análise das entrevistas.

As tensões “camufladas” foram ainda observadas em falas que não fazem parte diretamente do corpo de entrevistas. Como já afirmamos em determinado momento, informações relevantes foram transmitidas em conversas informais ou no estágio pré ou pós gravação das entrevistas. Alguns entrevistados modificavam até mesmo o tom de voz quando o gravador era ligado. Respeitamos a privacidade que os entrevistados quiseram dar a tais informações. Porém,



elas também se fazem presentes, de certa maneira, em nossa análise, uma vez que representam o tom de “oficialidade” que se pretende dar a uma falta de tensões, de sua “inexistência”.

Neste capítulo pretendemos abordar mais detidamente nossa filiação teórico-metodológica, já apontada, de certa forma na Introdução. Primeiramente, vamos destacar como entendemos o campo religioso no Brasil, em especial no que se refere ao catolicismo, indicando as principais abordagens sobre tal universo. Em seguida, destacaremos os conceitos de “Memória, Comunidade e Ações Sócio-transformadoras”, identificados por nós como elementos fundamentais para comporem os termos de negociação nessa Diocese. Finalmente, identificaremos em que bases nossa pesquisa está montada na observação das intenções e motivações de diversos agentes religiosos da Diocese de Nova Iguaçu a partir de suas vinculações do religioso com suas experiências cotidianas.

### **1.1 As transformações no âmbito religioso e sócio-cultural: os rearranjos nos quadros do catolicismo**

Os aspectos destacados na abordagem do catolicismo moderno e contemporâneo, assim como do universo religioso como um todo, parte da percepção de intensas transformações. A aceleração do mundo moderno no “*breve século XX*” (Hobsbawm, 1995) trouxe conseqüências para a sociedade ocidental, aprofundadas em praticamente todas as suas instituições sociais.

As análises atuais do catolicismo partem justamente desse aspecto e suas conseqüências para o universo religioso. Até o final dos anos de 1980, as pesquisas versavam, de forma especial sobre a Teologia da Libertação, a influência dos trabalhos de conscientização política dos quadros de um segmento católico e as Comunidades Eclesiais de Base. São incontáveis os trabalhos nesse sentido. Solange Rodrigues, por exemplo, analisa a produção intelectual sobre as CEBs no Brasil, afirmando que “*O locus principal a partir do qual eram discutidas as relações entre Igreja e sociedade brasileira passou a ser a experiência das CEBs, sua composição social referida às classes populares e sua vinculação com os movimentos sociais*” (2002, p. 27).

A partir do final dos anos de 1980 e início da década seguinte, alguns pesquisadores começaram a direcionar seu foco para outro fenômeno católico incipiente em visibilidade, a Renovação Carismática Católica. Cecília Mariz (2004), afirma que já em fins dos anos de 1970,

Pedro Ribeiro de Oliveira (1978, citado por Mariz, 2004) juntamente com outros autores, identificam os participantes da RCC com a classe média e que iria se restringir a essa camada social. Outros autores, como o já citado Prandi (1998), também reafirmam essa perspectiva.

Acrescentamos aqui a publicação de número 129 da revista *Concilium*<sup>17</sup> datada de 1977. Nesse número, dedicado ao tema da espiritualidade, autores como Enrique Dussel (1977), filósofo e teólogo de penetração relevante no Brasil, entre outros, abordam o tema do carisma sobre os diversos pontos de vista.

No editorial de tal número da revista, Christian Duquoc justifica a temática abordada, afirmando que

Recentemente, nasceram movimentos espontâneos, sobretudo na Igreja Católica. Suscitaram uma renovação da oração e apelaram a um comportamento evangélico. Puseram novamente em destaque a necessidade da mística numa Igreja entregue aos fascínios da palavra ou da ação. Chamaram a atenção para um fenômeno esquecido: os carismas (1977, p. 3).

A Renovação passa a ser observada com maior interesse devido não somente à sua condição entendida como contraposição à Teologia da Libertação, mas também pelas “novidades” que com ela advêm. Entretanto, sua capacidade de lidar com a mídia impressa, radiofônica e, em especial a televisiva, trouxe para a Renovação os olhares dos diversos meios de comunicação. Juntamente com o crescimento numérico e em relevância do protestantismo de cunho pentecostal e neo-pentecostal, a Renovação será apresentada como uma contraposição ao catolicismo da Teologia da Libertação e como “*frente de batalha*” contra os evangélicos.

O artigo da revista *Veja* de outubro de 2003 apresentando um filme estrelado pelo Padre Marcelo Rossi, expoente da RCC no Brasil, demonstra como a Renovação se envolve em várias frentes, como o combate aos evangélicos, o desenvolvimento de uma “mídia católica” e o embate com a Teologia da Libertação. O mesmo artigo complementa ainda o quadro apresentando as estratégias de crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus, inclusive com sua investida na política (Marthe e Valladares, 2003).

Há alguns anos antes outras reportagens apontavam para o crescimento das denominações evangélicas (Barros e Caprigliose, 1997) e de outras formas de manifestações religiosas que se firmam na promessa de curas e milagres (Michael e Padilla, 1997). Portanto, a

---

<sup>17</sup> Revista internacional de Teologia publicada no Brasil pela Editora Vozes.

RCC parece recuperar, frente à mídia, o papel de confronto da Igreja Católica nesse quadro religioso brasileiro.

Apesar da insistência da mídia em ressaltar o papel da Renovação no campo católico, não abandonou por completo seu interesse pela Teologia da Libertação. Essa ainda cumpre com seu papel polêmico na perspectiva dos jornais e revistas. Exemplos disso foram diversas as matérias que abordaram as críticas de teólogos da libertação, tal como Leonardo Boff quando da eleição do Cardeal Ratzinger para o papado. Diversos noticiários buscavam recuperar a polêmica entre Boff e Ratzinger quando este último era prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o qual determinou a censura à produção intelectual de Boff, condenando-o ao silêncio obsequioso. Tal censura e condenação motivou a saída de Leonardo do ministério ordenado e da Ordem Franciscana.

A entrevista de Boff a Maia Menezes de O Globo (2007) quando da presença de Ratzinger, agora Papa Bento XVI, inicia com o histórico do debate entre os dois em fins dos anos de 1990. Nessa entrevista, Boff reafirma a Teologia da Libertação e das CEBs como presença relevante na Igreja no Brasil. O papa veio para participar dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, na cidade paulistana de Aparecida do Norte. Na ocasião, outra polêmica envolvendo o Vaticano e os Teólogos latino-americanos estava se desenrolando. Duas obras de Jon Sobrino<sup>18</sup> foram censuradas e ele também foi condenado ao silêncio obsequioso.

Boff afirma que a Teologia da Libertação permanece atual e carregada de vitalidade nos espaços da Igreja *“que tomam a sério a questão dos pobres”*. Afirma ainda que não deixou de existir, simplesmente *“não tem a visibilidade que possuía antes, porque deixou de ser polêmica”*. Apesar dessa afirmação, percebemos que a Teologia da Libertação e as CEBs reaparecem quando interessa reabrir a polêmica das disputas internas no catolicismo no Brasil.

Na linha de afirmação da relevância da Teologia da Libertação e das CEBs na Igreja Católica no Brasil está também o artigo de Luiz Alberto G. de Souza (2000), que busca questionar as análises que afirmam o processo de desaparecimento das CEBs no Brasil. Em seu artigo, afirma que a realidade é complexa e *“carregada de contradições”*. Justifica que uma das

---

<sup>18</sup> Teólogo e padre jesuíta nascido em Barcelona na Espanha. Importante teólogo filiado ao pensamento da Teologia da Libertação. Grande parte de sua atuação sacerdotal foi desenvolvida na América Central, mais especificamente em El Salvador. Teve duas obras condenadas pelo Vaticano por meio da Congregação para a Doutrina da Fé. O motivo alegado para a condenação foi a relevância dada pelo autor à humanidade de Jesus, em detrimento de sua divindade. Fonte:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070314\\_vaticanosobrinoebc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070314_vaticanosobrinoebc.shtml)

falhas na análise do catolicismo no Brasil está numa abordagem linear e maniqueísta, que apresenta dificuldades de lidar com a complexidade.

E leva a um estranho fenômeno: a idealização e a simplificação do passado, encolhido em apenas alguns de seus aspectos, esquecidas suas contradições; logo depois, as tensões e as dificuldades do presente são rapidamente tomadas por sinais de esgotamento e de possível desaparecimento do fato analisado.

Segundo sua argumentação, o falseamento da análise pode ocorrer pela ênfase na abordagem do tema a partir dimensão da estrutura de poder e autoridade. Propõe analisar as CEBs a partir da vida eclesial concreta *“onde as CEBs continuam a ser determinantes, se levarmos em conta as informações que nos chegam das igrejas particulares”*.

Seguindo tal linha de raciocínio, filiamo-nos a diversos trabalhos que buscam analisar dados empíricos coletados a partir da vivência cotidiana de agentes religiosos. Tais pesquisas visam, em geral, análises comparativas entre agentes pertencentes a dioceses diferentes, contextualizando as formas de pensar e de agir de tais agentes.

Destacamos a pesquisa comparativa entre mulheres progressistas e carismáticas em dioceses do Rio de Janeiro e de São Paulo (Mariz e Machado, 2000). Nesse trabalho, as opiniões de mulheres pertencentes ou simpatizantes tanto das CEBs quanto da RCC são analisadas em sua complexidade. A visão sobre o outro grupo e sobre o seu próprio grupo de pertencimento não é pautada pela homogeneidade e simplicidade. Ao contrário, apresenta uma relevante complexidade. Tratando das opiniões que apresentam a possibilidade de uma parceira com a RCC, afirma que oscilam diante de dois discursos opostos, um que aceita tal possibilidade e outro que a rejeita.

Podemos dizer que no geral as entrevistadas se posicionam em uma gradação diante de dois discursos opostos sobre os carismáticos: um primeiro que aceita uma possível parceria, seja já apontando a presença de carismáticos em atividades desenvolvidas, seja revelando uma certa simpatia por esses, e um outro que julga impossível qualquer parceria ou que julga impossível, mas muito difícil ou apenas desejável por sua capacidade de conseguir gente ou dinheiro (p. 27).

Quanto a posições consideradas mais extremadas, afirmam as autoras ser uma minoria e que percebem a possibilidade de abertura para ações futuras em conjunto entre membros dos dois grupos. Justificam tal afirmativa apontando três razões. A primeira diz respeito ao conteúdo ideológico e doutrinal mínimo apresentado pela RCC que permitiria a assimilação com discursos

advindos de outros grupos. A segunda razão estaria na experiência prática que o Movimento comporta de autonomia leiga diante da ação do Espírito Santo. Entretanto, reconhecem que tal experiência é vista com cautela tanto por agentes progressistas quanto pelo clero. A última razão se pauta na transformação do conteúdo político dos adeptos da Teologia da Libertação, versando hoje mais pelo social do que pela luta política. Mesmo a luta política promovida pelos tomados como mais politizados, apresenta um discurso pautado na promoção social, completam as autoras.

A complexidade do campo católico é demonstrada também pela constituição da identidade da Igreja Católica em meio a diversas opções tanto intra quanto extra-eclesiais. Nesse sentido destacamos dois trabalhos, o de Mariz (2003), o qual visa apresentar a necessidade de adequação ou enquadramento institucional da RCC para sua sobrevivência, e o trabalho de Steil (2004) que efetua uma etnografia de um grupo específico da Renovação em Porto Alegre, RS.

No primeiro trabalho identificado acima, a autora se propõe a desenvolver a hipótese de que a organização eclesiástica mais ampla condicionou a existência da RCC a assumir um modelo organizativo que a limitou e conteve diversas de suas propostas centrais. Essa foi a condição de sua sobrevivência no seio da Igreja Católica. Lembrando Weber, afirma que a liderança carismática desregula as regras existentes a partir daquilo que a experiência carismática questiona. Por outro lado, surge a necessidade da institucionalização do carisma. Se tal não ocorrer, o carisma desaparece. Uma organização de cunho burocrático não é *de per se* responsável por “matar” o carisma. Entretanto, dentro da lógica do pensamento de Weber (1991, citado por Mariz, 2003, p. 176), o carisma é de “*natureza volátil*” e tende a desaparecer “*com o desaparecimento de sua fonte inicial. A rotinização vai necessariamente ocorrer. Há um imperativo organizacional: organize-se ou desapareça*”. Nesse sentido, o carisma passa a ser reconhecido na instituição.

Dessa maneira, a Renovação foi-se vendo obrigada a uma organização do tipo burocrática que sustentasse sua ampliação e seu desejo de expansão. Tal organização apresenta aspectos de paralelismo em relação à organização eclesiástica mais ampla, ao mesmo tempo em que ocupa um espaço que não pode ser englobado integralmente pela instituição. Assim, Mariz (2003) afirma que “Ser uma estrutura paralela não é o projeto do RCC, mas um resultado de sua impossibilidade de integração”. Ao invés de se propor uma expulsão dos elementos discordantes da RCC para com os elementos fundamentais da instituição, esta abre espaço para que aquela

sobreviva com relativa autonomia. Há, portanto, um jogo entre paralelismo, dependência e autonomia para sobrevivência da Renovação no seio da instituição católica.

O trabalho de Steil (2004), por sua vez, visa mostrar a complexidade das vinculações dentro do próprio Movimento. Afirma que busca apontar “*não apenas para a porosidade das fronteiras religiosas, mas também das categorias que temos usado para classificar e identificar formas institucionais presentes no campo religioso contemporâneo*”. Não concorda que as transformações no campo religioso ocasionem simples reordenamentos numa nova arena de disputas religiosas, mas que as próprias tradições religiosas têm sofrido mudanças internas para se adequarem às redefinições contemporâneas do conceito de religião.

No que tange aos intercâmbios, trânsitos e tentativas de delimitações de fronteiras entre campos religiosos diversos, inúmeros trabalhos podem ser ressaltados. Nesse sentido, o número 45 do periódico Comunicações do ISER (1994) dedica-se à temática do sincretismo religioso. O tema reaparece em outras publicações, como a que trata de percursos de sincretismo no Brasil (Sanchis, org., 2001). Na primeira publicação citada acima, Sanchis (1994), identifica que a temática foi, durante longo período, tratada em seu aspecto negativo, tomando o sincretismo como forma de constituição da dominação de uma visão hegemônica de religião e de controle social perante outras formas de manifestação religiosa consideradas de valor inferior, devendo ser submetidas às formas dominantes. Sua tentativa em tal artigo é reformular as questões, ampliando o debate sobre o conceito de sincretismo.

Mariz e Machado (1994), por exemplo, identificam que os estudos sobre sincretismo estão relacionados à própria noção de constituição de identidade nacional. Demonstram que o conceito de sincretismo apresenta maior complexidade do que aparentemente comporta. Identificam quatro tipos de atitudes em relação ao sincretismo no Brasil, o que demonstra a multiplicidade de visões e de comportamentos frente às possibilidades de pertencas religiosas.

Outras noções vão se juntando à de sincretismo como base analítica do universo religioso no Brasil no que tange, em especial, às transformações nesse quadro. Trabalha-se com noções como “competição religiosa” (Machado, 1998) ou “lógica mercadológica” (Guerra, 2003); diversidade religiosa, trânsito religioso, desregulação, entre outros. A diversidade de noções desenvolvidas representa, para nós, a própria diversidade do campo e a multiplicidade de possibilidades de observação e análise.

Inúmeras vinculações tradicionais são revisitadas a partir dessa multiplicidade de olhares. Assim, a política, a relação do catolicismo com outras denominações cristãs, em especial o pentecostalismo e o neo-pentecostalismo, as experiências cotidianas, as relações entre leigos e instituição eclesial e mesmo as relações entre CEBs e RCC são repensadas a partir das inúmeras propostas teórico-metodológicas que se apresentam na contemporaneidade.

Dentre os aportes teórico-metodológicos que se apresentam como possibilidades, alguns os destacados acima conduzem nosso olhar para o catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu, em especial em nossa intenção de analisarmos dois grupos, a RCC e as CEBs. Nesse sentido, destacamos a seguir três elementos eleitos por nós como fundamentais para o entendimento do processo de negociação nesse espaço, memória, comunidade e ações sócio-transformadoras.

## **1.2 O catolicismo como Instituição memorialística**

O cristianismo é uma religião notadamente baseada em eventos destacados como salvíficos, os quais necessitam ser reafirmados constantemente. Isso se dá por meio de um calendário eclesial próprio, por meio da repetição diária de rituais que recordam a presença da divindade na eucaristia e na repetição anual ou mensal de determinadas festas e celebrações de personalidades ou eventos vinculados à presença divina (Le Goff, 1996, p.442 ss.). Segundo esse autor, ocorre uma cristianização da memória e da mnemotécnica, ou seja, as técnicas e instrumentos para se efetuar a recordação. Há, na Idade Média, a divisão em duas memórias, a litúrgica, a qual girava em torno de si mesma e a memória “laica”, a qual possuía uma fraca penetração cronológica. Com o progressivo distanciamento das instâncias religiosas e sociais e as novas descobertas científicas que possibilitaram uma visão renovada sobre o tempo, a memória litúrgica foi se restringindo ao campo religioso, do qual o cristianismo, em especial o catolicismo, mantém seu calendário independente até os dias atuais.

Diversas são as abordagens possíveis sobre a Memória. Alguns estudos sobre a Memória remontam à Mitologia Grega (Vernant, 1973), visando demonstrar a relevância de tal fenômeno para a constituição social nos vários períodos históricos. Na mitologia é possível observarmos o culto a Mnemosyne, mãe das musas, as inspiradoras dos poetas. Esses, por sua vez, são os responsáveis pela manutenção das recordações.

Entretanto, a problemática da memória surge na tentativa de se afirmar a existência de representações que não fossem de cunho estritamente individuais (Durkheim, 1970). Distanciando-se das pesquisas psicológicas sobre a memória, essa tendência irá afirmar seu status coletivo.

Halbwachs (1990) irá desenvolver tal argumentação, aproximando-se das proposições de Durkheim sobre os fatos sociais e distanciando-se das afirmações de Bérghson sobre a condição subjetivista da memória (Bosi, 1994). Segundo a perspectiva de Halbwachs, a memória, embora perpassando as consciências individuais, não se confunde com essas. É um fator efetivador da coesão grupal, uma vez que é moldada socialmente a partir da vivência nos diversos grupos dos quais o indivíduo faz parte desde o seu nascimento: a família, a religião, os grupos de amizade e profissionais.

Em seus trabalhos, não está preocupado com o funcionamento da memória em si, mas sim com os seus “quadros sociais” (Halbwachs, 1994), que são efetivados pelas diversas instituições sociais presentes nas sociedades e que influenciam os indivíduos direta ou indiretamente. Tais quadros conduziram as lembranças, moldando as memórias dentro de seus enquadramentos. Portanto, Halbwachs irá amarrar as memórias individuais aos grupos dos quais fazem parte os indivíduos (Sepúlveda dos Santos, s/d). As indicações do que deve ser lembrado estaria nos quadros sociais apresentados pelos grupos e pelas instituições. Em última análise, o indivíduo é conduzido pela sociedade nos atos de lembrar e esquecer.

Os méritos do pensamento de Halbwachs estão em destacar a influência da socialização na constituição das memórias individuais e de afirmar a própria noção de memória em seu aspecto coletivo, distanciando-a das abordagens psicológicas. Entretanto, sua abordagem não resolve algumas questões referentes ao agente que recorda, ou seja, a possibilidade da interferência da subjetividade no ato de recordar e esquecer.

Diversos trabalhos contemporâneos buscam recuperar o aspecto subjetivo da memória (Frentress e Wickham, 1992; Neves, 2000; Thompsom, 2002, entre outros), ou seja, a possibilidade da interação subjetiva nas memórias. Esse aspecto, o qual não cabia na lógica do pensamento de Halbwachs, é recuperado em trabalhos que visam entender a dinâmica subjetiva das recordações e das “amnésias”, como é o caso da pesquisa de Bosi sobre as lembranças de velhos, que vai buscar em Bergson os aspectos pessoais da memória (1994).



Entendendo a memória em seus aspectos individuais e coletivos, esses trabalhos contemporâneos visam à quebra de uma radicalidade imposta pela abordagem coletiva, onde as motivações externas são determinantes praticamente exclusivos nas lembranças, constituindo-as como fenômeno estritamente externo e superior ao indivíduo. Onde poderíamos encontrar a idéia de um in-determinismo nas proposições de Halbwachs? Qual o aspecto da criação possível nas memórias? Talvez o sujeito somente encontrasse liberdade na criação em suas memórias, pela capacidade combinatória das lembranças determinadas pelos diversos grupos.

Os trabalhos que visam entender tanto a dinâmica coletiva quanto a subjetiva da memória buscam compreendê-la também em seu aspecto de “criação”, onde o sujeito incorpora à memória coletiva, aspectos de sua compreensão pessoal do mundo que o cerca. Por essa abordagem, a memória compreende não só uma “imposição” exterior pelos meios de socialização, mas também o sujeito apresenta sua contribuição pessoal, re-significando-a a partir de sua visão de mundo e de seus interesses e perspectivas pessoais. Entendida dessa forma, memória não é só imposição dos “quadros sociais”, mas também subjetividade e criação.

Quanto aos materiais ou suportes da memória, autores como Pomian (2000) afirmam tratar-se de vestígios de épocas passadas eleitas no presente como conteúdo de referenciais desse passado. Vestígios ou fragmentos de épocas passadas não representam, por si, referenciais de memória. O autor exemplifica com o fóssil. Este não passa de uma decomposição e modificação de um corpo animal ou vegetal. É o interesse do pesquisador, no presente, que confere a tal fóssil, um sentido referencial ao tempo passado.

A tais vestígios irão se juntar outros, projetados, estes sim, para transmitirem à posteridade lembrança de feitos, personalidades ou acontecimentos. São os denominados “documentos-monumentos” (Le Goff, 1996; Glénisson, 1961), forjados para se tornarem vestígios programados do passado.

No processo de transmissão da memória, a linguagem é um elemento fundamental, sendo considerada como diferenciadora principal da transmissão da memória entre os seres humanos. É uma das características de diferenciação da memória animal ou vegetal, transmitidas geneticamente (Pomian, 2000).

A memória transgeracional é aquela transmitida por meio das narrativas, vestígios e dos documentos-monumentos. À medida que a narrativa é substituída pela informação (Benjamim, 1986) e que os vestígios, fragmentos ou relíquias passam a fazer parte das coleções, destacadas

de suas funções de uso e resguardadas da degradação, tornam-se formas de transmissão seletivas, atendendo a interesses e perspectivas institucionais de centros ou instituições de memórias, tais como museus, bibliotecas e arquivos. Passam assim, a serem entendidas como memórias transindividuais, onde os objetos destacados da experiência direta dos indivíduos remetem à memória como estimuladores que se encontram exteriores aos indivíduos (Pomian, 2000).

Memória é, pois, entendida por nós a partir da sua multiplicidade de possibilidades, como criação, projeção de quadros sociais, transmissão transgeracional ou transindividual. Ora as narrativas reproduzem as perspectivas da oficialidade, ora é reinterpretada pelas projeções subjetivas, ora transmitem-se pelos vestígios e monumentos erigidos e eleitos a partir do presente para interpretar o passado.

Por outro lado, podemos dizer que, por intermédio da memória, cada grupo constrói uma espécie de círculos de segurança, no meio do qual transitam com certa tranqüilidade uma vez que dominam o conhecimento sobre os elementos e códigos de seus pares. Nesse círculo identitário, a convivência é baseada em regularidades e previsibilidade sobre a forma de pensar e agir. Para além dessa área é necessário lidar com o irregular, o imprevisível e o desconhecido.

A garantia do círculo de previsibilidade, harmonia e inteligibilidade deve ser moldada, entre outros fatores, no controle de configurações do espaço e do tempo, ou seja, na moldagem dos sentidos das ações humanas e da recordação. Quanto ao primeiro elemento, o que é pensado como comunidade será o espaço privilegiado para imputar sentido às ações, ao mesmo tempo em que o sentido de comunidade garante inteligibilidade às práticas ali desenvolvidas. Já o segundo elemento, a história e a memória indicarão elementos temporais que servem de determinantes identitários. O relato bíblico da vida nas primeiras comunidades cristãs, assim como os apelos do Concílio Vaticano II serão indicativos presentes na rememoração dos dois grupos aqui abordados (Pierucci & Prandi, 1996). A adesão ou não a esses critérios impelirá à confluência ou repulsa, assim como os registros interpretativos acionados por eles. Assim, não serão a comunidade, o relato bíblico ou o CV-II os fatores essenciais, mas a interpretação que deles são efetuados a partir dos elementos de identificação com os cânones instituídos dentro dos círculos de convívio.

Dentro desse pensamento, é interessante identificar como as narrativas dos entrevistados se reportam à autoria da inserção da RCC, por um lado, e por outro da construção e manutenção do pensamento social nas CEBs. Cada membro desses movimentos irá reivindicar a autenticidade de seu grupo pela autoridade de sua trajetória histórica.

Quanto aos membros das CEBs, terão em Dom Adriano o idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para ação sócio-transformadora com base em “comunidades” de convívio e atividades, ao mesmo tempo religiosas e sócio-políticas. Diversas narrativas ressaltam um trabalho diocesano antes e pós Dom Adriano. A manutenção de uma memória do trabalho sócio-transformador será relevante para a continuidade de uma identificação da Diocese com a presença das Comunidades de Base. Essa só mantém o sentido de sua existência a partir de um vínculo memorialístico de uma pertença e ação “libertadoras”. Entretanto, apesar de haver uma produção documental e informacional sobre D. Adriano, essa parece manter-se nos círculos mais restritos de algumas lideranças diocesanas, paroquiais ou comunitárias.

Por outro lado, opiniões em contrário o consideram propagador de uma visão unilateral de Igreja, ao forçar a opção dos fiéis para um estilo religioso vinculado ao político. Evidentemente, esse traço é ressaltado, em geral, por agentes com posições contrárias ao modelo de CEBs. Em nome de uma harmonia eclesial ou pastoral, ressalta-se uma postura mais ao centro ou imparcial do atual bispo, D. Luciano Bergamini.

No caso dos membros desses dois movimentos, a memória do pertencimento ressalta fatores não somente coletivos, mas também individuais. Entretanto, tais elementos são relevantemente expressos pelos adeptos da RCC. A vida particular também é organizada e regulada pela pertença à RCC. Diversas pessoas apontaram como benefício da Renovação a mudança de vida. Tornaram-se pessoas mais compreensivas e calmas. A vida familiar também se re-estruturou com base na dinâmica carismática.

Há também a intenção de ligar a narrativa pessoal de adesão, à autoria da entrada da RCC na Diocese ou na Comunidade. Assim, alguns entrevistados recorrem à sua ação, identificando-se como principais articuladores da inclusão da Renovação nos quadros de sua comunidade. Assim, **Conceição**, 50 anos, participante da RCC e da Equipe de Liturgia da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, interliga uma doença que a afligiu, ao conhecimento da RCC na Diocese do Rio de Janeiro e a posterior introdução dos seus elementos como articuladores da vida comunitária. Narra que foi quando esteve doente que algumas amigas lhe falaram sobre a Renovação, motivando o conhecimento desse Movimento e sua posterior inserção. Assim, ela passa a ser lembrada como a “autora” da vinda desse “benefício” para a vida eclesial daquela localidade. Torna-se uma “fundadora”.

No caso da Comunidade São Bento, o que podemos perceber é a tentativa de se elaborar a entrada da RCC, a partir justamente do suprimento da falta desta. A principal queixa de suas articuladoras, **Doralice** (61 anos, viúva, aposentada, coordenadora da RCC em uma diocese do Estado do Espírito Santo) e **Regina** (37 anos, professora, universitária, participante da Equipe de Liturgia e do trabalho com a juventude, coordenadora da Noite de Louvor e simpatizante da RCC), respectivamente mãe e filha, é que os participantes da Noite de Louvor não aderem aos elementos fundamentais da RCC. Não cantam ou gesticulam como membros daquele movimento. Apesar de um ano de tentativas, continuam agindo como católicos ditos tradicionais, ou seja, não renovados. Não há uma base de sustentação para uma memória da RCC naquela Comunidade. Como toda base para a memória, necessita ser criada, construída, elaborada. Sem tal base, sua implantação parece estar no mínimo, condicionada ao passar do tempo.

Dessa forma, as narrativas analisadas nesta pesquisa nos ajudam a compreender a construção de sentido de pertença e da validade das diversas filiações religiosas nos grupos estudados e em outros grupos relevantes que moldam a memória das ações dos agentes religiosos, assim como sua experiência pessoal do religioso.

### 1.3 Uma exigência: ser comunidade

O espaço coletivo é essencial para o desenvolvimento das ações dos diversos grupos presentes nas sociedades. Em nossa pesquisa, observamos que o espaço de convívio e de encontro é permeado de significados e referências pessoais ou coletivas. São constantes as indicações espaciais do sagrado e do profano e das interrelações entre eles. Entretanto, o espaço não se reduz ao geográfico, muitas vezes nem mesmo se confundindo com ele. É a partir da noção de espaço em seu sentido social que irá surgir também a noção sobre comunidade.

Segundo Sérgio da Mata (2006), há hoje um “*retorno do espaço*” em diversos campos de conhecimento, como a Sociologia, a História, a Antropologia e a Ciência da Religião. Entretanto, os estudos sobre o espaço somente mais recentemente vão abandonando uma visão formalista, passando a atentar para as distintas formas de experiência e percepção espacial.

É evidente, pelos próprios dados empíricos de nossa pesquisa, que o entendimento sobre o espaço não é unívoco e as referências são múltiplas. Esse é representado de forma diferenciada

conforme as práticas ali desenvolvidas, uma vez que os diversos grupos sociais possuem diferentes concepções sobre o espaço (Harvey, 1993).

Sérgio da Mata (2006), lembrando Simmel, afirma que sua oposição entre a grande e a pequena cidade é análoga à proposição de Tönnies entre sociedade e comunidade. O debate gira em torno da desarticulação das relações interpessoais diretas.

Conforme o próprio Simmel (1987, p. 12s.), “*o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais*” ocorre de forma mais lenta no espaço rural, acelerando-se relevantemente nas grandes cidades. Nessas, o ser humano seria impelido a conformar sua intelectualidade a fim de reagir e preservar a “*vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana*”. O intelecto, segundo esse pensador, dará garantias à adaptabilidade do indivíduo às novas condições advindas com a cidade. “*Ele reage com a cabeça, ao invés de com o coração*”. As relações motivadas pela emoção estariam vinculadas ao reconhecimento da individualidade, enquanto nas relações racionais estaria em jogo justamente o oposto, a indiferenciação da individualidade. A atitude *blasé*, a qual uniformiza os objetos, as pessoas e as relações, é a resposta para os impactos causados pelos estímulos constantes e contrastantes da vida urbana. Tal forma de reagir, motivada, segundo Simmel, por contrações fisiológicas, acrescidas da função niveladora do dinheiro, resultaria nessa indiferença onde a essência das coisas é negligenciada em favor de uma avaliação monetária, uma atribuição de valor pecuniário.

Essa modificação causada pela inserção moderna do ser humano na vida urbana, assim como o processo de industrialização e as inovações tecnológicas, entre outros fatores ocasionaram transformações significativas no convívio interpessoal. A principal característica dessa sociedade urbana moderna parece ser a “*coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo*” (Velho, 1999, p. 14 e ss.). Ela coloca em jogo um processo de coesão e coerção.

Portanto, nem o entendimento sobre o espaço da “comunidade” será o mesmo, nem o entendimento sobre as memórias das ações. Essas práticas, porém, entendidas de forma diferenciada, muitas vezes destacarão uma visão etnocêntrica das ações do “outro”, podendo, ora destacá-las como diferentes, ora como incorretas.

Nessa forma de visão o outro é medido dentro dos meus parâmetros de pensamento e ação. O próprio termo outro (“alter”) designa “o outro entre dois”, ou seja, a relação entre duas realidades, medidas a partir da escolha de uma dessas como ponto de referência.

Tais concepções são também tentativas de se dar sentido às práticas ali desenvolvidas. Nessa busca, deve-se recorrer aos elementos de inteligibilidade a serem impostos como passíveis de identificação imediata pelos componentes do grupo envolvidos nas ações. Tais elementos devem conduzir à determinação dos pontos “objetivos” de convergência por meio dos quais os componentes desse determinado grupo observam e dão sentido tanto às suas práticas quanto, por comparação ou repulsão, às práticas dos outros grupos (Bauman, 1999).

Os pontos privilegiados de observação e significação do espaço, do tempo e das ações humanas – e no caso dos grupos religiosos também as supra-humanas - quando hierarquizadas, buscam impor-se às demais produzindo uma visão etnocêntrica matriz. Dela emanam as categorizações dos outros, segundo “seu” ponto de visão. É evidente que o discurso etnocêntrico contribui para o que pode ser denominado “fronteiras culturais” (Sachs, 1985), não se constituindo, em si, um empecilho, a não ser que haja a intenção de suplantação de uma sobre a(s) outra(s).

Nesse sentido, a projeção da comunidade como um projeto identitário a ser desenvolvido apresenta algumas questões. Como relacionar a idéia de um grupo ou grupos de reforço identitário frente à intensificação das interações sociais advindas com a modernidade e o processo de desenvolvimento urbano? Comunidade como pensada e projetada pelo pensamento católico no Brasil, pode conduzir à constituição de ilhas referenciais em meio a um turbilhão de motivações e estímulos fragmentadores. Nesse sentido, mesmo que formando uma rede de comunidades (Coutinho, 2003), ainda assim podem ser pensadas como fixadoras de fronteiras que barrariam a entrada de elementos estranhos.

Entretanto, talvez o mais relevante empecilho a tal projeto seja a complexidade da sociedade moderna que estimula a interação de diferentes registros e códigos sociais. Faz parte do próprio processo de socialização.

Tratando do tema comunidade, Bauman (2003), se aproximará das idéias desenvolvidas por Simmel em relação à formação dos grupos sociais de relações diretas. Ambos afirmam que a segurança fornecida pela comunidade, terá como contrapartida a limitação de sua liberdade. Portanto, o que se entenderá por comunidade, uma vez que se apresenta como um conceito plural será um fenômeno contraditório de coesão e coerção.

A busca pela constituição de um espaço de convivência e socialização onde os indivíduos possam desenvolver plenamente suas potencialidades tanto individuais quanto coletivas

aproxima-se ao mito do paraíso perdido, ou da inocência primeva dos primeiros humanos (Bauman, 2003, op. cit.). Por isso sua busca pode ser relacionada à desagregação efetuada pelas sociedades modernas

Por outro lado, ela é carregada de valores “utópicos” e “utopistas”, o que para Demo (1974) pode ser traduzido, no caso da primeira, por uma intenção de constituição diária do que se entende por comunidade, mesmo que essa não seja uma realidade a ser edificada em plenitude. No caso da segunda, estaria na crença de que aquela poderia vir a existir como realidade concreta.

Para esse autor, a utilização da noção de comunidade estaria em declínio nas Ciências Sociais pelo fato de minimizar aspectos conflituosos do convívio social, como a dominação, a estratificação e o conflito social, entre outros. Entretanto, o que observamos quando vislumbramos o campo extra-científico, como o campo do que costumamos chamar de senso comum ou cotidiano, entre outros, como o campo econômico, é uma exacerbação no uso do termo comunidade. As favelas tornam-se comunidades, multiplicam-se as comunidades virtuais, as comunidades de países são organizadas com fins econômicos e mesmo as empresas comerciais buscam formar “comunidade” entre seus funcionários com fins produtivistas. Assim, embora concordemos que o termo comunidade seja por demais pluriforme para definir uma realidade, é uma noção extremamente plástica e presente nas atribuições de diversas ações e pensamentos de sociabilidade.

Vincula-se, constantemente a idéia de comunidade a uma idéia espacial, pois é compreendida a partir das relações diretas ou face-a-face (Berger e Luckmann, 2001). Portanto, não haveria comunidade à distância. Porém, embora consideremos a importância atribuída ao espaço como forma de circulação e troca de referenciais, os meios de comunicação, em especial os informáticos, geram novas formas de socialização não “presenciais”, ou socializações consideradas virtuais. Exemplo seriam as redes de pertencimento identificadas por Novaes (2002), como veremos em outros capítulos. Portanto, é significativo pensarmos que, em alguns casos, os referenciais circulam menos em um espaço restrito do que na própria veiculação e dispersão de linguagens e códigos comuns à distância.

A constituição mesma da noção de comunidade não pode prescindir, como nas primeiras assertivas sobre o tema, de uma infiltração de valores estranhos no seu meio. As qualidades de

distinção, pequenez e auto-suficiência não podem mais ser aplicadas ao que entendemos por comunidade ou “*circulo aconchegante*”, como denomina ironicamente Bauman (2003, p. 15 ss.).

Seguindo tal linha de raciocínio, essa comunidade pensada, sonhada e planejada necessitará muito menos firmar-se a partir do consenso natural ou da homogeneidade, mas da vigilância sobre seus membros e sobre a circulação de propostas sedutoras que fragilizem sua “unidade”. “*A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá portanto, frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa*”, complementa o mesmo autor. A comunidade apresentar-se-á, portanto, mais como uma fortaleza cercada por altos muros do que com um espaço de aconchego e paz. Estará perpassada constantemente por influências externas e pelas tensões provocadas pela manutenção da pureza e coesão internas. Estão em jogo dois sentimentos e desejos humanos, a segurança e a liberdade.

### 1.3.1 O papel das CEBs e da RCC no projeto comunitário

Nossa pretensão não é esgotarmos o inesgotável tema da comunidade, mas focar nossa análise nas intencionalidades presentes na prospecção do projeto comunitário no seio da Igreja Católica, mais especificamente como tal projeto é colocado em prática na Diocese de Nova Iguaçu. Portanto, centraremos nossa atenção nos aspectos comunitários no catolicismo.

Os dois fenômenos estudados aqui em nossa pesquisa são apresentados como componentes essenciais para a instalação de comunidades, sendo que um deles carrega, na própria denominação o termo comunidade (Comunidades Eclesiais de Base), o que apresentaria, de forma bastante expressa sua intenção. Diversos documentos, como as várias cartas elaboradas após os encontros de CEBs, denominados Intereclesiais, deixam claro que o objetivo especial das CEBs é o “*ser comunidade*”<sup>19</sup>.

Por outro lado, o projeto da RCC também se identifica com a comunidade. Talvez pela projeção nas primeiras comunidades cristãs, base de referência também para as CEBs, esse aspecto é encarado como fundamental para a Renovação. Tal aspecto é assumido juntamente com quase todos os Movimentos e Pastorais iniciados pós Concílio Vaticano II ou que se sentiram

---

<sup>19</sup> Confira a **Carta Final do X Encontro Intereclesial de CEBs**, jul., 2000.



impulsionados a uma renovação após o término daquele Concílio. Portanto tal projeto, mesmo que apresentando motivações e perspectivas diferentes, se faz comum entre esses dois grupos.

Quanto a esse aspecto comunitário, Campos (2005) identifica a tríade que compõe aspectos da identidade carismática, que são o batismo no Espírito Santo, a prática dos carismas e as formas de vida comunitária. Essas últimas seriam compostas pelos Grupos de Oração, pelas Comunidades de Aliança e pelas Comunidades de Vida. Ou seja, a experiência comunitária no entendimento formal e oficial da RCC passa pela adesão a um agrupamento de membros em torno de um espaço determinado e vinculados entre si. Nesse aspecto, os fundamentos do aspecto identitário da Renovação estaria em dois eixos. Primeiro a Salvação, caracterizada pelos dois primeiros elementos da tríade exposta acima e o segundo que seria a vida comunitária.

O grupo de oração é a base social da RCC. É onde seus membros se reúnem semanalmente para orar, louvar e desenvolver a prática dos carismas. As Comunidades de Aliança representam um grupo de pessoas comprometidas umas com as outras com mais arrojado do que nos grupos de oração. Partilham vários aspectos da vida com mais profundidade. As Comunidades de Vida são comunidades onde tudo é partilhado. Os bens pertencem a todos comumente, incluindo o dinheiro (Ibid., p. 112-113).

Nesses espaços os carismas podem ser livremente desenvolvidos e expressos. Fora desses espaços, as autoridades eclesiais e mesmo a desconfiança de outros membros de sua Paróquia ou Comunidade podem impor restrições aos usos dos carismas, em especial aqueles que causam impactos mais relevantes, como o falar em línguas e o repouso no espírito, como teremos oportunidade de abordar em capítulo próprio. São, portanto, espaços de significativa reafirmação de sua identidade.

Cecília Mariz (2004a) propõe que, embora possa haver distanciamentos nos entendimentos sobre a comunidade, uma aproximação seria o compartilhar. Entretanto, são várias as diferenciações entre esses dois projetos.

A prática envolvida na comunidade pela RCC e pelas CEBs apresentaria conotações diferentes. Enquanto na segunda o acento é no coletivo, na primeira é a individualidade. Assim, as orações desenvolvidas entre eles, por exemplo, reforçariam, nas CEBs a luta, a força para o trabalho social e coletivo, enquanto na RCC as orações estariam voltadas para questões individuais, uma vez que os dons ali compartilhados sejam individuais e os pedidos voltem-se para problemas pessoais ou familiares e relacionados à privacidade de cada membro.

Conforme afirma a autora, há uma diversidade de conotações para o termo comunidade se levarmos em conta também a prática e mesmo a teoria sobre as CEBs. Diversos foram os trabalhos que buscaram definir cada um dos termos de identificação das CEBs. Assim os termos Comunidade, Eclesialidade e Base foram amplamente abordados por teólogos e cientistas sociais. Porém, o debate não se esgota. São várias as entonações apresentadas pelos autores. Mariz apresenta diversas dessas dicotomias, distanciamentos e aproximações entre as abordagens. É relevante notar que em nossa pesquisa confirmamos que o termo comunidade tal como é entendido pelos entrevistados, apresenta uma amplitude tal que parecem realidades completamente diferentes. O mais usual é a utilização de um termo genérico para designar qualquer realidade que se pretenda abranger, simplesmente “comunidade”.

Por vezes, a noção de comunidade nas CEBs parece depender do sentido que se atribui a “base”. Portanto, quando essa é entendida como formada pela população menos favorecida ela ganha uma conotação e quando base é pensada como pequena parcela de um segmento social, como acontece com Ribeiro (1986), parece aproximar-se da noção oficial católica de utilização dos agrupamentos “naturais” presentes nos espaços de interferência da Igreja, como a vizinhança, as vilas. Portanto, a visão desse autor parece aproximar-se mais de uma noção clássica de comunidade do que da idéia da divisão social em classes. Argumenta que, se as CEBs optam pela definição de base entendida como classe social menos favorecida, seriam acusadas de exclusivismo.

Seu entendimento de comunidade estaria não somente vinculado à idéia de um agrupar-se em torno de uma homogeneidade identitária ou somente em uma proximidade local, mas em certo grau de solidariedade. Portanto, as CEBs teriam se desenvolvido nas camadas populares mais devido à necessidade desse segmento se agrupar para solucionarem seus problemas. “*Temos que considerar, portanto, a identidade e os laços sociais de solidariedade como elementos constituintes do conceito de comunidade*” (Ibid., p. 50). Entretanto, um limitador dessa noção seria que as CEBs só podem se desenvolver em um espaço determinado, em espaços de vizinhança e de proximidade. Portanto, dentro do quadro de criatividade expansiva que parece caracterizar os novos Movimentos eclesiais, entendendo-se aqui privilegiadamente a RCC, as CEBs se encontrariam em desvantagem. Exemplo disso é a referencia à dinâmica espacial das CEBs que estariam impossibilitadas de se inserir no pensamento e nas experiências desses novos Movimentos, os quais com maior tranqüilidade rompem as barreiras espaciais, demonstrando

uma ágil difusão. A nosso ver, há um relevante debate a ser travado nas relações entre mobilidade e imobilidade que permitem determinadas visões sobre comunidade e espaço.

#### 1.4 A urgência de um trabalho sócio-transformador

Diversos autores, como alguns já citados e outros (Löwy, 1989; Julia Miranda, 1998, 1999; Regina Novaes, 2001, 2002; Valla, 2001; Ana da Silva, 2002; Vitor Machado, 2002), foram atraídos pelo caráter político dado à religião, em especial ao catolicismo do período pós Concílio Vaticano II.

Mainwaring (1989), em um dos capítulos de sua pesquisa sobre a Igreja e a Política no Brasil, apresenta a Diocese de Nova Iguaçu como incentivadora dos trabalhos populares a partir da temática da saúde<sup>20</sup>. Também Burdick, investe na temática em uma paróquia da Baixada Fluminense. Também Yves Lesbaupin (1997) identifica a relevância das CEBs na formação do PT, atual partido do governo no Brasil, a partir da confluência do apoio de diversos intelectuais católicos a líderes sindicais em 1979. Portanto, é recorrente a vinculação entre a Igreja Católica no Brasil como um todo e de forma localizada na Baixada Fluminense e o trabalho sócio-transformador.

Talvez esse seja o aspecto mais complexo na abordagem sobre as CEBs e a RCC no Brasil. Membros de um grupo acusam, explicita ou implicitamente os membros do outro de conservadores, alienados ou de petistas e revolucionários. O aspecto sócio-político do catolicismo no Brasil é um dos que mais volta a atenção dos analistas. Como afirma Miranda: *“Atribui-se a Michel Serres a afirmação de que, há cerca de vinte anos, quando queria despertar o interesse de seus alunos ele lhes falava sobre política, e se a intenção era fazê-los rir, o assunto mudava para religião. Mas, atualmente, diz ele, a situação se inverteu”* (1999, p. 11).

O campo do estudo sobre os aspectos políticos da religião no Brasil há alguns anos atrás era dominado pelas práticas de organização social e política das CEBs e dos Movimentos Sociais a elas vinculados. Em determinado momento o interesse também passava pela crescente presença dos evangélicos no processo político eleitoral. Mais recentemente os olhares passaram também a visualizar o papel da RCC no campo político. Analistas que inicialmente voltaram seu olhar para

---

<sup>20</sup> Sobre o trabalho de Mainwaring trataremos em capítulo próprio.

a Renovação previam que, devido a seu perfil não teriam condições de se apresentarem como força no campo político. Entretanto, desde os anos de 1990 vêm se especializando também na inserção nos pleitos eleitorais.

Nesta pesquisa, não nos ateremos às evidências da entrada da Renovação nos quadros políticos, mas no entendimento mais amplo da vinculação do religioso ao campo social. Por tal motivo, quando tratarmos do assunto, o mesmo será identificado pelo título de “*ações sócio-transformadoras*”. Dessa forma buscamos seguir a linha de raciocínio que parece vigorar nas Comunidades e Grupos observados, cujo enfoque não é tanto a participação política direta e mesmo uma desconfiança para com essa, mas a valorização de uma consciência social que passa pela preocupação não com o coletivo mais amplo, mas com a assistência aos necessitados de forma mais localizada.

Porém, para entendermos minimamente o quadro referencial político desses dois movimentos, vamos buscar fundamentos nas relações possíveis entre a religião e o político. São tais relações que direcionam a adesão e motivação sócio-transformadora, assim como a indiferença ou rejeição para com a política.

Autores como Montero (2006) e Burity (2001), ressaltam o processo de condução do religioso à esfera pública quando a força do Estado nos diversos países ocidentais começa a galgar proporções relevantes. “*Este quadro se reproduziu amplamente onde quer que o modelo ocidental de democracia e economia liberal seduziu elites nacionais ciosas de alcançar a independência ou o desenvolvimento*” (Burity, op. cit., p. 28).

Segundo esses mesmos autores, a expectativa de que a religião se mantivesse na esfera privada não se cumpriu. Ela deveria se comportar como prática na esfera privada e pessoal. Entretanto, há uma volta da religião à esfera pública. A relação entre esses dois aspectos da vida social, religião e política é construída por um longo processo histórico e alguns acontecimentos ocorridos nos anos de 1980 desencadearam essa retomada do espaço público pela religião.

Paula Montero (2006) busca demonstrar que o afastamento da religião da esfera pública ocorre no processo de diferenciação dessas esferas. Para entendermos a constituição da ordem social moderna, devemos ampliar o entendimento da separação entre Igreja e Estado pela distinção entre esfera pública e esfera privada. A primeira diz respeito ao Estado e a segunda à sociedade. A Igreja é assim excluída do espaço do Estado, sendo alocada na esfera da sociedade civil. Segundo a autora, tal processo deveria ser pensado não como determinação de dois pólos,

mas a partir de uma tríade: Estado/Sociedade civil/espço privado. Com o retraimento da Igreja Católica ao espaço privado, surgiram outras questões referentes ao estatuto de formas religiosas não-cristãs. Assim, *“manifestações variadas de ‘feitiçaria’, ‘curandeirismo’ e ‘batuques’ só puderam ser descriminalizadas quando, em nome do direito à liberdade de culto, passaram a se constituir institucionalmente como religiões”* (Ibid., p. 50).

Segundo tal abordagem, esse processo de institucionalização de práticas “mágicas” tornadas religião foi responsável pelo pluralismo religioso atual, uma vez que, antes de abolir tais práticas, resultou de novas formas de manifestações religiosas com expressão pública. Assim, formas rituais como exorcismo e os donativos são resignificadas pelas Igrejas neo-pentecostais, tal como a Igreja Universal do Reino de Deus. Embora o artigo não trate diretamente das propostas pentecostais da Renovação Carismática Católica, aproximações podem ser formuladas. Juntamente com o florescimento pentecostal das Igrejas Evangélica, coloca-se ao lado a projeção da RCC. A aceitação de ritos antes identificados com religiões mágicas e práticas de feitiçaria passam a ser aceitos na sua função de expulsão do demônio, personificação do mal. *“Anexada dessa forma ao código cristão da salvação, a feitiçaria deixa de ser uma prática acusatória pontual, exibindo-se na cena pública como rito religioso e prática desinteressada”* (Ibid., p. 60).

Essa aceitação de práticas antes rechaçadas como feitiçaria vai ajudar a compor o quadro de interações de práticas religiosas no Brasil, contribuindo para a flexibilização e quebra de fronteiras entre as manifestações cristãs e não-cristãs. Assim, colocando o foco não na disputa pela concorrência religiosa, mas na prática dos frequentadores dos espaços religiosos, conclui a autora, as fronteiras parecem deixar de existir. O que sustenta essa possibilidade de intensa movimentação entre diferentes tradições religiosas seria a “crença em Deus” aceita como unidade mínima do que se considera religião. Pensando na pesquisa do CERIS, publicada em 2002, vemos confirmada essa informação em dados numéricos. A pesquisa, realizada em grandes cidades brasileiras aponta para uma diversificação no campo religioso e uma adesão crescente a Igrejas pentecostais e a ampliação do grupo denominado de sem-religião.

Como análise desse estudo, são apontadas quatro representações sobre os católicos. A primeira delas é a do catolicismo institucional, onde os católicos apontam crer nos elementos fundamentais do catolicismo: Jesus, Maria, nos ensinamentos da Igreja. É a forma mais expressiva apontada na pesquisa. Os 48% restantes dos católicos que responderam ao questionário foram divididos em três categorias, os minimalistas, aqueles que apontam sua fé

para Jesus e seus ensinamentos somente. Esses formam 31% dessa parcela de entrevistados. A outra categoria é a que direciona sua fé para Deus ou uma força superior. Esses mantêm uma vinculação com o catolicismo mais por tradição familiar ou cultural e compõem a porcentagem de 12%. A última modalidade é a dos que são, simultaneamente, católicos e espíritas. Esse grupo perfaz 3%.

Se compararmos o percentual de católicos minimalistas (31%) com o percentual dos entrevistados de outras religiões que apresentam também uma crença em Jesus e seus ensinamentos (49%) teremos uma variação de quase 20%, o que é uma margem razoável. Entretanto, se pensarmos também no restante dos entrevistados católicos que não compartilham com elementos fundamentais do catolicismo, os números se aproximam, separando-se por apenas 1% <sup>21</sup>.

Montero (op. cit.) afirma que a expansão do pentecostalismo, com sua Teologia da Prosperidade é possibilitada pela elasticidade aplicada menos à doutrina que ao plano ritual. A autora toma como exemplo a glossolalia, o ato de falar em línguas estranhas, para demonstrar que o conteúdo ou a informação vale menos do que o contexto performático onde aquele ato (glossolalia) ganha sentido. Por outro lado, os grupos ligados à Teologia da Libertação não teriam conseguido efetuar uma força de atração devido à sua recusa em negociar com “‘heresias’ populares”. Entretanto, a força de atração das camadas mais pobres pelos neo-pentecostais não teria, ao menos em um primeiro momento, se transformado em força política eficaz, como houvera feito a Teologia da Libertação nos anos de 1970-80, servindo de base para diversos Movimentos Sociais.

Nas CEBs, a vinculação religião-política foi historicamente construída e se apresenta como referência quando tratamos da Igreja Católica no Brasil. Como afirmam diversos autores, entre eles Lesbaupin (2000), as CEBs tiveram um papel preponderante na constituição de um pensamento democrático no Brasil contemporâneo. Seu papel educativo é considerado como fundamental nesse processo. *“O papel educativo é certamente uma das mais importantes facetas do processo de formação e organização das CEBs. Podemos dizer que as CEBs são o mais vasto trabalho de educação popular – não promovido pelo Estado- feito neste século no Brasil”* (Ibid., p.57).

---

<sup>21</sup> Sobre a pesquisa ver CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (CERIS). Desafios do catolicismo na cidade: pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo : Paulus / CERIS, 2002. Os dados referidos aqui se encontram nas páginas 64 a 69.

O autor realça também os estudos bíblicos promovidos pelos “círculos bíblicos”, os quais promovem uma avaliação da realidade social circundante, ao relacionarem a realidade cotidiana com a Bíblia. Também a estruturação democrática que permite a pessoas sem muita instrução acadêmica a assumirem posições de liderança onde dirigem a Comunidade, promovem encontros em diversos níveis (locais, regionais) e presidem cultos, celebrações e orações.

Nesse aspecto, também Coutinho (2003) aponta para a relevância e o significado desses procedimentos, identificados por ele como eleição, consenso e recepção.

Por **eleição** entende-se o modo de escolha dos ministros das comunidades cristãs locais. Por **consenso** entende-se a manifestação grupal de uma comunhão ativa em assuntos específicos. E, finalmente, por **recepção**, o ato explícito de aceitação de decisões, tomadas sem o concurso de quem realiza a recepção. Ou seja, os três atos são meios para se levar adiante a chamada dimensão comunitário-participativa na Igreja [grifos do autor].

Para Coutinho, tais procedimentos ultrapassam um valor meramente jurídico e técnico.

Portanto, embora as análises apontem para uma retração do empenho sócio-político das CEBs, sua influência no processo político atual e na visão social da Igreja Católica no Brasil e de vários grupos e Movimentos Sociais é incontestável.

Embora tenhamos em mente tal fato, é o próprio Lesbaupin (op. cit) quem indica mudanças significativas na pauta de discussões sócio-políticas das Comunidades de Base. Novos temas são abordados, tais como os que ele considera como temas culturais, o tema da mulher, do índio e do negro. Podemos ainda acrescentar o tema ecológico, como propõe em diversos momentos o teólogo Leonardo Boff<sup>22</sup>.

Tal pauta pode sugerir uma aproximação com transformações teórico-práticas no entendimento sobre política nas sociedades contemporâneas. Na conceituação de “política-vida”, por exemplo, Giddens (citado por Campos, 2005, p. 130-131) vai apontar que tal modelo se diferencia de “política-emancipatória”. Nesta estariam os temas políticos clássicos, enquanto na primeira inserem-se questões vinculadas à individualidade, à ligação do pessoal, do “eu, do “corpo” a sistemas de dimensões globais. Por isso a autora considera que a RCC: *“Ao levar as pessoas a um profundo encontro com Deus, ela está, ao mesmo tempo, levando-as a uma*

---

<sup>22</sup> Confira, por exemplo: BOFF, L. Saber Cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra. 4ª ed. Petrópolis : Vozes, 1999.

*reorganização de sua própria identidade, mudando o seu estilo de vida, o que terá profundas conseqüências para a Igreja e para a sociedade”* (Ibid.).

Outra autora (Theije, 2002), a qual efetuou um profundo estudo sobre o catolicismo no Brasil também aponta para algumas problemáticas quanto à adesão ao ideário das CEBs. Ela demonstra que seus entrevistados no nordeste brasileiro, mais especificamente na Diocese de Garanhuns, cidade do interior de Pernambuco apresentam dificuldades de entendimento das propostas de organização popular e de lutas sociais propostos pelas lideranças das CEBs. Outros aspectos se referem à própria aceitação do que é transmitido ou à sua viabilidade. A autora em foco comenta que uma das entrevistadas afirmou que o discurso do padre na igreja era “fofoca” e não condizia com a forma dela entender a fé, além de não conduzir a um melhor entendimento sobre Deus. O aspecto da viabilidade é traduzido na falta de crédito imputado à ação proposta, ou seja, os membros das CEBs não crêem na possibilidade de se conseguir o que as lideranças propõem.

Por outro lado, há o aspecto também da inconveniência, que diz respeito ao julgamento imediato da realidade. Nesse julgamento, afirma Theije, entram em jogo diversas relações possíveis dos membros das CEBs com os ricos, que podem ser seus patrões ou mesmo algum relacionamento mais direto de conhecimento ou amizade. Também há as complicações de se assumir um papel mais politizado de participação em sindicatos, associações, partidos políticos e as tarefas domésticas diárias, como no caso das mulheres. O que Theije explicita daquelas comunidades do nordeste pode ser observado também nas da Diocese de Nova Iguaçu hoje, ou seja, *“muitos estão mais interessados em rezar o terço do que em discussões políticas”* (Ibid., p. 261).

Entretanto, o que observamos, é que há a preocupação ou um saudosismo para com o envolvimento político por parte de diversos de seus membros, embora a sensação seja de que muito poderia ser feito, mas nada acontece. Por mais que isso aconteça por respeito à tradição de ser uma diocese “libertadora”, esses elementos que vinculam a religião a uma prática social parecem enraizados. As respostas nesse sentido não provêm somente de lideranças atuais ou antigas lideranças, mas também de pessoas que nunca integraram o quadro de coordenação.

No campo político eleitoral, espaço considerado como “natural” do trabalho político das CEBs, há hoje a concorrência não somente dos pentecostais, como visto acima, mas também vem sendo visível, desde os anos de 1990 aproximadamente, a inserção da RCC. Considerada como



conservadora e como avessa ao universo político partidário, levando alguns autores, como Prandi a afirmar que: *“Isso leva-me a pensar que o movimento mais recente de reavivamento da crença religiosa nos coloca mais perto da magia e mais longe da política”* (1996, p. 103). Hoje não nos parece mais possível efetuar com tanta tranqüilidade tal afirmativa. Entretanto, o jeito de pensar e fazer política na RCC apresenta perspectivas próprias.

Carranza identifica que a Renovação possui uma intensa vida política, inclusive partidária. Recorda que o Partido Solidarista Nacional (PSN)<sup>23</sup> foi sendo constituído como seu espaço próprio de atuação política, inclusive *“com membros, propostas e orientações da própria RCC”* (2000, p. 160). Apesar disso, não parece haver uma prioridade de partido no lançamento dos candidatos filiados à Renovação. A autora apresenta a atuação de membros desse Movimento em suas escolhas eleitorais e nas candidaturas de pessoas de seu quadro de lideranças. Isso demonstra um crescente interesse na intervenção religiosa da RCC na vida pública, diferentemente do que se poderia constatar em anos anteriores a 1990.

A Renovação marca presença em dois campos da vida humana onde se reafirma seu caráter *“conservador, moralista e intimista”*:

- No plano individual: para a pessoa a RCC pode ser o espaço no qual ela se recolhe e se refugia do mundo secular e da sua moralidade mundana e, assim refugiada, rejeita o mundo, ficando sem recursos para agir nele, isto é, para transformá-lo.
- No plano coletivo: a RCC se torna uma sociedade inclusiva, uma igreja dentro da própria Igreja Católica, que oferece todos os serviços religiosos, missionários e até de lazer para o fiel que se refugia nela. Assim, o fiel carismático tem tudo o que precisa dentro de seu movimento que, por sua vez, é multinacional e altamente burocratizado (Ibid., p.155)

E parece ser esse universo voltado para a vivência religiosa própria da Renovação, ao mesmo tempo fechado e com intenções de expansão e de sacralização dos demais espaços profanos ou profanizados que é utilizado para sua investida política partidária.

Ao buscar compreender tal investida, Julia Miranda acompanhou o processo eleitoral de candidatos carismáticos. Entendeu que pela observação e análise do processo eleitoral é possível *“acompanhar a construção de representações e estratégias de delegação do poder”* (Miranda, 1999, p. 103), o que fornece condições de compreensão sobre os elementos que constroem condições para a articulação e legitimação entre o político e o religioso.

---

<sup>23</sup> Atual Partido Humanista da Solidariedade (PHN)

A partir de sua pesquisa, a autora pode perceber que na campanha político eleitoral, uma rede de relações e articulações é estabelecida na intenção de gerar uma legitimidade da parte do candidato e um reconhecimento a partir dos eleitores e colaboradores de campanha ou correligionários. Observa que as lideranças que se lançam como candidatos a cargos públicos são lideranças que já ocupam lugar de destaque dentro da organização da RCC. Um candidato observado por sua pesquisa era responsável, por exemplo, pela ação formativa dos quadros da Renovação na localidade onde residia. Com isso ele tinha acesso aos diversos grupos de oração espalhados pela região e pela condução de palestras e cursos para um amplo público.

Sua agenda de campanha era formada, basicamente, por visitas a grupos de oração e participação em eventos, tais como os Seminários de Vida no Espírito, considerados como “porta de entrada” para a participação no Movimento, uma vez que forma novos agentes para composição do quadro de participantes efetivos. Uma estratégia, por exemplo, era ser apresentado por outro membro da Renovação quando ia visitar um grupo ou ministrar palestras. Tal estratégia visa, no marketing político, isentar o candidato de constrangimentos de acusações de sua autopromoção. Também eram distribuídos folhetos explicando a atuação política do candidato, seu passado como legislador e seu diferencial como cristão inserido na política. A inserção dos católicos renovados na política, sua intenção de legitimação como liderança política frente a seus quadros seria também, na visão da autora, responsável pela própria expansão da Renovação a partir da visibilidade que seus candidatos alcançam na mídia durante a campanha eleitoral.

Portanto, a Renovação Carismática Católica, utilizando sua rede de relações composta pelos Grupos de Oração, Comunidades de Vida e Comunidades de Aliança, Encontros diversos, tanto em âmbito local, quanto regional e nacional, embora se projete para o mundo social e político, a nosso ver, baseado nas informações anteriores, move-se ainda de uma forma internalizada, *ad intra*. Parece que o religioso subordina o político, estando o primeiro calcado na sua estruturação que atinge, como afirmou Carranza, os planos individual e coletivo oferecendo uma sensação de refúgio seguro frente às intromissões negativas do mundo moderno.

A vinculação do religioso e do político no universo brasileiro passa também por outra questão que se refere à aproximação, distanciamento ou mesmo concorrência entre os campos católicos das CEBs e da RCC e entre católicos e evangélicos. Segundo Mariz e Machado (2001), alguns motivos podem ser apontados para o distanciamento entre os campos. Em relação ao

distanciamento entre católicos e evangélicos, uma justificativa pode ser a rejeição de diversas práticas do catolicismo que se contrapõem à fé dos evangélicos, chegando a ser consideradas pelos diversos segmentos evangélicos como demoníacas. Podemos lembrar a questão das imagens e do culto aos santos e a Nossa Senhora. Mesmo as CEBs que atuam historicamente no mesmo espaço que os evangélicos, ou seja, o meio popular não conseguiram grandes avanços nesse diálogo talvez devido a essas diferenças de entendimento sobre aspectos da fé cristã.

Outro motivo seria o posicionamento político desses grupos. Nesse sentido, a oposição não estaria somente entre católicos e evangélicos, mas mesmo entre católicos das CEBs e da Renovação. As autoras em questão observam a força mobilizadora das Igrejas evangélicas em convocar voluntários para os trabalhos assistenciais, potencial valorizado pelas católicas por elas entrevistadas. Porém, algumas dificuldades de diálogo resultam do posicionamento “a-político” de diversas denominações evangélicas, em especial as de cunho pentecostal. Por outro lado, há um avanço na possibilidade de entendimento e de parcerias entre católicos e evangélicos das camadas pobres pelos seguintes fatores: “1) *flexibilização na moral e nos costumes por parte dos pentecostais*; 2) *crescente engajamento dos evangélicos em trabalhos de assistência social*; 3) *resgate da dimensão espiritual por parte dos católicos progressistas*” (Ibid., p.98).

Já no que se refere ao diálogo entre católicos das CEBs e da RCC, podemos destacar que os católicos renovados encontram-se hoje de forma crescente nas áreas carentes e que concorrem com as CEBs nos trabalhos de assistência aos pobres. “*Hoje, em muitas paróquias do Brasil, carismáticos estão ombro a ombro com os progressistas*” (Mariz e Machado, 2000, p. 10). Em seu estudo, as autoras identificam que ao menos em um nível superficial, há uma negação, por parte de católicas progressistas, uma negação de que seja possível haver uma parceria com católicos da RCC. Porém, ao aprofundarem a questão, foi sendo percebido que, a partir da natureza dos trabalhos efetuados e pelas informações reveladas nas entrevistas, há uma tendência à aproximação, diálogo e trocas.

Um dos pontos que parece conduzir a uma abertura para a parceria é o que já foi apontado acima em relação aos pentecostais e é atribuído também à RCC, o pouco acento na doutrina por parte desses dois segmentos. Nesse caso, a relevância está mais em acentuar a experiência religiosa, o contato com a divindade do que em se firmar pontos doutrinários. Outro ponto é a relevante autonomia leiga dos membros da Renovação. Nesse sentido, outra pesquisa das autoras (Mariz e Machado, 2006), aponta que tanto membros das CEBs quanto da RCC filiam-se a

formas de pensamento advindas do contato com a modernidade ou com carismas e experiências religiosas pessoais ou com instituições não-religiosas e tradições não-cristãs. Tais filiações geram uma autonomia significativa frente às decisões e posicionamento oficiais da hierarquia. Esse fato permite uma maior flexibilidade e autonomia quanto a opções individuais, o que pode refletir também nas opções sócio-políticas. Exemplo disso é a relevância dada à ação do Espírito Santo e à manifestação individual dos carismas ou dons.

### 1.5 Catolicismo: articulações e negociações

Nossa proposição, como já foi apontada anteriormente, é analisar as CEBs e a RCC na Diocese de Nova Iguaçu a partir do processo de negociação dos elementos acima destacados. Nesse processo, o reconhecimento das diferenças entre as partes negociantes é fundamental. Percebe-se também que não acontece somente a partir de conflitos, mas de trocas, alianças e interações (Velho, 1999). Esse autor, tratando de um caso onde presenciou um senhor negro, de cabelos grisalhos que havia incorporado o espírito de um “preto velho” no momento em que caminhava pela rua e que atraía a atenção de diversos transeuntes de diferentes camadas sociais e ocupações profissionais distintas que passavam por ali naquele momento. Esses formaram uma fila para consulta à entidade mediúnica. O texto vai tratar justamente de códigos específicos que transitam em diferentes estratos e são assumidos ou reconhecidos, mesmo que momentaneamente por pessoas com diferentes e distintas filiações sociais.

No caso específico apontado acima, Gilberto Velho recorre a pesquisas que demonstram que os cultos de possessão são códigos reconhecidos e que transitam entre diferentes estratos sociais no Brasil. Como acontece com esse caso em especial, outros elementos estão em interação, pois *“dentro de uma sociedade complexa, como a brasileira, encontramos não só discursos e códigos diferentes e competitivos, mas também, em posições diferenciadas diante do mundo oficial do Estado e, tradicionalmente, da Igreja Católica”* (Ibid., p. 21).

Entretanto, a idéia de trânsito, ou de *“metamorfose”*, como quer Velho (Ibid., p. 29), não quer afirmar que haja uma fragmentação completa dos elementos identitários individuais e coletivos e as vinculações a grupos de referência. Haveria sim, uma permanente reconstrução dos indivíduos a partir do acionamento de diferentes códigos. Recorrendo novamente a Bauman

(2003), entendemos que, como ocorre com o projeto de construção de comunidades, também a afirmação do que se procura como identidade a partir da afirmação e reafirmação de memórias, de práticas e pensamentos deve ocorrer na cotidianidade. Essa é expressa na tentativa de vigilância permanente e do esforço constante de manutenção de coesão frente aos ininterruptos impulsos de relações, trânsitos e interações. Disso, pensamos, não podem fugir nem mesmo os indivíduos e grupos presentes na Diocese em estudo.

Para compreendermos melhor esses aspectos acima expostos, vamos recorrer a alguns aspectos desses dois grupos na condução do projeto cotidiano de afirmação de identidades.

O primeiro aspecto é o da influência das lideranças leigas ou eclesiais na formação de um tipo determinado de pensamento. Theije (2002), por exemplo, citada acima, expõe que a implantação do projeto “liberacionista”, como ela denomina, foi bem sucedida na paróquia estudada por ela em Garanhuns. Entretanto, tal projeto sofreu alterações e reinterpretações por parte dos que o receberam. No caso das relações de gênero, por exemplo, a autora afirma que, devido ao quantitativo superior de mulheres participando das comunidades, as funções de liderança, muitas vezes são destinadas a elas, fator que irá contribuir para a montagem da pauta de discussões internas, voltando-a, em grande parte, para questões familiares e domésticas. Também conduz a uma resistência à participação política direta motivada pelos afazeres domésticos que já apontamos anteriormente aqui neste capítulo. Tal configuração das comunidades modifica também a própria expressão do relacionamento homem/mulher, onde a fala dos homens presentes nas reuniões quer negar posições machistas de sua parte. Enfim, Theije afirma que:

Na paróquia de São Vicente, os membros das CEBs querem se envolver em atividades religiosas. Dentro do contexto liberacionista católico, optaram pela compaixão pelos pobres e pela caridade, como atos religiosos relevantes. Também buscam a unidade e a cooperação com seus correligionários, e por conseguinte tentam evitar os aspectos problemáticos do catolicismo liberacionista. (Ibid., p.273).

Outro autor ao qual queremos recorrer é Burdick (1998). Em seu trabalho, procura analisar as relações internas do catolicismo no Brasil, assim como suas relações com outras manifestações religiosas. Parte da observação da Igreja na Baixada Fluminense, mais especificamente em uma paróquia da Diocese de Duque de Caxias.

Embora apresente contribuições relevantes para o entendimento do funcionamento do que o autor denomina como Igreja progressista, seu trabalho nos parece carregar o tom crítico, identificado por ele próprio no prefácio de seu livro. Esse tom é evidenciado, por vezes por acentuar o rompimento ou o “corte” efetuado pelo pároco na implantação do catolicismo progressista em um ambiente permeado por elementos de um catolicismo característico da formação pré Concílio Vaticano II.

Burdick demonstra, com ênfase, a atuação de alguns padres que, a partir de seu poder eclesiástico, vão destituindo agentes e ações tradicionalmente desenvolvidas. Entretanto, em alguns momentos, o autor evidencia uma postura autoritária do padre, capaz de, por ela própria, moldar o caráter religioso dos fiéis. Trata do “fechamento” da Igreja em uma espécie de “particularização” do espaço, e das exigências para participação nos ritos. A impressão de sua análise é a de que a atuação individual e autoritária do padre foi capaz de controlar e suplantar as vontades e ações individuais ou coletivas dos fiéis.

Não nos opomos, à princípio, à idéia de que a hierarquia na Igreja Católica, mesmo na implantação de projetos “liberacionistas”, tenha se apresentado, em diversos casos, como autoritária. Entretanto, cremos ser difícil aceitar que isso represente uma generalidade das situações. Dentro da Igreja Católica, qualquer projeto a ser desenvolvido irá se deparar com o poder da hierarquia, buscando e utilizando-se de seu apoio ou se confrontando com ele. Entendemos o que o autor quer afirmar, a atuação entendida por ele como antidemocrática de um projeto apresentado como democrático. Porém, a atuação de um único representante de tal projeto não põe em xeque todo o projeto. Talvez a análise de Burdick devesse vir auxiliada por uma polifonia. Entendemos que uma análise matizada em dois lados pode conduzir a uma projeção maniqueísta.

O que queremos com a análise de Burdick é confrontá-la com a análise de Theije na medida em que entendemos que a ação das lideranças pode contribuir para a implantação de determinada visão. Porém, não a entendemos como determinante como o autor pretende concluir. Se fosse de tal forma não teríamos como imputar às experiências cotidianas valor de transformação ou resignificação das propostas apresentadas. E é justamente esse ponto que pretendemos afirmar, seja em relação aos membros ou simpatizantes das CEBs, seja aos da RCC. Há uma moldagem identitária, mas essa é permeada não exclusivamente pelo trabalho das lideranças, mas pelas diversas influências e perspectivas da vida cotidiana.

O trabalho das lideranças aproxima-se, a nosso ver, do exposto por Weber, o qual entende que *“para la vida cotidiana dominación es primariamente ‘administración’”* (1964, p. 175). Mais especificamente entendemos que o papel da liderança nesses grupos segue os elementos desenvolvidos pelo autor no que se refere à “dominação carismática”. Apesar da categorização do autor na constituição de tipos ideais, não podemos entender um tipo de dominação completamente distanciado dos outros. Lembramos que Weber trabalha com tipos ideais, os quais não podem ser identificados em estado puro, servindo com finalidades analíticas. Pelo contrário, as características dos tipos ideais se entrelaçam. Portanto, há interpenetrações dos tipos. Embora Weber afirme que o tipo carismático opõe-se ao burocrático, admite a rotinização do carisma para que tome uma existência duradoura. Assim, o interesse dos adeptos em dar continuidade a tal forma de dominação motiva à criação de determinada organização que a conserve.

Para isso o autor apresenta algumas soluções possíveis. A primeira delas é buscar sinais da continuidade do carisma em outro portador após o desaparecimento da pessoa que inicialmente era portadora do carisma. A segunda solução seria a revelação representada por diversas técnicas de seleção validadas pelo grupo. A terceira diz respeito à indicação direta do portador atual do carisma e o conseqüente reconhecimento da comunidade. A quarta solução é uma variação da terceira, onde o portador atual do carisma é um quadro administrativo carismaticamente qualificado. A quinta solução parte da premissa de que o carisma é uma qualidade de consangüinidade, portanto, inerente à idéia de linhagem.

Nesse sentido, transportando tal raciocínio para a realidade observada por nós, a eleição pode ser entendida como um desses sinais, assim como a indicação direta da Comunidade, do pároco ou de outra liderança a quem se imputa a qualidade de líder carismático.

Também aproximamos nossa abordagem da categorização que o mesmo autor faz da função do profeta e do sacerdote (Weber, 1994). Como o líder carismático, o profeta é portador de um carisma puramente pessoal. Porém, a abordagem do autor o distingue do sacerdote por ser portador de uma vocação estritamente pessoal e não institucional. O sacerdote, ao contrário do profeta, distribui “bens de salvação” não devido a esse carisma pessoal, mas por sua vinculação institucional, a qual detém o carisma. Mais do que essa dicotomia apresentada a partir dessas duas formas de liderança, queremos nos fixar nas funções do sacerdote como continuador e perpetuador da doutrina.

Weber irá apresentar uma forma de continuidade e preservação da pureza ortodoxa na comunidade a partir do sacerdote, por meio do conhecimento sagrado detido por essa categoria sacerdotal, o sermão e a cura das almas. Dentre essas, a que nos parece mais relevante no processo de rotinização é a cura das almas.

A cura das almas, a assistência religiosa aos indivíduos, é em sua forma racional-sistemática também um produto da religião profética revelada. Sua fonte é o oráculo e o aconselhamento pelo mago em casos nos quais doenças ou outras adversidades sugerem um pecado mágico, o que levanta a questão de quais sejam os meios mais adequados para acalmar o espírito ou demônio ou deus enfurecido. Aqui encontra-se também a origem da “confissão”. Originalmente, isto não tem nada a ver com influência “ética” sobre a condição de vida. Esta só se encontra na religiosidade ética, sobretudo a profecia. E também então a cura de almas pode assumir formas diversas. Na medida em que é administração de graça carismática está interiormente muito próxima das manipulações mágicas. Mas ela pode ser também um ensinamento individual sobre deveres religiosos concretos, em caso de dúvida, ou por fim, em certo sentido, encontra-se entre os dois casos, sendo administração de consolo religioso individual em aflições internas ou externas (1994, p. 118).

Mais adiante, o mesmo autor irá definir a cura das almas como o verdadeiro instrumento de poder dos sacerdotes uma vez que sua influência recai sobre as indicações éticas na vida cotidiana dos membros da comunidade dirigida por eles. Essa influência na experiência cotidiana dos fiéis, Weber irá definir como uma regulamentação da vontade divina na prática individual dos fiéis. Entretanto, tal regulamentação tem uma contrapartida que é a necessidade de adaptação do discurso doutrinal ao “*mundo de idéias tradicional dos leigos*”, o que significa atentar para as formas mágicas das idéias e práticas religiosas (Ibid., p. 319).

Em um aspecto semelhante, também Bourdieu trata da questão. Entendendo a religião como um sistema simbólico conjuntamente com a arte e a língua (1989), vai considerá-la como constitutiva de um poder simbólico, capaz de estabelecer um sentido à realidade. Segundo tal autor, tal sistema pode ser percebido na correspondência entre estruturas de poder social e estruturas de poder mental (Bourdieu, 1987, p. 33s.). Portanto, a religião é um instrumento capaz de contribuir para impor, de forma dissimulada,

(...) os princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos.



Nesse sentido, impõe-se a necessidade de se estruturar um campo religioso autônomo que responda às preocupações das transformações inerentes ao desenvolvimento das cidades. Segundo o autor em foco, esse e outro fator, a divisão do trabalho irão conduzir à constituição de um corpo de especialistas que possa dar conta da produção e distribuição dos bens simbólicos de salvação. Nesse processo, será necessária a desapropriação objetiva dos segmentos que não fazem parte do corpo de especialistas sacerdotais, que passam a ser designados como leigos, no duplo sentido de distanciados do conhecimento da produção dos bens simbólicos de salvação e também pela distinção dos leigos como profanos, em relação à sacralidade dos sacerdotes, ou seja, aqueles são “*destituídos do capital religioso*” (Bourdieu, 1987, p. 39).

Esses aspectos apresentados por Bourdieu sobre a ação de um corpo de especialistas e aquele aspecto da cura das almas de Weber, transportados para pensarmos se realmente a influência dos líderes nas comunidades católicas hoje não está mais concentrada unicamente na pessoa do sacerdote, do pároco, mas dispersada também nas demais lideranças. Assim, o trabalho dos líderes e coordenadores das comunidades e dos Grupos de Oração pode ser como perpassado por uma “vigilância ética” que será sentida por diversos membros. Alguns definem a própria presença do padre nas reuniões como um controle das determinações e decisões de seus membros, enquanto outros garantem que a adesão a aspectos da Renovação Carismática é muitas vezes camuflada devido aos olhares e discursos repreensivos quanto a tal adesão emitidos por lideranças e demais membros vinculados à Teologia da Libertação.

Podemos também pensar que as lideranças da RCC também cumprem um papel organizativo e mesmo vigilante em relação ao comportamento ético de seus filiados e simpatizantes. Ao proporem que a “renovação” apresentada pela RCC deve compreender uma mudança cotidiana de vida, uma adesão à leitura diária da Bíblia, a oração constante e também diária, estão completando um quadro que podemos comparar com a cura das almas. Diversos adeptos demonstraram criar hábitos para se sentirem vinculados à RCC e sua espiritualidade, como ouvir todos os dias, às vezes em diversos horários a missa ou as orações do Padre Marcelo Rossi, a TV Canção Nova ou a Rádio Catedral. Afirmaram que se sentiam desvinculados a essa espiritualidade quando deixavam de lado tais práticas.

Portanto, cremos que a análise do comportamento cotidiano e rotinizado dos membros dessas comunidades contribui para o entendimento da construção de sua filiação a determinados aspectos religiosos enquanto desprezam, descartam ou simplesmente não valorizam outros.

Buscando compreender a construção do conhecimento a partir das formas cotidianas de se situar na realidade, Berger e Luckmann demonstram a variabilidade presente na composição da consciência a partir da variedade de objetos que se apresentam. “*Objetos diferentes apresentam-se à consciência como constituintes de diferentes esferas da realidade*” (2001, p. 37). Para eles, a realidade que se apresenta como verdadeira é a que se compõe na temporalidade e espacialidade possível de ser observada de maneira imediata, é o aqui e o agora. As demais realidades que se apresentam de forma indireta só têm sentido se puderem ser manipuladas de alguma forma. Também as relações intersubjetivas serão ordenadas segundo o compartilhar dos demais indivíduos nos meus interesses ou afazeres diários.

A partir da proposta de análise desses autores, pensamos como é possível então entendermos o crescente interesse em realidades que se colocam distantes em relação ao entendimento imediato como o são os milagres e a cura. Nossa hipótese é a que aproxima essa análise da de Weber no que tange à cura das almas. O efeito da vigilância ética exercida pela RCC diante de seus membros, simpatizantes e admiradores conduz a uma rotinização das práticas espirituais. Assim, é indicada e mesmo reforçada a necessidade da prática cotidiana pessoal da oração e de outras vinculações aos códigos católicos ressaltados pela Renovação. Também o “mistério” da atuação divina é transportado para o cotidiano, para o rotineiro. O milagre passa assim, a ser entendido como manifestação constante e diária do poder divino. Nesse sentido a racionalidade presente na Teologia da Libertação não contribui para o consolo na necessidade de reordenamento cotidiano da vida individual, profissional ou familiar de pessoas atingidas por males imediatos como questões e decisões morais, doenças, desemprego e desagregação familiar.

Dessa forma, podemos entender como o “sobrenatural” se transporta para o “natural”. Como afirmam Berger e Luckmann: “*Enquanto as rotinas da vida cotidiana continuarem sem interrupção são apreendidas como não-problemáticas*” (Ibid., p.41).

A partir desse aporte teórico-metodológico nos propomos a analisar as relações entre condução da vida cotidiana, intencionalidades e opções de filiações na esfera religiosa na Diocese de Nova Iguaçu. A observação empírica fornecida pelo contato com os lugares de culto e reunião e com os diversos agentes religiosos oferece para nossa abordagem um rico material. O que esperamos são condições de nossa parte para desvelar tal riqueza.

## 2 CATOLICISMO NO BRASIL: DO CONCÍLIO DE TRENTO AO CONCÍLIO VATICANO II

A velhinha puxou o terço na hora do sermão. O padre viu. E começou a pensar como era possível tal desrespeito à palavra de Deus, apesar de toda renovação conciliar. Bem ali debaixo do ambo. Bem ali nas barbas do pregador. Bem ali na frente do povão todo. Qual é o pregador que não sente o sangue ferver e subir ao rosto? Sobre sim, ferve sim, tanto mais que toda renovação litúrgica insiste na participação plena, ativa, dinâmica de todo o povo e no valor da pregação. E esse terço rezado na minha cara!

Enquanto o padre vai discorrendo sobre a fé em seus diversos aspectos fundamentais, uma pregação bem pensada, bem preparada, bem estudada, bem proferida, sólida, ortodoxa, bem adaptada aos tempos de incredulidade e secularismo em que vivemos... Dona Sinhazinha (o nome dela é dona Sinhazinha) vai discorrendo a seu modo pelas maravilhas de Deus, como ela entende na sua fé simples, sem grandes filosofias nem teologia, sem grande estilo, apenas água pura da fonte que mana diretamente do lado do Salvador.

Padre Jaime se conteve o tempo todo. Mas que esteve perto da explosão, esteve. Ali, debaixo do ambo, na vista de todo o mundo, olhando o tempo todo para mim, e desafiando as contas do terço. Já se viu uma coisa destas? E na frente do povão. Enfim, no fim de tudo dona Sinhazinha foi à sacristia pedir a bênção ao P. Jaime. P. Jaime sentiu novo acesso de indignação mas ainda se venceu, a tempo de escutar dona Sinhazinha dizer pura e santa como os grandes santos: Meu fio, vosmecê falou tão bonito...

(Dom Adriano Hypólito, 1982)

Esse trecho, extraído de um livro de poesias de Dom Adriano, sem identificar se trata-se de um fato verdadeiro ou fictício, demonstra mais a busca de ressaltar aquilo que pode ser caracterizado de sabedoria popular, ou sabedoria do povo. Para Dom Adriano, fora dos círculos hierárquicos da Igreja também é possível a vivência dos ensinamentos cristãos sem a necessidade de se recorrer ao seu aparato racional e teológico. São diversos os elementos que podem ser evocados de seu texto, como uma crítica à renovação litúrgica do Vaticano II que abre à participação dos fiéis nos ritos sagrados, as orações em vernáculo e não mais em latim, a homilia direcionada para a vida cotidiano dos fiéis, etc. Entretanto, o Vaticano II representou, para muitos fiéis, o abandono da segurança de uma vivência do catolicismo moldada pela separação e distanciamento entre clero e fiéis. Neste capítulo pretendemos compreender alguns aspectos da formação do catolicismo no Brasil desde a entrada em cena dos colonizadores europeus.

Falar em catolicismo é falar sobre diversas faces que o compõem. Há múltiplas facetas a serem consideradas, presentes desde o início da formação do cristianismo como religião. Diversas vertentes de pensamento e tradições religiosas puseram-se em disputa para prevalecerem sobre as outras e mesmo para subsistirem nessa nova forma de agremiação que se

iniciara. Temos aí diversos rituais e tradições judaicas se misturando a tradições gregas (pagãs) e de outros povos que passaram a assumir o cristianismo como forma de vida. Os textos bíblicos relatam algumas dessas divergências. Fora dos cânones bíblicos, diversos outros escritos expõem a busca da ortodoxia que possibilitasse um acerto da doutrina e o expurgo das dissidências com a prevalência de certo tipo de pensamento, prática ou tradição sobre outras. Os concílios foram instrumentos privilegiados nesse processo e as articulações políticas internas e externas. Tais concílios são ainda hoje eventos relevantes na Igreja Católica Romana, servindo como norteadores, difusores e sedimentadores de práticas e idéias.

Não nos ateremos, neste trabalho, a um profundo estudo sobre a política eclesiástica católica em cada um desses concílios, por entendermos ser irrelevante para nosso trabalho. Porém, ao menos três deles marcaram significativamente a vida católica no Brasil, o Concílio de Trento (1545-1563), O Concílio Vaticano I (1869-1870) e o Concílio Vaticano II (1962-1965). Portanto, interessa-nos conhecer os projetos eclesiais que comportam, assim como seus impactos e projeções que carregam.

A experiência religiosa no Brasil apresenta-se carregada de dissonâncias e buscas de sedimentação de ortodoxia, perseguição aos abusos e tentativa de adequação à sociedade que aqui fora se formando. Como explicita o título deste capítulo, buscaremos traçar alguns elementos da trajetória do projeto católico no Brasil como base para entendermos a situação atual em que se encontra. Embora não queiramos apresentar aqui uma história da Igreja Católica no Brasil, visamos apresentar condições para entendermos o complexo universo que se formou a partir do encontro de diversas perspectivas religiosas e tradições culturais.

## **2.1 A Igreja católica e o projeto de expansão territorial**

Desde os primeiros momentos em que aqui aportaram os europeus, fizeram-se presentes tanto o “poder temporal” quanto o “poder espiritual”. Estavam representados respectivamente pelo poder político e pelo poder eclesiástico, que naquele período não se apresentavam tão claramente dissociados em diversos aspectos.

Esses mesmos europeus encontraram aqui profundas manifestações religiosas. Grande parte delas, talvez tenha sido subjugada, outra parte incorporada, “cristianizada”.

Ajuntam-se a tal quadro as manifestações “contrabandeadas” nos diversos povos negros escravizados. Grande parte também subjugada e tratada como memórias subterrâneas, mantidas na “clandestinidade”, fora do universo das memórias oficiais, assumidas pelos Estados e pelos grupos dominantes (Pollak, 1989). Parte de tais manifestações foi “cristianizada”, sobrevivendo como o que passou a ser denominado, muitas vezes em aspecto pejorativo de “sincretismo”. O que passou a ser denominado assim representa, em relevante parte das vezes, perdas principalmente para a parte não-européia.

Essas confluências, assim como outros elementos, acabaram por produzir um tipo de experiência religiosa multifacetada que compõe os quadros do catolicismo atual. Para Ribeiro (1984, p. 15), essa experiência é resultado da inculturação<sup>24</sup> de crenças entre povos ou grupos diversos. Nesse caso, cada processo apresentará peculiaridades locais ou regionais assim como particularidades históricas. Embora se apresente de forma localizada em cada região ou país das Américas, compõe-se de alguns substratos comuns.

Podemos pensar ainda que esses mesmos europeus, por sua vez, pelo menos os não-clérigos não traziam consigo um cristianismo propriamente eclesiástico. Certamente muito dessa cristianização das manifestações religiosas dos “outros” ocorreu a partir daquilo que costumamos denominar religiosidade popular<sup>25</sup> já presente no catolicismo ibérico. Sobre tal assunto trataremos mais adiante neste mesmo capítulo.

Tomando a questão da herança religiosa trazida pelos portugueses, devemos nos lembrar que ela faz parte de um projeto já instaurado na Europa desde aproximadamente o século XIV, fins da denominada Idade Média. São projetos de missão para ampliação do território espiritual da Igreja Católica em terras européias. É evidente que as perspectivas e expectativas eram diferentes, porém, podemos notar uma constância em termos de necessidades, objetivos e meios para o trabalho de difusão e reafirmação da fé católica, inclusive semelhanças com projetos atuais, como teremos oportunidade de analisar em outros capítulos. Buscamos em Châtellier

---

<sup>24</sup> Inculturação é entendida no seio do catolicismo como resultado do trabalho de adaptação da mensagem cristã aos meios culturais onde se encontra, assumindo delas “o que aí encontra de positivo. Todavia, a inculturação não é simples adaptação externa; é uma íntima transformação dos autênticos valores culturais pela sua integração no cristianismo e pelo enraizamento do cristianismo nas diversas culturas humanas. (...) Estas [as culturas] serão regeneradas, no seu encontro com o Evangelho. (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação**. 5ª Ed. São Paulo : Paulinas, 2000, p.69-70). Confira também: CONSELHO PONTIFÍCIO DA CULTURA. **Para uma pastoral da cultura**. São Paulo : Paulinas, 1999.

<sup>25</sup> Tomaremos aqui a noção de popular referente a uma oposição aos setores dominantes. Seria o que é produzido por não-especialistas ou produtores não pertencentes a “oficialidades institucionais”.

(1994) as linhas gerais da empresa missionária na Europa que, realizou-se por meio de alguns religiosos que se dispunham a percorrer um longo itinerário, passando por cidades e aldeias de um vasto território. Os missionários não se fixavam mais que duas ou três semanas nas cidades maiores e poucos dias nas vilas e aldeias.

O trabalho missionário buscava esclarecimento sobre algumas práticas consideradas incorretas, a exortação à oração, à penitência e à observância do preceito da missa, a qual deveria ser assistida “até o fim”. Nesse trabalho de missão, preocupado com o retorno a velhas práticas após a passagem do missionário, o religioso dominicano Adão de La Roche criou uma devoção que poderia garantir a fidelidade do convertido. Tal devoção ganharia um impulso significativo em toda a Europa, sendo utilizada até os dias atuais, em todo o mundo católico, o rosário<sup>26</sup>.

Diversas devoções foram difundidas pelos missionários como as propagadas por Bernardino de Sena (1380-1444) e outros franciscanos da época. Uma dessas devoções é a do Santo Nome de Jesus, que deveria suplantar os demais nomes, em especial o nome dos poderosos que se engalinhavam pela implantação de seus reinos. Em oposição a essa disputa, Bernardino propunha o nome de Jesus como instaurador do “*reino de Deus na Terra*” (Châtellier, p.21). Outras devoções relevantes foram as vinculadas à Virgem Maria.

Em se tratando de Ordens Religiosas missionárias, duas se destacaram na Europa nesse período, os Capuchinhos e os Jesuítas. Os primeiros são uma dissidência, ou uma reforma da Ordem dos Franciscanos, acontecida em 1528. Devido a diversas perseguições sofridas no início da Reforma, pelos próprios franciscanos e por diversos bispos, os primeiros reformadores tiveram que se esconder entre eremitas e se disfarçar como sendo monges, deixando inclusive a barba crescer. Daí, dizem alguns, a tradição da barba dos Capuchinhos. Desse encontro com os eremitas e pela prática da oração e a meditação na “montanha”, os missionários Capuchinhos, posteriormente foram inspirados a pregar “segundo o verdadeiro Espírito os inspirava”. A regra dos Capuchinhos propunha que o religioso deveria tratar sua vida missionária tal qual o relato bíblico de Marta e Maria. Enquanto a primeira tratava dos afazeres domésticos, a segunda punha-se a conversar e a aprender com Jesus. A primeira atitude é, tradicionalmente entendida pela exegese, como inferior à segunda, considerada, essa sim, como a verdadeira atitude cristã.

Por outro lado, o pensamento de Santo Inácio (1491-1556), fundador da Companhia de

---

<sup>26</sup> O rosário é toda a recitação dos mistérios da vida de Cristo e da Virgem Maria, Mistérios Gozosos, Gloriosos, Dolorosos. Cada mistério rezado em separado chama-se terço, como talvez seja mais conhecido no Brasil.

Jesus, os Jesuítas, impunha à missão um caráter prático, diferentemente do ideário capuchinho. Tomava como objetivo. Tomava como objetivo a ordem de Jesus: “Ide! Fazei discípulos em todas as nações” (Evangelho de Mateus, cap. 28, vers., 19). Na empreitada assumida por Inácio, não cabia a idéia de missionários itinerantes, levados somente pelo fervor do Espírito que os impulsionava (e no momento em que impulsionava) a pregar. Segundo Inácio, tal trabalho deveria ser ordenado, a partir dos superiores da Ordem. Nada deveria dar-se ao acaso. O trabalho missionário baseava-se em três princípios: catequese, pregação e assistência aos pobres. Um quarto princípio veio se juntar aos anteriores, o exame de consciência em vista dos sacramentos da confissão e da comunhão.

A pregação dos jesuítas, portanto, baseava-se em conduzir os fiéis à confissão de seus pecados, incitando-os ao conhecimento sobre os pecados e à autoconsciência de suas próprias faltas. Para isso não recorriam a altas doutrinas, mas aquelas que serviam para o fim principal da pregação, a conversão, o arrependimento e a confissão.

Por outro lado, a pregação jesuítica possuía um objetivo de maior vulto, o controle da formação intelectual dos padres e das elites, em especial no que se refere ao combate contra o protestantismo da Reforma <sup>27</sup>. Nessa ofensiva, foi utilizada também a recorrência a um amplo movimento popular e religioso denominado “vaga iconoclasta”, ressaltando a fé tradicional no que se relacionava ao sagrado presente no mundo, como imagens de santos, relíquias, procissões ou procissões a lugares venerados. Os sermões de diversos missionários eram divulgados amplamente em igrejas, mercados e outros espaços públicos, por meio de cartazes. Era a ofensiva católica frente ao Luteranismo e o Calvinismo que se difundiam.

Outra estratégia de transmissão da doutrina era a também elaborada por Inácio de Loyola, que consistia em reunir em uma mesma instrução a aprendizagem das orações fundamentais, o conhecimento da doutrina e os primeiros elementos da vida cristã. Tal instrução tinha como objetivo culminar com a confissão de toda a comunidade de fiéis.

A forma particular de proceder dos jesuítas, principais articuladores desse projeto em terras brasileiras no início da colonização, é pelo convencimento, ou seja, fazer entender a doutrina cristã por meio da razão, a ser atingida por práticas pedagógicas institucionais, como as escolas, ou por outros meios, como pelo exemplo. Essas são formas pacíficas. Somente quando

---

<sup>27</sup> Em 1517 Martinho Lutero publicava as suas 95 teses sobre a indulgência, iniciando assim um processo de ruptura para com a Igreja Católica, deflagrando a Reforma Protestante.

essas se apresentam como ineficazes é que as formas coercitivas são aceitas para “domar” os que insistissem em continuar no erro. Porém uma forma de agir não pressupõe a supressão da outra, convivendo ambas concomitantemente (Baeta Neves, 1978, p.68-69).

Portanto, as investidas da Igreja Católica parecem incidir sobre sua perda de espaço e de poder. Quando da perda de sua hegemonia em relação à estruturação medieval da sociedade, firma um projeto, mesmo que difuso e garantido mais pela adesão pessoal dos religiosos, de missão para difusão da fé católica. Quando esbarra nas críticas e nas rupturas proporcionadas pela Reforma Protestante, investe no que ficou conhecido como Contra-reforma, a partir da reação sedimentada no Concílio de Trento, do qual trataremos mais adiante. Porém outro campo se impunha como urgente, que era a implantação da Igreja Católica nas terras do novo mundo. Esse é o ponto que mais nos interessa, pois diz respeito diretamente à implantação de um pensamento católico no Brasil. Embora devamos ter em mente as novas condições impostas pelo contato com populações antes desconhecidas, e condições de vida talvez inimagináveis no universo europeu, é interessante pensar que elementos das estratégias e projetos missionários desenvolvidos na Europa em tempos anteriores e mesmo em concomitância com a missão em “além mar”, se reforçaram e se renovaram constantemente.

Para entendermos o projeto de catolicismo implantando em terras brasileiras, é relevante entender, como afirma Baeta Neves (1978, p. 27-28) que a Missão se diferencia da Cruzada por não querer aquela a conquista de “lugares santos”, mas quer antes instaurar “lugares santificados”. Na missão há um pressuposto básico de que a Cristandade tem uma dimensão social que deve ser cumprida.

O projeto de Cristandade expansionista que se diferencia da Cristandade medieval-particularista, fechado em si mesmo, busca cumprir com sua vocação universal. Tal projeto adequava-se ao projeto de conquista e expansão das nações ocidentais. Afirma o autor em foco: “Expansão, universalidade, integração, unidade são noções caras a um Ocidente que se lança à sua maior aventura de conquista”. A expansão ocidental possui duas fontes, a incorporação territorial e a incorporação espiritual (1978, p. 28).

Entretanto, Montenegro (1972, p. 18-19), ressalta o caráter específico da formação ibérica desse catolicismo que será implantando no Brasil. O autor ressalta o distanciamento do alto clero, detentor do conhecimento relevante sobre a ortodoxia católica, em relação ao baixo clero e à generalidade dos fiéis. Tal distanciamento é ocasionado, em especial, pela formação do



catolicismo ibérico, de configuração arraigada a valores do mundo Medieval, principalmente no que se refere ao distanciamento efetuado pela hierarquização e estratificação social.

Tal catolicismo ibérico vai ser moldado também a partir do contato com diferentes culturas trazidas pelos diversos grupos invasores e também pelos contatos comerciais.

A posição geográfica do país, amplamente aberto para o mar, próximo à África, facilitou extraordinariamente o acesso de povos no decorrer dos séculos. Naturalmente, portanto, o ecletismo religioso, o mistão de elementos do catolicismo, do islamismo, do *fetichismo* africano, etc., produzindo uma religião *sui generis*, permeada de superstições, de rituais mágicos, de feitiçarias. Ajuntando a isso o subsídio mais poderoso do medievalismo decadente, ter-se-ia ali o quadro da religião (Montenegro, p. 18).

Essa pluriformidade de visões e práticas religiosas era mais prejudicial que o atual pluralismo religioso, uma vez que aquela ia contra a necessidade de uma uniformidade quanto à visão de mundo, essencial para o projeto expansionista no qual a Igreja Católica era parte fundamental. Portanto, para se gerar a idéia de uma unidade social e política, era necessário também o sentido de uma unidade religiosa. A fragmentação era, portanto, prejudicial a um projeto de construção de unidade nacional e de submissão ao poder do soberano, desfocando os súditos da estabilidade desejada.

É interessante notarmos o movimento de busca de vinculação da Igreja com o Estado em vista da manutenção de seu poder junto à população. Após ter moldado uma relação de poder soberana frente às forças seculares, que garantira a manutenção de poder absoluto em grande parte da Idade Média, a Igreja começa a ver declinar sua influência com a decadência desse período e por diversos fatores confluentes. Dessa forma, tem que passar a buscar estratégias para continuar sendo um interlocutor ou um instrumento essencial à conquista e manutenção do poder dos soberanos seculares com a finalidade de manutenção de seu próprio poderio.

Mesmo perdendo a hegemonia oficial para determinação dos rumos tanto do campo religioso quanto do secular, vincula-se aos Estados como substrato de sua ascensão e manutenção. Portanto, combinados o poder estatal e o religioso, busca-se determinar que a incursão contra um é a incursão também contra o outro (Montenegro, p. 20).

Portanto, o catolicismo, ao qual faltava a dinamicidade e a liberdade para se auto-modificar com a finalidade de inovar tanto na esfera religiosa quanto nas esferas cultural e política, impõe-se, cada vez mais, por meio da coerção, “entrincheirando-se” frente às investidas dos ‘inimigos’. Montenegro segue afirmando: “Em que pesem os esforços da Contra-Reforma no

rejuvenescimento da fé, faltou-lhe a visão adequada à conciliação da liberdade na autoridade e do mundo do transcendente” (Ibid., p.24).

Tal “entrenchamento”, muito bem representado pelo Concílio de Trento, do qual trataremos a seguir, visava uma re-estruturação em seu posicionamento frente à sociedade mais como uma forma de garantir o espaço que ainda lhe restava e investir na retomada de sua influência política e religiosa dos lugares tomados pela Reforma Protestante. Também visava uma regulação do catolicismo implantando nos países colonizados a fim de resguardar seu controle frente às novas situações impostas pela distância e pela dificuldade de intervenções diretas.

## **2.2 De um catolicismo laico à Romanização**

Como já dissemos, três Concílios universais da Igreja Católica impactaram a América Latina, os já citados Concílios de Trento, Vaticano I e Vaticano II (CV-II). Portanto, estivemos sob os impactos de pelo menos três formas diversas e às vezes complementares de pensamento. Entretanto, uma forma de conduzir a Igreja foi moldando a participação dos fiéis em contraponto à atuação eclesiástica, é o que se denomina Romanização, ou seja, a tentativa de controle das ações dos fiéis pela hierarquia. Tal processo, iniciado por Pio IX (1846 a 1878), culmina no Concílio Vaticano I, no qual firma-se o dogma da Infallibilidade Papal.

Tal processo representou o reforço da centralidade da Igreja em Roma. Visou criar uma maior unidade entre os bispos e impulsionou o que se denomina processo de romanização, sendo as principais conseqüências desse, o afastamento das lideranças leigas e o reforço das lideranças eclesiásticas com o envio de numerosos religiosos para as terras do “Novo Mundo”. O culto devocional leigo passou por uma retração, uma vez que foi sendo reduzido aos espaços do lar, aquele se restringiu quase totalmente ao âmbito individual. O processo de romanização reforçou também a espiritualidade pessoal e o culto a novos santos, mais austeros e que melhor representassem o pensamento eclesiástico (Oliveira, 1980; 1985; 1996;).

Na época da história brasileira conhecida como Brasil Colônia, podemos dizer que, no que se refere ao catolicismo, o fator predominante seria o aspecto leigo e a autonomia das denominadas camadas populares na formação do catolicismo. Alguns fatores influenciaram a

construção e fixação dessas características. Um deles seria a disputa de interesses causada pela delegação de autoridade dada ao rei de Portugal para nomear sacerdotes para os cargos eclesiásticos e para interferir nos rumos da Igreja Católica no Brasil. Em troca, essa recebia benefícios econômicos e influência política dentro do Estado. Foi o que se denominou “*Padroado Régio*” ou “*Regalismo*”. Essas disputas acarretavam longas vacâncias nas dioceses e paróquias, dificultando a estruturação de uma organização clerical no Brasil (Ruiz, 1997).

Outro fator que contribuiu para a formação de um catolicismo autônomo no Brasil colonial foi a falta de sacerdotes para desenvolver satisfatoriamente o atendimento religioso, principalmente junto às camadas populares. Esses fatores, unidos à “*forte religiosidade do povo*” (p. 28), confluíram para a construção de um imaginário social e religioso a partir da influência dos leigos, traduzido em formas próprias de religiosidade e formas autônomas de culto e cultura.

Mesmo o Concílio de Trento, o qual visava um processo de centralização do poder nas mãos do sacerdócio, uma investida no controle sistemático de bispos e padres sobre os espaços físicos onde se encontravam as dioceses e paróquias, não conseguiu modificar satisfatoriamente os “desvios” ocorridos na Colônia. Trento buscou uma reforma “interna”, em seus quadros e organização, motivada pela idéia de que a Reforma não era algo exclusivo de Luteranos e Calvinistas (Châtellier, 1994). Era, além de uma tentativa de se adequar aos novos afrontamentos, uma tentativa de desqualificar a Reforma Protestante.

O processo de formação desse catolicismo popular, laico e autônomo foi obstruído, na verdade, pela romanização. Esta surge como reação aos valores representados pelo liberalismo filosófico e pelo Iluminismo (Teixeira, 1988, p.24). Suas principais estratégias foram a valorização expressiva de seus quadros clericais, a concentração de poderes, a uniformização da atividade eclesial e do culto e a intensificação da vida intra-eclesial difundindo cultos de caráter sentimental e individualista.

A romanização atuou diretamente contra as lideranças leigas de reconhecimento popular, em favor das lideranças que possuíssem legitimação institucional e investidura para tal. O nível doméstico teria sido o único espaço de elaboração e transmissão do catolicismo autônomo e laico. Nos lares, continuou-se transmitindo e construindo a religiosidade popular, independente do controle do clero romanizado. O catolicismo popular tornar-se-ia privatizado (Teixeira, 1988).

Segundo Oliveira (1985), o poder religioso próprio utilizado para submeter os fiéis é o poder dos sacramentos. Eles se tornarão necessário, dentro do projeto de centralização do poder,

para que o fiel alcance a salvação, sendo o principal mediador da administração desses sacramentos, o sacerdote. Este irá desempenhar um relevante papel no combate às demais práticas não oficiais e exercidas sem a presença do padre, condenando-as de superstições ou desvios da fé. “Em suma, na medida em que os fiéis vão aderindo à idéia de que os sacramentos são os melhores meios para a obtenção da felicidade eterna, o clero ganha importância, pois só ele pode administrá-los.” (Ibid., p.327).

Outra incursão feita pelo processo de romanização foi a difusão do culto ao Sagrado Coração de Jesus, culto a Maria e santos com forte significado para a Igreja Católica na Europa. São substituídos os cultos preparados por associações ou irmandades leigas por aqueles restritos ao espaço da paróquia, sob o comando do pároco. Mesmo com embates entre párocos e leigos, tal processo vai sendo instaurado no correr de duas ou três gerações, empurrando os cultos e devoções populares para a marginalidade (Oliveira, 1996, p. 21). Assim, os cultos devocionais vão sendo conduzidos para a esfera individual, onde o fiel, mesmo assumindo uma prática externa vinculada ao templo, continua sua relação com os santos de uma forma direta, por meio de promessas, romarias, peregrinações. Portanto, mesmo que desestabilizando boa parte das articulações leigas da condução da vida religiosa no catolicismo no Brasil, a romanização não teria conseguido eliminar de todo com a prática leiga de conduzir certos elementos da fé, sem a necessidade de uma autorização formal da instituição. Isso significa que a adesão à nova forma de manifestação religiosa, gestada durante décadas, por vezes conseguiu produzir uma sujeição mais formal do que real (Oliveira, 1996, p. 21). Entretanto, com a separação entre Igreja e Estado na ocasião da proclamação da República no Brasil (1889), surgem as bases para uma aceleração no processo de centralização do poder eclesiástico (Campos, 2005).

Há consenso em determinados autores (Oliveira, 1985; Montenegro, 1972), em afirmar que, embora dolorosa, a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro tenha sido um marco significativo no processo de reestruturação organizacional e fortalecimento da primeira frente à sociedade.

Entretanto, a Igreja e o Estado rompem essa união de forma radical e litigiosa, impondo à estruturação eclesial um peso, pois aquela união não tinha contribuído para se fortalecer enquanto instituição. Campos (2005) ressalta que, na época da separação, a Igreja contava com apenas uma Arquidiocese, a de Salvador, e com onze dioceses. Faltava uma real e eficiente formação dos

sacerdotes e estruturas diocesanas e paroquiais que garantissem tanto o sustento financeiro dos clérigos, quanto à execução eficaz dos serviços religiosos.

Lembremos que, nesse período, está em curso, de forma ascendente, o processo de romanização, buscando conduzir as estruturas eclesiais a uma modelação nos preceitos e deliberações de Roma. O Concílio Vaticano I, como dissemos, conduziu à aceitação do dogma da infalibilidade papa e ao maior centralismo de poder nas mãos do Papa. É o verdadeiro absolutismo eclesiástico católico. Nessa conjuntura, uma corrente liderada por alguns bispos, dentre eles, talvez o de maior destaque tenha sido D. Sebastião Leme de Oliveira Cintra. Tal corrente propunha uma estreita vinculação com a Igreja de Roma. Entre as medidas tomadas por tal grupo e, em especial por D. Leme, estava o restabelecimento da aproximação com o Estado não mais em base de dependência ou subordinação, mas em igualdade de condições. Desejava a Igreja como interlocutora privilegiada do poder estatal. Para isso era necessário organizar os católicos em uma milícia esclarecida para pressionar o governo, voltando a fazer com que a Igreja recuperasse seu poder frente na vida pública. Para isso, buscou-se implantar escolas e universidades que tivessem como encargo formar uma elite intelectualizada. Assim também era necessário preparar um clero capaz de assumir posições de liderança no Brasil (Campos, 2005, p. 78).

Embora não se tenha efetuado a criação de um partido confessional no Brasil, pela oposição a tal idéia, passou-se a influenciar o universo político eleitoral com a criação da Liga Eleitoral Católica, que cuidava de apresentar aos candidatos uma lista de reivindicações católicas. Aqueles que a aceitassem seriam merecedores do voto dos católicos. O projeto de Dom Leme e seu grupo teve relevante êxito, fazendo com que a Igreja se erguesse como instituição de peso e influência perante o Estado e a sociedade, inclusive conseguindo que fossem aceitas legalmente diversas reivindicações. Porém, não era mais uma influência e um poderio regimental, não estava mais subordinada ao Estado, impondo-se como interlocutor de peso.

Um êxito relevante do projeto de D. Leme foi a revitalização e fortalecimento do laicato, em especial com a implantação da Ação Católica (AC), movimento leigo com bases internacionais. A partir daí, podemos dizer que houve uma retomada da ação leiga mais autônoma pois, como afirma Campos, o clero brasileiro jamais conseguiu dominar o laicato completamente (2005, p. 81).

### 2.3 Retomada da ação dos leigos: expansão da ação leiga e confrontos com a hierarquia

Não pretendemos nos alongar nesta temática da ação leiga no catolicismo no Brasil do século XX, visto ser algo já relevantemente apresentado em inúmeros estudos. Portanto, basta aqui destacarmos alguns elementos eclesiais e sociais ocorridos nesse período, tomados como significativos no entendimento da estruturação de um modelo eclesial voltado para a ação dos leigos no Brasil. Tal temática foi abordada em nossa dissertação de Mestrado (Assis, 2002) para podermos dar destaque ao papel da ação leiga no surgimento das CEBs.

Alguns dos elementos sociais motivadores de uma ação católica a partir do laicato foram o anticomunismo e o desenvolvimentismo, a ação frente ao protestantismo. No universo católico, o papel de destaque para a Ação Católica Brasileira (ACB), o surgimento de uma consciência frente à presença e atuação feminina na Igreja, mudanças na estrutura eclesial católica e a construção de espaços no seio da Igreja Católica frente à ditadura civil-militar (Assis, 2003, p.102).

A Ação Católica ocupou um papel relevante no cenário mundial e brasileiro. Diversas lideranças que se destacaram no cenário nacional tanto religioso quanto político, tiveram suas bases de formação naquele Movimento. Num primeiro momento, a Igreja utilizou-se da ACB como grupo de pressão para ampliar seu poder político (Baldissera, 1987, p. 40). Após a reformulação da Ação Católica em 1950, deixa de lado sua vinculação com o modelo italiano, de cunho mais autoritário, assumindo os modelos belga e canadense. A organização de seus quadros passa a se dar pelas diferentes estratos sociais<sup>28</sup>. As opções políticas que se desenvolveram nesse processo de mudanças tanto do Movimento quanto da própria configuração societária, trouxeram relevantes tensões, em especial entre leigos e hierarquia. Nesse sentido, referindo-se à Juventude Universitária Católica (JUC), Teixeira afirma que *“a opção pelo socialismo foi-se tornando cada vez mais imperiosa para os jovens militantes da Ação Católica e, paralelamente, acentuando-se a oposição e o conflito com a hierarquia.”* (1988, p. 87).

O *“Movimento de Natal”* foi outra experiência que surgiu na intenção de gerar uma intervenção da Igreja Católica no mundo social. Exerceu influência primordialmente nas áreas

---

<sup>28</sup> No meio rural surge a *“Juventude Agrária Católica”* (JAC), no meio estudantil secundarista, a *“Juventude Estudantil Católica”* (JEC), no meio universitário a *“Juventude Universitária Católica”* (JUC), no meio operário a *“Juventude Operária Católica”* (JOC) e no denominado meio independente a *“Juventude Independente Católica”* (JIC). No meio adulto, o único grupo a conseguir se manter foi a *“Ação Católica Operária”* (ACO).

rurais e visou acentuar o compromisso social do cristão leigo. Significou ainda o início de atividades sistemáticas da Igreja Católica no Brasil em questões sociais. Passo significativo desse movimento foi a criação em 1958, das chamadas “*Escolas Radiofônicas*”, através das quais, posteriormente se iniciou o denominado “*Movimento de Educação de Base*”, ou seja, uma educação voltada para as camadas populares, tendo como base o conceito de “*conscientização*” do educador Paulo Freire (Assis, 2002, p.26 e ss.).

Essas experiências foram também instrumentos utilizados na tentativa de bloquear a influência das idéias comunistas, que se disseminavam no meio rural, através do trabalho das “*Ligas Camponesas*”<sup>29</sup>. O discurso e a prática anticomunista da Igreja Católica iam ao encontro do discurso e da prática social anticomunista do Estado. Tanto que o apoio governamental para a expansão das “*Escolas Radiofônicas*” foi considerável.

A experiência dos “*Catequistas Populares de Barra do Pirai*”, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, iniciada em 1956 seria vista como capaz de difundir a doutrina católica para compensar a carência de clérigos naquela diocese frente ao avanço dos evangélicos. Os leigos que desenvolviam práticas próprias do catolicismo popular (reza do terço, novenas, festas dos santos, benzimentos, orações diversas) foram valorizados em função da necessidade de difusores doutrinários. Atualmente, em grande parte, a prática pastoral dos leigos na Igreja católica do Brasil deve a essa experiência. Entretanto, essa não conseguiu efetuar uma ação leiga autônoma. O intenso controle hierárquico e a falta de uma formação crítica dos leigos limitaram sua ação, na maior parte das vezes desempenhando o papel de simples executores.

Entretanto, Lopes ressalta que esses movimentos em busca de uma inserção social não foram unânimes nem homogêneos, mas fazem sobressair uma vertente das práticas católicas daquela época (anos 70 e 80), relegando ao esquecimento trabalhos de base popular realizados por outros setores e com outras perspectivas políticas (1980, p.199).

Por outro lado, aqueles movimentos foram significativos para a articulação de uma pastoral orgânica nacional que iria contribuir para o fortalecimento da Igreja Católica em meio às

---

<sup>29</sup> Foram criadas no ano de 1945, na zona periférica de Recife (PE). Surgem como luta camponesa com intenso conteúdo social. Ganham visibilidade e expansão com a intervenção do advogado Francisco Julião. Inicialmente encontravam-se sobre o controle do Partido Comunista, com o qual Julião rompe em 1962. Transformado em dirigente político nacional com sua eleição para deputado federal (1962), rompe não só com o Partido Comunista, mas também com os partidários de João Goulart. As Ligas foram perdendo prestígio para os sindicatos cristãos e comunistas. (TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo : Trajetória Cultural/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989 , pp. 238-239).

mudanças sócio-políticas e culturais pelas quais passava a sociedade brasileira. A Igreja Católica buscava ganhar força frente à camada ampla da sociedade, ao mesmo tempo em que firmava sua intenção de barrar o avanço do comunismo, do protestantismo e do espiritismo. Também tentava frear perdas significativas frente a uma sociedade em processo de distanciamento dos preceitos religiosos institucionais. Tal quadro referencial vai ser completado pelo evento de maior impacto para a Igreja Católica na era contemporânea, o Vaticano II (CV-II). (Assis, 2002).

#### 2.4. A Igreja abre as janelas: O Concílio Vaticano II

Essa expressão é emblemática no que tange ao Concílio Vaticano II, “*abrir as janelas da Igreja*”. Essa expressão é atribuída a João XXIII e quer significar, ao mesmo tempo uma renovação no modo de se relacionar com a sociedade da época, e uma atenção, uma mirada para fora de seus muros e dos limites da janela do Vaticano.

Nesse sentido, o Concílio representou uma mudança drástica na vida dos católicos do mundo inteiro. Alguns fiéis mais idosos, que sofreram diretamente os impactos das indicações do Concílio e das interpretações e atitudes de padres, religiosos, religiosas e bispos em relação às inovações que o Vaticano II deixava visualizar. Uma de nossas entrevistadas, Dona Vera, uma senhora de 71 anos, comentou que “*era tudo muito confuso, em um instante, a missa era em latim, com o padre virado de costas para o povo, enquanto eles [os fiéis] rezavam o terço*”, como uma das poucas formas de participação no rito da missa; “*em outro instante, os padres tiravam a batina, rezavam em a missa em português, comentava-se até*”, dizia ela, “*que os padres agora podiam casar*”. Tal afirmativa demonstra as especulações, confusões e medos ocasionados pelas mudanças propostas pelo Concílio. Muitos falavam mesmo em desestruturação e fim da Igreja Católica.

Alguns padres, em conversas informais, fora do contexto da pesquisa já haviam comentado sobre a época. Um deles, hoje bispo da Diocese de Itaguaí, era recém ordenado naquele período, padre em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, explicou que tudo estava confuso, muitas informações contraditórias. Não havia uma base certa sobre as notícias. Uma de maior impacto era a de que os padres a partir daquele momento poderiam se casar. Eles



mesmos como padres não tinham muitos canais de informação seguros. A única impressão mais certa era a de que nada mais seria como antes na Igreja Católica.

Uma das questões fundamentais ao se tratar do Vaticano II é a abertura para a participação dos leigos na vida da Instituição católica. Foi uma forma de abertura diferente da participação em épocas anteriores, como visto acima, no período não influenciado pela romanização. Entretanto, em diversos casos, o Concílio só acatou, legitimou ou consentiu práticas que eram já correntes em muitos lugares.

Portanto, podemos dizer que no CV-II desembocaram diversas manifestações de abertura e diálogo da Igreja para com a sociedade como um todo, assim como a necessidade de a Igreja Católica se firmar como instituição reguladora da vida humana nas diversas sociedades do planeta. Várias experiências pastorais motivaram a abertura proposta por tal Concílio e conduziram para o que se pode pensar como “inevitável olhar para a modernidade”. Também diversas formas de manifestações religiosas nasceram ou tomaram impulso a partir desse Concílio.

Nossa pesquisa busca se inserir no amplo e diversificado universo dos estudos sobre o catolicismo no Brasil, em especial no catolicismo que surge a partir do Concílio. Por ser considerado hegemônico desde o início do projeto de ocupação e colonização pelos europeus, o catolicismo ocupou uma imensa massa da produção intelectual tanto nacional quanto internacional Nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Mesmo com a percepção de uma mudança de interesse de diversos autores para com o catolicismo, voltando-se para estudos sobre o avanço pentecostal e neo-pentecostal, o catolicismo, muitas vezes permanece como ponto de referência. Esse avanço estudado pode centrar-se na perda de hegemonia católica ou nas providências da Igreja Católica no combate a tal avanço.

Portanto, essa longa tradição e influência católica permanecem em foco em diversos trabalhos. Assim, nos estudos sobre o catolicismo atual, inserem-se temas que abordam suas relações e reações ao pentecostalismo evangélico e mesmo ao pentecostalismo dentro de suas fileiras, a partir do surgimento da RCC, movimento explicitamente pentecostal.

Destaca-se também o que se denomina por processo de secularização e racionalização das relações religiosas, assim como o processo de busca de contenção do pensamento liberacionista propugnado pelas CEBs. (Pierucci e Prandi, 1996) Outros destaques vão para as tensões intra-eclesiais provocadas pela existência de movimentos com propostas diversificadas e mesmo para

as tensões dentro desses próprios movimentos. Porém, o que grande parte desses trabalhos tem demonstrado são a diversidade e a pluralidade do universo católico no Brasil, suas tendências e perspectivas.

O CV-II é requisitado pelos diversos movimentos presentes atualmente na Igreja Católica Romana, constituídos após seu término, como evento inspirador. Para ele convergem as reivindicações de autenticidade (Pierucci e Prandi, 1996). Em especial, o que chama a atenção nos movimentos pós-CV-II é uma característica de busca organizativa leiga, motivada pelas atualizações propostas pelo Concílio e pelos documentos pós-conciliares, especialmente Medellín (1968) e Puebla (1979), assim como sua pluralidade em termos de grupos, movimentos, expressões, práticas e idéias.

É evidente que tal pluralidade esteve presente desde o início no cristianismo, manifestado pelos intensos debates e disputas pelos cânones bíblicos e pelas principais teses teológicas e dogmáticas que deviam se impor, frente às diversas teses apresentadas. Entretanto, isso não significou a aniquilação ou a expulsão completa das divergências. Como afirma Mariz (2003), a Instituição Católica, em inúmeras ocasiões, demonstrou competência para lidar com o conflito, re-arrumando e acomodando seus quadros, práticas e idéias conformando-os à adesão explícita da doutrina.

Os próprios documentos das Assembléias do Episcopado Latino Americano, Medellín, Puebla e mais recentemente Santo Domingo (1992)<sup>30</sup> demonstram os embates, por vezes implícitos, na busca da retomada pós-conciliar, de uma maior centralidade e unicidade de idéias e ações. Nesse sentido o Vaticano II pode ser apresentado, ao mesmo tempo, como ruptura da forma organizativa eclesiástica anterior, abrindo-se ao diálogo com a sociedade moderna (David, 2001); como também um processo, observado na ação de alguns segmentos da cúpula católica, de um retorno ou continuidade com algumas proposições do Concílio anterior, o Vaticano I, que apresenta teses mais voltadas à contra-reforma protestante (Teixeira, 1994). Podemos então deduzir que a proficuidade na produção de novos movimentos e experiências religiosas provém dessa pluriformidade contida no universo católico.

O caráter plural do catolicismo esteve presente mesmo no Concílio, evidenciado na

---

<sup>30</sup> Há um documento recente, produzido na segunda metade do ano de 2007 que carece ainda de um estudo aprofundado, o qual se encontra em curso. Diversas controvérsias foram e continuam sendo expostas sobre o referido documento, intitulado Documento de Aparecida. A principal controvérsia refere-se à acusação da retirada de diversos trechos do documento final enviado ao Papa Bento XVI, trechos esses que, segundo especialistas presentes ao encontro, referiam-se diretamente às CEBs e à Teologia da Libertação.

diversidade de propostas e no embate de idéias (Teixeira, 1994). Expoente de propostas revisionistas dos avanços apresentados pelo CV-II desde sua realização nos anos sessenta foi um dos cardeais mais próximos do falecido Papa João Paulo II, o Cardeal Ratzinger, atual papa Bento XVI (Comblin, 2002). Pensamos que tal fato ajude a compreender as mudanças políticas da Igreja Católica ao longo do pontificado de João Paulo II onde é identificada a retomada de uma maior centralização das ações eclesiais, em especial se opondo a algumas práticas propiciadas pelo Concílio (Valle, 1980).

Para a América-latina, as Assembléias Episcopais representaram uma busca de ajustamento pastoral à realidade sócio-econômico-cultural. Nos documentos acima mencionados, Medellín e Puebla, que se seguiram ao CV-II, teólogos e agentes de pastoral buscaram “traduzir” as proposições daquele Concílio para a realidade Latino-americana e propor pistas pastorais. Nesses documentos, a religiosidade popular é retomada em suas potencialidades. Isso representa o nível crescente de interesse da instituição eclesiástica para com uma realidade ainda desconhecida, mas possibilitadora de sua penetração junto às camadas menos favorecidas.

## **2.5 Os Planos de Pastoral e novas formas de manifestação religiosa católica no Brasil**

Buscamos entender o processo de constituição dos projetos pastorais da CNBB enquanto estratégias de atuação da Igreja Católica na sociedade brasileira por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por meio de criação (no caso das CEBs) e do enquadramento (no caso da RCC) a partir de seus documentos oficiais. Tais documentos visam planejar ou regular as atividades pastorais em âmbito nacional. O Plano de Emergência para a Igreja do Brasil (2004), documento produzido originariamente no ano de 1962 visa adequar as atividades pastorais católicas às novas exigências da presença da Igreja Católica na América Latina quanto ao que passou a ser denominado “Pastoral de Conjunto”, ou seja, uma ação coordenada envolvendo todas as dioceses dos respectivos países. Esse Plano de Emergência foi impulsionado pelos “apelos” do Papa João XXIII (1881 a 1963).

“Aplica-se ao Brasil o que disse o Santo Padre quanto a **quatro perigos** mortais para a América Latina: o naturalismo que leva até cristãos a não terem, muitas vezes, a visão cristã da vida; o protestantismo que tenta entre seu esforço máximo de expansão e se acha, de fato, em maré montante; o espiritismo cuja difusão nas grandes cidades nos

meios de miséria, tem ares de endemia; o marxismo que empolga as Escolas Superiores e controla os Sindicatos Operários.” (Plano de Emergência para a Igreja do Brasil, p. 19) [grifos e aspas do autor].

A preocupação dos bispos do Brasil com a implantação da Pastoral de Conjunto deve-se a esses quatro fatores acima identificados, o naturalismo, o protestantismo, o marxismo e o espiritismo e para se “aferir o grau de influência real da Igreja no Brasil” (Ibid.). Voltam-se as atenções dos bispos do Brasil para o nível de penetração nas diversas camadas sociais, em especial por meio das paróquias, instâncias mais reduzidas e localizadas de atuação eclesial. A entrada por meio das paróquias será favorecida pela estruturação em pequenas “comunidades naturais”, identificadas no documento como:

- **comunidades rurais:** vilas, capelas, certos sítios mais importantes;
  - **comunidades de bairro:** constituem-se nas médias e grandes cidades;
  - **comunidades de trabalho:** conjuntos industriais, organizações comerciais, usinas, fazendas de gado, de café, de cacau, etc.
  - **comunidades estudantis:** escolas, colégios, faculdades.
- (Ibid., p. 45) [grifos do autor].

Assim, o elemento “comunidade”, a partir dessa busca de nucleação dos espaços paroquiais, será recorrente tanto nos planejamentos quanto no imaginário da atuação pastoral e social da Igreja Católica no Brasil, constituindo-se quase que em um ideal ou uma utopia a ser alcançada pelas instâncias eclesiais (Demo, 1974, p. 67ss.).

Posteriormente outros documentos vão sendo produzidos em função da organização pastoral católica. Em 1966 é lançado o Plano de Pastoral de Conjunto para o período compreendido entre 1966 e 1970. Tal documento foi produzido ainda no período de fechamento das últimas sessões do Concílio Vaticano II. Assim terá início uma prática desenvolvida até os dias atuais de apresentação das linhas gerais de um planejamento para a Igreja Católica no Brasil de forma a envolver todas as suas dioceses. A intenção inicial desse primeiro Plano foi o de adequar as ações pastorais às exigências das decisões conciliares. Os Planos de Pastoral, seguindo as seis linhas desenvolvidas pelos documentos conciliares<sup>31</sup>, vigoraram até o ano de 1995,

<sup>31</sup> **1) Unidade visível da Igreja Católica** desenvolvida nos documentos *Lumen Gentium*, *Christus Dominus*, *Presbyterorum Ordinis*, *Optatum Totius*, *Perfectae Caritatis* e *Apostolicam Actuositatem*; **2) Ação Missionária** com os documentos *Lumen Gentium* e *Ad Gentes*; **3) Ação catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica** com o documento *Dei Verbum*; **4) Ação litúrgica**, com o documento *Sacrosanctum Concilium*; **5) Ação ecumênica** com o documento *Unitatis Redintegratio* e **6) Ação da Igreja no mundo** com os documentos *Gaudium et Spes*, *Dignitatis Humanae*, *Nostra Aetate*, *Gravissimum Educationis* e *Inter Mirifica*.

passando, após esse período a serem denominadas Diretrizes da Ação Evangelizadora. O que nos interessa, entretanto, é perceber que o projeto “comunitário” toma impulso a partir de um planejamento pastoral organizado por parte da cúpula da hierarquia católica, motivando a gestação de núcleos ou “comunidades” como forma de estruturação mínima da Igreja. Assim surgem as “Comunidades Cristãs” ou “Comunidades Eclesiais”, sendo posteriormente organizadas como “Comunidades Eclesiais de Base”, em especial a partir do encontro desses núcleos com a Teologia da Libertação. As CEBs serão o meio privilegiado de sedimentação e difusão da TL por se transformarem em campo de estudo e de atuação dos “teólogos da libertação”.

Por outro lado, em decorrência desse acento na “comunidade”, diversas outras ações pastorais no Brasil irão reforçar aí sua identidade. A própria RCC irá confirmar que seus Grupos de Oração, unidades mínimas organizadas para a oração e o louvor, são comunidades.

Como afirma Mariz, (2004a) o conceito de comunidade está fortemente presente no discurso dos católicos de hoje. Entretanto, este conceito pode apresentar incontáveis variações de sentido, o que trataremos em capítulo próprio. Por ora é interessante observarmos como mesmo paróquias tradicionais, com trabalhos paroquiais bastante segmentados irão buscar apoio nesse conceito que parece fundamentar a identidade católica, ao menos no Brasil. A estruturação da Igreja Católica passa a ser vista por alguns como uma “rede de comunidades”, onde as relações seriam colocadas de forma horizontal e as tomadas de decisão exercidas de forma participativa (Boff, 1985; 1986a; 1986b; Comblin, 1987; 2002; Cipoli, 1987; Teixeira, 1987; Vanier, 1995).

Portanto, diversos movimentos e pastorais surgidas após o Concílio Vaticano II ou impulsionadas e reanimadas por ele visarão dar conta dessa filiação ao sentido de comunidade. Nesse contexto as CEBs e a RCC vão buscar o sentido de sua existência afirmando-se e reafirmando-se nas referências do venha a ser comunidade para a Igreja no Brasil.

## **2.6 Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base: herdeiras do mesmo Concílio**

O Vaticano II é referência certa tanto para as CEBs quanto para a RCC. Referenciam as bases de seu surgimento e se afirmam a partir daquele. Já evidenciamos diversos fatores

propiciadores do surgimento e da organização das CEBs no Brasil, tal como o acento no elemento comunidade, experiências de abertura de trabalho para os leigos, mesmo devido à falta de agentes institucionais, entre outros. Portanto, não nos ateremos aqui a esmiuçar seu surgimento, mas apenas em apontar alguns elementos relevantes de sua constituição. Quanto à RCC, utilizaremos o mesmo artifício, visando identificar, mais do que marcos fundacionais, características ressaltadas em diversos estudos sobre o tema.

Apesar da impossibilidade de enquadramento das CEBs em um modelo único de experiência, sua marca mais sobressai é a busca de interferência em questões sócio-políticas nas instâncias locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais. Outra marca seria sua posição crítica frente ao controle hierárquico das ações leigas e a busca de maior liberdade de atuação, seja no campo sócio-político, seja no campo eclesial.

Fatores propiciadores do surgimento das CEBs, entre outros, como já visto, seriam decorrentes das ações pastorais desenvolvidas pela Igreja Católica para suprir a falta de agentes institucionais para difusão doutrinal e a crescente participação de leigos na política e nos diversos movimentos sociais. Os documentos elaborados pela Igreja Católica durante e após o Concílio Vaticano II também contribuíram em sua estruturação e sedimentação.

Como indicamos anteriormente, um aspecto importante a ser ressaltado é a elaboração de uma vertente da Teologia católica moderna, denominada Teologia da Libertação. As CEBs seriam a aplicação prática ou a “parte visível” dessa Teologia, a qual pretendeu sistematizar a atuação daquelas, atribuindo-lhes um caráter orgânico. Por intermédio das CEBs a TL tornar-se-ia popular e se realizaria na prática, atuando no âmbito religioso, político, social e cultural. Pela importância atribuída à sua atuação e apesar das controvérsias que provoca, as CEBs são consideradas por seus idealizadores como “um novo jeito de ser Igreja.” (Boff, 1982).

Na atualidade, percebem-se transformações na estruturação das CEBs. De um modo geral, sua atuação parece voltar-se para sua vivência interna, por vezes relegando para um plano secundário a atuação sócio-política. Diversas mudanças na organização eclesial católica em âmbito mundial e nacional teriam afetado sua forma de atuação, em especial no que se refere à busca de um maior controle das ações leigas. Também transformações no campo social, econômico e político no Brasil teriam contribuído para tal.

Por sua vez, a RCC busca referência para seu surgimento no mesmo Concílio Vaticano II do qual as CEBs se consideram portadoras. Pierucci resalta que “o Vaticano II é certamente o

emblema do que existe de mais significativo na vida da Igreja contemporânea. Encontrar nele raízes é para cada movimento fonte de prestígio e legitimidade” (Pierucci e Prandi, 1996, p.61).

O surgimento da RCC aconteceu em período próximo ao das CEBs. Surgiu nos Estados Unidos da América no ano de 1967, diferentemente das CEBs que têm sua origem centralizada no Brasil. Somente no ano de 1969 é que aquele movimento teria chegado ao Brasil por meio de um de seus divulgadores, o Pe. Harold Rahm. (Carranza, 2000, p. 30).

Segundo Laurentin, (1981, p.39ss.) os fundadores de tal movimento foram motivados por uma busca da “fonte” de sua fé, a qual teria sido diluída por seus esforços na ação social e política. Encontraram a motivação de que necessitavam junto a grupos “avivados protestantes” (Pierucci; Prandi, 1996, p.63).

A RCC caracteriza-se por motivar a re-inserção ou re-significação de elementos tradicionais do catolicismo no cotidiano da experiência religiosa, tais como as devoções aos santos, com acento na figura de Maria, peregrinações e reza do terço, entre outros. Entretanto, elementos como a glossolalia, orações de cura e exorcismo são introduzidos no universo católico. Tais elementos eram estranhos, desconhecidos ou rejeitados no meio católico devido a sua significativa vinculação com as igrejas pentecostais (Carranza, 2000).<sup>32</sup>

Apesar de sua configuração laica e, poderíamos dizer que por isso mesmo, sofreu certa rejeição, em especial pelo seu caráter pentecostal, que o aproximava das dos movimentos pentecostais evangélicos. Desde seu surgimento esteve vinculada a certos quadros da hierarquia católica, sendo rejeitada por outra parcela que a observaria com moderação e restrições. Dessa forma pode difundir-se facilmente em algumas dioceses e paróquias do Brasil, enquanto sofria ainda rejeição em outras. Entretanto, entendemos que, nem sempre tal vinculação favoreceu sua expansão, sendo até hoje a RCC rejeitada por parcelas significativas tanto no meio episcopal quanto no meio presbiteral e leigo. Apesar disso, sua difusão hoje é significativa, não podendo ser desconsiderada quando se trata da análise do catolicismo no Brasil e mesmo no âmbito mundial.

Sua forma de organização privilegia o trabalho de missão, ou seja, a difusão da doutrina católica entre não-católicos e mesmo a conversão dos próprios católicos “não-renovados”. (Benedetti, 2001, p.58). Nesse processo foi estabelecida uma organização do tipo transnacional

---

<sup>32</sup> Reportamos aqui à discussão sobre a amplitude do termo pentecostal ajustando-nos à definição estabelecida em MARIZ, Cecília Loreto. Católicos da Libertação, Católicos Renovados e Neopentecostais. *Cadernos CERIS*, n. 2. Rio de Janeiro. CERIS – Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais, 2001, p. 31-32.

com sede em Roma. No Brasil, o Movimento encontra-se presente em diversas rádios católicas e mesmo em programas religiosos em rádios “leigas”. Talvez suas maiores forças de difusão sejam as redes de televisão, em especial a “Canção Nova”, a “Rede Vida”, e a “TV Século 21”. Tais meios compõem parte relevante de sua estratégia de difusão e consolidação no universo religioso no Brasil (Carranza, 2000).

De forma diversa das CEBs, a RCC teve seu primeiro impulso difusor nas camadas mais favorecidas das áreas urbanas. Só posteriormente foi penetrando nas camadas populares e no meio rural, ambientes de relevante presença das CEBs.

Nesse contexto, o universo específico de nosso interesse é a diocese de Nova Iguaçu, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, também denominada Baixada Fluminense. A diocese em questão apresenta uma relevante formação de seus quadros baseada na Teologia da Libertação e na atuação das CEBs, em especial a partir dos anos setenta, sendo considerada, ao longo dos anos, um expoente nos trabalhos eclesiais voltados para o que se denominam ações sócio-transformadoras.

Nas últimas décadas, porém, houve um avanço da presença da RCC naquele espaço. Nossa intenção é justamente encontrar os pontos de interseção entre esses dois fenômenos eclesiais católicos, considerados em diversos aspectos antagônicos. Visamos entender o processo de negociação para a superação de possíveis atritos na busca do convívio dentro de um mesmo espaço eclesial, identificar os termos de tal negociação, a eficácia da superação real das possíveis disputas pelo espaço e a permanência de distúrbios não declarados ou não assumidos nos meios oficiais.



### **3 SER CATÓLICO NA BAIXADA - FORMAÇÃO DE REFERÊNCIAS IDENTITÁRIAS NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU**

Zedasilva mais zefamariadaconceição resolveram ir pra missa da meia-noite. E os menino? Pergunta zefa. Vai tudo, decide zé. E pelas onze da noite foi aquele bafafá dentro do barraco, pra se aprontar direitinho, as roupas de ver a Deus, tudo que estava guardado no fundo do baú, esperando a missa do galo e as festas da Igreja. Fiéis à tradição do Brejo, desde que saíam do Jenipapo, lá na Paraíba do Norte, zé e zefa não perdem missa em domingo e dia santo. Nós vai morrer católico, disse zé ao pregador da Assembléia.

(Dom Adriano Hypólito, 1982)

O texto poético acima, obra de Dom Adriano Hypólito, reflete o desejo de um bispo que percebe as transformações na constituição do catolicismo na Baixada Fluminense. Tais transformações passam, inevitavelmente por perceber a crescente influência das manifestações religiosas das inúmeras Igrejas pentecostais e neo-pentecostais. A Baixada deve ser entendida não somente por sua complexidade sócio-política, econômica e cultural, mas também pelo emaranhado da teia de filiações religiosas. Neste capítulo, buscaremos compreender melhor o universo onde se desenvolvem as práticas e idéias que visamos nesta pesquisa analisar.

#### **3.1 O espaço da Baixada Fluminense**

Mais do que um lugar estruturado homogeneamente, podemos dizer que a Baixada é um conjunto diversificado de práticas, visões, interpretações. Tais interpretações irão variar conforme diversos elementos, como a posição espacial do observador interno (morador), ou externo (passantes, pesquisadores, jornalistas, etc.), o momento histórico e as informações destacadas nos meios de comunicação e os interesses políticos e sócio-econômicos<sup>33</sup>.

Dependendo do elemento acionado, a Baixada pode suscitar lembranças sobre sua violência, sua estética desordenada e caótica, o emaranhado de teias de suas filiações religiosas,

---

<sup>33</sup> Champagne, em trabalho efetuado sobre regiões e populações periféricas de Paris, juntamente com outros pesquisadores, (re)afirma o caráter “mediático” da visibilidade dos mal-estares sociais efetuado pelos meios de comunicação. Ele ressalta o papel do jornalista na criação ou projeção da notícias que interessam àqueles meios. Cf.: CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In.: A Miséria do mundo. BOURDIEU, P. (Coord.). Petrópolis, RJ : Vozes, 2003. p.63-79.

mas também sobre suas belezas naturais e mobilizações culturais. É um pouco como um quebra-cabeça, ou melhor, como um caleidoscópio ou um mosaico. Mesmo a definição de seu aspecto geográfico apresenta controvérsias (Barreto, 2004, p. 46).

A rejeição ou aceitação da Baixada talvez não seja, de uma maneira geral, completa, devido à sua complexidade. Durante um longo período de tempo a visão possibilitada daquela região, em especial pelos agentes externos a ela, passava pela veiculação de notícias pela mídia impressa e televisiva. O reforço era seu caráter violento e de desordem política e social (Enne, 2003).

Como afirma Perlman (2002, p. 78), as cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu representavam, em especial durante do regime autoritário instaurado em 1964 no Brasil, uma região a ser observada e controlada de perto pelo Estado, uma vez que ali se situavam uma considerável aglomeração humana, um relevante colégio eleitoral, vias de acesso rápido às principais capitais do Brasil e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). A região seria considerada como área de segurança nacional, em especial a cidade de Duque de Caxias, por sua posição privilegiada frente às demais cidades da região.

Um aspecto relevante na configuração da pertença é a proximidade com a capital do estado, embora, na verdade não possamos considerar que haja uma identificação. Pelo contrário, podemos dizer que a Baixada se destaca como localidade marginal até os dias atuais, mesmo considerando suas cidades mais desenvolvidas. Tal fato pode ser identificado também no nosso universo de pesquisa, o catolicismo. Embora esteja, de certa forma, vinculada à Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Diocese de Nova Iguaçu, nosso universo de observação sobre o catolicismo na Baixada, destoa em relação à sua prática e sua vinculação teológica e ideológica<sup>34</sup>. Enquanto a Arquidiocese do Rio de Janeiro pode ser representada por uma posição mais conservadora, a Diocese de Nova Iguaçu desde alguns anos após sua constituição, em 1960, se destaca por um posicionamento tomado mais como avançado, vinculado a idéias católicas identificadas como “progressistas” ou “libertárias”.

---

<sup>34</sup> O Código de Direito Canônico promulgado em 1985 por João Paulo II estabelece o que chama de Província Eclesiástica, ou o trabalho conjunto entre dioceses vizinhas dentro de determinada circunscrição territorial. Tal trabalho em conjunto é coordenado por um Cardeal Arcebispo. No caso, o Rio de Janeiro é um Arcebispado e o Cardeal é responsável, entre outras atribuições, por “*vigilar para que se conserven diligentemente la fe y la disciplina eclesiástica, e informar al Romano Pontífice acerca de los abusos si los hubiera*”. Entretanto, o mesmo cardeal não pode exercer nenhum outro poder ou autoridade nas dioceses pertencentes à Província Eclesiástica, mas somente na sua própria. Confira Código de Derechos Canónicos <http://www.vatican.va/archive/ESL0020/P1I.HTM>

A Diocese apresenta uma relevante formação de seus quadros baseada na Teologia da Libertação e na atuação das CEBs, em especial a partir dos anos setenta, sendo considerada, ao longo dos anos, um expoente nos trabalhos eclesiais voltados para o que se denominam ações sócio-transformadoras.

Por outro lado, a Arquidiocese, em especial pelo trabalho do Cardeal Arcebispo dom Eugênio de Araújo Salles, apresentou uma postura mais ortodoxa. Sua ortodoxia pode ser percebida por seu prestígio na cúpula católica, evidenciada nos inúmeros cargos que ocupava em Roma. Tal posição o levou a ser categorizado pelos membros e simpatizantes das CEBs como conservador e contrário ou combatente da Igreja progressista.

Nesse campo de interesses encontra-se a Diocese de Nova Iguaçu, inserida na Baixada Fluminense desde o ano de 1960. Ela faz parte de uma das 11 circunscrições eclesiais católicas que compõem o denominado Regional Leste 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>35</sup>. Dioceses e regionais são formas de divisão geográfica do território de influência da Igreja Católica. Em geral a divisão geográfica político-administrativa do país é considerada. Dessa forma, o Regional Leste 1 se adequa, mais ou menos, à divisão determinada para o estado do Rio de Janeiro. O Regional, por sua vez, é dividido pelas dioceses daquela localidade. No caso do Rio de Janeiro há duas arquidioceses e mais oito dioceses. Os Arcebispos, embora não interfiram diretamente na organização das demais dioceses, exercem influência sobre elas devido a seu *status* junto ao governo católico central no Vaticano.

As arquidioceses presentes neste regional são a do Rio de Janeiro e de Niterói. Há oito dioceses, sendo que as de Campos de Goytacazes, Nova Friburgo e Petrópolis estão sob a orientação da segunda Arquidiocese. Já as Dioceses de Duque de Caxias e São João de Meriti, Valença, Nova Iguaçu, Itaguaí, Volta Redonda e Barra do Piraí encontram-se sob a orientação da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Há ainda a sede de uma Abadia localizada na cidade do Rio de Janeiro, a Abadia de Nossa Senhora de Montserrat, mais conhecida por sua localização no Mosteiro de São Bento. Tal Abadia tem *status* de diocese<sup>36</sup>.

Verificando atentamente o mapa desse Regional, podemos perceber uma evidente divisão entre o perfil das dioceses. Logicamente é só um dado de observação, sem talvez implicações

---

<sup>35</sup> Ver Anexo A.

<sup>36</sup> O Código de Direito Canônico citado acima define como Igreja Particular também as abadias ou Monastérios, os quais, presididos pelos abades, possuem *status* de Diocese. O prelado encarregado ou o Abade possuem as mesmas atribuições de direitos e deveres que os bispos diocesanos. [http://www.vatican.va/archive/ESL0020/\\_PIB.HTM](http://www.vatican.va/archive/ESL0020/_PIB.HTM)

mais profundas quanto ao seu conteúdo. Entretanto, tal observação nos remete a percebermos um agrupamento físico de dioceses com perfil tomado como “*liberacionista*” ou “*libertador*”<sup>37</sup>. São as dioceses localizadas mais ao centro sul ou à esquerda do quadro representacional geográfico. Tais dioceses estão sob a orientação da Arquidiocese do Rio de Janeiro, de relevante influência no âmbito eclesial e político do Brasil. As dioceses submetidas à orientação da Arquidiocese de Niterói, mais ao norte do estado e à direita do mapa são identificadas por seu perfil conservador, também conhecido por “*direita católica*”. Por coincidência ou não, foram formados blocos identitários que caracterizam os trabalhos por elas desenvolvidos.

Localizada na região centro-sul do Regional Leste 1, a Diocese de Nova Iguaçu compõe o bloco das dioceses identificadas como vinculadas à Teologia da Libertação e ao desenvolvimento de uma estruturação baseada nas Comunidades Eclesiais de Base. Insere-se e desenvolve seus trabalhos na Baixada Fluminense, moldando e sendo moldada pelas características mais relevantes destacadas acima no que se refere àquela localidade.

A Diocese completou 47 anos de existência em 2007, dos quais grande parte voltada para o desenvolvimento das Comunidades de Base. Trabalho desenvolvido, em especial pelo bispo Dom Adriano Hypólito, que esteve à frente daquela circunscrição pelo período de 1966 a 1995, época em que o Brasil encontrava-se sob o regime político denominado “*regime militar*” ou “*civil-militar*”.

### 3.2 Dom Adriano Hypólito e o projeto libertador de Igreja

Ao se tratar da Baixada Fluminense, as características que sobressaem são a da pobreza e da violência<sup>38</sup>. Diversos trabalhos acadêmicos (Alves, 1991 e 2002; Amarante, Souza, Couto, 1994 e Barreto, 2004), buscam analisar os mecanismos desencadeadores da violência e do estado de pobreza na Baixada. Neste capítulo, primeiramente identificaremos alguns aspectos físicos dessa região, passando, em seguida para uma análise histórica de seu desenvolvimento sócio-político, chegando posteriormente à identificação dos principais aspectos da Diocese que ali se

<sup>37</sup> Atribuições identitárias devido à vinculação com a Teologia da Libertação.

<sup>38</sup> Embora no texto tratemos do fenômeno da violência no âmbito da Baixada Fluminense a partir dos índices de mortalidade ocasionada por homicídios, não nos esquecemos da gama de entendimentos sobre práticas de violência, sejam elas manifestadas pela coação física e moral, pela violência não mortal, pela “barganha” política do clientelismo, pela violência doméstica, entre outras.

instalou oficialmente desde o início dos anos sessenta. Dessa forma, será possível melhor compreendermos sua estruturação tanto em termos eclesiais quanto políticos e sociais.

Em termos de ocupação humana é uma das áreas de maior concentração urbana no Brasil e em toda a América Latina. São mais de três milhões de habitantes, traduzindo-se também em um elevado número de eleitores na perspectiva político-eleitoral. Entretanto, as condições de infra-estrutura como saúde, transporte, emprego e saneamento básico são insuficientes ou ineficientes para atender a esse contingente populacional. É uma região de aparentes contrastes sócio-econômicos.

Tais contrastes são evidentes mesmo a partir de seu aspecto visual, com suas casas de tijolos aparentes, ruas sem calçamento, ônibus empoeirados. Por outro lado, a região obteve alguns investimentos relevantes ao longo do século XX, dentro de um pensamento desenvolvimentista. Diversas obras de infra-estrutura acarretaram na sua valorização imobiliária, tais como a expansão e eletrificação da Estrada de Ferro Dom Pedro II, conhecida atualmente como Central do Brasil, que corta a região (1935); a construção de rodovias que se tornaram significativas para o desenvolvimento local como a Avenida Brasil (1946) e a Rodovia Presidente Dutra (1951); a constituição do Serviço de Malária da Baixada Fluminense (1947); a instalação de um parque industrial químico em Belford Roxo (1958) e da Refinaria Petrolífera de Duque de Caxias – REDUC (1961).

Dessa forma, a partir de fins da década de trinta, podemos identificar um significativo processo de industrialização e de urbanização da região que, contudo, intensificou os contrastes e contradições ali existentes.

Outro aspecto relevante na identificação da Baixada que vem se juntar aos contrastes sócio-econômicos é o da violência. Talvez seja essa a marca ou o estigma pelo qual a região é mais caracterizada. Sobram notícias sobre o tema na imprensa, em especial do período compreendido desde a segunda metade do século passado até a década de 80 do mesmo século.

Em meio a esse universo, Dom Adriano é invocado por muitos como idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para ação sócio-transformadora com base em “*comunidades*” de convívio e atividades ao mesmo tempo religiosas e sócio-políticas. Porém, é possível encontrar opiniões que o consideram como propagador de uma visão unilateral de Igreja, ao forçar a opção dos fiéis para um estilo político de religião.

Entretanto, um fato relevante considerado tanto por fiéis da diocese quanto pela imprensa em geral daquela época foi o posicionamento de Dom Adriano frente ao regime político-militar que se impunha. Tal posicionamento levou a seu seqüestro e tortura física e psicológica a que foi submetido em 22 de setembro de 1976. A própria CNBB lançou, em outubro do mesmo ano, uma carta de esclarecimento à sociedade sobre, entre outros acontecimentos, o seqüestro de Dom Adriano. Tal acontecimento marcou não somente a Igreja Católica naquele período como diversas organizações contrárias ao regime ditatorial e, sobretudo, o imaginário dos membros da Diocese de Nova Iguaçu e de outras dioceses. Várias instituições, movimentos e logradouros da Baixada Fluminense recebem seu nome como homenagem e reconhecimento. Dom Adriano veio a falecer em 10 de agosto de 1996.

Em seu trabalho sobre a Igreja Católica e a Política no Brasil, Mainwaring (1989) aponta a Igreja de Nova Iguaçu como exemplo no trabalho desenvolvido com os movimentos populares.

Embora reconheça o papel da Igreja enquanto instituição, nesse processo de estruturação das lutas populares, ressalta que

O apoio do bispo às atividades progressistas na base tem sido decisivo, mas são as organizações de base e não o bispo que têm mais importância no apoio aos movimentos populares. Além disso, foi através da capacidade de fortalecer a sociedade civil (especialmente os movimentos populares) e não de suas negociações com a elite política local, que a Igreja teve mais impacto político (1989, p. 208-209).

Em um período conturbado da história do Brasil, o regime de repressão instaurado em 1964, a Igreja Católica em Nova Iguaçu iniciou um processo de mudanças que levou a uma aproximação com os movimentos reivindicatórios de bairros, os quais já existiam desde os anos cinqüenta, embora com pouca força de articulação.

O autor em foco ressalta que a Diocese de Nova Iguaçu, até a nomeação de Dom Adriano Hypólito, possuía um perfil relativamente conservador. Já na primeira Assembléia Diocesana, sob a coordenação de Dom Adriano, foi votado que as CEBs seriam prioridade na Diocese. Essas foram relevantes como espaços de conscientização e mobilização por meio de diversos trabalhos pastorais, como Círculos Operários, Clubes de Mães, Grupos de Jovens, entre outros. Entretanto, esses não se constituíam em espaços permanentes de mobilização mais geral da população. Uma tentativa nesse sentido deu-se com a criação do Movimento de Integração Comunitária, iniciado em 1968. Porém, só durou dois anos, pois em 1970, foi dissolvido pelo Estado. Assim, a mobilização foi reduzida a reivindicações e manifestações para conquista de benefícios materiais

localizados e isolados, sem uma articulação mais ampla entre os bairros e os diversos movimentos ou grupos de reivindicação.

Outro movimento social relevante no trabalho da Diocese foi o MAB, Movimento de Amigos de Bairros, trabalho iniciado por dois médicos sem vinculação religiosa ou governamental, atendendo à população de bairros afastados e carentes. Aos poucos foram percebendo que seu trabalho ficaria deficitário, uma vez que seria apenas um paliativo às graves questões sanitárias, entre outras, que afetavam a saúde daquela população.

A Diocese, buscando um trabalho em conjunto, contratou esses dois médicos e mais outros dois para iniciarem um trabalho ampliado. Aos poucos, por meio do atendimento médico e de encontros de conscientização sobre questões mais amplas, como políticas públicas e reivindicações populares, tal trabalho foi ganhando outras proporções. Esse movimento ganhou força em relação à participação dos diversos bairros da região, tornando-se um dos mais representativos movimentos de reivindicação popular da Baixada Fluminense.

Mainwaring (1989) ressalta como fator positivo, e o que talvez tenha sido um dos motivos de seu êxito, a busca de independência em relação à Diocese, embora houvesse apoio explícito e mesmo o envolvimento direto de seus quadros. Com o avanço no reconhecimento de legitimidade frente às Associações de bairros e mesmo frente aos governos locais e, devido ainda aos avanços quanto à abertura política, o MAB foi conquistando autonomia frente aos quadros católicos. Porém, tal independência sempre foi relativa. O autor nos fornece alguns dados: *“Quando, por exemplo, os invasores de terrenos urbanos se envolveram numa difícil luta pela terra em 1981 e 1982, a Igreja os defendeu. Ao MAB faltaram recursos para lidar com um caso tão difícil”* (1989, p. 221).

O mesmo autor expõe ainda uma legitimidade física por parte da Diocese, que foi a abertura de espaços de reunião, como salões, igrejas e capelas. Cita ainda um apoio financeiro, mesmo que modesto, por parte da Diocese. Por último cita um apoio ou legitimação moral, pela confiabilidade creditada à Diocese enquanto instituição, pela presença de padres nos meios populares e pela ação de Dom Adriano, que expressava claramente seu apoio aos movimentos populares.

Nesse trabalho as CEBs tiveram um papel fundamental, uma vez que se constituíam em espaços onde já existia certo interesse pelo aprofundamento sobre a realidade social à luz dos ensinamentos cristãos.

Ao estimular tantas pessoas a pensar sobre política de uma forma mais crítica, as CEBs incentivaram a participação política. As CEBs proporcionaram a muitos a experiência de se organizarem e de participarem e uma disposição para lutar por melhorias urbanas. As Associações de bairros são geralmente mais fortes nas áreas em que a Igreja encorajou a criação das CEBs. [...] Além de criar uma base que serve de esteio aos movimentos populares, a diocese impulsionou o desenvolvimento de lideranças populares. (Mainwaring, 1989, p.223)

Com o processo de redemocratização do país, de uma forma geral os movimentos populares perderam espaço frente à importância imputada ao processo eleitoral e aos partidos políticos, o que nem sempre contribuiu para a continuidade ou ampliação da participação popular. Houve também uma tendência ao distanciamento entre as esferas políticas e religiosas que visava a uma delimitação maior das fronteiras de trabalho. Entretanto, tal tendência não aconteceu de forma unificada ou homogênea, levando-se em consideração posicionamentos diferenciados de agentes leigos e eclesiais quanto à questão. Evidência disso foi o posicionamento de Dom Adriano que ressaltava a continuidade do acompanhamento e apoio da Igreja local às manifestações de cunho popular (Mainwaring, 1989).

### **3.3 Transformações e ajustamentos**

A substituição de Dom Adriano Hypólito se deu em 1995, sendo designado à frente da diocese, o bispo D. Werner Siebenbrock, estando ali até o ano de 2002, quando foi substituído pelo atual responsável, Dom Luciano Bergamin.

No campo sócio-político e econômico, a Diocese é marcada, em seus 47 anos, pela própria configuração espacial em que se localiza, região de graves índices de pobreza e de violência, como visto. Fatos como a perseguição e assassinato de agentes católicos, padres ou leigos, descaso público, chacinas de moradores de bairros pobres não são raros nesse espaço.

No campo religioso, vive-se um aumento exponencial de denominações evangélicas de cunho pentecostal e um relevante afastamento de fiéis das rotinas religiosas institucionais. É significativa, por exemplo, a presença de um templo da Igreja Universal do Reino de Deus bem ao lado do prédio do Centro Pastoral Católico da Diocese. Embora o Centro seja uma referência no universo católico, como espaço de formação e encontro de lideranças e participantes, onde se localizam inclusive diversas Secretarias de pastorais católicas e o Arquivo diocesano, o prédio



daquela outra denominação religiosa ultrapassa-o em exuberância e imponência. Ambos os prédios localizam-se no bairro central da cidade de Nova Iguaçu <sup>39</sup>.

Segundo dados estatísticos analisados por Antoniazzi (2003, p. 6), o Estado do Rio de Janeiro está entre os de menor adesão ao catolicismo, conforme os dados do IBGE de 2000. Ressalta que, no caso do Rio de Janeiro, não é suficiente observar somente os números da metrópole, mas é necessário verificar os números dos municípios de seu entorno que, de forma geral, em nível de população cresceu níveis superiores aos da própria metrópole.

Nesse sentido, deve ser levado em consideração não somente o avanço das igrejas pentecostais, mas também o nível de migração populacional e seus impactos na configuração religiosa dessas regiões. Assim, identifica que há um aumento significativo quanto ao número de “sem religião” nos municípios vizinhos à cidade do Rio de Janeiro. Nesse universo, Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis e Belford Roxo, algumas das cidades que compõem a diocese de Nova Iguaçu, apresentam um índice em torno dos 45%. O crescimento populacional, diferentemente de outras áreas metropolitanas, apresentou um crescimento abaixo do índice geral. Entretanto, o autor completa que o crescimento institucional também apresentou crescimento insuficiente para o atendimento religioso à população.

Segundo o mesmo autor, a investida pentecostal influenciou também o catolicismo, motivando a expansão da RCC. Nesse sentido, ressalta a importância da religiosidade popular, ou seja, a referência à crença em Jesus, nos demônios, em milagres, etc. Há também o reforço da prática leiga em sua dimensão de relacionamento direto com o divino.

Quanto à estrutura organizacional da Diocese, é necessário destacar que essa acontece a partir de “*regiões pastorais*” <sup>40</sup>. Até o ano de 2000, constituíam-se de sete regiões. A partir daquele ano, devido ao crescimento populacional e à complexificação dos trabalhos pastorais, optou-se por reformular tal divisão. No momento estão constituídas dez regiões pastorais. Por meio dessas divisões é que acontecem os trabalhos pastorais e as representações das Paróquias e Comunidades.

Os trabalhos pastorais, serviços e movimentos tanto religiosos quanto sociais se adequam a essa divisão. Esses seguem um ritmo regular e coordenado por meio de planejamentos de ação. São formulados folhetos explicativos e cadernos para divulgação e estudo que tratam de

---

<sup>39</sup> Por motivos financeiros a sede da Diocese foi transferida para um Centro de Formação localizado em um bairro menos central de Nova Iguaçu.

<sup>40</sup> Ver Anexo B.

normatizações que regem a organização de alguns setores diocesanos, como as Regiões e as Comunidades Eclesiais de Base. O conteúdo desses cadernos explicita o caráter organizacional que se baseia em Conselhos e Equipes de Coordenação de Comunidades, de Paróquias e de Regiões. Tal organização privilegia mais a participação coletiva, por meio das Equipes, do que as decisões individuais. Dessa forma as normatizações prevêm Coordenações em nível de Comunidades, de paróquias, de regiões e de diocese. As decisões relevantes para a ação pastoral, segundo tais cadernos, devem ser tomadas pela participação dos membros dessas Equipes na Assembléia Diocesana.

Esse parece ser o aspecto que mais caracteriza a Diocese enquanto constituída tendo na base as CEBs. Essas são ali identificadas mais como espaços de decisão coletiva do que como espaços de ação sócio-política <sup>41</sup>. Entretanto essa última identificação continua surgindo das narrativas dos agentes diocesanos, em especial daqueles vinculados às Comunidades Eclesiais de Base. Mesmo como estruturação regulamentada em nível diocesano, averiguações preliminares tendem a demonstrar que, de uma forma geral, a indicação atual seja a de uma maior centralidade das decisões na pessoa do pároco. Tal questão surge na narrativa de um dos representantes da coordenação diocesana de pastoral e mesmo nas narrativas de diversos entrevistados, como veremos posteriormente, nas análises das entrevistas, ou por meio de nossa observação do funcionamento interno das Comunidades destacadas para tal. Porém, uma situação parece ser tomada como fato tanto por parte dos coordenadores diocesanos de diversos níveis quanto por observadores externos, que o processo de constituição de uma “rede de comunidades” está consolidado.

Nesse sentido o mapeamento organizado pelo Iser/Assessoria <sup>42</sup> reafirma e sedimenta tal fato. Segundo o quadro relativo ao crescimento do número de comunidades na Diocese apresentado nesse estudo <sup>43</sup>, houve uma crescente implantação e estruturação de comunidades a partir da segunda metade dos anos de 1950 e um declínio nessa implantação, a partir de fins da primeira metade dos anos de 1990. O aumento mais significativo ocorreu entre os anos de 1970 a

---

<sup>41</sup> Aspectos da conceituação e do entendimento do que venham a ser CEBs, tanto na visão acadêmica quanto na vivência dos próprios agentes religiosos locais, serão tratados mais pormenorizadamente no capítulo referente à Comunidade. Por hora basta que fiquemos com esse aspecto mais estrutural.

<sup>42</sup> Mapeamento da Diocese organizado pelo Iser/Assessoria a pedido da Diocese de Nova Iguaçu em preparação à Assembléia Diocesana ocorrida em novembro de 2000. Essa pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo foi utilizada como base para as avaliações e planejamento diocesano.

<sup>43</sup> Ver Anexo C - figura 3.

1980, coincidindo justamente com a década considerada como de maior relevância para as CEBs no que tange à sua representatividade tanto numérica quanto de influência intra e extra eclesial.

Segundo ainda tal mapeamento, a consolidação dessa rede dá-se pelo número de Comunidades que atenderiam toda a população católica da Diocese. Entretanto, após o ano de 1994, não houve um aumento relevante nesse quantitativo. O mapeamento, porém, não demonstra essa consolidação em comparação ao surgimento ou não de novos bairros ou outro tipo de ocupações urbanas. Seria interessante verificar tal declínio de expansão em comparação ao movimento populacional. Outro fator relacionado à consolidação da rede de comunidades seria o aumento na frequência às missas e celebrações, o que estaria ocorrendo em 79% das Comunidades, como apresentou o mapeamento <sup>44</sup>. Em um número reduzido de Comunidades foi constatado um declínio de participação. Alguns motivos são apontados para justificar tanto o aumento quanto a diminuição no quantitativo de frequentadores dos ritos litúrgicos. No primeiro sentido está o trabalho denominado “*Missões Populares*”, o acolhimento e uma maior organização das pastorais, em especial a catequese e a liturgia. No sentido do decréscimo, os motivos mais significativos são a ausência de padre e a atração exercida pelas igrejas evangélicas pentecostais. Haveria uma perda considerável de participantes para tais igrejas.

O número total de Comunidades identificadas por meio dos questionários enviados às paróquias da Diocese ultrapassaria a casa dos trezentos, chegando a atingir aproximadamente o número de 320. Entretanto os questionários foram respondidos por 292 Comunidades. Dessas, apenas 8% se identificam como comunidades rurais, 27% se identificam como localizadas em ambientes ao mesmo tempo urbano e rural e 64% como localizadas no meio urbano. Portanto essa é uma Diocese que desenvolve suas atividades em Paróquias e Comunidades localizadas, em sua relevante maioria, em ambientes urbanos. Como vimos anteriormente, essa é uma área em progressivo processo de urbanização e industrialização, o que leva às atividades sócio-pastorais a necessidade de constantes revisões e adaptações. Tal preocupação parece estar presente na própria intenção do mapeamento realizado, em vista do fornecimento de instrumental de análise para a elaboração do planejamento pastoral. Embora aquela pesquisa aponte pistas, não aprofunda as relações possíveis entre o aceleração do processo de urbanização naquela localidade e seus impactos nas atividades pastorais e sociais das Comunidades.

---

<sup>44</sup> Ver Anexo C - figura 4

Informações de relevante interesse para nossa pesquisa são as que identificam a situação e a influencia da RCC frente às demais ações pastorais consideradas como tradicionais ou históricas, como a Legião de Maria, Apostolado da Oração, entre outros e frente às CEBs. Pelos números apresentados no mapeamento essas formas de pastoral de cunho espiritual ultrapassam em quantidade os denominados Grupos de Oração, estruturação mínima da Renovação. Segundo as informações apresentadas pelo mapeamento, foi identificada a presença de 53 desses Grupos, em geral nas paróquias, o que significa que se encontram na estruturação mais central da Diocese.

O mapeamento apresenta ainda que algumas questões tomadas como delicadas, por exemplo quando se refere à aceitação da RCC nas comunidades, apresentam níveis mais reduzidos de consenso nas respostas. Há um número considerável de abstenção nesse item, 22%, mesmo sendo oferecida a possibilidade de resposta que expressasse a falta de uma conclusão sobre o assunto. Também foi apresentada uma relevante variação quanto às considerações sobre sua presença. Assim, das Comunidades que responderam a essas questões, algumas afirmaram não haver rejeição ao Movimento nas paróquias, enquanto outras expressaram que a presença da RCC traria contribuições para a atração de novos participantes. Tais respostas foram consideradas com cautela para os pesquisadores uma vez que podem não corresponder à realidade, sugerindo que há uma fuga ou desvio quando se trata de afirmar ou negar tensões nesse aspecto.

Quanto à presença da RCC na Diocese, ao menos no que se refere à sua expansão numérica, não podemos afirmar se houve ou não um crescimento significativo, mesmo porque tal informação não nos foi possibilitada pela coordenação da RCC na Diocese na figura de Dona **Ermelinda** (49 anos, casada, aposentada, formação em nível universitário, coordenação da RCC na Diocese). Mesmo após diversas tentativas não obtivemos êxito em recorrer ao número dos Grupos de Oração e mesmo a alguma sistematização ou análise de tais números e de sua variação nos anos que sucederam a implantação da RCC na Diocese.

No mapeamento a que nos referimos acima, o qual apresenta dados do ano 2000, foram identificados 53 Grupos de Oração, enquanto no ano de 2006, segundo informações da coordenação diocesana do Movimento, há 74 desses grupos cadastrados, ou seja, em seis anos o número de Grupos de Oração aumentou consideravelmente. Por outro lado, se tomarmos as estimativas do número de Comunidades, o qual beira, segundo Dom Luciano, o patamar de 375, não poderíamos dizer que houve uma inserção numérica significativa da RCC.

Entretanto, aqui só estaríamos tratando de dados numéricos, enquanto a expansão da Renovação também pode passar por outros elementos. Por exemplo, quanto à sua influência na estruturação e coordenação da Diocese, o que podemos perceber é que diversos coordenadores de Comunidades, em especial nas Comunidades observadas, ou são pertencentes aos quadros da RCC ou são simpatizantes. Por isso, o que podemos perceber é que a interferência da RCC parece independe da quantidade de seus membros efetivos, uma vez que diversos elementos identitários desse Movimento transitam em ambientes não especificamente vinculados oficialmente a ele. Por meio das entrevistas e de nossa observação foi possível visualizar melhor tal questão. Diversos coordenadores e conselheiros das Comunidades e Paróquias identificam-se com o Movimento, independente de haver em sua Comunidade ou Paróquia um Grupo de Oração. Portanto, a vinculação ou simpatia pelo Movimento parece independe de sua instalação local, o que tornaria a análise numérica da expansão da RCC deficitária ou incompleta como fonte de análise da expansão geral do Movimento na Diocese.

A RCC está presente na Diocese de Nova Iguaçu desde aproximadamente fins do ano de 1970. Sua entrada foi sendo possibilitada progressivamente pela ação individual de alguns membros da Diocese por meio do contato com a RCC na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Embora o Grupo de Oração identificado como primeiro a possuir oficialidade localize-se na Paróquia de Santa Rita de Cássia na cidade de Nova Iguaçu, a referência de introdução do Movimento é a cidade de Nilópolis. Um dos motivos pode ter sido a proximidade geográfica com aquela Arquidiocese, considerada como expoente de difusão da RCC para outras dioceses do Estado do Rio de Janeiro. A cidade de Nilópolis é identificada ainda hoje como espaço relevante da presença do Movimento em Nova Iguaçu. Naquela região encontra-se o maior número de Grupos de Oração, assim como uma Comunidade de Vida denominada “*Comunidade de Vida Novo Maná*” e a “*Comunidade de Aliança Alguém Chama*”<sup>45</sup>.

Quanto à sua organização, a RCC molda-se à dinâmica diocesana, adotando a divisão por Regiões, elegendo um coordenador e um vice-coordenador para cada uma das dez regiões. Além disso, possui uma coordenação diocesana e coordenadores dos quatorze ministérios ou áreas de atuação próprias do Movimento. Alguns desses ministérios seriam, Ministérios da Juventude, Fé e Política, Artes, Família, entre outros, cada qual desenvolvendo trabalhos nessas áreas

---

<sup>45</sup> São comunidades de vida, aquelas formadas por membros que desenvolvem ações em conjunto e que, em geral, convivem em uma mesma residência. Já nas comunidades de aliança não seria fundamental a vivência em conjunto. Em geral amparam financeiramente as comunidades de vida.

específicas. Já os Grupos de Oração funcionam de forma localizada, reunindo adeptos que se encontram periodicamente para a oração e o louvor. Como vimos, são a base da RCC por se constituírem em seus menores núcleos. Cada um desses Grupos apresenta uma coordenação dividida por alguns ministérios, como do louvor, da intercessão, entre outros, que são “*carismas*” ou “*dons*” pessoais a serem desenvolvidos ou expressos nos momentos de oração.

Um Grupo de Oração é acompanhado antes e depois de ser aprovada sua oficialização. Uma vez aprovada, passa a constar dos registros oficiais do Movimento que se encontram sob a guarda do escritório diocesano. Há um acompanhamento periódico por parte das coordenações em nível diocesano e de região, para observar seu desenvolvimento e sua adequação constante aos moldes das diretrizes estabelecidas para a RCC em âmbito mundial e nacional. A manifestação da intenção de se implantar um Grupo de Oração em uma comunidade ou paróquia pode desencadear tensões com o pároco ou com o Conselho Paroquial ou Comunitário. A estratégia adotada pelo Movimento é evitar o confronto direto e desviar a presença do Grupo da sede da Paróquia ou da Comunidade para a casa de algum dos interessados. Dessa forma, apesar da recusa do pároco ou do Conselho Paroquial e da aceitação tácita dessa negativa por parte do Movimento, o Grupo de Oração é criado. Mesmo não realizando suas reuniões na paróquia, possui existência oficial para as coordenações da RCC, inclusive constando de seus registros e participando de seus eventos.

Segundo a representante desse Movimento, dessa forma não acontece a desobediência à hierarquia ao mesmo tempo em que não deixa de acontecer sua expansão. Nessa estratégia podemos talvez encontrar o cerne do entendimento de unidade e harmonia dentro do catolicismo para a RCC. Essa prática de iniciar os trabalhos de um Grupo de oração nas casas para posteriormente buscar sua oficialidade pelas paróquias é realizada desde a implantação dos primeiros núcleos no Brasil.

O principal motivo alegado pela coordenação do Movimento na Diocese para a recusa dos padres quanto à implantação de um Grupo de Oração é o uso de alguns “*carismas*”, em especial o “orar em línguas” ou “*glossolalia*”. Tal prática, entretanto, não seria negociável, uma vez que se constituiria em um elemento identitário essencial. O uso desses “*carismas*” é fundamental para diferenciar o Movimento de outros “*grupos de reza*” como o Apostolado da Oração ou a Legião de Maria. Outro “*dom*” que seria motivo de recusa à presença da RCC seria a “oração por cura e libertação”, ou seja, a capacidade de alguns membros de detectar e sanar “*males espirituais*”,

causados por uma presença considerada “maligna” pela presença do “demônio”. Entretanto, ressalta a coordenação que há casos em que surge a necessidade de um acompanhamento “psicológico” devido a desvios não mais de ordem espiritual. Porém, o acompanhamento psicológico seria efetuado pelos próprios membros da RCC em momentos de oração e não por profissionais da área. É interessante notar que a manifestação dos “carismas” ou “dons” acontece preponderantemente nos Grupos de Oração ou em eventos próprios do Movimento, embora possa também se manifestar em momentos individuais de oração. O Grupo de Oração e os eventos da RCC são, portanto, os espaços próprios da manifestação dos “dons”, como afirma nossa entrevistada:

Quando a gente tem uma Assembléia só nossa, quando a gente está em um encontro que é só do Movimento, a gente então, tem assim uma vasta experiência do uso desses dons todos, porque é um lugar que é só nosso. Você se sente mais à vontade para usar desses dons. Agora, é claro, onde Deus precisar que ele seja usado, Ele vai estar agindo em nós, mostrando como atender a uma pessoa que chegar. (Ermelinda)

Em outro momento, nossa entrevistada afirma que nesses encontros de caráter mais restrito, “*a coisa pega fogo mesmo*”. Dessa forma, podemos perceber que há uma redução das atividades mais particulares e específicas da RCC, como a utilização de alguns de seus carismas, ao espaço delimitado de seus Grupos e de seus encontros.

Portanto, mesmo havendo uma aprovação oficial por parte da organização católica mundial e local, manifestada em alguns de seus documentos<sup>46</sup>, tal aceitação por parte dos padres locais é constantemente negociada.

Por outro lado, algumas conquistas recentes são apontadas como forma de demonstração da consolidação da presença do Movimento na Diocese nos últimos anos, como a implantação de retiros espirituais durante o período do carnaval e a realização de um Congresso Nacional da RCC na Diocese em 2006. O primeiro evento, o retiro espiritual, foi realizado pela primeira vez em 2005. A principal motivação foi evitar o deslocamento de seus membros para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, local mais próximo onde se realizava esse tipo de encontro. Uma vez que a Diocese de Nova Iguaçu favorecesse a realização de seu próprio retiro de carnaval, a dispersão

---

<sup>46</sup> Ver, por exemplo o documento 53 da CNBB sobre as orientações pastorais sobre a Renovação Carismática Católica (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica. 3ª Ed. São Paulo : Paulinas. 2000).

seria evitada. Segundo informações da coordenação do Movimento, os eventos congregam em torno de 1.500 pessoas.

O segundo evento é realizado anualmente e se adequa à divisão pelos regionais da CNBB. Assim, estão presentes representantes das dioceses daquele regional. No caso, o evento a que nos referimos congrega as dioceses do Estado do Rio de Janeiro ou Regional Leste 1. Pela primeira vez o Congresso foi sediado pela Diocese de Nova Iguaçu no primeiro semestre do corrente ano. A realização desses eventos de agregação de um relevante número de pessoas demonstra, ao mesmo tempo, um avanço quanto à sua aceitação e uma demonstração de seu poder aglutinador e de sua capacidade organizativa.

Entretanto, apesar de tais avanços, nossa visão preliminar sobre a presença da RCC nessa Diocese, que é marcada pelas CEBs e pela Teologia da Libertação, é caracterizada por conceitos pré-estabelecidos sobre cada um desses campos. Do que pudemos perceber, à alegação de convivência pacífica, corresponde uma clara delimitação de espaços de atuação. Não há, ao menos em nível de coordenações uma interação significativa.

Segundo alguns entrevistados, os trabalhos da Renovação estariam delimitados nos espaços próprios desse Movimento, exceto quando se trata de eventos executados em âmbito diocesano, particularmente os de concentração de massa. Tal impressão de isolamento, talvez se deva mais ao fato de ser apontado como tal do que a uma visão real, uma vez que devemos levar em consideração ser característica dos Movimentos católicos uma estruturação que reforça suas ações internas. O que pudemos perceber, por outro lado, é um reforço na integração dos diversos Serviços, Pastorais e Movimentos no planejamento diocesano. Um padre entrevistado informou que na Assembléia Diocesana do ano de 2007, ficou evidente como a Comunidade Novo Maná manteve-se distante dos planejamentos diocesanos, inclusive abstando-se do envio de representantes à Assembléia. Por outro lado, Dom Luciano, bispo diocesano informou que foi proposto à Renovação o cuidado administrativo da Casa de Encontros São Jordão Mai, o que foi aceito e que estão desenvolvendo um excelente trabalho, segundo ele.

Entretanto, mesmo levando em consideração tal esforço para integrar os planejamentos pastorais, podemos verificar que há um desconhecimento pessoal por parte dos coordenadores da RCC em relação aos coordenadores dos trabalhos das CEBs, sendo que o inverso também se aplica. Embora representantes de ambos afirmem haver abertura para participação em eventos correspondentes ao outro agrupamento, tal não se efetua na prática. A própria linguagem utilizada



para determinar os campos de ação demonstra essa cisão ou distanciamento ao qual nos referimos. São os campos dos “*nós*” e dos “*eles*”. Isso fica evidente quando é necessário identificar os espaços de ação.

Somando o trabalho que as CEBs faz e o trabalho que a Renovação faz, o resultado final é ótimo. Eles dão a contribuição no aspecto mais material deles e a gente dá a contribuição assim no aspecto da espiritualidade, do interior, do coração do homem. (Ermelinda).

Constantemente a identificação ressalta a separação, apesar das narrativas dos agentes pastorais diocesanos <sup>47</sup> buscarem desviar a atenção para o contrário, para a integração e a unidade. Parece-nos que tal integração, unidade ou harmonia só é possível por meio da separação de práticas e que essas não são complementares mas dissociadas de um projeto comum, ao menos no nível das coordenações diocesanas, ou seja, os patamares que possuem mais condições de determinar as ações de forma global.

Portanto, embora as narrativas de representantes tanto das CEBs quanto da RCC e da estruturação organizacional da Diocese tentem negar as dissensões e as disputas em nome de uma unidade católica fraterna, elas podem ser observadas em gestos e atitudes, em especial as demonstradas em momentos de conversas informais, onde transparecem mais claramente o posicionamento dos agentes religiosos da Diocese.

Outro exemplo disso é a programação de cada uma dessas instâncias acima mencionadas. Não há interferências, nem ao menos integração a não ser em momentos formais da Diocese como um todo como eventos e celebrações de cunho supra pastorais. São os “*momentos diocesanos*”, que não pertenceriam, a princípio a nenhum campo específico de alguma pastoral ou tendência de grupos. Nesse espaço “neutro”, todos se movimentam em torno de certa igualdade de participação. Entretanto, não parece haver integração quando se trata de eventos específicos desses dois grupos. Há mesmo um desconhecimento da atuação do outro, até em eventos de cunho diocesano. Como mencionado, alguns elementos identificam tal distanciamento, como a denominação dada a “*eles*”, como pertencentes ao grupo oposto. As coordenações não se conhecem, muitas vezes nem mesmo pelo nome. Podemos dizer que há uma clara cisão espacial, uma separação determinada de movimentação nesse espaço eclesial

---

<sup>47</sup> Trata-se aqui daqueles agentes que desenvolvem atividades mais globais de coordenação em nível diocesano, diferenciando-se daqueles agentes mais vinculados às atividades mais localizadas, nas comunidades ou paróquias.

Apesar de se recorrer constantemente ao discurso da unidade católica, os desentendimentos em relação ao “*ser católico*” ou ao “*ser cristão*” são evidentes até mesmo nos documentos oficiais da Diocese.

O rosto de nossa Igreja é também marcado por rugas e cicatrizes. 1) Vivemos no dia-a-dia a tensão entre dois modelos de Igreja que geram conflitos, como se não fizessem parte da evangelização o fortalecimento espiritual e o conseqüente compromisso com os mais fracos e desamparados pela sociedade. 2) Acompanhamos com preocupação o crescente individualismo pastoral (a fé “ao gosto do freguês”) e a busca de promoção pessoal no exercício de serviços e ministérios na Igreja. (ASSEMBLÉIA DIOCESANA – CARTA FINAL, 2000).

Esse trecho do documento suscita questionamentos sobre tais “*rugos e cicatrizes*”, tão relevantes que emergem na narrativa coletiva da diocese por meio oficial. Outro trecho do mesmo documento deixa transparecer com mais clareza, explicitando a ação da Renovação Carismática, comparando-a a grupos de resistência a um tipo estabelecido e sedimentado de atuação diocesana:

Em relação à RCC e a outros grupos que não estejam de acordo com a Igreja Local é importante que se estabeleçam orientações da Diocese à luz dos documentos da CNBB e das orientações já estabelecidas por outras dioceses. (Idem.)

Mesmo que as tensões tenham sido dirimidas a ponto de se estabelecer uma convivência harmoniosa dentro dos moldes da unidade católica, nossas perguntas buscam identificar as estratégias de negociação para a convivência ocorrida nesse período de afirmação da RCC frente ao conjunto da Diocese. Nossa inserção nas diversas instâncias da organização eclesial tem a intenção de verificar tais elementos para além das indicações dos agentes mais relacionados com a produção das formas religiosas identitárias dessa Diocese. Por meio de entrevistas com membros dos dois grupos nas Comunidades e da observação de suas ações seja por meio de rituais, ações sócio-religiosas e cotidianas, visamos perceber configurações que escapam do discurso oficial, assim como as modificações ocorridas no âmbito da memória dessa diocese nos diversos níveis organizacionais, tanto na oficialidade quanto nas memórias constituídas nos subterrâneos e na clandestinidade.

Portanto, cremos que a verificação dessas questões não se dará sem um confronto das narrativas produzidas nos diversos níveis de participação. Mesmo que possamos crer na

inexistência de conflitos em nível diocesano, cabe-nos esmiuçar o tema das negociações para a convivência a partir de instâncias onde o discurso oficial seja menos englobante e unificador.

### 3.4 As Comunidades Observadas

Em nosso intento de observar e coletar informações referentes ao significado da pertença religiosa no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu buscamos percorrer parte desse universo pelas práticas e concepções de agentes religiosos vinculados diretamente a um agrupamento denominado por eles por “*comunidade*”, menor circunscrição ou subdivisão da paróquia.

Não são os únicos agentes nessa nossa análise, mas compõem uma parcela significativa, uma vez que nos interessamos pelas práticas religiosas e sociais que se locomovem no universo cotidiano dos fiéis. É claro que não pretendemos visualizar tais práticas distanciadas no processo mais global da Diocese. Por isso a coleta de informações aconteceu em níveis diferenciados de pertenças nesse universo religioso. Assim, em relação às Comunidades, não só as lideranças leigas foram procuradas, mas também os párocos ou agentes institucionais direta ou indiretamente vinculados aos trabalhos desenvolvidos nessas Comunidades. Mesmo em relação aos líderes, buscamos pessoas com atuações e visões diferenciadas.

Não pretendemos, entretanto, projetar a análise dessas três Comunidades para o geral da Diocese, formulando considerações universais para todas as realidades da mesma. Percebemos os limites de nossa observação se comparada à totalidade da Diocese. Não é aquela nossa intenção, mesmo por que compreendemos o esforço que seria necessário para efetuar uma análise total daquela circunscrição. Porém, nossa pesquisa não é mais diminuta em valor por isso, uma vez que entendemos que a variação de escalas (Revel, 1998) não significa uma limitação em si, mas a ampliação de possibilidades de visão.

As três Comunidades escolhidas para nossa observação direta possuem trajetórias bastante distintas, compondo níveis de inserção diferenciados nas tendências católicas que nos interessam. Em uma a RCC aparece como fundante de sua própria estrutura organizativa atual; em outra, algumas pessoas apresentam interesses diretos de formar um Grupo de Oração vinculado à RCC e encontra diversos desafios e até mesmo oposições, na maioria das vezes velada. A outra

Comunidade apresenta uma dicotomia relevante, onde diversos líderes demonstram simpatia pelo movimento, mas são cerceados por outros líderes, fazendo com que tal simpatia seja mais velada que exposta. Juntamente com a observação das práticas localizadas nesses três espaços, somam-se a presença do pesquisador em celebrações, reuniões dos Grupos de Oração, conversas informais e contatos com os coordenadores paroquiais (párocos) e a presença em eventos diocesanos de ampla participação dos fiéis.

Entendemos, portanto que nossa análise não fecha, mas visa ampliar as perspectivas acerca do entendimento sobre as construções de significados religiosos na vida de membros da Diocese de Nova Iguaçu. Assim, parece-nos relevante aprofundarmos o conhecimento sobre as Comunidades escolhidas.

#### **a) A Comunidade Nossa Senhora das Mercês <sup>48</sup>**

Essa Comunidade teve sua origem em fins dos anos setenta. Encontra-se afastada do centro de Nova Iguaçu e assim, do centro de tomada de decisões da Diocese que lá se encontra. Os entrevistados disseram que a grande dificuldade de contato com a Cúria diocesana é a condução. É necessária mais de uma condução e bastante tempo para se chegar a Nova Iguaçu, o que dificulta a participação em trabalhos ou eventos em âmbito diocesano, ainda mais se forem à noite. A Comunidade é formada por trabalhadores assalariados, o que limita a participação de seus membros aos trabalhos religiosos locais. No máximo participam de eventos e encontros em outras Comunidades da mesma paróquia e na sede da mesma. Há o reforço, por parte da organização da paróquia, em que os membros das Comunidades se visitem e participem de eventos e encontros uma nas outras. Busca-se um intercâmbio de participação. Disseram que quando há um evento, como um jantar, um almoço, festa de padroeiro, etc., em uma Comunidade, as demais costumam não marcar nada para aquela data, estimulando aos membros das demais Comunidades a participarem daquele determinado evento. Conforme dados oficiais, a paróquia à qual se vincula, Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe foi criada no ano de 1975.

---

<sup>48</sup> Alertamos mais uma vez, que alguns nomes aqui citados, tanto de comunidades quanto de párocos e de entrevistados são fictícios. Optamos por tal procedimento para mantermos as revelações pessoais em segurança. Algumas comunidades apresentam questões delicadas como a chacina da Baixada, portanto visamos respeitar a segurança dos entrevistados e garantir a liberdade das declarações.

Dentro da divisão organizacional diocesana, tal Comunidade encontra-se na Região 06, juntamente com mais três paróquias.

A Comunidade situa-se em um bairro de classe de baixa renda na cidade de Belford Roxo. Pudemos observar pequenos comércios como bares, armazéns, lanchonetes e lojas de miudezas. Embora todo o trajeto feito para chegar à localidade tenha sido em ruas asfaltadas, os entrevistados ressaltaram a falta de áreas públicas de lazer, como praças públicas ou áreas de esportes. Também dizem carecer de serviço público de saúde. “Não há nada para os jovens”, afirma uma das entrevistadas. No trajeto para Nossa Senhora das Mercês podem ser vistas escolas públicas, como um grande CIEP, entre outras. Os relatos dos entrevistados demonstraram a existência de grupos de marginais ligados ao tráfico de drogas que controlam a área, sendo a violência um de seus problemas.

Quanto à participação religiosa, esta esteve vinculada, durante muito tempo, mais à diocese vizinha, Duque de Caxias e São João de Meriti, do que propriamente à Diocese de Nova Iguaçu, à qual pertencem territorialmente. Alguns entrevistados afirmaram que sua participação na Igreja começou mesmo na diocese vizinha, mesmo sendo morador daquela localidade. Afirmam que na administração de D. Adriano Hypólito, terceiro bispo responsável pela Diocese de Nova Iguaçu, sua presença era muito pequena, não tendo se lembrado de nenhuma vez que tenha visitado a Comunidade. As visitas do bispo acontecem, em geral, quando há visita pastoral ou crisma na paróquia. Afirmam que a Diocese não era muito bem estruturada, não apresentando muita opção para os membros da localidade. No trajeto para a capela da Comunidade, foi possível observar um número significativo de templos evangélicos, indicando uma diversidade de opções religiosas. Embora não tenham sido observadas, as narrativas de diversos entrevistados ressaltaram a existência de casas e terreiros de religiões afro-brasileiras.

O templo onde se reúnem os fiéis foi construído inicialmente como um pequeno galpão de alvenaria sobre um terreno adquirido com ajuda de um financiamento da Diocese obtido no exterior. Segundo os fundadores da Comunidade, antes do terreno ser comprado, as atividades religiosas eram feitas nas casas. O terreno comprado era “*um grande lago*”, encharcando quando chovia. O padre na ocasião da compra disse que “*dava para pescar*”. Ao que um leigo teria dito: “*pois é para isso mesmo que estamos aqui, padre, para pescar almas.*” O salão que construíram devia ter uns quatro por cinco metros. Era um salão multifuncional, que servia para tudo, catequese, reuniões, celebrações. Segundo afirmou um dos entrevistados, ali teve início a

primeira Associação de Moradores da localidade. Toda a obra era feita com mão dos próprios membros da Comunidade, o que parece ser uma recorrência na Diocese, ao menos no que se refere às Comunidades observadas.

Hoje o espaço do culto é separado do espaço dos demais encontros. A capela foi aumentada, mas ainda parece ser pequena para comportar o número de participantes. Há um primeiro andar sobre o templo, preparado com salas de reuniões. São duas salas e uma ante-sala bastante ampla. Na parte externa do templo faltam acabamentos como pintura. As salas do primeiro andar também se encontram com acabamentos por serem realizados. Entretanto há um cuidado e um zelo quanto ao interior do templo. Há um altar de madeira, assim como mesas de leitura para a leitura dos textos bíblicos. Do lado esquerdo há um espaço reservado para a Equipe de Liturgia com vários instrumentos musicais e até uma bateria. Do lado direito há uma capela preparada para oração onde guardam a eucaristia. Acima do sacrário da eucaristia há o desenho tênue da face de Jesus. Em uma primeira visita, custa-se um pouco a definir o desenho, pois é feito a lápis de forma que, na penumbra da capelinha só depois de algum tempo a vista consegue visualizar o desenho.

Na frente do templo há um espaço aberto com o chão cimentado que serve de estacionamento para os dias de celebração e encontro e também para a promoção de algum evento. Há ainda uma cantina, uma espécie de varanda, também aproveitada para reuniões de pequenos grupos e banheiros. A construção não aparenta uma estética religiosa com torres ou cruzes. Há um cartaz no muro da frente identificando-o como espaço católico.

Participamos de três momentos de celebração, sendo duas celebrações da palavra e uma missa. Na celebração da palavra os leigos dirigem todas as partes, sendo distribuídas conforme a função que exercem. Há o Ministro da Palavra, o qual coordena grande parte da celebração. Nessa Comunidade, o Ministro da Palavra é também o Coordenador da Comunidade. Ele inicia a celebração, faz as orações previstas no folheto da missa, chamado O Domingo, faz a homilia e o fechamento da celebração. A parte da eucaristia é dirigida por uma ou mais pessoas designadas como Ministras da Eucaristia. Essas conduzem as orações referentes a esse rito e distribuem a comunhão para os presentes.

Na primeira celebração os coordenadores alegaram que não havia muitas músicas alegres, pois era o tempo da quaresma, que na Igreja católica representa um período de reflexão dos fiéis sobre seus atos. As músicas que cantavam eram retiradas do próprio folheto da missa, não

podendo a Equipe de Liturgia escolher qualquer canto, nem mesmo cantos animados. Na segunda celebração, que foi a missa, o padre é quem coordena as partes antes reservadas ao Ministro da Palavra.

Nessa Diocese é fundamental o trabalho leigo organizado em Ministérios. Há o Ministro da Palavra, o qual é responsável pela condução da celebração sem a presença do padre, também denominada Celebração da Palavra. Há o Ministro da Eucaristia, responsável pela parte eucarística da celebração, com a exposição da hóstia no momento dedicado a isso durante a celebração, a oração própria e a distribuição da eucaristia. Também se responsabiliza pela ida à casa de pessoas doentes ou impossibilitadas de comparecerem às celebrações, para levar a comunhão. Há ainda o Ministro do Matrimônio, responsável pelo acompanhamento dos casamentos nas Comunidades e o Ministro do batismo, que se incumbe de realizar os batizados. Tal distribuição de funções não é exclusividade da Diocese de Nova Iguaçu, estando presente em diversas outras dioceses. Apresenta-se também como recorrência em todas as Comunidades visitadas e como exigência estrutural da Diocese. Também não há diferenciação de gênero na escolha dos Ministros, como existe em relação ao sacerdócio católico ordenado, onde só podem pertencem ao corpo sacerdotal católico os homens.

O pároco é um jovem de talvez menos de quarenta anos, talvez 35 anos, aproximadamente. Como havia sido anunciado pelos entrevistados, não há muita variação de participantes quando há missa e não celebração da Palavra. A participação do leigo aí é reduzida, pois está centralizada no padre, embora os responsáveis pela liturgia tenham ainda uma significativa participação nas leituras, nos cantos e na distribuição da eucaristia. E, todas as celebrações (missas ou celebrações da Palavra), há um grupo de crianças, coordenadas por um adulto que vão à frente do altar no momento do ofertório para receberem as ofertas. No dia da missa, o padre pareceu um pouco inquieto e cansado. Talvez por, como afirmou uma entrevistada, ele tenha muito trabalho com as diversas Comunidades. Percebemos um número expressivo de jovens e crianças. Esses, de uma maneira geral ficavam na parte de trás do templo e mesmo do lado de fora. Na hora da homilia há uma dispersão generalizada do lado de fora, onde se aproveita para conversar e brincar com os amigos. A homilia, seja do padre ou do Ministro, parece interessar mais aos que se mantêm dentro do templo. Em alguns momentos não se consegue escutar com clareza a fala do celebrante.

Nas celebrações acontece a apresentação das crianças que estão se preparando para o batismo. Os pais e padrinhos devem comparecer nessas celebrações que antecedem ao batizado para serem apresentados à comunidade. Muitas vezes são pessoas que não participam diretamente dos trabalhos religiosos. Na homilia o padre não apresentou grandes aprofundamentos teológicos ou temas sócio-políticos nem uma visão por demais intimista. Ateve-se à explicação dos textos bíblicos, buscando utilizar um linguajar condizente com o público para o qual falava, ao mesmo tempo em que discorria sobre algum tema teológico mais distante da realidade dos membros da comunidade.

A forma de se comunicar e de utilizar as palavras demonstrava que ele deve ter crescido nos bairros periféricos da Baixada, o que foi confirmado por um dos entrevistados. Após a missa o padre almoçou ali mesmo algo preparado para ele na cantina. Ele substituiu recentemente o antigo pároco, um pouco mais velho que ele. Parece que ele continua o trabalho do antecessor sem grandes mudanças ao menos na parte organizacional de inter-relação das Comunidades e das Comunidades com a paróquia.

Na terceira participação em uma celebração em Nossa Senhora das Mercês, diferentemente das outras vezes, não estávamos mais no período da quaresma. De fato todos os instrumentos foram utilizados, em especial a bateria que não havia sido tocada no tempo mais reflexivo da quaresma. A Equipe de Liturgia demonstrou se organizar e preparar os cantos com ensaios prévios. As músicas eram quase na totalidade próprias da Renovação e eram cantadas pela maioria dos participantes. Eram músicas animadas, intimistas, cantadas pela maioria com entusiasmo e envolvimento. Porém, nada que divergisse das celebrações anteriores, a não ser as músicas animadas.

## **b) A Comunidade São Bento**

Está localizada em uma posição mais central em relação à cidade de Nova Iguaçu. Situa-se em um bairro próximo ao centro da cidade. Tal região faz parte da Região Administrativa I – Centro, conforme a divisão administrativa da Prefeitura de Nova Iguaçu. A paróquia à qual se vincula, São Bartolomeu, compõe a Região 01 da Diocese, com mais quatro paróquias. É um bairro onde parece residir uma classe com poder aquisitivo maior do que na Comunidade N S das



Mercês, inclusive apresentando um comércio local com maior oferta de produtos, e uma região mais urbanizada, com maior presença do poder público. Na rua onde se localiza a igreja, há diversos bares com relevante movimento de clientes, em especial no final do dia. As vezes em que visitamos o local foram, em geral em fins de semana, onde observamos os bares bastante freqüentados nos fins da tarde e à noite. Já pudemos perceber a utilização de automóveis por diversos freqüentadores da Comunidade, demonstrando um poder aquisitivo considerável. O acesso à capela é fácil, devido à sua proximidade à Via Dutra, sendo todo feito por acesso a ruas asfaltadas e sinalizadas.

A Comunidade possui dois terrenos, um em frente ao outro. Em um dos terrenos funciona o templo, em estilo bem característico com torre e cruz, embora não haja sinais externos de que se refere a uma Igreja católica, como imagens de santos ou placas indicativas. Ao lado do templo há um grande terreno para estacionamento e eventos, onde recentemente planeja-se construir um galpão coberto para abrigar eventos em dias de sol intenso ou chuva. Segundo o padre, a idéia é ser um espaço atrativo para os jovens. O templo externamente carece de ornamentos e acabamento como pintura. No interior, entretanto, apresenta-se bem organizado, embora tenham ressaltado que a obra tenha ficado parada devido a contratemplos e brigas entre os próprios membros da Comunidade. Uma das entrevistadas afirmou que o prédio havia ficado interditado por alguns membros que conduziam os trabalhos de forma autoritária. Nesse período as atividades religiosas eram realizadas no prédio em frente, hoje utilizado para catequese. A obra foi deixada inacabada após esse período de fechamento. Faltavam portas e janelas e careciam de acabamento. Por isso esse material foi adquirido posteriormente, sem que fossem considerados, entretanto, a estética projetada inicialmente. As janelas e algumas portas não condizem com o projeto original, afirmaram.

Segundo informações, e do que pudemos perceber, carece-se da presença de jovens, o que foi confirmado por entrevistados que afirmaram ter havido um desgaste na relação daqueles com os mais velhos da Comunidade. Segundo alguns, houve incompreensão por parte dos mais velhos que agiram autoritariamente, não aceitando o estilo de ação e o pensamento dos jovens, que teriam se afastado após tais desentendimentos. Tanto que alguns afirmam não adiantar de nada a construção do galpão para atraí-los, pois a solução não seria essa, e sim uma abertura por parte dos dirigentes e um maior espaço para aqueles atuarem sem tanto controle ou constrangimento. Segundo alguns, essa é uma Comunidade “*conservadora e fechada*” aos jovens.

O pároco, **Pe. Castro** (84 anos), e seu colaborador, **Pe. Getúlio** (aproximadamente 70 anos), são referências no trabalho de implantação, difusão e animação das CEBs na Diocese, estando presentes ali desde a segunda metade dos anos setenta. O primeiro se notabilizou pelo desenvolvimento do trabalho com operários, sendo militante e organizador da JOC, Juventude Operária Católica, originariamente no sul do país, de onde foi convidado por Dom Helder Câmara a atuar na região do Rio de Janeiro na mesma pastoral. Nessa ocasião entrou em contato com a Diocese de Nova Iguaçu e com seu bispo, Dom Adriano, interessando-se pelo trabalho ali desenvolvido. Algum tempo depois iria se firmar naquela diocese, desenvolvendo diretamente o trabalho com os operários. Inicialmente foi convidado a atuar na Catedral de Santo Antônio, no centro da cidade, firmando com o bispo o compromisso de assumir tal atividade, contanto que pudesse continuar a se dedicar aos trabalhadores. Segundo ele, a Catedral passou a ser espaço de manifestações de operários, e mesmo servindo de refúgio para perseguidos políticos. Segundo Pe. Castro, a Diocese inteira era espaço de acolhida de perseguidos políticos e trabalhadores fugidos da repressão da polícia local.

Já Pe. Getúlio, inicialmente foi formado em outra diocese do estado do Rio de Janeiro. Lá iniciou um trabalho de formação de lideranças, vindo, a partir desse trabalho, a estabelecer contanto com a Diocese de Nova Iguaçu. Foi se interessando pelo estilo de atuação da Diocese, até que solicitou sua vinculação a ela, embora oficialmente ainda esteja vinculado à sua diocese de origem. Os dois padres dividem os trabalhos na paróquia que possui 4 Comunidades mais a sede da paróquia, divergindo em alguns pontos sobre a pastoral ali desenvolvida, como, por exemplo, o que vem a ser CEB e se as Comunidades que dirigem seriam CEBs. Também possuem posicionamentos firmes e, por vezes divergentes quanto à RCC presente em algumas Comunidades de sua Paróquia, seja por grupos já estabelecidos, seja pela adesão pessoal de alguns agentes leigos. Para eles, os trabalhos desenvolvidos ali, em especial na Comunidade São Bento, é um trabalho tomado como conservador ou tradicional.

Fato interessante aconteceu quando o estávamos entrevistando. Pe. Castro falava constantemente de seus contatos com figuras relevantes da política brasileira atual, inclusive cobrando deles uma postura ética e mesmo cristã, quando entrou em contato com ele, via telefone, de Brasília, um Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores proveniente do Estado do Rio de Janeiro, para tratar com ele sobre encaminhamentos de reivindicações locais. É interessante ressaltar que a atuação pastoral desses dois padres, em especial de Pe. Castro tem

repercussões para além da Diocese, tendo sido amplamente homenageado quando da realização do 6º Encontro Nacional Fé e Política realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2007 em Nova Iguaçu<sup>49</sup>.

### **c) A Comunidade Perpétuo Socorro**<sup>50</sup>

Essa Comunidade possui uma história marcada pelas pastorais sociais e pela organização mais pautada pelo que os autores consideram como características marcantes da Comunidade Eclesial de Base (CEB). Os padres mais recentes que por ali passaram, parecem ter valorizado a formação com base na Teologia da Libertação e em uma prática voltada para o engajamento sócio-político.

Tal fato pode ser observado no envolvimento do pároco anterior com os familiares das vítimas da chacina ocorrida em março de 2005 naquele bairro (Posse). Também se envolveu nas manifestações a favor das investigações do caso. Dizem os entrevistados que o padre teria sido avisado por alguém logo após o ocorrido, e que imediatamente ligou para o bispo. Este compareceu prontamente ao local e foram os dois ao prefeito da cidade exigir providências e a imediata investigação. Meses depois da chacina o padre foi encontrado morto em seu carro em um lugar deserto. Os jornais noticiaram a versão de que ele estaria em situação suspeita, indicando ser homossexual. Paira até hoje a incerteza sobre o caso, mesmo devido à ênfase dada à notícia.

Para alguns entrevistados, mesmo que tenha sido um fato forjado pelos assassinos, foi tão relevante seu impacto, que abalou os ânimos e a confiança de diversos membros. Tal acontecimento, juntamente com a própria chacina, gerou um clima de insegurança e incertezas nos membros da Comunidade, tanto que os entrevistados evitam falar diretamente sobre o assunto, tratando do caso de uma forma geral. Um dos entrevistados afirma que as pessoas ficaram mais temerosas.

---

<sup>49</sup> Trata-se de um encontro realizado anualmente, organizado pelo Movimento Nacional Fé e Política, vinculado à CNBB. Do 6º Encontro, especificamente, realizado em Nova Iguaçu, do qual participamos, trataremos mais adiante.

<sup>50</sup> Aqui indicaremos o nome verdadeiro da paróquia e do pároco por ser impossível omiti-los devido ao fato relevante ali ocorrido que foi a chacina da Baixada e o assassinato do pároco anterior. Contudo, o nome da Comunidade observada e dos entrevistados continuarão indicados por meio de nomes fictícios.

Apesar disso, demonstram ser bastante animados e articulados para os trabalhos. Em nossa primeira visita estavam preparando o jantar do dia dos pais. Havia muitas pessoas no local. As mulheres na cozinha preparando a comida e os homens montando um palco onde iria ser apresentado um show de forró. O jantar seria acompanhado de música e dança.

No início da Comunidade foi adquirido um terreno de pequenas proporções onde construíram um pequeno salão multifuncional, onde se celebrava, faziam-se as reuniões da Comunidade e se preparavam as crianças para a primeira comunhão. Pelo que mostraram, o salão deveria ter 30 ou 35m<sup>3</sup>. Foi também construído com mão de obra da própria Comunidade. Há alguns anos fundaram o que chamam de Pastoral da Obra. Cada vez que precisam construir ou reformar algum prédio na Comunidade, na paróquia ou em outra Comunidade, os membros dessa Pastoral convocam as pessoas para trabalharem em mutirão. Atualmente há uma obra em andamento na sede da paróquia, promovida por essa Pastoral. Demonstram ter muito zelo pelo templo e pelo trabalho realizado ali. Sentem-se responsáveis pelo que construíram. Ao terreno inicial conseguiram juntar outro ao lado, ampliando o espaço para construírem uma capela maior. Essa possui hoje não mais o aspecto de um salão multifuncional, possui aparência de um templo católico com janelas coloridas, torres e a promessa de um sino. Por enquanto usam um CD com sons de sino quando vão anunciar algum evento ou celebração.

A capela foi construída sem a necessidade de destruição do salão que abrigava inicialmente as celebrações. Este foi ampliado para mais do dobro do tamanho, sendo utilizado ainda hoje para pequenas reuniões e aulas de catequese. O atual pároco, **José Dílson** (33 anos, proveniente da Paraíba, tendo vindo para a Diocese de Nova Iguaçu ainda como seminarista), foi ordenado há aproximadamente dois anos e veio substituir o pároco assassinado. Divide com outro padre os trabalhos pastorais no Hospital da Posse. Ali é desenvolvido um trabalho com a Pastoral da Saúde, de visita aos doentes. Contou que as visitas eram feitas de forma desordenada pelas diversas Igrejas evangélicas da região. Por isso, chegou-se ao consenso, juntamente com a Direção do Hospital, de se fazer um cadastramento dos agentes religiosos das inúmeras Igrejas para a melhor organização das visitas. Também foi elaborado um encontro periódico com tais agentes para discutirem os critérios para se efetuarem as visitas, como normas de segurança, questões de higiene e demais cuidados no trato com os doentes. Segundo o padre, *“havia até aqueles que se sentavam no leito dos doentes, davam medicação e forçavam os doentes a acreditar que seriam curados mesmo sem os cuidados do Hospital”*. Esses encontros são

organizados de forma conjunta e ministrados em forma de revezamento pelos representantes religiosos das diversas Igrejas cadastradas. Ressaltou que é um trabalho significativo para a paróquia devido ao grande número de atendimentos no Hospital. Por tal motivo o colaborador da paróquia se dedica diretamente ao trabalho.

Portanto, pelo exposto acima, resultado de visitas e conversas informais com os membros dessa Comunidade, podemos notar que há algumas tensões camufladas, entre visões diferentes de Igreja, de trabalho pastoral, de linhas de pensamento teológico-pastorais. O fato que atesta essa observação é alguns alegarem o constrangimento de manifestar abertamente sua admiração por determinado segmento católico como a Renovação Carismática. Há ainda algumas tensões encobertas com relação à forma de atuação do pároco, visto por alguns como centralizador.

### 3.5 **Negociações e convívio**

Sabemos que essas três Comunidades não representam a complexidade e a totalidade da Diocese de Nova Iguaçu. Entretanto, proporcionam uma infinidade de possibilidades de observação das ações e das visões de agentes religiosos sobre sua atuação no catolicismo em Nova Iguaçu.

Entendemos também que tais Comunidades observadas, assim como nossa participação em diversos eventos diocesanos e paroquiais, as entrevistas diretas e os contatos informais com membros daquela Diocese, das três comunidades e de outras comunidades, as visitas a outros bairros de Nova Iguaçu, a participação em encontros de preparação do 6º Encontro Nacional Fé e Política, contatos diretos com seus coordenadores e com pessoas que, em algum momento tiveram atuação direta nos trabalhos diocesanos, proporcionam uma gama relevante de informações sobre os rumos da Diocese e a intrincada teia de relações ali existente. Buscamos não nos furtar do entendimento das relações mais locais dos agentes nas Comunidades sem desvinculá-las de uma visão mais ampla sobre o universo diocesano e mesmo do universo do catolicismo em âmbito nacional e internacional. Também buscamos entender a Diocese em sua relação com diversos movimentos ou agentes políticos e sociais que atuam na região, assim como em sua relação com as inúmeras Igrejas evangélicas, já que *“surge uma nova Igreja quase a cada dia”* (Pe. José Dílson).

Entendemos que o convívio dos agentes na cotidianidade das relações locais de sua Comunidade ou Paróquia não se encontra desvinculada da atuação da Diocese e mesmo da realidade da Baixada Fluminense. Nesse espaço oscilam notícias de chacinas, ao mesmo tempo em que é possível assistir a um “*coral de surdos*” ou à dança de uma jovem portadora de Síndrome de Down, trabalhos desenvolvidos em escolas públicas locais<sup>51</sup>. Ao mesmo tempo a Diocese acolhe um retiro de carnaval preparado pela RCC e o 6º Encontro acima mencionado, o qual ressalta os ideais da Teologia da Libertação e das CEBs.

Portanto, a Diocese em questão deve ser ressaltada não pela homogeneidade de seu entendimento como fundamentada nas CEBs. Nesse espaço há mais do que a polarização CEBs/RCC. Estivemos presentes em alguns eventos significativos, onde os diversos grupos demonstram níveis de adesão a pensamentos e ações desenvolvidas na Diocese a partir da seleção e reafirmação de elementos que os identificam e que sustentam suas práticas e visões sobre o universo social e religioso.

Essas e outras questões dessas três Comunidades serão abordadas nos capítulos que se seguem, onde buscaremos focar nossa atenção em aspectos destacados por nós como possibilitadores de negociação para o convívio de agentes religiosos, principalmente leigos, no catolicismo implantado na Diocese de Nova Iguaçu, em especial por meio da observação das Comunidades destacadas acima, porém, não nos limitando a elas.

Os elementos destacados dizem respeito ao(s) pensamento(s) sobre o que venha a se constituir como Comunidade, ao projeto de construção de Memória(s) Coletiva(s) e às ações sócio-transformadoras ali desenvolvidas.

---

<sup>51</sup> Esses espetáculos aconteceram durante a plenária sobre Direitos Humanos do 6º Encontro Fé e Política, sediada pela paróquia Nossa Senhora da Conceição, na Posse. O primeiro espetáculo refere-se a alunos deficientes auditivos de uma escola pública da região que acompanham as músicas com gestos conduzidos por um instrutor adulto. O segundo espetáculo foi de uma jovem dançarina portadora de Síndrome de Down, também aluna de uma escola da região.

#### 4 A MEMÓRIA SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE ENTENDIMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES NO UNIVERSO RELIGIOSO

Estou aqui na paróquia desde que eu fiz a primeira comunhão (...). Aqui a Comunidade estava começando. Começou na casa de pessoas que ainda estão na Comunidade até hoje, depois se celebrava aqui missa campal e depois foi feito, lá atrás, a capelinha, até eu falei pra você que fui catequista aqui também e hoje já estamos na comunidade maior e já reunimos em torno de 200 a 250 pessoas todo domingo (**Silvana**, 43 anos, professora, graduanda em História, casada, Ministra da Palavra na Comunidade Perpétuo Socorro).

Com certeza houve uma fragmentação com a saída de Dom Adriano, a entrada de Dom Werner e a chegada de Dom Luciano. Nós perdemos a linha do tempo (**Jane**, 48 anos, Formada em Pedagogia, casada, Secretária do Conselho Comunitário na Comunidade N. Sa das Mercês, simpatizante da RCC).

A sala de espera onde aguardávamos o bispo Dom Luciano Bergamin era simples, composta de três ou quatro bancos de madeira, duas cadeiras mais confortáveis e uma mesinha de centro onde podíamos folhear algumas revistas. Entre elas havia edições do jornal “Caminhando”, publicação mensal da Diocese. Nelas, muitas referências a festas, comemorações de centenários de templos católicos, artigos sobre antigos padres e sobre Dom Adriano Hypólito. Também artigos escritos pelo próprio Dom Luciano e uma reportagem sobre uma Ordem religiosa que atua na Diocese. Tal Ordem, dos Cônegos Regulares Lateranenses é a Ordem de origem do atual bispo diocesano<sup>52</sup>.

Alguns minutos depois, já na sala de Dom Luciano onde nos concederia entrevista, o cenário de móveis simples não mudou muito. Uma mesa de trabalho, dois ou três bancos e algumas cadeiras mais confortáveis. Sorridente e acolhedor, um senhor na faixa dos sessenta anos aguardava para nos falar de seu trabalho como bispo naquela diocese na Baixada. Falou de seus primeiros contatos com Nova Iguaçu, de como, por meio dos padres de sua Ordem já se faziam presentes algumas problemáticas da região. Uma referência constante em quase todas as conversas sobre a Diocese de Nova Iguaçu era a figura de Dom Adriano Hypólito, o que não

---

<sup>52</sup> Ordem religiosa católica baseada na tradição de Santo Agostinho. O termo cônego designa uma lista de clérigos inscritos para o trabalho em determinada região e o termo lateranense refere-se ao longo período em que esses sacerdotes se dedicaram ao trabalho na igreja de São João de Latrão, sede episcopal do papa, o bispo de Roma. A ordem encontra-se no Brasil desde o ano de 1947 e na Diocese de Nova Iguaçu desde o ano de 1986. Fonte: Jornal Caminhando. Informativo da Diocese de Nova Iguaçu – Ao XXIII, n.201, out/2007, p. 12.

fugiria à regra em nossa entrevista. “*Muitas vezes, as pessoas trocam meu nome e me chamam de Dom Luciano. Talvez por eu ser baixinho igual a ele*”, afirma o bispo.

Creemos que não seja só uma semelhança física a razão dessa “confusão” de identidades. O atual bispo é aclamado sempre que seu nome é citado. Verificamos isso em inúmeras ocasiões, seja em conversas casuais, nas entrevistas diversas ou em eventos de massa. “*Ele é muito carismático*”, afirmam alguns, referindo-se ao modo como trata a todos, ao fato de se apresentar sempre nos eventos de massa ao lado dos demais participantes, por não se destacar como autoridade distante, muito semelhante ao que comentam sobre Dom Adriano aqueles agentes de pastoral ou padres mais antigos que conviveram com ele. Há uma recorrência na semelhança de atributos em relação aos dois bispos.

As narrativas se dividem quando se trata de gerar uma “história” da Diocese. Em algumas falas, em geral as dos mais novos quanto à idade ou à participação eclesial, quase não há referências a Dom Adriano Hypólito. Há um vazio quanto ao tempo distante. Lembram-se somente de Dom Luciano e, em alguns casos, também de Dom Werner, bispo anterior a Dom Luciano. Aqueles que recordam dos trabalhos da Diocese desde os tempos de Dom Hypólito, mesmo que de forma indireta, por “ouvir falar”, pensam em uma linearidade de tempo com algumas rupturas. Segundo algumas falas, o trabalho de Dom Adriano Hypólito foi interrompido por Dom Werner e retomado por Dom Luciano. Tal linearidade, então, seria composta por altos e baixos e fragmentações, onde o período em que a Diocese passou sob a coordenação de Dom Werner (1995 - 2001), portanto seis anos, representa um vácuo para alguns.

Tal período está também relacionado ao crescimento e afirmação da RCC na Diocese. “*Ele era carismático*”, dizem. Entretanto, aqui, carismático está em relação mesmo ao Movimento Carismático, ou seja, um simpatizante expresso.

Quanto a outras falas, não há diferença evidente no trabalho efetuado por Dom Luciano para com o desenvolvido por Dom Hypólito. Aquele estaria dando continuidade ao trabalho anterior, para uns, interrompido momentaneamente com Dom Werner, embora esse momentâneo represente mais de meia década, e para outros sem percepção clara de nenhuma interrupção. Nesse sentido, Dom Luciano foi elogiado pelo bispo emérito de Barra do Piraí e Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, tido como um dos iniciadores das CEBs no Brasil: “*Parabênizo meu*



*irmão Luciano, por respeitar o trabalho iniciado aqui nesta Diocese por Dom Adriano Hypólito”.*<sup>53</sup>

Como forma de entendimento das percepções sobre mudanças, rupturas, renovações no universo dessa Diocese e também sobre uma possível continuidade do tempo e das ações desde o seu início, buscaremos analisar as múltiplas experiências religiosas que nos apresentam os entrevistados. Nesse intento, analisaremos as motivações e intenções da filiação religiosa no âmbito pessoal e familiar e no âmbito mais geral da comunidade, da paróquia e da Diocese.

#### 4.1 A vida pessoal e familiar e a Memória Coletiva

As lembranças são fundamentos do presente. Como a história e, ao mesmo tempo diferente dela, a memória não peca por ser seletiva, por registrar e recuperar os fatos, acontecimentos ou lugares que fundamentam o que se é no presente. As pessoas selecionam e destacam fatos ou aspectos diferentes sobre o mesmo “*fato*”. Assim, figuras, personagens são identificados como “*fundadores*”, “*iniciadores*”, “*transformadores*”, “*deturpadores*”, de maneira diferenciada conforme as experiências individuais e, principalmente pelas experiências, interesses, elaborações coletivas. Juntamo-nos aqui ao pensamento de Bosi, onde “*nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida*” (1994, p37).

Neste capítulo buscaremos analisar um dos termos que nós elegemos como essencial para a negociação do convívio na Diocese de Nova Iguaçu, a constituição, sedimentação e difusão de memórias coletivas<sup>54</sup> nos diversos espaços de socialização por onde permeiam idéias, práticas e sentimentos, em especial aqueles que conduzem à pertença, agregação e sociabilidade. Entretanto, a memória coletiva não apenas congrega, mas também define os limites, as fronteiras e, se quisermos, as identidades em detrimento das alteridades.

<sup>53</sup> Palestra proferida no início dos trabalhos do 6º Encontro Nacional do Movimento Fé e Política – 10 e 11/11/07, em Nova Iguaçu.

<sup>54</sup> Há um debate teórico sobre a diferenciação dos termos “memória coletiva” e “memória social”. Tal debate insere-se na diferenciação “comunidade/sociedade”, iniciada proposta por Tönnies. De tal diferenciação trataremos mais adiante. Por enquanto basta indicar que assumiremos o termo de Halbwachs, Memória Coletiva (cf. HALBWAHCS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo : Vértice/Editora dos Tribunais, 1990).

Um dos primeiros teóricos a tratar do tema da memória em seu aspecto coletivo foi Halbwachs (1990). Segundo ele, a Memória Coletiva envolve as memórias individuais sem, no entanto, se confundir com elas. A história vivida pelo indivíduo no seio do grupo ou os diversos grupos sociais a que pertence constitui o apoio da memória. Portanto, essa necessita de uma vivência coletiva para se constituir. Segundo essa idéia, toda memória seria coletiva, uma vez que o ser humano constitui sua existência em grupos sociais, seguindo a lógica do pensamento de Durkheim, pensador ao qual filia sua teoria.

Portanto, entendemos que para buscarmos compreender sua constituição e a função que a memória coletiva exerce como negociação em Nova Iguaçu, será necessário conhecermos quem são as pessoas pelas quais chegamos ao conhecimento da constituição de idéias e ações na Diocese. Quem são, como estruturam sua vida pessoal e familiar, os elementos presentes naquilo que recordam como fundamental para o exercício de sua agregação religiosa e social, os sentidos e motivações que sedimentam sua pertença religiosa e social. Enfim, quem são essas pessoas que recordam?

Bosi afirma que os atos coletivos dos adultos possuem interesse quando são revestidos de um sentido familiar, íntimo, compreensível no cotidiano, no dia-a-dia (1994, p, 74). Isso é o que tentaremos a seguir, situar as lembranças a partir das pessoas que as relembram. Para isso analisaremos suas falas no que tange à estruturação da vida pessoal e do componente familiar.

Nessa nossa análise, tomaremos somente os agentes leigos. Algumas informações sobre o clero da Diocese foram apresentadas na introdução e serão efetuadas ao longo de nossa análise em diversos pontos dos capítulos que se seguem e também quando tratarmos da noção de Comunidade e do posicionamento sócio-político dos diversos agentes da Diocese.

No que tange à estruturação da experiência pessoal e familiar de nossos entrevistados, encontra-se relevantemente presente o aspecto da migração espacial. São migrantes ou filhos de migrantes. As origens variam, mas a ascendência nordestina sobressai. Esses chegaram ao Rio de Janeiro ou por sua própria iniciativa, como aconteceu com os entrevistados mais velhos (**Dona Sônia** e **Sr. João**) na busca de concretização de seus anseios de uma condição de vida e trabalho melhores do que possuíam no nordeste. Ambos vieram ainda jovens. Os motivos são semelhantes.

Eu vim lá da Paraíba, porque lá não tinha emprego pra gente trabalhar. E eu tinha muita vontade de trabalhar. O pessoal que vinha pra cá, quando chegava lá, falava que aqui no Rio é bom de trabalhar, tem um salário bom e lá a gente não tem onde trabalhar. Eu

trabalhava na roça, em corte de fumo, corte de abacaxi. Trabalho pesado, pegava na enxada, ralei muito. Aí resolvi vir pra trabalhar, trabalhar de doméstica. Trabalhar pra madame. Não tem outra opção, vou trabalhar de doméstica, quem sabe eu aprenda mais e vou pegar em outro serviço. Foi assim meu pensamento de vir pra cá (**Dona Sônia**, 61 anos, casada, alfabetizada, Ministra da Palavra, membro da RCC).

Da mesma forma explica nosso outro entrevistado as motivações de sua vinda:

É porque você, quando nasce, são duas coisas que você nasce com elas, que Deus te dá: um dom e a vocação. A minha vocação não era trabalhar na enxada, eu nunca gostei de trabalhar na enxada. Então eu falava com meu pai que eu tinha vontade de aprender, de fazer uma faculdade. Eu ouvia falar na faculdade, mas só ouvia falar, eu tinha que conhecer. Aí ele nunca me deixava. Quando foi um dia peguei uma oportunidade e saí de casa. Vieram um tio meu e uma tia que moravam em Recife, aí eles foram na frente e eu fugi (**Sr. João**, 69 anos, ensino primário, casado, aposentado como motorista de uma empresa de transportes e atualmente vigia na mesma empresa, ex-liderança e Coordenador da Comunidade N. Sa das Mercês, atualmente evangélico, Vice-presidente da Convenção Batista na qual participa, Presidente da Associação de Moradores do bairro).

Já dona **Doralice** (61 anos, viúva, aposentada, coordenadora da RCC em uma diocese do Estado do Espírito Santo) veio do nordeste com seus irmãos ainda pequenos, após o falecimento de sua mãe. Na impossibilidade de cuidar dos filhos, o pai confiou a tarefa a uma das tias das crianças que morava na Baixada. Dos sete aos quatorze anos, porém, Doralice e seus irmãos foram internados em um colégio interno de freiras devido à dificuldade de sua tia em cuidar dela e de seus irmãos.

Por sua vez, **Ermelinda** (49 anos, casada, aposentada, formação em nível universitário, coordenação da RCC na Diocese), veio de Cachoeira Paulista para a Baixada após seu casamento, uma vez que seu marido trabalhava no Rio de Janeiro.

Os mais novos, como **Alice** (22 anos, estudante universitária, participante da Comunidade N Sa das Mercês), **Maria** (32 anos, graduada em Arquivologia, catequista de crisma da Comunidade Perpétuo Socorro), **Valéria** (34 anos, graduada em Pedagogia, líder na Comunidade Jesus Misericordioso, ex-liderança da Pastoral da Juventude) e **Gabriel** (22 anos, estudante universitário de Música, coordenador do Grupo Jovem da Comunidade Perpétuo Socorro, Ministro da Palavra até fins do ano de 2007, simpatizante, estudioso e defensor da Teologia da Libertação) são nascidos na Baixada. Embora seus pais tenham vindo de outros estados brasileiros e mesmo de outro país, como os pais de uma das entrevistadas, que vieram de Cabo Verde, não apresentaram outra referência espacial relevante senão a Baixada. É claro que isso não impede de remeter-se ao país de origem dos pais a herança do catolicismo, a ponto de afirmar

que “*lá em Cabo Verde eles eram [católicos], porque lá não tinha outra religião. Quando eles vieram pra cá eles continuaram*”<sup>55</sup>.

Outras referências emergem da fala de Jane, ao afirmar que

Lá no nordeste o pessoal é muito mais religioso, especialmente os devotos de Nossa Senhora (...). Quando eu te disse que perdi um pouquinho minhas origens de oração, de fé, é que quando eu tinha quatro anos eu rezava terço sozinha de joelhos. Na casa da minha mãe tinha uma... Você não conhece não, é uma mesa, aí eles botam uma coisa chamada oratório, que é uma casinha de madeira assim... A dela era bem grande, ela tinha todas as imagens possíveis.

Assim também descreve Ermelinda ao afirmar que “*em Cachoeira Paulista, durante seis anos eu coordenei o Grupo de Oração com a Renovação Carismática. Todo meu contato com a Igreja se deu através desse Movimento*”.

A estrutura familiar desses entrevistados também é bastante diversificada e diferenciada. Enquanto alguns afirmam terem constituído suas famílias nas bases religiosas ou culturais herdadas, outros demonstram que contrariaram tais bases ou, pelo menos foram indiferentes a elas.

No primeiro caso temos a descrição de uma trajetória familiar tomada como conseqüência ou decorrência da participação em Grupos de Jovens.

Aí fiz a primeira comunhão, fiz a crisma, já era jovem, entrei para o Grupo de Jovem. Tinha um grupo lá que tinham 102 jovens. Desses 102, casaram-se 48, ou seja, formaram 48 pares e entre eles foi o meu. Por sinal, devem ter uns oito só casados ainda, os outros se separaram, casaram de novo. Então, lá em Santo Antônio [Catedral da Diocese de Duque de Caxias onde participavam] fizemos a crisma, casamos e chegamos até aqui. (Jane)

Como exemplo de contrariedade para com as bases religiosas familiares, Ermelinda, ao ser perguntada sobre a participação de seu marido no âmbito religioso, nos diz:

Meu esposo, quando começamos a namorar, era protestante, mas eu sempre fui firme no que eu quis e no que eu acreditava. Então sempre deixei claro que poderíamos namorar e até casar, mas eu nunca seria protestante. Até que passou-se um tempo e ele se

<sup>55</sup> Na fala da entrevistada, a referência à população caboverdiana da região remete aos tempos em que seus pais haviam chegado ao Brasil, quando havia festas com a finalidade de encontros periódicos dos imigrantes de Cabo Verde. Como não era foco de nossa entrevista, não identificamos se tais festas continuam a acontecer ou se houve uma dispersão dessa população.

converteu à Igreja Católica. Depois de casado fez a primeira comunhão e hoje atua na Pastoral do Dízimo na minha paróquia e participa comigo do Encontro de Casais com Cristo.

Vale ressaltar que a própria Ermelinda distanciou-se dos fundamentos religiosos de sua família ao trocar a Umbanda pelo catolicismo quando tinha em torno dos dezoito anos de idade.

Já **Silvana** (Ministra da Palavra na Comunidade Perpétuo Socorro) deixa transparecer que, embora possa sentir falta da participação mais efetiva de seu marido e filha, o referencial religioso não parece ter sido relevante na constituição inicial de sua família. Há, entretanto, a expectativa de uma futura participação.

Meu marido, nós somos casados na Igreja, ele é católico, mas não tem uma participação atuante como eu. Vem poucas vezes, raramente. Minha filha tem 16 anos, fez a primeira comunhão, mas hoje também não vem muito como a mãe não. Já até foi comigo a romarias que eu coordeno. Foi e gostou muito, mas foi aquela empolgação de momento. Ela disse que ainda não se sentiu tocada para estar participando.

Portanto, na evocação da participação religiosa, a configuração familiar é certamente um elemento relevante, embora não único. O próprio distanciamento físico do espaço cultural de origem, certa fragilidade da organização eclesial católica que nem sempre consegue atingir diretamente seus fiéis e a diversificada oferta religiosa são outros elementos a serem considerados.

#### 4.2 A participação eclesial

As motivações para a participação eclesial são também bastante diversificadas, embora possamos observar certos padrões de recorrência na elaboração discursiva dos entrevistados para justificarem sua adesão. Uma dessas recorrências é a passagem por problemas pessoais, familiares ou afetivos. Outra recorrência é a continuidade da trajetória religiosa ou cultural familiar, assim como a (re)descoberta do ideário religioso adormecido pelo pouco contato com a estruturação da Igreja, pelas exigências cotidianas ou mesmo pela formação religiosa superficial.

Alguns de nossos entrevistados afirmam dar continuidade a um projeto herdado da família que passa pelo catolicismo. Essa forma de vivência religiosa seria, de certa forma estrutural e, ao

menos em seu projeto religioso familiar atual, impensável de ser modificado em detrimento de outras filiações religiosas. Nesse sentido recorreremos à narrativa de Jane, que ressalta o papel da mãe e da participação familiar em sua formação religiosa:

Engajada sou somente eu e mais uma outra irmã e a família dela toda que está no nordeste. (...) Então lá [no nordeste], nós éramos muito fiéis a Nossa Senhora, aquela coisa de procissão. Lá é normal demais. Aqui, se tiver uma procissão é uma vez por ano, lá não, é quase todo mês. Então, quando viemos pra cá houve essa mudança toda. Demoramos um pouco para encontrar uma igreja perto onde pudéssemos caminhar, mas achamos. (...) Então eu vivi, desde que me entendo por gente, dentro de uma comunidade. Na casa da minha mãe era onde aconteciam os terços, as procissões. Ela era a catequista e ela era a rezadora. Ela fazia a oração, assim: tinha criança doente? Ela que ia lá e rezava. Eu cresci dentro de uma comunidade, eu não sei lidar com outra coisa (Jane).

Outro relato reforça esse aspecto do engajamento religioso a partir de uma herança familiar.

Na verdade, eu já nasci aqui dentro. Desde que eu me entendo por gente, assim desde uns seis anos, estou sempre participando. Nunca me afastei. Foram poucos os domingos que eu estava fora daqui. A única vez que eu me afastei, que eu me lembre, foi quando eu estava fazendo pré-vestibular, porque a gente fazia pré-vestibular de segunda a segunda. Só feriado é que eu ficava em casa. Aí eu tive que me afastar de tudo, não conseguia mais participar, mas foi uma coisa alheia à minha vontade (Maria, catequista de crisma na Comunidade Perpétuo Socorro).

Outros entrevistados destacam que iniciaram sua participação com a catequese. A catequese, dentro dos moldes da Igreja Católica, busca cumprir justamente essa função da iniciação da criança ou adolescente na participação dos trabalhos da Igreja. Na verdade, a catequese, dentro de uma visão pastoral moderna, juntamente com outros mecanismos, como o envolvimento familiar e a frequência às missas formam estratégias de atração de novos membros ou mesmo a manutenção daqueles que, tradicionalmente já formam o corpo de participantes. Portanto, constitui-se na forma tradicional de entrada ou permanência na Igreja, tanto que Lustosa (1992, p. 106) irá afirmar que, durante muito tempo a ação catequética focalizou três frentes de trabalho clássicas, a família, a escola e a paróquia.

Dentro desses três campos, a paróquia passará a ser o espaço de concentração desse tipo de formação. Na busca de um constante aperfeiçoamento na aprendizagem dos conceitos, ritos e doutrina católica, haverá a busca de uma maior capacitação dos professores de catequese. Portanto, em algum momento a catequese deverá ser a porta de entrada de participantes, ou de

reforço na participação se consideramos os membros que ingressam no catolicismo na idade adulta, até mesmo porque é ela que abre as portas para os sacramentos próprios da vivência cotidiana adulta do catolicismo. Assim, para se receber a comunhão e outros sacramentos, deve se passar por um estudo catequético.

Entretanto, a catequese, por diversas limitações de ordem prática, não é o efetivador ou mesmo o motivador principal da participação eclesial católica. Os entrevistados localizam a catequese no processo de passagem para outras participações. Entretanto, ele não funda a participação. **Alice**, por exemplo, ressalta que foi a liberdade dada pela mãe<sup>56</sup> que proporcionou um interesse pela participação na Igreja. Afirmou que participa

[...] desde o catecismo. Fiz várias vezes o catecismo antes de concluir. Começava e parava. Quando eu tive um pouco de idade, de consciência, terminei porque quis, minha mãe não me obrigou a nada. Depois eu fiz o crisma porque eu quis também. Grupo Jovem, a iniciativa sempre foi minha. Minha mãe mostrava o caminho, mas não controlava, ela deixava a gente solta.

**Vagner** (40 anos, ensino médio, técnico em transportes rodoviários, casado com Regina, coordena juntamente com ela a Noite de Louvor na Comunidade São Bento), também reforça tal idéia, ao afirmar que, apesar de ter estudado catecismo no tempo do colégio interno em uma igreja Católica próxima ao colégio, considera que foi um católico “*comum*”, desvinculado de qualquer aproximação mais intensa. Sua participação se resumia a missas, batizados e outros eventos, de forma esporádica. Também Helena informa “*Eu nasci aqui, mas fui morar no Rio aos 4 anos e lá freqüentei a igreja na Lapa. Fiquei até os 13 anos, fiz primeira comunhão, voltei para Nova Iguaçu. (...) Nessa época, eu era juvenzinha e eu vinha para a igreja por causa da família, porque era tradição, família católica, entendeu?*”.

Porém, se a porta de entrada não é a catequese, ou pelo menos não é a condição principal para motivar a participação mais efetiva, quais seriam os motivadores de nossos entrevistados?

---

<sup>56</sup> A mãe de Alice é uma liderança da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, **Conceição** (51 anos, ensino médio, casada). Essa é considerada uma das “fundadoras” da RCC na Comunidade por ter sido uma das primeiras ali a entrar em contato com o Movimento devido à indicação de amigas quando Conceição ficou doente. Portanto, Alice, embora atualmente não seja uma participante assídua, parece entrar em contato com os acontecimentos, eventos, encontros, por meio de sua mãe.

Nesse caso, é **Helena** (45 anos, segunda união, formada em Administração, simpatizante da RCC e membro da Oficina de Oração e Vida, participante da Comunidade Perpétuo Socorro)<sup>57</sup> quem informa que um motivador, que seria o da sociabilidade.

O único contato que a gente tinha para fazer relação de amizade com outras pessoas era a Igreja. Porque os pais, normalmente não deixavam fazer programinhas, sair. Aí fui ficando jovenzinha e fui para o Grupo Jovem. Mas eu só vinha para a igreja para namorar, para o Grupo jovem. Me identificava com as pessoas, mas não tinha muito a ver não. Todo domingo eu estava ali, saía e íamos fazer teatrinho, bagunça, marcava programinha na casa de um e de outro e fui passando minha juventude quase toda assim, porque era única forma da gente ter esse relacionamento, essa socialização com as pessoas.

**Padre Ricardo** Barbosa (38 anos, ordenado sacerdote há aproximadamente 2 anos), animador das CEBs na Diocese também aponta a socialização como motivador em sua participação e na de muitos jovens seus conhecidos.

Os mais velhos, eu e minhas três irmãs fomos praticamente obrigados a fazer a catequese. Já com os irmãos mais novos, minha mãe largou um pouco de mão. E daí, eu achava muito chato, a missa era chata. E num encontro com essa Pastoral da Juventude o tema era família e eu achei e eu achei interessante aquela ligação família e nossa vida, essa ligação da juventude e a família e aquilo me despertou. Depois, nós tínhamos também uma vida social relativamente boa. A gente saía para jogar futebol, o Grupo se reunia em torno de coisas comuns da vida: jogar futebol, ir à pizzaria, fazíamos passeios juntos. A região de onde eu venho é um pouco violenta e o ciclo de amizades influi muito. Então o círculo de amizade na Comunidade parece que dava uma certa segurança aos jovens, que podiam sair, conversar, namorar entre si e então, assim foi meu início na Comunidade.

Já para **Valéria** (Comunidade Jesus Misericordioso), a vontade de participar veio de uma relação afetiva com uma amiga de infância e com os padres da paróquia onde trabalha até os dias de hoje. Segundo ela, a motivação para participar veio da

(...) própria Comunidade em si. Meu pai não ia para a missa, mas meu pai levava muito os padres daqui para viajar. Meu pai era taxista e não tinham muitos taxistas aqui. Eu tinha contato, eu gostava muito da Igreja, sempre gostei. (...) fiquei por causa do padre João. Chega uma certa idade em que você tem a tendência... Chega uma certa hora que você vai embora. E como catequista ele me ajudava muito, me mandava para vários cursos. Ele conseguiu abrir minha cabeça. Estava com a cabeça muito assim ainda... Em termos de Bíblia mesmo. Quem me levou foi minha família, mas quem me fez ficar foi

<sup>57</sup> Segunda união é uma designação usual na Igreja Católica, para pessoas que contraem novo casamento. As Oficinas de Oração e Vida são uma espécie de Movimento católico para o ensino de técnicas e métodos de oração.



o padre João, por causa da mente democrática que ele tinha. (...) Tinha uma família que era muito ligada à minha família (...) meus cinco, seis anos de idade até os onze anos, foi mais ou menos a idade em que eu sempre ia com eles pra igreja, pra missas, festas. Eles eram muito presente, só que eles não eram daqui. Ele [o pai dessa família] era militar. Quando se aposentou foi para o Norte, me deixou desamparada sem minha “prima” Marcele.

Outro participante, **Hélio** (37 anos, casado, formação até o 5º ano do Ensino Fundamental II, Nivelador Topógrafo, Assessor paroquial da Pastoral de Juventude, liderança vinculada à juventude na Comunidade Nossa Senhora das Mercês), iniciou sua participação também quando jovem e afirma ter sido motivado pelas mulheres: “*Sou o cara a favor dos namoros*”. Entretanto, aponta uma motivação anterior, que foi uma espécie de promessa, embora não defina assim, feita caso conseguisse um emprego. Estava desempregado e com sua primeira esposa grávida. Afirma que na mesma semana conseguiu um emprego para trabalhar como ajudante de pedreiro. Porém, sua participação era superficial. Após o falecimento de sua esposa, foi trabalhar em Minas Gerais onde conheceu uma moça que condicionou o namoro à sua participação na igreja local. Quando retornou a Nova Iguaçu começou a freqüentar um Grupo Jovem e continuou por ter se apaixonado por uma participante. “*Foi assim minha entrada pra Igreja*”, resume.

Outra motivação entre as apontadas pelos entrevistados refere-se a algum fato que tenha impactado significativamente sua experiência pessoal ou familiar. Como afirma um dos entrevistados, “*se a gente não conhece pelo amor, conhece pela dor*”. **Doralice** (Coordenadora da RCC em uma Diocese do Estado do Espírito Santo, mãe de Regina. Contribui para a organização e realização da Noite de Louvor na Comunidade São Bento) é um exemplo desse fato. Falando sobre a desestruturação de sua família, o alcoolismo do marido e a infelicidade no casamento, afirma que

Disso tudo veio um filho com dependência química. Foi outro sofrimento. Eu sabia, eu sentia a presença de Deus na minha vida, em tudo o que estava acontecendo, mas eu não tinha como buscar, tipo querendo socorro, mas sem saber onde buscar. Era muito difícil. Um certo dia, eu no desespero da vida, escutando a... Eu procurava padres para poder buscar orientação, ajuda. Eu participava da Igreja assim, missas, eu e Deus individualmente, mas achava que podia ter uma direção com um padre. Nessa hora a gente quer socorro, achando que os outros podem resolver nosso problema. Então eu procurava, mas não encontrei nada que pudesse me dar uma direção. Fui achar numa Rádio Catedral que me indicou uma clínica de recuperação (...). Foi assim que começou a história, numa clínica de recuperação (...).

Dessa forma, o sofrimento toma novo sentido pelo prisma da religião. Ele é uma porta para a profunda conversão e para a participação verdadeira. Essa fala é recorrente nos relatos de outros entrevistados.

(...) esse período foi muito bom, porque foi nesse crescimento que nós nos encontramos mais na religião. A gente se apegou muito. Esse foi o ponto chave do nosso retorno na religião. A Canção Nova foi o que mostrou pra gente, porque a Igreja formal não tem esse aparato todo que a carismática tem, tudo o que fala pra gente, o que toca. A partir daí foi que nós começamos a nos envolver. Foi isso o que fez a gente entrar na religião, foi essa dificuldade nossa, essa sede e carência de algum conforto nessa hora, porque aconteceu tudo junto, reconstrução do casamento que estava super abalado, a volta para o Rio, a retomada do trabalho dele, que ficou uns três meses sem trabalho aqui, eu estava com dificuldade na gravidez porque a minha placenta estava descolando. Foi tudo muito junto, se a gente não tivesse esse aparato na religião, a gente não teria conseguido. Isso foi muito importante. Agora pergunta outra coisa pelo amor de Deus (**Regina**, Comunidade São Bento).

A entrevistada termina essa parte do relato com risos e choros, demonstrando o quanto o fato ainda abala sua sensibilidade. Aqui fica evidenciado o papel da religião na retomada da experiência familiar positiva. A religião emerge não somente como apoio para a superação das dificuldades particulares, familiares, mas como símbolo de reconstrução, de reerguimento, de reunificação das unidades dispersas.

Entretanto, tal unidade deve ser mantida pela perseverança na participação. Um novo afastamento ou a desistência de participar pode ocasionar o retorno dos problemas enfrentados anteriormente ao engajamento religioso. É o que deixa transparecer a própria Regina.

A Canção Nova foi essencial na nossa vida, todo dia ele [o esposo] chorava na frente da televisão, foi maravilhoso, muito bom mesmo. A partir daí a gente se sentiu mais fortalecido. Eu escuto muito dizer na Igreja Católica normal que a Canção Nova trabalha muito o sentimento da pessoa, o individual, mas o que eles mais pregaram foi que você não pode nunca estar sozinho, tem que procurar uma igreja, se alimentar do corpo e sangue de Cristo, você tem sempre que estar presente no trabalho na comunidade. Então a gente começou a participar das missas e se oferecer para os trabalhos na Comunidade.

E ainda a mesma entrevistada:

(...) porque minha mãe tem muita fé, ela ora o tempo todo, persevera, intercede por ele o tempo todo, o que dá suporte na carismática é isso, não que a católica não dê. Não sei, de repente a gente conheça só um lado, talvez tenham pessoas na católica tradicional que tem esse suporte todo e eu nunca tenha conhecido, mas nós só fomos conhecer com a carismática, então mesmo nas crises do meu irmão, o que deu suporte a ela, que não

deixou minha mãe endoidar foi a carismática, foi a Canção Nova falando pra persistir, pra perseverar e isso vai continuar na nossa cabeça e vai dando força e ela, graças a Deus está alcançando vitória (...).

Por outro lado, tal inserção tem alguns limites impostos pela própria condição dos afazeres cotidianos e as necessidades práticas das exigências profissionais ou familiares. Diversos entrevistados se disseram impossibilitados de participar em vários eventos ou de assumirem determinadas funções por causa do estudo, trabalho, cuidado com os filhos e com a casa. **Alice** (Comunidade Nossa Senhora das Mercês) disse que atualmente sua atuação é quase nula, uma vez que passa os dias trabalhando no Rio de Janeiro e à noite estudando.

Quando perguntada se possui alguma atuação na paróquia, **Jane** (da mesma Comunidade de Alice) exclamou: “*Graças a Deus não!*”. A mesma resposta foi dada em relação ao seu envolvimento com a Diocese:

Nem pensar! A Diocese está a duas horas daqui. É o que eu falei, Caxias é ali, nós estamos no final de Belford Roxo. Quer dizer, daqui para Nova Iguaçu é um fim de mundo. Eu ia a uma reunião lá uma vez por mês, de nove as onze, na época em que eu coordenava a Pastoral da Acolhida. Olha, era um sofrimento. Eu não precisava me confessar, os meus pecados ficavam no caminho. Muito longe, gente! Eu não via a hora de me livrar disso. Eu gosto de trabalhar, mas tem um limite que eu posso arcar com os compromissos e a Igreja te ocupa demais. Se a gente não abrir o olho, a gente fica sobrecarregada. Eu tenho família, tenho outras coisas pra ver. Eu faço, mas limitado. Eu não assumi nenhum compromisso vocacional com a Igreja, então eu coloco limite em tudo que eu faço. Eu faço pouco pra fazer direito.

Aqueles que, como **Ermelinda** (Coordenadora diocesana da RCC), ressaltam o fato de estarem liberadas para o trabalho pastoral por se encontrar aposentada, assim como **Dona Sônia** (Ministra da Eucaristia na Comunidade Nossa Senhora das Mercês) ou Doralice. Tanto que duas dessas três ocupam cargos diocesanos ou regionais.

Embora estejamos tratando aqui de participação ou pertença eclesial da forma como pode ser entendida a pertença à Igreja Católica Romana, podemos perceber que, no universo dessa Diocese as trajetórias pessoais são também relevantemente permeadas pelo contato e aproximação com diferentes universos religiosos que interagem constantemente. Portanto, a pertença religiosa católica na Diocese de Nova Iguaçu vai depender, em grande parte também, do contato com outras religiões e outras Igrejas.

Praticamente todos os nossos entrevistados tiveram ou têm contato direto com participantes de Igrejas evangélicas ou religiões africanas, seja na família, seja no ambiente de

trabalho ou de vizinhança. Salta aos olhos de quem transita pelos bairros de Nova Iguaçu a quantidade de templos evangélicos, o que é ressaltado, em especial pela preocupação com os agentes hierárquicos.

Por outro lado, a Diocese é muito marcada pela presença de outras denominações religiosas. Eu acho que esse é o grande desafio dessa Diocese: a luta social e a presença dessas denominações religiosas que, de certa maneira, torna o trabalho pastoral um grande desafio. Aqui ainda, graças a Deus, são poucas próximas daqui, mas em Austin, na paróquia onde eu estive, numa rua, assim em torno de uns mil metros você tinha dez igrejas na mesma rua até chegar à paróquia, igrejas de outras denominações (**Pe. José Dilson**, 33 anos, pároco da Paróquia Sagrada Família na Posse. Ordenado há aproximadamente 2 anos).

O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS, em pesquisa divulgada em 2002, apresenta um detalhado quadro sobre o catolicismo no Brasil, mais especificamente nas regiões metropolitanas. Uma das conclusões a que esse estudo chegou foi de que estamos passando no Brasil por um processo progressivo de diversificação religiosa. Isso quer dizer que o catolicismo, que até algumas décadas anteriores podia ainda ser apontado como hegemônico no campo das filiações religiosas, já não o é mais. Ele não perdeu campo somente para as Igrejas evangélicas pentecostais e neo-pentecostais, mas também para um movimento crescente de definição como “sem-religião”, sem falar nas religiões de caráter oriental e formas de vivência religiosa baseada na Nova Era. A pesquisa aponta, já naquele período, para uma “*nova realidade social das religiões, provavelmente destinada a se diversificar ainda mais*” (CERIS, 2002, p.62).

O trabalho de Denise Rodrigues (2007) ressalta que o sudeste brasileiro é a região que mais apresenta um crescimento no número de pessoas que se identificam como sem-religião. Segundo a autora, desde os anos de 1950 os estudos estatísticos com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), apresentam uma considerável mudança quanto à identificação religiosa no Brasil. Nesse período é possível identificar o surgimento da categoria sem religião.

Mais adiante, ao tratarmos da noção de comunidade, aprofundaremos essa questão das transformações no quadro religioso no Brasil. Neste momento, basta ressaltar que o contato de nossos entrevistados, cotidianamente com fiéis de outras denominações religiosas e mesmo a passagem por algumas delas, faz parte da sua experiência religiosa. A quase totalidade dos entrevistados informou que convivem ou conviveram com pessoas de outras Igrejas ou religiões

no seio de suas famílias. Alguns tiveram experiências em outras religiões, seja por herança familiar, seja por curiosidade, seja por terem sido atraídos, em algum momento, por aspectos dessas religiões. Oportunamente abordaremos a questão sob o prisma do sentido religioso e social atribuído a tais experiências.

### **4.3 O lembrar e o esquecer na Diocese de Nova Iguaçu**

Creemos ser um fator relevante na busca de elementos que se tornarão pontos privilegiados de observação de si próprios e dos outros, o recurso à história e à memória. Nesse sentido, tais elementos servem para a afirmação, pertença e privilégio a partir da história sagrada. Como instituição memorialística (Le Goff, 1996, p.422 ss.; Hervieu-Lèger, 2005), o catolicismo utiliza suas celebrações litúrgicas, ritos diversos e comemorações para o contínuo relembrar as ações e feitos divinos.

Assim, a recordação é fundamental, uma vez que o conteúdo e o objeto da fé estão situados nos atos divinos de salvação efetuados no passado. A necessidade de recordação instala-se como tarefa religiosa fundamental. Na Diocese de Nova Iguaçu alguns momentos, espaços e pessoas são tomados como fundamentais para a sedimentação de uma memória. Entretanto, no âmbito mais localizado da ação de certos membros religiosos, esses e outros momentos, espaços e pessoas possuem significados próprios quem nem sempre os atribuídos pelos meios institucionais.

#### **4.3.1 Lembranças sobre pessoas.**

É inegável que as lembranças em torno de Dom Adriano Hypólito componham o sentido agregador das memórias da Diocese. Ele é referência em quase todos os entrevistados. Somente nossa entrevistada mais nova em termos de idade, Alice, afirmou não ter ouvido falar de Dom Adriano. Mesmo aqueles que não tiveram contato direto com ele, têm algo a contar, em geral de conhecimento indireto, de “ouvir falar”. Os relatos são sobre fatos amplamente divulgados pela mídia externa quanto pelo reforço apresentado constantemente nas diversas instâncias e

momentos diocesanos. Hélio indica o prédio do Centro de Formação como local de guarda da memória fotográfica do início da Diocese e, quase em conseqüência, da presença de Dom Adriano na Baixada.

Para pessoas como **Hélio** (liderança jovem na Comunidade N Sa das Mercês), Dom Adriano é o santo da Diocese. Afirma nunca ter ouvido falarem mal dele. Outros entrevistados destacam o que é amplamente conhecido sobre Dom Adriano, seu seqüestro pelas forças do governo militar e a humilhação imputada a ele deixando-o nu pintado de vermelho em uma estrada na Baixada Fluminense.

Ele trabalhou em Nova Iguaçu como bispo, mas ele sofreu muito lá. Eu não sei o que aconteceu com ele, que ainda hoje a Igreja fala. Diz que maltrataram ele, pintaram ele todinho. É, essas coisas. Alguém falou que teve até xingamento. Fui num evento com ele na igreja lá na Diocese. Quando ele vinha aqui na matriz, na paróquia, vinha celebrar a crisma dos jovens, aí a gente via ele. Era uma pessoa muito humilde, uma pessoa muito boa. Depois ele ficou doente, muito doente (...) (**Dona Sônia**).

As observações da entrevistada parecem ser uma resposta ao reforço daquilo que caracteriza uma parcela do episcopado católico no período da ditadura civil-militar no Brasil, o de enfrentamento dos aparelhos de repressão e a conseqüente represália por meio destes. É uma característica marcante, que alguns teóricos da Teologia da Libertação vão vincular ao “profetismo bíblico” da denúncia e do anúncio (Codina, 1993; Fabris, 1991; Van der Ploeg, 1985, entre outros). Outro aspecto relevante é perceber que, o que sabe sobre Dom Adriano, foi-lhe passado por meios diversos. Quando ela afirma que “ainda hoje a Igreja fala” sobre o bispo, significa que os meios de sustentação dessas lembranças são ainda atuantes e eficazes, reafirmam a memória da Diocese nas bases da ação de Dom Adriano.

Outro entrevistado, **Sr. João** (ex-liderança da Comunidade N Sa das Mercês, atualmente membro da Igreja Batista) também relembra o aspecto do sofrimento de Dom Adriano no período em que este à frente da Diocese. Falando sobre seu relacionamento com ele, afirmou:

Bom, o relacionamento. Pra mim foi um ótimo bispo, que Deus abençoe ele. Ele sofria muito pelas Comunidades Eclesiais de Base, um homem sofrido, um homem que procurou sempre dar aquilo que, talvez nem estava ao alcance dele, mas ele pedia a Jesus e Jesus dava a ele. Agradeço a Jesus por a gente estar aqui, nesse momento aqui. Foi ele quem mandou o dinheiro [para comprar o terreno da capela]. Pra mim foi um ótimo bispo e toda vez que a gente tinha uma reunião lá em Moquetá, ele estava lá, nunca faltou.

Também **Jane** (Secretaria do Conselho Comunitário em N Sa das Mercês) reforça o que é destacado como lembrança sobre o bispo. Segundo ela, era Dom Adriano quem estava à frente da Diocese quando ela iniciou ali seus trabalhos.

Ele foi seqüestrado na época, vestiram ele de comunista, arrancaram a batina dele, botaram ele pelado, pintaram ele de vermelho. Foi uma época bem... Ele já faleceu. Naquela época era pior ainda, tinham grupos de extermínio. Então ele foi seqüestrado... Eu não lembro bem, eu não tinha chegado aqui ainda nessa fase que ele passou. Talvez outra pessoa pudesse falar melhor sobre essa passagem. Eu sei que ele trouxe esse pensamento de não deixar acontecer fácil, de gritar, de denunciar. Isso partiu de Dom Adriano. E os políticos não gostavam dele.

Segundo **Padre José Dílson** (pároco da Paróquia Sagrada Família, Posse), a relevância de Dom Adriano para a Diocese não se perdeu no tempo:

Um grande marco dessa Diocese é Dom Adriano. Não foi, é Dom Adriano. Toda referência é Dom Adriano. Então, a Diocese é muito marcada pela luta social, comprometimento com o pobre, essa coisa toda. Agora, por outro lado, percebe-se que foi uma Diocese que teve uma grande ajuda de fora, ajuda da Alemanha. Dom Adriano tinha um relacionamento muito grande com a Alemanha. Ele tinha amigos alemães.

Também Dom Luciano, atual responsável pela Diocese, admite ser uma responsabilidade relevante trabalhar numa diocese que carrega como valor as lembranças de Dom Adriano.

Procura-se dar aos leigos o papel, a tarefa que lhes é próprio. Sei que nem sempre conseguimos, mas a proposta nossa é essa, desde Dom Adriano continua sendo isso. Vejo com muitos bons olhos. (...) Só para dizer como é forte ainda o marco, porque muitos me chamam de Dom Adriano. Não sei se é pelo fato de ser baixinho, idoso, mas isso se revela como o nome do Adriano está ainda não só nos corações, mas na boca, nos lábios. A influência foi grande, quer no estilo que ele deu, procurando atualizar o Concílio Vaticano II aqui, nesta realidade, quer pelo estilo pessoal que ele tinha, quer pelas construções grandes que são do tempo de Dom Adriano, e hoje encontramos muita dificuldade de sustentar. Inclusive tivemos que reunir toda a parte administrativa e pastoral nesta casa e tentar alugar os outros dois ambientes para sobreviver, porque a Diocese, como Diocese, não tem recursos materiais.

Portanto, indubitavelmente, a Diocese guarda sua marca na vinculação a Dom Adriano. Por outro lado, tanto padre Dílson quanto Dom Luciano ressaltam algo que hoje se apresenta como complicador nas ações desenvolvidas por Dom Adriano, a ajuda financeira que naquele

tempo serviu para comprar e construir os espaços que sedimentaram a organização Diocesana. Diversos prédios foram construídos, reformados ou comprados naquele período, inclusive vários terrenos que atualmente abrigam templos que hoje formam Paróquias e Comunidades foram adquiridos no tempo de Dom Adriano. O complicador apresenta-se pelo fato de hoje ser, muitas vezes inviável manter os custos de tais prédios<sup>58</sup>.

Mas não há somente acordos quando se trata da memória de Dom Adriano, há controvérsias também. Em visita ao Congresso Regional da RCC em abril de 2006, buscamos circular entre os participantes para observarmos os assuntos abordados fora das salas de palestras. Aproximando-nos de um grupo de participantes que conversavam informalmente, foi possível ouvir que um deles falava sobre política e afirmava que no tempo de Dom Adriano não havia escolha, todos tinham que ser Petistas, todos eram obrigados a apoiar e votar em candidatos do PT. Em seguida, aproximou-se do grupo o então candidato a Deputado Estadual pelo PT, Alessandro Molon. O participante retomou o assunto a fim de envolver Alessandro a favor de seus argumentos. No entanto, passou a ressaltar a atual liberdade em relação à escolha dos candidatos. Cremos ser interessante acrescentar que Molon tem sua carreira política no mesmo partido que, segundo o participante, gozava de total apoio da Diocese. Molon possui hoje expressivo apoio de diversos segmentos católicos, incluindo membros da Diocese de Nova Iguaçu, onde participa, como católico, de diversos eventos, palestras e celebrações. Pela condução da conversa, pudemos perceber que o participante não se incomodava com o apoio ao Partido dos Trabalhadores, mas ao apoio direto e expresso somente ao mesmo Partido. Essa referência aparece em outras falas, das quais trataremos no capítulo sobre as ações sócio-transformadoras. Por enquanto fica aqui só a referência a esse caso específico.

Outras problemáticas aparecem, mesmo que um tanto veladas, quando se trata de apoio a segmentos como a RCC. **Ermelinda** (Coordenadora da Renovação na Diocese), por exemplo, ao mesmo tempo em que busca afirmar que o bispo não deve ser pastor de um só Movimento ou grupo, e que Dom Adriano, por obediência ao Vaticano aceitou a Renovação, afirma que no início foi difícil para os que tentavam implantar a RCC na Diocese:

Foi muito difícil no início para esses irmãos que começaram. Toninho foi o primeiro coordenador diocesano, eu sempre falo que eu tenho muita estima por ele - Ele mora em

---

<sup>58</sup> Como solução para a questão financeira, prédios como o da Cúria Diocesana, localizado no Centro de Nova Iguaçu estão sendo alugados, enquanto outros estão sendo revistos em sua funcionalidade.



Nilópolis, ele é vivo – porque não foi fácil. Por outro lado, o bispo não é só de um Movimento, só de uma expressão. O bispo, ele é de toda diocese, ele é pastor de todos. Ainda que ele não goste de um Movimento, ele é o pastor e tem a missão de agregar todo mundo dentro da Igreja. Então, mesmo sendo ele na época, ele acolheu o Movimento, porque uma vez que o próprio Vaticano, o Papa acolheu, então ele como órgão obediente à hierarquia da Igreja, também acolheu. Para o povo da Renovação foi um sofrimento muito grande, porque sempre têm aquelas condenações, as críticas no sentido... Porque é novo e o que é novo espanta.

Embora o elemento central da memória dessa Diocese seja o bispo falecido Dom Adriano, outras pessoas são lembrados, em geral, devido à sua vinculação direta com o bispo, por convivência ou amizade pessoal, ou por vinculação ao que se delimitou, ao menos nos meios oficiais, como característica fundamental da Diocese, seu engajamento sócio-transformador.

Nesse sentido, Padre Bruno é bastante lembrado, seja por sua atuação na paróquia do Lote XV, seja pelo trabalho unificador exercido por ele durante o período em que a Diocese ficou sem bispo após o afastamento de Dom Werner, atuando como coordenador Diocesano. É também lembrado pela convivência direta com Dom Adriano, sendo considerado por Hélio como “conservador”, juntamente com Padre Vilcilane. Conservador aqui, não no sentido político-ideológico, mas como aqueles que conservam a memória de Dom Adriano, pela atuação que exercem.

A figura de Padre Bruno é também ressaltada por Jane, relacionando-o a Frei Davi, frade franciscano que atua na diocese vizinha de Nova Iguaçu:

Então é Padre Bruno. Frei Davi que é da Diocese de Duque de Caxias, conhece ele? Quem não conhece aquela figura. Ô homem pra brigar! Ele briga até por nada, tem que ouvir também. Ele tem um projeto muito grande em Caxias que é o EDUCAFRO. Então têm essas figuras na Baixada, que eles gritam e alguém ouve, tem que ouvir.

Segundo o relato acima, existem “*essas figuras na Baixada*” que tornam as dioceses ali instaladas diferentes das demais, como a do Rio de Janeiro, por exemplo, como deixam claro algumas falas ao tratarem da dinâmica própria da Diocese de Nova Iguaçu em comparação com outras dioceses vizinhas. Essas pessoas constantemente lembradas reafirmam o posicionamento da Diocese e reconstróem frequentemente sua memória.

Como entendida por Halbwachs (1980), considerado primeiro articulador da problemática da memória em seu aspecto coletivo, essa seria uma corrente do pensamento contínuo que reteria do passado, somente aquilo que permanecesse vivo na consciência do grupo

que a mantém, não se colocando acima dele, como aconteceria com a história. Haveria assim, uma multiplicidade de Memórias Coletivas como há uma multiplicidade de grupos sociais. Ao considerarmos um conjunto de narrativas que abordam o mesmo tema, perceberemos recorrências, semelhanças e distanciamentos. Tais elementos surgem também quando se trata de selecionar acontecimentos que dão significado à organização, às práticas e ao sentido de pertença religiosa dos agentes em relação à Diocese.

#### 4.3.2 Acontecimentos que marcam a permanência e a mudança

Dentre os vários acontecimentos destacados para comporem a memória coletiva da Diocese, destacaremos dois, por terem sido os mais citados e os que aos quais os entrevistados carregam significados bastante relevantes em sua adesão religiosa. São esses acontecimentos a mudança de bispos na Diocese, a chacina no bairro da Posse.

##### **A mudança de bispos**

O primeiro desses acontecimentos, a mudança dos bispos, apesar de ter sido provocada como forma de obtenção de informações para a pesquisa, é amplamente abordada por todos os entrevistados. A abordagem de cada um marca aspectos recorrentes em outros ou apresentam elementos únicos, originários de sua visão própria sobre mudanças e continuidades. Sendo entendida como o processo contínuo de construção e reconstrução do passado, que parte das imagens e idéias sedimentadas no presente, a memória seria afetada por interferências sofridas pelos indivíduos, pelas representações incorporadas à consciência atual. Como vimos anteriormente, o apoio da Memória Coletiva estaria em uma história vivida pelo indivíduo no seio do grupo ou dos grupos sociais a que pertence (Halbwachs, 1980). Portanto, a eleição do que deve ser lembrado estará apoiado na pertença a determinado grupo. Por tal motivo, o mesmo acontecimento, a mudança dos bispos, será entendida como ruptura por alguns e como continuidade por outros.

Embora não seja historicamente correto, os relatos não apontam a existência da Diocese para antes de Dom Adriano. Embora alguns poucos tenham indicado que Dom Adriano não tenha sido o primeiro bispo da Diocese, todos concordam em afirmar, ao menos tacitamente, que a

história da Diocese tem início com Dom Adriano. É o que está na memória, seja ela forjada pelos meios competentes, seja pela participação de diversos agentes atuais entrevistados terem se iniciado nos trabalhos religiosos na Diocese no período em que ele era o então bispo diocesano: *“Eu peguei [a época] de Dom Adriano. Ele quase não vinha na Comunidade. Eu lembro que a gente só via o bispo no dia do crisma. Ele aparecer na Comunidade, nem pensar. Ele só ia na paróquia. No dia de crisma era o dia em que a gente via o bispo”*, afirma **Maria** (Catequista de crisma na Comunidade Perpétuo Socorro). Também **Conceição** (liderança na Comunidade N Sa das Mercês) se lembra vagamente da presença do bispo: *“Para ser sincera, o que eu me lembro de Dom Adriano, na época em que ele foi seqüestrado, saiu nos jornais, é assim que eu guardo. Embora quando eu fiz a missa da eucaristia, ele que fez o meu envio. Foi a única vez que o vi. Foi lá na matriz”*.

Entretanto, quase todos os entrevistados participaram no período posterior à saída de Dom Adriano, com a entrada de Dom Werner. Esse bispo de origem alemã esteve coordenando a Diocese de Nova Iguaçu de 1995 a 2001. Para a maioria dos entrevistados representa o desvio das propostas de Dom Adriano. Para outros não houve rupturas significativas no trabalho diocesano. Alguns fatores podem influenciar na construção dessas diferentes visões, como o nível de inserção nos trabalhos da Diocese, a visão a partir de determinados grupos que, segundo os entrevistados, tiveram maior ou menor apoio de Dom Werner.

Mesmo Conceição que demonstra ter tido uma relação mais próxima com Dom Werner, até mesmo entrando em contato telefônico com ele após sua saída e ter ido visitá-lo em sua nova diocese, admite ter sido um período conturbado.

Em termos comunitários não foi muita coisa não... Ele [Dom Werner] nos visitou duas vezes. Ele pra celebrar, achei ele ótimo, Mas ele para a pastoral, ele coordenando, ele para as Comunidades, achei muito solto. O Dom Luciano já é mais... Achega-se mais, porque Dom Werner era difícil de se achegar a ele. Era mais difícil. Tanto é que teve problemas com os padres. Por isso ele saiu. Não aceitaram, não estavam respeitando. Na verdade não estavam respeitando. Tanto é que ele saiu antes de chegar o outro. Antes da admissão ele pediu para sair.

Outros entrevistados apresentam outros aspectos que Conceição não aprofunda. Talvez por causa de um relacionamento mais próximo, talvez por não ter percebido outras nuances.

Dom Werner não era bispo pra trabalhar na Baixada. Ele não gostava de pisar na lama, de sujar o sapato, não existe isso! Ele era muito amigo do Roberto Marinho, então ele era bispo de gravatinha. Tanto que ele não agüentou, foi embora. Não tinha nada a ver com a Baixada. Ele era carismático, tudo bem, se dava com muitas pessoas, nunca tratou ninguém mal, sempre tratou bem as pessoas, mas pra trabalhar... Ele viu que não dava. Essa é uma diocese pobre, tinha que ser uma diocese rica, tipo Santo Amaro, quem sabe o Rio. A Baixada não dava pra ele. Ele gostava de andar de carrão. Aqui só tem fusquinha, não tinha condições. Então ele não ficou muito tempo (...) (Jane, Comunidade N Sa das Mercês).

O relato continua afirmando que foi uma mudança muito brusca tanto para a Diocese quanto para o próprio Dom Werner. Afirma que a linha do tempo foi quebrada nesse período. *“Foi a época das homilias bonitas, dos discursos perfeitos, mas assim, de pé no chão, nada”*. Hélio complementa o quadro dizendo que *“houve uma mudança na própria Diocese. Eu acho que foi na época que a Igreja ficou meio bagunçada, ficou uma coisa muito solta, os padres não tinham muita... Ficou uma coisa muito solta. Tanto é que ele só ficou apenas uns cinco anos só”*.

Foi o período apontado por alguns como o início do fortalecimento da Renovação Carismática Católica no seio da Diocese. Segundo informações, essa já existia de maneira tímida na Diocese, cercada de críticas e de desconfianças por parte de diversos agentes. Seu avanço nas Paróquias e na Comunidade rumo a uma aceitação como Movimento a integrar o campo ao lado das demais pastorais e Movimentos teria acontecido no período de “ruptura” apontada como o período do episcopado de Dom Werner em Nova Iguaçu. Assim um padre define pastoralmente esse período:

Dom Werner, ele tinha um pensamento diferente e isso criou uma tensão. Eu acho que foi o período em que as Comunidades [Eclesiais de Base] perderam um pouco da força. Aquele pessoal que tinha uma certa representação na Diocese foi cada vez mais sendo afastado. E essa tensão culminou com um desgaste natural do bispo e de alguns padres com ele. (...) E esse período foi de enfraquecimento porque Dom Werner tinha a idéia de dividir cada vez mais, cada vez mais paróquias menores e com a presença maciça do pároco, do padre. Isso de certa forma enfraquece a organização leiga da paróquia e da comunidade. Então o padre tem que estar mais presente, tem que ter mais missas e de certa forma isso responde ao anseio do grande povão. O povão gosta de missa.

Segundo alguns deixam escapar de forma sutil em suas falas, certas atitudes de Dom Werner poderiam estar relacionadas a uma vinculação sua com Dom Eugênio Salles, arcebispo emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Um de nossos entrevistados afirma ser ele *“apadrinhado de Dom Eugênio. Então, Dom Eugênio tinha uma certa tensão aqui com as Igrejas da Baixada, principalmente Caxias e Nova Iguaçu. E quando Dom Eugênio sai, se*

*aposenta, ele [Dom Werner] não ficou nem um ano depois. Então você vê que a organização da Igreja se dá também por outras vias”.*

Outra entrevistada afirma que, nesse período a RCC teve um crescimento considerável devido à atuação do bispo. Esse privilegiaria Movimentos e Pastorais caracterizados por não apresentarem relevantes tensões ou questionamentos das atitudes do clero.

Parecia que existia uma resistência da Igreja com o poder eclesial. Então tudo o que tinha sido transformado, feito, trabalhado durante anos na Diocese em relação a trabalhos de grupos, de comunidades, de criação de Comunidades, porque a organização da Diocese é diferente lá do Rio de Janeiro onde você capelas, mas não vê Comunidades. Lá você vê paróquias e naquela paróquia acabou, é ali que funciona tudo. Aqui não, existia uma organização aqui diferenciada. De repente aquilo tudo acaba. Então parecia que era assim, o clero querendo tirar o leigo. O leigo servia pra quê? Pra ser Ministro da Palavra. Aliás, nem Ministro da Palavra existia, pra Ministro da Eucaristia, porque aqui também tem a falta de padre, como no Brasil inteiro. Então a falta de padre. Você tem Ministro do Batismo, ou seja, os Ministros das consagrações. Esses eram permitidos e eram bem aceitos. Esse tipo de curso era bem aceito na Diocese. Agora, quando se falava em Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, (...). Mas grupos de discussão não eram muito bem vindos. Dava pra sentir isso, uma resistência. Até mesmo os padres, era uma coisa mesmo de imposição. Os nossos jovens seminaristas também estavam indo na mesma linha (...). Aquelas pessoas que tinham já aquele trabalho social dentro da Igreja começaram a perceber isso. O que não era percebido? Cresceu a Renovação Carismática sim, porque aqui você tinha espaço para rezar, erguer as mãos com alegria, mas não tinha espaço para repartir o pão de casa dia (**Valéria**, ex-assessora da Pastoral de Juventude, liderança na Comunidade Jesus Misericordioso).

A fala de Ermelinda talvez reafirme essa idéia. Embora ela vincule sua conversão ao conhecimento da RCC em Cahoeira Paulista, espaço hoje privilegiado para a Renovação, sua atuação efetiva na Diocese fora de Grupos de Oração só aconteceu 13 anos depois de ali chegar. Afirma ter se envolvido em diversas pastorais, mas não diretamente em coordenações de Grupos de Oração. Segundo seu relato, apesar de ter chegado à Diocese em 1983, portanto sob a coordenação de Dom Adriano, e de ter se envolvido em trabalhos de diversas pastorais, como catequese de adultos, só reiniciou sua inserção na RCC por meio do Grupo de Oração em 1996, portanto, no período de coordenação de Dom Werner. Embora não esclareça o ponto, um dos fatores pode ter sido o avanço da Renovação e sua ampliação crescente afirmação frente aos demais Grupos nas Comunidades e Paróquias, e mesmo perante os trabalhos diocesanos.

Para Ermelinda não há rupturas visíveis na Diocese. Dom Luciano continua o trabalho de Dom Werner. Entretanto, admite que sua atuação e um maior envolvimento com a estrutura da

Diocese só aconteceu quando assumiu a coordenação diocesana da RCC, o que se deu já no período de Dom Luciano.

Por sua vez, Jane admite que nem todos percebem as mudanças ocorridas na Diocese com a mudança dos bispos. Segundo ela, aqueles participantes mais afastados, que não participam diretamente de alguma pastoral ou alguma função de liderança não conseguem perceber qualquer modificação na atuação dos bispos na Diocese. Para ela, até mesmo alguns participantes mais ativos não conseguem distinguir mudanças. A observação de Jane, embora válida, provém de sua percepção cotidiana no relacionamento com alguns participantes, a partir de seu olhar de liderança na Comunidade.

### **A chacina da Baixada**

Outro acontecimento a ser observado por nós é a série de assassinatos que passou a ser denominada de chacina da Baixada. Como já informamos, tais assassinatos foram cometidos no bairro da Posse, onde se encontra uma de nossas Comunidades pesquisadas.

Em relação a tal acontecimento que mobiliza as lembranças de diversos entrevistados, é interessante observar que possui uma diversidade na sua compreensão frente ao que se deseja ressaltar sobre a vivência católica em Nova Iguaçu. O mesmo fato não é visto com os mesmos olhos, ou com o mesmo olhar.

A reação do pároco da localidade onde ocorreu a chacina, Padre Paulo, do bispo Dom Luciano e das Comunidades é ressaltada como ponto afirmativo da ação da Igreja católica frente o caso. **Jane** (N Sa das Mercês) e **Padre Ricardo** (Animador das CEBs na Diocese), por exemplo, ressaltam que a Igreja teve um posicionamento firme e direto na cobrança das autoridades locais.

Não sei se vocês viram o caso da chacina que teve? Ninguém se intimidou com isso. A Igreja foi à rua, a Igreja gritou. (...) Teve um padre nosso que foi assassinado, lá da Posse, Padre Paulo, por estar envolvido com as famílias... Envolvido assim, dando apoio espiritual. Ele acolhia as famílias das vítimas da chacina. Ele foi assassinado ridiculamente. Olhe só: ele foi tirado de casa três horas da manhã, foi assassinado na esquina da casa que morava. Os jornais... É horrível, os jornais disseram que o padre era homossexual, que estava com um amante. Nós sabemos que não era essa a história, mas a imprensa diz o que quer. A gente sabia que era em função de ele estar envolvido. Tanto que o rapaz que tomou o trabalho dele pra continuar, também foi assassinado. Quantos entram nessa fila eles vão assassinar, mas a Igreja não pára. Quer dizer, o que acontece de legal, essa característica da Igreja na Baixada é isso. A violência é muito

grande, então, quando acontece uma aberração assim, a gente não fica calada. A gente está articulado um com o outro, a gente faz barulho, a gente grita, ai pra rua. (Jane)

Agora no período de Dom Adriano, as CEBs tinham uma voz... Quando havia qualquer coisa ela se reunia. Talvez... Aí a gente não pode dizer só em nível de CEBs, mas quando houve a chacina, houve uma grande mobilização em Nova Iguaçu. A gente não pode dizer que foram só as Comunidades, mas vários setores se juntaram à Igreja para dizer um “não”, um “basta” à violência. (Pe. Ricardo).

Nem todos os aspectos desse olhar sobre a chacina são compartilhados por aqueles que sofreram diretamente as repercussões do caso, como os agentes religiosos participantes daquela Paróquia e de suas Comunidades. A memória construída não foi a mesma.

A Comunidade da Paróquia da Posse fica bem no meio. Foi uma coisa que deixou as pessoas com muito medo, pois foi coisa envolvendo polícia e a verdade nunca é mostrada. A gente nunca sabe se as pessoas que morreram tinham alguma coisa errada, se não tinham. E tudo que não tem a verdade não dá pra gente confiar. Na verdade, a maioria dos assassinatos que acontecem são coisas que as pessoas não comentam muito. A gente não sabe quem foi que fez. Aí, independente da chacina ou não, diversas coisas que acontecem são meio abafadas, não são comentadas. Não tem ninguém que diga: “Pô, vou lá, vou peitar, vou botar o dedo”. A gente sabe que vence o mais forte. (Maria, Comunidade Perpétuo Socorro, pertencente à paróquia onde ocorreu a chacina)

A própria entrevistada demonstrou receio de falar sobre a chacina devido ao fato ainda causar constrangimentos e reações de medo e desconfiança, como confirma **Silvana** (também pertencente à paróquia de Maria).

Fez dois anos agora. Porque ele era um padre muito amigo, muito carinhoso mesmo. Bastante litúrgico, gostava das coisas muito corretas. Ele nos ensinou muito. Pra gente foi um choque muito grande a perda dele. Ele acabou se envolvendo com esse pessoal da chacina, pessoas que de certa forma envolveu famílias e a gente não sabia de fato quem estava por trás disso, e depois com medo das coisas que poderiam vir por trás. Quando a gente saía em caminhadas, procissões, nós passávamos ali na Rua Gama, ali tem uma favela, inclusive ele falava: “ninguém vai sair da rua não, nós vamos passar e as pessoas têm que esperar”. Ele era um pouco ousado nesse sentido. E aí, quando aconteceu isso, nos chocou muito. Até de fato a gente saber o que aconteceu. Depois vieram outros rumores que até magoou, de certa forma. Se foi verdade ou não, mas... (...) Quer dizer, nós perdemos o padre e a gente vê que não mudou muita coisa.

As narrativas demonstram um sentimento de desânimo e de que, apesar da movimentação, o projeto parece ter sido em vão, uma vez que as coisas continuam do mesmo jeito. Parecem não perceber a ação como resultado em algo positivo. A impunidade e o medo continuam.

Inclusive, depois que este padre chegou, nós ficamos sempre com medo, porque estamos sempre ali na paróquia. a gente ficou meio temeroso. Até em nossas missas, nas celebrações, quando íamos fazer essa caminhada...É, tem dois anos que se faz essa caminhada. (...) Quando houve também a missa no local, sétimo dia e depois de um mês que tinha acontecido a chacina, inclusive Padre Paulo estava vivo ainda, ele estava assumindo esse trabalho. Tiveram pessoas que tiveram medo de ir e de participar dessa missa (Silvana).

Não foi só o medo que afetou a visão sobre a chacina. Também o assassinato do padre e a incerteza do motivo geraram receios e dúvidas sobre a própria conduta do padre, o que gerou um afastamento de participantes e mágoas em alguns que ficaram.

A morte do padre mudou muito a história da Comunidade. Muitas pessoas saíram e hoje... Saíram por causa disso mesmo, só por isso, porque senão, não haveria razão de sair. O padre morreu como qualquer um pode morrer, mas a história que ficou. [O pessoal] se sentiu traído, se sentiu traído, entende? E a questão do testemunho, porque começa o questionamento: “O que será que o padre estava fazendo três ou quatro horas da manhã na rua, entendeu? E se isso tudo que falaram for verdade? Mesmo que não seja, o povo começa a achar... Assim, até a escolha de um padre pra vir substituir fica difícil. (Helena, Comunidade Perpétuo Socorro)

Uma vez que Memória é pensada não como o reviver, mas refazer ou repensar as experiências do passado com as idéias de hoje, podemos dizer que aquela é alterada pelo sistema de representações que o ambiente social constantemente lhe apresenta (Bosi, 1994, p.55). Aqui, o mesmo acontecimento é interpretado e lembrado a partir de várias pertencas e de experiências diversas.

Há outros elementos que contribuem para a formação, sedimentação, difusão e re- interpretação das memórias, que são os lugares que comportam ou conduzem a perpetuação ou a eliminação das lembranças.

#### 4.3.3. Lugares de memória: O Arquivo, a Comunidade, os espaços de permanência e de mudança

Outro elemento relevante são os espaços agregados pelas memórias ou que as agregam. Tais espaços possibilitam o retorno e o direcionamento constante das lembranças. Tais espaços são como sedimentadores de tais memórias, ao mesmo tempo em que servem para disseminá-las ou irradiá-las. Trataremos de alguns desses espaços que são apresentados como significativos no recordar em Nova Iguaçu.



### **O Arquivo, guardião da memória**

O Arquivo é um dos espaços privilegiados de guarda da memória. Segundo Nora (1993), essa é uma das instituições consideradas como “lugares da memória”, por possuir entre suas finalidades, a de preservar e sedimentar a memória.

Em Nova Iguaçu, o Arquivo Diocesano é tratado com significativo esmero por seu responsável, o historiador **Antonio Lacerda** (40 anos, solteiro, ex-seminarista, historiador e funcionário encarregado pela administração do Arquivo Diocesano, simpatizante das CEBs e das Pastorais Sociais). Segundo ele, o Arquivo Diocesano está entre os maiores produtores documentais da Baixada Fluminense. Ressalta o papel de guardião da memória local, tanto no âmbito religioso quanto histórico, social e geográfico. Dois fundos documentais pertencentes ao acervo do Arquivo são destacados por sua relevância, os termos de batismo de escravos e os documentos referentes a Dom Adriano.

O primeiro desses conjuntos documentais foi recentemente objeto de pesquisa de professores e alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tal pesquisa foi desenvolvida naquele Arquivo e em outros Arquivos Eclesiásticos, pelo Laboratório de História Oral e Imagem do Departamento de História daquela Universidade<sup>59</sup>.

O segundo conjunto de documentos contém recortes de jornais e reportagens que abordam o tema da Baixada Fluminense, como políticas públicas, violência, Igreja Católica, entre outros. Tais recortes e reportagens foram selecionados e colecionados durante vários anos por Dom Adriano. Segundo Lacerda, tal conjunto documental foi cedido pelo próprio bispo. Lacerda acondicionou-os em caixas de papelão na mesma ordem que Dom Adriano havia organizado. São recortes selecionados a partir do ponto de vista do bispo e são relevantes para a reconstrução da história da região, como ressalta Lacerda. Ele conta duzentas e setenta e sete caixas de documentos guardados por Dom Adriano.

O próprio Dom Adriano foi quem criou o Arquivo da Diocese. Destinou todo um andar do prédio da Cúria Diocesana para suas instalações. O atual bispo também parece apoiar a existência do Arquivo, continuando a reservar um andar inteiro para ele com a mudança da Cúria para uma nova sede. O responsável pelo Arquivo diz ficar impressionado com o fato, mas apresenta uma justificativa a partir de sua visão:

---

<sup>59</sup> Confira os andamentos dessa pesquisa no site: <http://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/>

Dom Adriano foi o terceiro bispo de Nova Iguaçu. Ele teve um papel muito importante. Ele criou o Arquivo. Todo esse andar aqui foi destinado para ser o Arquivo, o que é uma coisa rara no Brasil, um bispo, que num prédio administrativo reserva um andar todinho para ser um arquivo, isso é raro. (...) A gente vai pra nova sede, toda a Diocese, toda a Cúria. A gente vai lá para Moquetá, outro bairro. Este prédio vai ser alugado. O Arquivo vai ser a mesma coisa disso aqui, o andar todo do prédio como aqui, o andar todo. Então, lá também vai ser a mesma coisa, o andar todo, porque o quinto [andar] não funciona, então vai ser a mesma coisa, vai ser o quarto andar de um prédio. Vai ser um espaço grande também. Mas muita gente da Diocese não sabe da existência do Arquivo... E é muito questionado também... Porque precisa ter um arquivo, com dois funcionários? Quem paga meu salário, o salário da Gilda? Pra que isso? É despesa. Ainda mais como a Diocese está com dificuldades econômicas. Então é difícil as pessoas compreenderem isso, ver que é importante. A vantagem que nós temos, é que temos um bispo que é italiano, e a Espanha, a Itália, têm uma tradição na área de patrimônio histórico. Então ele tem essa sensibilidade. Tudo ele passa pra mim. Ele não me atrapalha em nada, ele valoriza.

Na verdade, mesmo não sendo italiano ou espanhol, Dom Adriano Hipólito talvez tenha descoberto o valor da preservação da memória como forma de manutenção da própria identidade da Diocese. Talvez tenha projetado a continuidade de sua missão nos seus recortes guardados, destinados à perenidade por meio de uma instituição de memória, o Arquivo. Tendo o bispo tido ou não tal projeção, Lacerda acredita que o Arquivo cumpre com a missão de ser um guardião da memória da Diocese. Segundo ele, diversas pastorais, grupos e Movimentos recorrem aos documentos quando ocorre a preparação de algum evento relevante. A recordação de algum fato, a celebração de alguma data relevante, o reforço de algum tema será muitas vezes buscado nos documentos guardados naquele setor da Diocese. Para ele, o Arquivo cumpre com sua missão:

Preservar a memória da Diocese, a memória histórica da Diocese, subsidiar a Diocese na sua ação pastoral. Vamos supor, agora está tendo muita violência, voltou de novo, então, a Diocese quer desencadear a campanha contra a violência, então no Arquivo a gente vê o que a Diocese já produziu no passado desde a década de sessenta sobre a violência, dossiês, tudo. Então eu mando esse material para o encontro de pastoral. Quando uma paróquia está fazendo cinquenta anos, aí eu faço um levantamento. Às vezes um padre morre... Agora dois padres morreram e a gente não tinha nada da vida desses padres, porque quando esses padres estavam vivos, eu não podia ficar pegando coisas da vida pessoal deles, só depois que morre. Então agora eu tenho que levantar a vida desses dois padres. O Arquivo tem uma função pastoral que é estar subsidiando a Diocese em sua ação, a ação pastoral. Então essa é a função do Arquivo, dar subsídios, estar orientando. (Antonio Lacerda)

Há também uma produção literária e jornalística que é feita para circular nos diversos espaços da Diocese. Há colunas no jornal informativo da Diocese, o Jornal Caminhando, que

possuem um cunho memorialístico, reafirmando os fatos do passado, os lugares e as pessoas selecionadas por sua relevância. Assim, um padre que falece ou que celebra bodas de ordenação sacerdotal, um templo considerado como patrimônio cultural da região, entre outros. A produção mensal do jornal permite selecionar e difundir material a partir do acervo do Arquivo. Dom Adriano é uma figura que, praticamente todo mês aparece no informativo.

Outro desempenho do Arquivo está sendo na preparação dos cinquenta anos de fundação da Diocese, a ser celebrada em 2010.

É, vai sair um livro e várias publicações. No primeiro momento a gente tá fazendo uma cronologia, a gente vai fazer uma história cronológica, mas a gente vai... Eu estou recolhendo todos os documentos interessantes da história da Diocese, pra gente ir pontuando aí depois eu vou amarrando tudo isso. Já tem bastante coisa pra gente já preparar pra dois mil e dez, daqui a três anos. Passa muito rápido. Na verdade daqui a dois anos tem que estar pronto isso.

Uma das etapas da preparação para o aniversário já se encontra efetivada, ao menos em parte, que é um site sobre Dom Adriano na internet, vinculado à página da Diocese<sup>60</sup>. Podemos já vislumbrar o papel fundamental que terá a memória de Dom Adriano nesses festejos comemorativos.

### **Capelas e igrejas como lugares de memórias**

Outro espaço privilegiado de manutenção das memórias são as Comunidades, “objetivadas” no espaço de reunião, as capelas e igrejas. Tais lugares conduzem as narrativas na direção do início da organização religiosa e da agregação de fiéis. Observamos três Comunidades mais diretamente e transitamos por mais algumas. Nas narrativas em torno da memória desses lugares, diversos elementos apresentam-se como recorrentes.

Um exemplo disso é o que recordam da organização inicial dessas Comunidades. Aliás, um elemento bastante significativo é que a Comunidade se funde com o templo, com o lugar de celebração, culto, encontro, festa e reunião. No fundo da formação da Comunidade enquanto conjunto de participantes está a eleição do lugar de reunião. Porém, há antes um trajeto similar às Comunidades observadas que é a preparação para se iniciar um trabalho religioso estruturado. Em geral inicia-se pela visita aos moradores e celebrações nas casas. Algumas vezes há um

<sup>60</sup> Página da Diocese na internet: <http://www.mitrani.org.br>

Página sobre Dom Adriano: <http://www.mitrani.org.br/domadriano/index.html>

interesse manifestado pelos moradores aos padres da paróquia mais próxima, os quais irão verificar no local quem seriam os possíveis participantes.

Na Comunidade Nossa Senhora das Mercês, houve uma pesquisa por parte de algumas crianças de uma mesma família<sup>61</sup>, entre os moradores para saber quem apoiava ou não o início de uma Comunidade no bairro:

Teve uma menina, que hoje ela tem um filho na catequese. Ela foi a primeira catequista daqui, ela e a irmã dela e foi por intermédio dela que essa igreja nasceu, dela e da irmã. Porque foi assim, os pais dela moram ainda ali, na subidinha do morro. Quando chegaram aqui, levaram as meninas pra fazer catequese lá na Comunidadezinha do final, que eu acho que é a Comunidade mais antiga da paróquia, que é onde tem festa hoje. Lá elas fizeram a primeira comunhão, catequese e primeira comunhão. Elas achavam longe ir daqui pra lá pra ir à missa todo domingo. Realmente é longe. O que elas fizeram? Conversaram com o padre de lá, se podia fazer uma igreja aqui. Aí, o que o padre falou! “Pode, claro que pode!” Aí juntaram as meninas com as outras crianças que fizeram a catequese e saíram pelo bairro, perguntando nas famílias, nas casas, se elas gostariam de ter uma Comunidade, a Igreja Católica aqui perto. Aí foi tudo, todo mundo queria, porque não tinha. As pessoas ou iam pra Caxias ou ia pra São Judas<sup>62</sup>, que é lá no finalzinho do bairro. A partir dessas meninas tudo foi acontecendo. Elas fizeram a pesquisa anotando: “Sim ou não? Sim ou não?”. No final levaram para o padre, que mandou convidar as famílias para a celebração. (Jane)

Jane se diverte lembrando como foi feita a pesquisa, crianças indo de casa em casa perguntando a opinião dos moradores e anotando nas folhas que foram apresentadas ao padre. Essa é uma das histórias coletadas por Jane para os festejos de 25 anos da fundação da Comunidade, dos quais trataremos mais adiante.

Entrevistados das outras Comunidades também ressaltaram que a preparação do surgimento das Comunidades aconteceu por um trabalho de visita e celebrações nas casas. Os Círculos Bíblicos são também apontados como relevante trabalho nesse sentido: *“Porque é assim mesmo, uma vai nascendo da outra a partir da necessidade do povo. E sempre começa na casa de alguém, sempre começa com alguém se interessando em fazer uma oração, um círculo bíblico e aquilo vai criando um ardor nas pessoas e ai vai desencadeando até formar a igreja”*. **Helena** (Comunidade Perpétuo Socorro, simpatizante da RCC e participante das Oficinas de Oração e Vida).

O passo seguinte é mais complicado e envolve outras condições para além da vontade e o interesse de participar de uma Comunidade, que é a compra do terreno. A solução imediata pode

<sup>61</sup> Segundo nossa entrevistada, Jane, essas crianças freqüentavam a catequese na época em outra Comunidade.

<sup>62</sup> Nome fictício.

ser a de se alugar uma casa ou galpão para as celebrações e os encontros, uma vez que os encontros nas casas apresentam limitações à participação crescente. Depois do aluguel e de uma maior organização dos participantes para a manutenção dos encargos com um espaço, pensa-se na compra de um terreno. Aí será necessária ajuda externa da paróquia ou da Diocese.

Aí eu aluguei, como eu já tinha um conhecido, aluguei uma casinha lá, tenho até retrato lá. Fizemos as missas, as celebrações naquela casinha. Fizemos uma igreja lá. Pintamos as paredes, fizemos uma igreja lá. E de lá nós procuramos um terreno. O Bispo mandou quinhentos Cruzeiros na época pra gente comprar, o padre foi lá em casa ele disse que só tinha quinhentos Cruzeiros. Procuramos, andamos, andamos, andamos e nada. Uma era trezentos, outra quatrocentos. Aí disseram ao vigário, “ah! padre, eu tenho um colega, um vizinho e ele tem uns terrenos desocupados”. “Ah, João ali tem uns terrenos desocupados” eu perguntei quem é o dono. “O dono mora lá em Nova Iguaçu”. Eu falei com o padre, o padre tem carro: “Padre, o sr. vai fazer o seguinte: eu não posso ta saindo porque trabalho, o sr. procura esse endereço, traz a resposta e vê se a gente compra”. Ele chegou lá naquele portão, olhou pra cá e disse: “se a gente botar um anzol aqui a gente pesca” [*Risos*]. Mas nós estamos aqui pra pescar mesmo, pescar alma mesmo [*Risos*]. (**Sr. João**, ex-liderança na Comunidade N Sa. das Mercês e atualmente membro da Igreja Batista)

As dificuldades iniciais são vistas como uma forma de missão, de trabalho árduo a ser executado para realização de um ideal. Ao menos é o que entendemos que querem dizer os sorrisos e olhares de saudosismo. É como se fosse uma missão ou tarefa necessária para se alcançar o objetivo de construir um espaço religioso. Cremos que devemos levar em consideração que estamos lidando com pessoas que enfrentaram diversas dificuldades financeiras e demonstram ser, naquilo que preservam em suas falas, pessoas acostumadas a ultrapassar dificuldades. Sr. João continua contando sobre a aquisição do terreno e os trabalhos dos “fundadores” para arrumar o lugar para a construção do templo.

A gente está aqui pra pescar mesmo. As coisas a gente não arranja com facilidade, não. Tem que ser no pulso, com força padre. Ele era das Filipinas, ele ria muito. Eu sei que ele foi lá, falou com o padre, trouxe a resposta. “Sr. João, o rapaz falou que o terreno ele dá por duzentos e cinqüenta. Eu digo, “não vamos pensar duas vezes, vamos comprar o terreno”. (...) E compramos o terreno. Pra começar nós botamos quarenta e cinco caminhões de barro aqui dentro. Mas para botar o barro foi preciso capinar, água batendo por aqui, tinha um pé de pau-grande bem aqui, era do tamanho daquele ali, aquele grandão ali. Cortamos, capinamos, fizemos um mutirão e pegamos barro, que eu tinha um conhecimento na Prefeitura, graças a Deus ainda tenho. Falei com um rapaz, fui lá, falei com um Deputado Estadual, Laércio de Barros acho que você já ouviu falar nele, trabalhava com ele nessa época, mando lá até cem caminhões de barro. “Graças a Deus!”. De uma vez só ele mandou quarenta e cinco caminhões de barro. Jogamos aqui dentro Depois eu fiquei com vergonha, aí compramos uns caminhõezinhos grandes. Fizemos isso só que isso aqui eles já

andaram mexendo, era pequeno. Fizemos aquele salão lá atrás, fizemos a sacristia direitinho, quando eu saí ainda não tinha nada em cima.

Na Comunidade Perpétuo Socorro, **Helena** (participa desde jovem dessa Comunidade) destaca como significativas nas lembranças sobre o início da Comunidade após a compra do terreno o tempo que passaram celebrando debaixo de uma grande árvore. São elementos espaciais, mas também simbólicos eficazes na marcação do espaço e do tempo das recordações.

Primeiro acontecia na casa de alguém, aí ia aglomerando as pessoas a gente viu a necessidade de ter um espaço. Pedimos ajuda financeira a paróquia. Compramos o terreno é esse aqui, quer dizer, que não é esse aqui, porque aqui tem dois terrenos, o terreno era só aquela parte onde é a igreja e ali tinha uma mangueira enorme e aí a gente celebrava, fazíamos as reuniões, fazíamos os encontros, porque não tínhamos templo. Depois de um tempo nós fomos evoluindo e fizemos um templo lá atrás.

Em uma fase da construção os encontros foram feitos a céu aberto com as paredes levantadas até conseguirem construir a laje e o telhado. A trajetória da construção se parece nas narrativas: primeiro a manifestação de interesse da população local, depois o aluguel de algum espaço e a posterior compra do terreno. Em geral os terrenos são ampliados posteriormente com a compra de algum lote vizinho. As construções iniciais são uma espécie de pequeno salão multifuncional, ou seja, ao mesmo tempo acolhe os cultos, as missas, a catequese, as reuniões de moradores, encontros, cursos, entre outros. Não precisaram o motivo desse tipo de construção, mas deixam transparecer que era devido aos custos e ao número de pessoas que participavam na época. Em relação aos custos, temos que levar em consideração que a Comunidade arcava com grande parte do material e da mão de obra para a construção. Em geral, os próprios participantes se ofereciam como pedreiros voluntários. Por esse motivo a fundação e os fundadores ganham considerável relevância. São como que desbravadores que abrem caminhos para os demais.

Portanto, a compra do terreno e as primeiras construções se adequam tanto à arrecadação em dinheiro ou material dos moradores, com uma ajuda inicial da Diocese e da paróquia, ao número de participantes e, talvez, às pretensões ou projeções dos participantes: *“O povo era uma minoria, era muita gente pra ser numa casa, mas era pouca gente para ser numa igreja. Quer dizer, pra chegar na dimensão que temos hoje, foram passos demorados”* (...) (Helena).

Depois de algum tempo, com o aumento do número de participantes das missas e celebrações, passa-se a pensar em ampliar o espaço, efetuando-se também uma modificação no

próprio aspecto físico externo do templo. De pequeno salão multifuncional, em geral ele é aumentado para uma construção com porte e aspecto de igreja, ganhando cruzeiros, vitrais e até torres de sinos. Aparece também uma divisão de instâncias que não era talvez possível no pequeno salão, entre o sagrado e o profano:

E é colocado sempre em pauta nas reuniões de grupo jovem. Na PJ, os temas são sempre sociais: desigualdades, campanha da fraternidade, violência, tudo isso a gente tem debatido, o alcoolismo na juventude, a droga na juventude. Interessante, a gente traz temas aqui, que a PJ é boa pra isso. O que o jovem acha do uso de preservativo, o quê a igreja acha. A gente pega esses temas e bota fora da igreja. A gente sobe pro salão, sempre respeitando o templo porque o templo é um lugar sagrado. (**Hélio**, liderança da Pastoral de Juventude na Comunidade N Sa. das Mercês)

Entretanto, os pequenos salões não desaparecem em meio à construção posterior. É possível visualizá-la mesmo que tenha sido descaracterizada. No caso da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, a referência é o espaço hoje destinado à Equipe de Liturgia na missa. Não há indicação nenhuma disso, mas sempre que falam sobre o tema os entrevistados indicam apontando para aquele determinado lugar, hoje uma pequena parte da capela. Já na Comunidade Perpétuo Socorro, o antigo salão, que havia sido posteriormente ampliado antes da nova construção, permanece como sala de catequese e outros eventos. Ali a igreja não foi construída por cima. Também lá, juntamente com a árvore, que não existe mais, é a referência do início da Comunidade.

A Comunidade era assim um espacinho miudinho, melhorou em tudo. Antes era uma área aqui do lado, era fechada, porque era a salinha de fazer a catequese. A gente abriu tudo ali no térreo, fizemos uma parte em cima, botamos telhado pra frente, porque ficava muita gente ali fora, piso. Está melhorando mesmo. Tinha uma casinha onde ficava o caseiro tomando conta ali do local e tudo mais, junto com a cantina. Aí abriu aquilo ali e fez uma capelinha pra Nossa Senhora. A cantina continuou no lugar, melhorando o espaço físico. Também precisava crescer, porque não suportava mais as pessoas. Agora estão querendo aumentar mais ainda, botar as missas pro outro andar, fazer o andar de cima. É igreja na parte de baixo, em cima é salão, é onde tem catecismo, as festinhas pequenas, o café. São três ou duas salas, um espaço grande, razoável. (**Alice**, jovem participante da Comunidade N Sa. das Mercês)

Queremos destacar um acontecimento bastante relevante ocorrido na Comunidade Nossa Senhora das Mercês, que foi a celebração de 25 anos de sua fundação. Em reunião de Conselho ficou definido que seriam feitas, entre outras coisas, programações que visassem expor as lembranças desses anos. Assim, foi pensado em uma celebração com a participação das demais Comunidades da Paróquia e também com a presença dos fundadores daquela Comunidade que festejava seu aniversário. Teve início, portanto, a

seleção de quais pessoas faziam parte desse segmento, o dos iniciadores ou fundadores. Alguns já não participavam mais da Comunidade por diversos motivos, mudança, doença, transferência de participação para outra Comunidade, afastamento para Igrejas Evangélicas.

A responsável por essa programação foi **Jane** (Secretária do Conselho da Comunidade). Segundo ela, foi um trabalho de detetive, investigar os participantes do primeiro Conselho, os indicados como fundadores, documentos que pudessem auxiliar nas definições de datas.

Muita gente eu já conhecia, dos vinte anos atrás. Eles não saíram há vinte anos atrás, eles saíram com o tempo. Então eu já conhecia muita gente. Tinha alguns fundadores daqui que ainda estão atuantes em outra Comunidade. E aí foi fácil, como eu encontro com eles constantemente, foi fácil de encontrar. Esses que saíram pra outras Igrejas também, porque estão no bairro. Quem está no bairro foi fácil de encontrar, porque alguém dizia “Fulano está em tal lugar”, e eu ia atrás. Os mais velhos me ajudaram. Sônia me ajudou muito, seu Miguel<sup>63</sup> que também era ministro daqui, só que ele está doente, está afastado. Outras famílias daqui foram me ajudando. Eu pude identificar o primeiro Conselho dessa Comunidade, o primeiro coordenador, como foi a eleição. A eleição para a padroeira da Comunidade, como foi feita, quem doou a imagem. (Jane)

A memória foi sendo escrita, registrada, reorganizada, reinterpretada.

Não [havia nada escrito], eu que relatei isso tudo agora, não tinha nada escrito. Hoje isso está em Ata. Não tinha nada, a história estava na memória só. Fui conversando com as pessoas, fui colhendo. O que você está fazendo hoje eu foi fazendo também. Pesquisando, fui anotando, fui juntando daqui, dali. Batia aqui, não batia ali, as datas não se encontravam. Fui lá, puxei desde o primeiro padre que passou aqui. Tem um montão. Mais de vinte padres já passaram por aqui. Então fui puxando do primeiro, fui vindo, fui vindo. À medida que ia encontrando as fotos e ia mostrando, nossa! As pessoas se emocionavam: “Ah, padre Bruno, padre não sei quem!”. Foi pena que eu não gravei nada, isso só ficou entre mim e a pessoa que me contou. Foi muito legal a descoberta. Tinha padre aqui que eu nem conheci, aí por causa da fotos eu vi e a história dele também, as dificuldades que eles tiveram. (Jane)

Tal memória foi apresentada aos participantes de Nossa Senhora das Mercês, em forma de encenação, nas falas dos fundadores durante a celebração, no registro feito na Ata e em um mural de fotos coletadas com as pessoas que participavam já há um tempo relevante na Comunidade. A reconstrução dessa memória tem uma função de exemplaridade para os mais jovens, para os que não participaram do processo inicial de organização e construção do espaço.

Aí fui catando, atrás de todo mundo. E aí quem não podia vir: “E quem não vai vir? Vamos ver se a gente tem fotos”, aí traz as fotos. Quem não veio, mas a foto estava no

---

<sup>63</sup> Nomes fictícios.



mural e deu pra todo mundo se achar ali. Foi muito interessante, porque quando a gente pensa e fala a coisa acontece. Não foi uma idéia só minha não, eu sei que eu ajudei pra caramba. Foi assim vamos trazer o pessoal que construiu a Comunidade pra dar testemunho. Houve um tempo pra isso, mas a idéia era essa, pra que o pessoal pudesse falar, para que os novos vissem, ouvissem, percebessem que quando eles chegaram aqui, essa galerinha aí fazendo barulho [aponta um grupo de jovens e crianças que se reuniam no local], que as coisas foram feitas, estão nas condições que está, mas a gente ralou. A gente carregou pedra, carregou água, doou, comprou, pra acontecer. Não caiu do céu essas quatro paredes, não foi dinheiro de Roma que estava aqui. Então foi legal eles terem vindo e tinha gente já bem de idade. Então o objetivo era esse, fazer essas pessoas darem testemunho, matar a saudade, ver a casa como é que está, já reformada.

Portanto, a própria Comunidade, o envolvimento no processo de ordenamento do espaço, sacralizando-o, tornando-o útil para as ações religiosas e sociais, serve de suporte para a memória que gera identidade e unidade entre seus membros.

### **Espaços de permanência e de mudança**

Outros espaços que podemos destacar como relevantes na tarefa da rememoração e que servem também para destacar mudanças são o local da chacina e a catedral da Diocese de Nova Iguaçu.

O lugar onde aconteceu a chacina, a Rua Gama, transformou-se logo em espaço de manifestações e reivindicações. Padre Paulo encabeçou diversas delas, o que é apontado como um dos fatores de seu assassinato. Como vimos anteriormente, algumas missas foram celebradas no local, marcando simbolicamente a tragédia. A assistência, a ida às famílias, o transitar pelo bairro e pelas casas dos familiares das vítimas apresentam um significado para quem narra, o de uma Igreja que não deixa de estar caminhando <sup>64</sup> junto aos mais necessitados ou em direção a eles.

Tal espaço representa, portanto, missão e comprometimento para alguns. Para outros, representa o terror e o medo de represálias. Muitos não foram nas marchas pela paz ou nas manifestações e celebrações realizadas no local dos crimes. São espaços também que repelem, espaços, para muitos, de esquecimento.

---

<sup>64</sup> Caminhada, caminhar, são termos com uma significação importante para uma parcela da Igreja, em especial a parcela ou segmentos envolvidos com as Pastorais Sociais, que utilizam tais termos constantemente. São termos polissêmicos e parecem querer significar, entre outros tantos significados, um projeto a ser executado, uma missão, um comprometimento com alguma causa ou com algum segmento social, mais especificamente as camadas menos favorecidas.

Para outros, como vimos, o local da chacina marca a percepção sobre uma Igreja que não se cala, que continua apoiando e desenvolvendo um trabalho sócio-político e conscientizador. Nesse sentido o espaço é marcado por tal intenção, destacando-o e identificando-o a partir de tal projeto.

É na rua principal. Se você passar dá pra você identificar que tem dignidade, paz, alguma coisa pintado que é referente à Igreja. Porque a Igreja sempre se faz presente ali, então todo ano pinta o muro, coloca o tema, é na rua principal onde passa os ônibus. Temos essa aqui que é a Rua Nova. Então, se identifica o local, onde era uma barraquinha por esse muro que se vê pintado. Parece-me que está lá, dignidade e paz alguma coisa que foi referente à nossa Campanha da Fraternidade desse ano. (**Silvana**, Ministra da Palavra na Comunidade Perpétuo Socorro)

Em relação a outros espaços, há um destaque também para a Catedral da Diocese, a Igreja de Santo Antônio. Ela é ressaltada em algumas falas, como espaço que, em tempos passados marcava a proposta sócio-política da Diocese. Era local de manifestações, de homilias contra o regime autoritário, de acolhimento de perseguidos políticos, de operários fugitivos. Hoje ela é identificada justamente para marcar a mudança ocorrida nos últimos anos. Ela é referência quando se trata de missa carismática, ou missa celebrada com relevância para os elementos próprios da Renovação Carismática, com gestos, muitos cantos, imposição das mãos, bênção, curas. Interessante ressaltar que o padre hoje responsável pela Catedral, padre Geraldo, foi apontado em conversas informais com um agente religioso da Diocese como “libertador” e que estaria desenvolvendo missas nos estilo da RCC para atrair os membros católicos afastados da Igreja, mas que aquele padre continuaria sendo adepto da Teologia da Libertação. **Jane** (Secretária do Conselho da Comunidade N Sa. das Mercês e simpatizante da RCC), por sua vez, não parece concordar com tal explicação quando expõe a “conversão” de Padre Geraldo à Renovação Carismática:

Houve uma época aqui que teve um padre, é até interessante a história dele, que eu amo de paixão. A gente brigava muito! Porque ele era um padre muito jovem, acho que subiu um pouco o poder e ele achou que podia sair maltratando as pessoas, tratando mal às pessoas, responder mal. Se alguém pedia alguma coisa ele dizia que não tinha tempo, que não ia dar tempo, se omitindo a fazer algumas coisas que só competiam a ele fazer. Ele detestava a Renovação, declarado. A primeira coisa que alguém que não conhece a Renovação, é falar que não gosta. É aquela coisa, a gente só ama aquilo que se conhece, não é mesmo? Então, partindo desse princípio já vence isso daí. Então, ele não gostava da Renovação, alegava que o povo não fazia nada. Ele não conhecia. Hoje se você vir esse padre, nossa! Ele é um homem santo. Totalmente renovado. Ele faz um trabalho na

Diocese. Ele é pároco geral da Diocese. Ele dá a vida dele para a Renovação Carismática. Ele é um doce de pessoa, realmente um homem santo. Mas foi muita oração para a conversão daquele padre. Dá gosto, dá prazer de você conversar com ele. Ele transborda unção no olhar. Eu me emociono quando falo do padre Geraldo, porque antes ele era uma pedra e hoje ele é um doce. Ele celebra toda sexta-feira na Renovação Carismática. São duas horas e meia de celebração, que acaba e ninguém quer ir embora. Acaba dez horas da noite e ninguém quer ir embora. É muito lindo. Eu gosto de ver a fé do povo, eu gosto de me envolver com isso. É confortável pra caramba.

Para outros, a missa carismática na Catedral possui um caráter mais polêmico, o de arrecadar dinheiro: *“É muito carismática. Sexta-feira à noite é carismática. Dá dinheiro, rende bem. É um negócio...”*.

Independente das polêmicas, ou melhor, a partir delas é possível visualizarmos os efeitos do espaço da Catedral na rememoração ou na consciência das mudanças na memória da Diocese como pólo de envolvimento sócio-político.

Portanto, a memória em seu caráter coletivo pode auxiliar-nos a compreender as percepções de continuidade e mudança, de rememoração e esquecimento que forjam as identidades e múltiplos pertencimentos dos agentes religiosos nessa Diocese. Tais memórias que se organizam a partir dos pertencimentos serão modelares e ajudam na nossa compreensão sobre as motivações e adesões não só no âmbito religioso, mas também no âmbito sócio-político.

## 5 A COMUNIDADE COMO PROJETO

“Eu sou feliz é na comunidade, é na comunidade eu sou feliz.  
 (...) A nossa comunidade se reúne todo dia. A nossa comunidade se transforma com  
 alegria.”

(canto das CEBs, 1997 – autora: Maria Batista)

“Reunidos aqui só pra louvar ao Senhor, novamente aqui em união. Algo de bom há de  
 acontecer, algo de bom Deus tem para nós. Reunidos aqui só pra louvar ao Senhor.”  
 (Louvemos ao Senhor 1996)

Em um domingo de setembro estávamos em visita a uma das Comunidades estudadas, a Comunidade Nossa Senhora das Mercês. Uma estudante estrangeira que nos acompanhava quis saber o que era, na realidade, uma comunidade. Interrogou se seria o Grupo de Oração, ou o conjunto de pessoas que havia participado da celebração eucarística que finalizara quase naquele momento, se seria o grupo de entrevistados, ou o conjunto da paróquia ou o que eles chamavam de CEBs. Indagou o que eles próprios definiam como comunidade. As dúvidas aumentaram ao ficar sabendo das Comunidades de Vida e Aliança vinculadas à Renovação Carismática, presentes na Diocese<sup>65</sup>. Foram diversos questionamentos sem resposta. Não conseguíamos dar a entender as diversas significações do que poderia ser entendido como comunidade ou o que poderia ser definido ali como CEB, ao menos pelas várias conotações possíveis de serem apreendidas pela fala dos entrevistados.

Nossa colega estudante ficou sem respostas e nós com mais interrogações que antes. Neste capítulo não nos propomos a delimitar ou dar uma definição acabada de comunidade, tarefa entendida por nós como impossível e mesmo irrelevante. Entendemos que a pauta de nosso debate deva ser não uma visão única sobre comunidade, mas que as visões sobre a mesma sejam, essas sim a pauta do debate.

---

<sup>65</sup> São formadas por pessoas que vivem em uma mesma casa e colocam seus ganhos e força de trabalho em comum (Comunidades de Vida) ou contribuem com tal Comunidade com apoio financeiro ou com algum trabalho específico para arrecadação de verbas (Comunidades de Aliança). As duas são formadas, em geral por leigos, sendo que na segunda, os membros moram em suas próprias casas. Sobre o tema, confira MARIZ, Cecília Loreto. Comunidades de Vida no Espírito Santo: um novo modelo de família? In.: DUARTE, Luiz Fernando Dias; HEIBORN, Maria Luiza; BARROS, Myrian Lins e PEIXOTO, Clarice (Orgs.) **Família e Religião**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006 e MARIZ, C. L. Comunidades de Vida no Espírito Santo: juventude e religião. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2. São Paulo : USP, 2005, p. 253-273.

Os trechos das músicas que destacamos ao iniciarmos este capítulo se referem, a primeira a um canto popular entre os membros das CEBs e a segunda a um canto que circula entre os membros da RCC. Os cantos são como marcas da filiação ideológica dos diversos grupos religiosos. Assim, a tendência geral é cantar aquilo em que se acredita ou como reforço das idéias a serem transmitidas. Portanto, tais cantos, de uma forma ampla, apresentam também as crenças de cada segmento. Entretanto, pode ser percebido um ponto em comum que é o reforço ou exaltação da comunidade como espaço de encontro, seja com aquele identificado pela partilha das idéias ou ideais, seja com o Deus cristão em forma de louvor.

Como veremos no decorrer deste capítulo, a idéia de comunidade é atravessada por inúmeras variantes. Em determinado momento refere-se ao bairro, outras vezes à capela ou igreja, espaço de culto e encontros. Outras vezes ainda a um grupo específico, como os Grupos de Oração da Renovação Carismática, às denominadas Comunidades de Vida e Aliança, ou ainda ao conjunto de pessoas que desenvolvem atividades no espaço católico de culto ou encontros. Para tentarmos dirimir as dúvidas, quando utilizarmos o termo comunidade significando um determinado espaço (capela ou igreja) ou mesmo o conjunto de pessoas que ali atuam e se encontram regularmente para desenvolverem tarefas ou participarem de celebrações, trabalhos ou festas, ou ainda às Comunidades de Vida e Aliança, utilizaremos o termo com a letra inicial em maiúscula. Assim, no referiremos, por exemplo à Comunidade Nossa Senhora das Mercês. Uma vez que estejamos tratando do entendimento de comunidade em um sentido mais amplo ou como um conceito, utilizaremos o termo com a letra inicial em minúscula.

Como afirmamos em capítulo anterior, a Igreja Católica pós Vaticano II passa a se apresentar, ao menos na América Latina, como comunidade. Tal apresentação passará a fazer parte do ideário católico. A busca do “*ser comunidade*” afeta tanto espaços tomados como conservadores quanto aqueles vinculados às pastorais sociais e aos meios populares. O ideal das CEBs passa por se reconhecer e ser reconhecida como “*rede de comunidades*” (Coutinho, 2003). Por outro lado os Grupos de Oração do Movimento da Renovação Carismática serão também categorizados como comunidades.

Todas essas Comunidades vêm do Grupo de Oração, e não só essas outras Comunidades nasceram de Grupos de Oração. A partir do Grupo de Oração saem essas outras expressões de renovação que são as Comunidades e dentro delas nós temos as grandes que são chamadas de fraternidades e as menores que são as Comunidades. Os Grupos de Oração em si... A Renovação tem essa identidade, nós somos comunidade porque nos

relacionamos de maneira familiar e isso faz com que as pessoas tenham gosto de estar ali, porque elas se sentem acolhidas, se sentem amadas. (**Ermelinda**, coordenadora diocesana da RCC).

Como alertamos acima, ao mesmo tempo o termo comunidade será utilizado indiscriminadamente para representar, ora a estruturação de cada sub-área da paróquia (Comunidades), o próprio conjunto da paróquia, a Diocese, a Igreja de uma forma geral, ou algum grupo específico, como por exemplo, as Comunidades de Vida e Aliança, como destacado no trecho acima, assim como o próprio bairro onde residem.

Dessa forma, os diferentes grupos e as próprias Comunidades irão buscar referenciais espaço-temporais que possam contribuir para firmar sua identidade frente às demais, ao mesmo tempo em que buscam identificar-se com elas em um objetivo comum, fazer parte da mesma rede.

## 5.1 Referenciais espaço-temporais para a noção de Comunidade

Como pudemos perceber no capítulo anterior, o espaço físico é relevantemente significativo para a constituição da memória de um grupo. Aqui a noção de comunidade torna-se fundamental para o entendimento da pertença a ritos, símbolos, pensamentos e práticas. Entretanto o primeiro e talvez mais profundo complicador seja a definição do que se compreenda como comunidade. As falas dos entrevistados deixa apontar diversos elementos fundamentais para que possamos compreender como se configura tal quadro, em momento algum único e acabado.

Em diversos momentos a comunidade parece definir-se por oposição. Assim, ela é aquilo que não é paróquia, ou, pelo menos, como parte da paróquia. Aqui parte entendida como partícula, como divisão do todo que seria a paróquia e, de forma mais distante, da Diocese.

### 5.1.1 A comunidade e sua relação com a paróquia e a Diocese

Há similaridades na organização das Comunidades. Mesmo situadas em locais diferentes, em paróquias e mesmo regiões distintas, a organização em pastorais e Conselhos as aproximam.

Desse modo seguem as indicações pastorais da Diocese para todas as suas subdivisões. Assim, em qualquer daqueles espaços pode-se garantir a identificação com os elementos eleitos para caracterizar a Diocese de Nova Iguaçu. Ela se diferenciara das demais dioceses pelos elementos que possam ser encontrados em toda parte por ela ocupada.

Comunidade aqui dirá respeito tanto à pratica localizada naquela subdivisão diocesana e paroquial, quanto à relação de unidade desenvolvida no relacionamento com outras subdivisões da mesma paróquia ou das demais. Como afirma uma de nossas entrevistadas, *“existe uma unidade muito grande na Igreja Católica. Quando acontece um caso lá, então a gente tem que se reunir e ir lá. Se fosse aqui, com certeza se fosse aqui, o povo de lá vinha pra cá. Essa unidade da Igreja é que é legal. A gente não caminha sozinho.”* (**Jane**, Secretária do Conselho da Comunidade Nossa Senhora das Mercês).

Tal unidade é conseguida com uma regulação das atividades e uma certificação de que ocorra interação continuada. Assim, não poderá haver coincidência de datas em eventos relevantes.

Somos dez [Comunidades], mais a matriz. Hoje diria que [nos relacionamos] bem, porque os últimos padres que têm passado pela paróquia sempre fizeram isso, lutar para manter essa unidade da paróquia. Por exemplo, existe o planejamento paroquial. Então hoje tem um jantar na Comunidade tal e em outras Comunidades não pode haver, a gente tem que ser na unidade, todas juntas. Isso não impede de ter um evento aqui também em nível de Comunidade. Tem, a gente até faz, mas quando há em nível de paróquia, é em nível de paróquia, todas têm que ir lá. A gente não é obrigado, a gente vai porque sabe que é compromisso de unidade. Tem que ir senão desarticula da base. Isso ajuda também (Jane).

Outra entrevistada fala em obediência a essa determinação do pároco para a manutenção da unidade:

Como eu falei, necessitando da Comunidade, se tiver um evento aqui, nós obedecemos ao sacerdote, vamos pra lá. Os principais eventos são no mês de junho, a festa junina, que trabalhamos lá na Comunidade, na festa da padroeira trabalhamos lá, na semana santa também trabalhamos lá na paróquia, vamos pra lá. Deve ser na obediência. Dizer que somos donos do mundo, o dono do mundo é só Jesus. Temos que trabalhar numa unidade. A Igreja não é uma unidade? (**Dona Sonia**, Ministra da Eucaristia na Comunidade Nossa Senhora das Mercês).

Tal unidade é também possibilitada pela organização em pastorais e Conselhos. Como indicação da Diocese em seu planejamento pastoral, todas as Comunidades e Paróquias devem funcionar em sistema

de Conselhos locais. Essa forma organizativa diferencia a Diocese, por exemplo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a qual possui como base a paróquia, suas pastorais e Movimentos estreitamente vinculadas ao padre e a ele subordinadas. Não que tal subordinação não aconteça na Diocese. Segundo um padre por nós entrevistado, essa subordinação no sentido de tudo esperar pela decisão do padre, vai depender, em grande parte do próprio padre. Há alguns que dão destaque para uma maior liberdade às ações dos leigos, enquanto outros procuram reafirmar sua autoridade frente aos leigos.

Esse é um elemento complicador na relação entre a hierarquia católica e os leigos, uma vez que tal relação, em última instância poderá se pautar pela legalidade. Qualquer litígio direto e relevante entre leigos e sacerdotes poderá ser analisado pelo Direito Canônico, o qual rege legalmente as relações individuais e coletivas no âmbito do catolicismo. Portanto, ao menos segundo o Código de Direito Canônico, no fim das contas a autoridade é devida ao sacerdote na condução dos trabalhos pastorais na paróquia, a não ser que este fira alguma norma canônica do que lhe compete quanto à condução de suas atividades. Segundo o capítulo VI, artigo 519 do Código, a definição de pároco e paróquia é regida pela seguinte forma:

El párroco es el pastor propio de la parroquia que se le confía, y ejerce la cura pastoral de la comunidad que le está encomendada bajo la autoridad del Obispo diocesano en cuyo ministerio de Cristo ha sido llamado a participar, para que en esa misma comunidad cumpla las funciones de enseñar, santificar y regir, con la cooperación también de otros presbíteros o diáconos, y con la ayuda de fieles laicos, conforme a la norma del derecho. (Codigo de Derecho Canonico).

O mesmo código define o espaço do Conselho Pastoral, formado por representantes eleitos entre aqueles *“que estén en plena comunión con la Iglesia católica, tanto clérigos y miembros de institutos de vida consagrada como sobre todo laicos, que se designan según el modo determinado por el Obispo diocesano”* (Codigo de Derecho Canonico). Isso representa uma abertura para a participação leiga na condução pastoral da Diocese. Entretanto, o mesmo Código limita tal participação a um efeito consultivo.

Quanto às obrigações e direitos de todos os fiéis, o Código afirma que, devido à regeneração em Jesus Cristo, *“se da entre todos los fieles una verdadera igualdad en cuanto a la dignidad y acción”* (Código de Derecho Canônico, Libro II – Del Pueblo de Dios, Cannon 208). Entretanto, o mesmo artigo distingue os fiéis *“según su propia condición y oficio”*. E afirma ainda que: *“Los fieles, conscientes de su propia responsabilidad, están obligados a seguir, por*



*obediencia cristiana, todo aquello que los Pastores sagrados, en cuanto representantes de Cristo, declaran como maestros de la fe o establecen como rectores de la Iglesia” (Cannon 212 § 1).*

O cânon 230, § 1 a 3 ampliam a perspectiva de funções dos leigos na Igreja, como colaboradores dos pastores (sacerdotes) nas obras de evangelização:

§ 1. Los varones laicos que tengan la edad y condiciones determinadas por decreto de la Conferencia Episcopal, pueden ser llamados para el ministerio estable de lector y acólito, mediante el rito litúrgico prescrito; sin embargo, la colación de esos ministerios no les da derecho a ser sustentados o remunerados por la Iglesia.

§ 2. Por encargo temporal, los laicos pueden desempeñar la función de lector en las ceremonias litúrgicas; así mismo, todos los laicos pueden desempeñar las funciones de comentador, cantor y otras, a tenor de la norma del derecho.

§ 3. Donde lo aconseje la necesidad de la Iglesia y no haya ministros, pueden también los laicos, aunque no sean lectores ni acólitos, suplirles en algunas de sus funciones, es decir, ejercitar el ministerio de la palabra, presidir las oraciones litúrgicas, administrar el bautismo y dar la sagrada Comunión, según las prescripciones del derecho.

O recurso ao Direito Canônico serve aqui para ilustrar a configuração atual da Igreja Católica Romana em sua relação hierárquica. Embora haja uma clara subordinação do leigo em relação à hierarquia católica, devemos reconhecer que há hoje uma abertura de fato para a atuação leiga, em especial advinda do Concílio Vaticano II.

Segundo Gómez-Heras (1976), diversos debates ocorridos no Vaticano II já estavam presentes no Concílio anterior, o Vaticano I. Um desses debates refere-se à incompreensão do mundo moderno racionalista que se firmava no século XIX frente à insistência na segurança da solução dos problemas teóricos e práticos dos fiéis apelando para a submissão às respostas dadas pelas autoridades eclesiásticas.

Porém, apesar da ampliação da atuação do leigo, algumas questões continuam se apresentando como complicadores nas relações hierárquicas da Igreja Católica. Por exemplo, o parágrafo primeiro do Cânon apresentado acima identifica que os escolhidos para assumir ministérios na ausência ou na impossibilidade do sacerdote exercer satisfatoriamente a dispensação dos sacramentos, deverão ser “*varones laicos*”, ou seja, homens. Tal exigência

contrasta com o número de participantes das comunidades católicas que é visivelmente composto por mulheres. Esbarra também em uma questão que vai além do numérico, que são as reivindicações da igualdade nas relações de gênero que acontecem não somente no âmbito da teologia pastoral católica, mas que faz parte do próprio rol de reivindicações do mundo moderno.<sup>66</sup>

Outro elemento complicador nesse universo parece ser a tentativa da Diocese em questão de ultrapassar a relação jurisdicista. Como dissemos antes, um dos diferenciais da Diocese de Nova Iguaçu em relação a diversas outras é a participação laica nos Conselhos, tendendo mesmo a uma participação não meramente consultiva, mas mesmo deliberativa e a relevante formação de quadros para a administração de diversos sacramentos. Talvez impulsionados pela falta de padre como queiram alguns, mas visivelmente motivada ou alicerçada nos fundamentos da Teologia da Libertação e na evocação das Comunidades Eclesiais de Base.

Todo ano, na festa de Cristo Rei, acontecida no último domingo do ano eclesial, em geral no mês de dezembro, é feito o envio dos novos ministros, que temporariamente efetuarão e distribuirão alguns sacramentos, tais como a comunhão, o matrimônio e o batismo. Mesmo que a motivação inicial, ou mesmo atual, seja a complementação ou necessidade de alcançar os espaços onde o padre não pode ou não tem condições de ir mesmo por sua deficiência numérica, tal fato desencadeia diversas conseqüências, tais como um novo posicionamento frente ao comprometimento com o trabalho pastoral. Entretanto, a visão sobre essa nova postura pastoral não é unívoca e tão somente permeada de consentimentos. Porém, o que queremos ressaltar é a configuração especial que essa prática impõe à organização diocesana. Nessa organização parece ser fundamental gerar um sentido de pertença que possibilite ao participante da Comunidade sentir que sua ação local depende e afeta a ação global da Diocese, o que, na maioria das vezes nas falas dos entrevistados é contradito. Quase todos os nossos entrevistados ou não tiveram

---

<sup>66</sup> No universo da Teologia católica contemporânea, inúmeros são os trabalhos que destacam uma observação sobre o universo feminino da organização e prática religiosa católica e social. Identificamos aqui somente alguns desses trabalhos, relacionados, em especial à Teologia da Libertação. RIBEIRO, Lucia. Comunidade de irmãs e irmãos: a questão de gênero nas Ceb. In.: **Ceb, povo de Deus, 2000 anos de caminhada**. Texto-base do X Intereclesial, Paulo Afonso, Fonte Viva, 1999, p. 152-177. RICHARD, Pablo. Literatura Teológica da América Latina. **Concilium**, n.219. Petrópolis, RJ : Vozes, 1988, p. 88-97; BOFF, Leonardo. **A Ave Maria. O feminino e o Espírito Santo**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1980; Secretariado Nacional do 11º Intereclesial das CEBs. **CEBs: Espiritualidade Libertadora – Seguir Jesus no compromisso com os excluídos – Texto Base do 11º Intereclesial de CEBs**. Belo Horizonte : Editora o Lutador, 2004.

nenhum trabalho direto em pastorais paroquiais ou ocuparam funções esporádicas como uma ou outra reunião para tratar de assuntos específicos. Em algumas falas, fica evidente que há mesmo um distanciamento não somente físico quanto à organização diocesana.

Não tenho contato nenhum com a Diocese. O único contato que a gente tem é através do coordenador e através dos padres que dão os avisos de eventos, falam alguma coisa sobre a Diocese, a Comunidade mesmo não tem contato, atua pouco, não tem pessoas diretamente da Diocese na Comunidade, não tem contato direto nenhum. (**Alice**, jovem participante da Comunidade Nossa Senhora das Mercês).

Não é só o distanciamento físico, mas os próprios afazeres cotidianos e as exigências das funções que são identificados como afastamento do envolvimento de um maior número de pessoas.

Quando há troca de Conselho, de três em três anos é feita uma eleição aqui na Comunidade. Esse ano que passou, 2006, foi feito de uma forma diferente. As pessoas que quisessem realmente participar desse Conselho, porque a gente tem que ter bastante tempo pra se dedicar, porque é nesse Conselho que a gente vai decidir muitas coisas, então a gente tem que ter também disponibilidade. E hoje a gente vê que é difícil para as pessoas assumirem de fato um compromisso, querer, ter tempo para estar disponível. (**Silvana**, Ministra da Palavra na Comunidade Perpétuo Socorro).

Tal condição de tempo para participar traz conseqüências na divisão do trabalho e dos cargos na Comunidade, ocasionando uma repetição de pessoas nas atividades.

E aí outros entravam e não ficavam e eu era vice e então: “Fica você!”. Eu falava: “Dá a oportunidade pra outro.”. Eu sou assim, eu gosto de trabalhar, mas vamos dar oportunidade pra outro. Agora vai o ministério, eu estou no ministério da comunhão, mas já me indicaram pra ministro da palavra. Aí, sai desse e vamos pra esse. Eu acho isso tão sério, mas não pode parar. Se parar enferruja. (Dona Sônia).

Ao mesmo tempo, a mesma entrevistada ressalta o fato positivo de haver um revezamento entre os coordenadores, havendo assim condições de participação de todos os interessados, o que vai causar, por outro lado, dificuldades para o preenchimento constante das funções. No entanto, os Conselhos, entre outros elementos, servem de meios de ligação nessa relação Comunidade/Paróquia/Diocece.

Tem também aqueles pedidos da Diocece. Então tudo isso é feito dentro da Comunidade e depois é levado a nível paroquial. Ou, tem coisas que passam primeiro ali pela paróquia, por ser paroquial, porque tem da Diocece e é levado, ou seja, o Conselho também é muito isso, o que liga a Paróquia, a Comunidade ao mundo diocesano, ao mundo regional. Então, tem os eventos. Nós temos os eventos também, a nível regional, a nível diocesano e o elo de ligação é exatamente esses conselhos. Porque senão a gente fica sem saber. Se você falar, entregar os papezinhos pro padre, isso não funciona muito. Quase ninguém pega jornal, tem que ficar falando, então é bem a nível de avisos (**Valeria**, liderança na Comunidade Jesus Misericordioso e ex-assessora da Pastoral de Juventude).

Os Conselhos são, por indicação das instâncias que debatem e definem a organização da Diocece, compostos por meio de eleições, a não ser que haja alguma impossibilidade. Dessa forma, pensa-se em uma forma mais “democrática” de tomada de decisões, como a própria Valéria afirma. Os componentes dos Conselhos, de uma forma geral, como aparece nas Comunidades observadas, são o Coordenador da Comunidade e seu vice, o Tesoureiro e seu vice, o Secretário e seu vice. Complementam o Conselho os representantes de cada Pastoral ou Movimento presente na Comunidade. Também o pároco participa do Conselho, coordenando ou presidindo algumas atividades junto aos seus membros.

Como garantia da eficácia do Conselho e como regimento do campo de abrangência e atuação do mesmo, foi elaborada uma cartilha denominada “*Orientações para a vida e organização da Diocece de Nova Iguaçu – Comunidades Eclesiais de Base: vida e organização*”. Esse documento se propõe a servir de orientação para a organização das Comunidades em torno do Conselho, do pároco e da Assembléia da Comunidade. Traça diretrizes sobre a eleição, a função e a relação do Conselho com o pároco e com o Conselho paroquial.

Como orienta a cartilha citada acima, o Conselho é composto também pelos representantes das pastorais e Movimentos. Portanto, o número de representantes dependerá do número desses grupos na Comunidade.

Alguns desses grupos aparecem com frequência nas narrativas, estando presentes em todas as Comunidades visitadas. Também a fala dos coordenadores diocesanos, dos párocos e do bispo essas Pastorais e Movimentos são destacados como importantes para o funcionamento da Diocese. O destaque dos entrevistados é para a Legião de Maria, os Círculos Bíblicos, os Vicentinos, os Grupos de Jovens, a Equipe de Liturgia e a Pastoral do Dízimo. Outras pastorais e Movimentos aparecem conforme a abrangência na Comunidade, como os a Pastoral da Criança, os Grupos de Oração, a Pastoral da Saúde <sup>67</sup>.

Diferentemente dos primeiros, que apresentam recorrência nas três Comunidades observadas, esses últimos aparecem mais vinculados às características das localidades. Exemplo disso é a Pastoral da Saúde que é representativa na paróquia da Posse devido ao Hospital da Posse. Como informaram nossos entrevistados, é uma pastoral paroquial, ou seja, embora haja participantes oriundos das diversas Comunidades, a organização acontece a partir do centro que é a paróquia. Qual a relevância dessa pastoral no contexto dessa paróquia? O Hospital da Posse é o maior centro médico da Baixada Fluminense e é referência no atendimento público de saúde na região. Além disso, é um espaço disputado por inúmeros segmentos religiosos. Segundo Pe. José Dílson e outros entrevistados, até há pouco tempo, imperava uma desorganização e mesmo, segundo alguns, uma desordem no trabalho de investida das diversas igrejas. Portanto, a organização veio de um curso para a preparação dos visitantes

E chegavam lá abraçavam o doente, beijavam, deitavam na cama junto com o doente, sentavam na cama. “Vamos tomar banho, não sei o que, não sei o que.”, essa coisa toda. Porque às vezes existia uma certa restrição por parte da direção do Hospital desse tipo de trabalho. Porque às vezes atrapalhava, e muito. Às vezes você precisa [saber] com que tipo de doença a pessoa estava... Então tem toda uma orientação. Não pode entrar de chinelo, tem que ser de sapato, calçado fechado. Se você tiver algum ferimento, alguma coisa, ou está com gripe, não pode entrar, porque é um ambiente de muito fácil contato e de infecção também, e você pode levar como pode pegar. (**Pe. José Dílson**, pároco na Paróquia Sagrada Família na Posse).

---

<sup>67</sup> Veja o quadro apresentado pelo trabalho de mapeamento das comunidades da Diocese de Nova Iguaçu realizado pelo Iser/Assessoria no ano 2000, op. cit. - Anexo D - Figura 5.

Entretanto, o Hospital é também um relevante espaço de disputa religiosa e representa a possibilidade de expansão das igrejas, o que exigiu um esforço controlador da ação das diversas denominações.

Por outro lado, tem uma presença muito forte das outras igrejas. Eles são mais do que o dobro de nós. Por quê? Por que cada garagenzinha daquelas é considerada uma igreja particular. A gente não, a gente tem uma presença diocesana, então cada dia vão, por exemplo, cinco pessoas da Diocese, na sexta-feira vai uma turma daqui, segunda-feira vai uma turma de outra paróquia. Cada dia vai um. E aí tem a presença de uma paróquia. Eles não, cada igreja daquelas, cada fundo de quintal é uma igreja particular, cada uma tem um pastor. Por isso você chega lá, têm cinqüenta, cem pastores dentro daquele hospital tirando demônios, batendo com a Bíblia na cabeça do doente, dizendo que eles estão ali por que estão sendo castigados, porque estão com demônio no corpo. Depois que o Padre Fernando veio, criou-se a capelania no Hospital. (...) A capelania foi criada mais com esse intuito de controlar um pouco isso. Tem que ter uma autorização, horário, conhecer a igreja, o pastor, se é cadastrado, essa coisa toda. Às vezes saía briga lá dentro com os católicos. Até entre eles saía briga, entre eles também. Então era uma situação meio complicada. Agora já deu uma certa organização. (Pe. José Dílson)

Portanto, as pastorais e Movimentos são significativos na organização da Comunidade, sendo apontados como motivadores da expansão numérica de seus membros.

Aí, quando começou essa organização das pastorais é que a Comunidade foi aumentando. Aí um chamava o outro, porque às vezes tinha pastorais que tinham poucas pessoas, ou geralmente uma pessoa participa de várias pastorais e com isso foi crescendo. Tanto que aí, desse cubiculozinho, você viu o tamanho da igreja hoje. Em dia de missa ou em dia da celebração do grupo jovem, tem muita gente que fica em pé. Já houve até projeto para ampliar a igreja. (Maria, catequista de crisma na Comunidade Perpétuo Socorro)

Outra pastoral relevante é o Círculo Bíblico. Está presente em todas as Comunidades observadas. Mesmo naquelas Comunidades ou Paróquias em que estivemos informalmente os Círculos Bíblicos se sobressaem. Eles surgem no Brasil menos como uma pastoral e do que como parte de uma motivação de uma nova forma de ler e entender a Bíblia. Está estreitamente vinculado ao que se convencionou chamar no universo católico como “leitura popular da Bíblia”. Tal movimento de incentivo a uma “nova hermenêutica” dos textos bíblicos, surge, segundo seu maior articulador, Frei Carlos Mesters, no final dos anos sessenta na Diocese de Belo Horizonte. Abaixo destacamos o relato do começo de seu trabalho com círculos bíblicos em entrevista sobre as CEBs.

Para mim foi numa quaresma em Belo Horizonte, há muitos anos atrás, acho que foi em 1968 também. Alberto Antoniazzi chegou lá em casa e disse assim: “nós temos aqui uns seiscentos grupos de reflexão na diocese”. E eu nem sabia que existiam. Por isso eu disse que o trem<sup>68</sup> já existia e eu nem sabia. E ele disse: “eu queria saber se nós poderíamos fazer alguma coisa com a Bíblia, e se você poderia ajudar”. Essa foi uma provocação. Então eu me lembrei de uma senhora, numa vez, que no ônibus ia conversando com outra mulher, e ela dizia assim: “Vim com a família do interior para a cidade, aqui de Belo-Horizonte, em busca de emprego mas não deu nada certo. Eu esperava melhorar de vida, mas... e agora já faz três anos e nada aconteceu”. Ela dizia isso quando estava voltando para a sua terra. Essa conversa me lembrou os discípulos de Emaús. O primeiro círculo bíblico que eu fiz foi sobre Emaús com a conversa dessas duas donas. Eu tentava colocar o texto da Bíblia com o texto da vida. (...) As conversas com Frei Domingos Fragoso, que era professor de filosofia, me ajudaram muito para entender que a Bíblia sozinha não funciona, nem abre os olhos. O que abriu os olhos dos discípulos de Emaús foi o contexto da comunidade, o ambiente comunitário de amizade em que eles se encontravam com Jesus. (Andrade, 2006, p. 115-116).

Segundo o relato acima, as CEBs e os Círculos Bíblicos nasceram dentro de um mesmo projeto, a organização dos leigos católicos em torno de grupos de reflexão. A introdução da Bíblia nessa reflexão parece querer preencher justamente o elemento religioso e espiritual. Em uma reflexão teológica sobre a leitura popular da Bíblia, Richard apresenta uma ruptura com a hermenêutica bíblica tradicional. Segundo ele, a leitura popular efetua uma ruptura política, apresentando um “novo sujeito histórico”, o “pobre” e uma ruptura “espiritual”: *“na raiz da leitura popular da Bíblia e da hermenêutica da libertação, tal como está hoje nascendo na América Latina, está o pobre como novo sujeito histórico e a experiência de Deus no mundo dos pobres como nova experiência espiritual”* (1988, p. 10)

Diversos entrevistados, mesmo os não simpatizantes das CEBs identificam os Círculos Bíblicos às CEBs ou a pessoas com características de atuação ou pensamento vinculado às Comunidades de Base. Para alguns, as Comunidades hoje instituídas surgiram do trabalho dos Círculos Bíblicos, como veremos no capítulo dedicado à memória coletiva.

Outra pastoral de relevo em todas as Comunidades é o Grupo de Jovens. Ele é fundamental para o processo de atração de membros novos, entendendo novos em idade e em

---

<sup>68</sup> Carlos Mesters refere-se ao “Trem das CEBs”, símbolo dos Encontros Intereclesiais que ocorrem periodicamente. O trem é a trajetória dos encontros onde cada vagão representa um encontro. Atualmente as CEBs se preparam para o 13º Encontro que será em Porto Velho – Rondônia, em 2009.

participação, servindo também no processo de sedimentação ou amadurecimento dessa participação. Diversos de nossos entrevistados passaram ou pertencem atualmente a um Grupo de Jovens.

A definição de idades para os ciclos de vida (infância, adolescência, juventude, idade adulta) é uma tarefa permeada por diversos elementos complicadores <sup>69</sup>, entretanto, podemos pensar os membros de um Grupo Jovem na faixa dos 12 aos 30 anos, aproximadamente. Contudo, esses números não são absolutos, mas só um consenso do que observamos nos grupos jovens das Comunidades observadas. Porém, é interessante observar que alguns membros mais voltados para o trabalho com os jovens, mesmo tendo saído da fase em que se poderia considerar como pertencente a um Grupo Jovem, e mesmo estando fora de um grupo específico, parecem dar continuidade a tal identificação por uma “especialização”. Assim, ao menos três de nossos entrevistados que se encontrariam nessa posição, reafirmam não se distanciarem do trabalho com a juventude. Valéria e Hélio passaram por uma relevante formação nos quadros da juventude na Diocese, assumindo por um longo período funções de coordenação e representação da juventude na Comunidade, na Paróquia e mesmo na Diocese. Hoje se posicionam como assessores dos párocos para o trabalho de juventude, ou seja, passaram de um estágio de participação direta para um estágio de “reflexão sobre” a juventude. Por outro lado, Maria, que apresenta uma relevante participação no Grupo de Jovens, hoje é catequista de crisma, ou seja, formação doutrinal para a juventude. Segundo ela, o Grupo Jovem teve um papel fundamental na organização litúrgica em sua Comunidade, animando os cânticos das celebrações, atraindo assim novos participantes.

Entretanto, a juventude representa, na voz desses e de outros entrevistados, um caráter crítico das ações religiosas e sociais ocorridas nas Comunidades, na Paróquia e no próprio bairro. Alguns se colocam como porta-vozes dessa característica crítica, tomando-a mesmo como uma espécie de missão profética dentro dos moldes da missão de Moisés.

Conheço o padre que está lá na Diocese, padre Davenir é muito meu amigo. Vários padres eu tenho... Mesmo eu sendo um rebelde da paróquia, que eu sou um cara que não concorda com muitas coisas que a Igreja implanta. Às vezes até escorrego no quiabo.

<sup>69</sup> Papalia e Olds, por exemplo, identificam uma passagem da adolescência para o que chamam de jovem adulto. As autoras definem a adolescência dentro de quase uma década, indo dos 12 ou 13 anos até o início dos 20 anos, geralmente considerando seu início com a puberdade. Já a idade do jovem adulto, ou idade adulta, segundo as mesmas autoras, é definida entre os 20 e 40 anos de idade. (PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 2000, p.310 e p. 367). A idade não é o único fator de definição, mas especialmente condições sociais, intelectuais, culturais, financeiras e profissionais. Tal definição aqui apresentada só possui a pretensão de ajudar a compreender minimamente a questão geracional.



Tentam me chamar atenção, mas se eu estiver dentro da minha... (...) Porque eu sou o que bate de frente com o padre. Eu não sou desobediente ao padre, até porque ele é muito meu amigo. Mas eu sou... Sabe? Eu defendo, eu dou as costas pra bater. Eu defendo a juventude como Moisés fazia. O povo vacilava e ele tinha que dar as costas pra Deus dar chibatada. E ele sempre: “não, o povo é assim, descrente”. Eu faço isso. Então a gente... As costas... As minhas são largas, então a paróquia vem, mas eu estou lá firme e forte. Eu defendo eles com unhas e dentes. Com isso... Não sei se vocês viram aí o carinho que o pessoal tem comigo. Não é só aqui não, a juventude em qualquer lugar. (**Hélio**, Assessor da Pastoral de Juventude na Comunidade Nossa Senhora das Mercês)

Gabriel, um jovem Ministro da Palavra da Comunidade Perpétuo Socorro, o qual iniciou seu ministério aos 19 anos de idade e afirma ter sido o Ministro mais novo de toda a Diocese, choca-se com a autoridade do pároco por causa de seus questionamentos.

Eu atuo na Pastoral da Juventude, atuei como coordenador da Pastoral da Juventude na minha Comunidade. Atualmente sou Ministro da Palavra, por enquanto, mas o padre já me destituiu do cargo. Ele disse que foi porque eu não fui aos cursos, mas ele não vai muito com a minha cara, porque eu questiono muito as atitudes dele e ele aproveitou a oportunidade. Eu fiquei desde os dezenove anos, tenho vinte e dois, então foram três anos. Eu poderia renovar. Quando acabam os três anos a gente pode renovar por mais três anos.

Também na Comunidade São Bento a juventude representa um elemento crítico a ponto de ter ocasionado o afastamento dos jovens. Os motivos não foram revelados, os entrevistados não se mostraram à vontade para tratar do assunto. Segundo **Vagner** (esposo de Regina que trabalham com a juventude e tentam implantar a Noite de Oração na Comunidade), a idéia inicial de se começar uma Noite de Louvor para depois se constituir, por meio desta um Grupo de Oração, foi uma tentativa de contornar a crise com os jovens. A proposta de iniciar tal momento de louvor foi, segundo ele, para satisfazer os anseios de alguns jovens. Porém, os mesmos jovens não deram continuidade ao trabalho. O trabalho com os jovens foi apresentado a eles como desafio. Entretanto, não entra em detalhes sobre os problemas que envolviam os jovens e o restante da Comunidade.

Sua esposa, Regina, que assumiu com ele o trabalho apresenta algumas pistas sobre a configuração da Comunidade que pode ter sido motivadora da crise.

A Comunidade de lá é de pessoas idosas. O dia em que se ensaia a liturgia, liturgia para eles é ensaiar os cantos da folha da missa, eles botam o CD, ouvem a música e reproduzem do jeito deles. Outra coisa, não tem um instrumento na Comunidade, o primeiro violão que compramos foi com o movimento do grupo jovem. Fizemos uma rifa e compramos um violão para fazer noite de oração, porque assaltaram e levaram os

instrumentos e nunca mais compraram outros. Então a liturgia deles se faz em base das músicas da folha da missa, eles não fazem uma motivação, não lêem o Evangelho para ver o que podem fazer de diferente. No começo eu e meu esposo tentamos até fazer alguma coisa diferente, mas eles não conseguem ver assim. Para você entrar naquele círculo que é muito fechado, você começa a ser mal visto porque eles acham que você está inventando muito, aí afasta. E todas as pessoas que a gente tem contato, que convidamos para a noite de oração, falam: “Ah, já participei muito daquela Comunidade, aquele pessoal é muito chato, muito rabugento”. Então eles, mesmo sem querer, acabam afastando, porque eles são muito tradicionais, muito fechados no círculo deles.

A pastoral da juventude parece ser, portanto, uma espécie de termômetro dos trabalhos na Comunidade. Em todas as Comunidades a presença dos jovens é apresentada, ao mesmo tempo como vivacidade e crise. A medida da Comunidade parece estar não na aceitação passiva da crítica dos jovens, mas nas condições que dá, por meio do trabalho do Conselho, para que tal crítica seja encaminhada e avaliada de maneira satisfatória.

Outras pastorais e Movimentos apontados como significativos nas Comunidades foram, a Legião de Maria e os Vicentinos. Embora tenham uma organização fora das bases específicas da paróquia e mesmo da Diocese, com estruturação regional, nacional e internacional, tal fato não é um complicador, uma vez que os trabalhos são assentados localmente. O trabalho desenvolvido por tais pastorais é o de assistência às famílias carentes da região, com mantimentos e outras contribuições materiais. Uma participante da Legião de Maria ressalta que o Movimento não tem só a função de devoção ou prestar culto a Nossa Senhora, mas também de auxílio aos mais necessitados.

Ao apresentar as pastorais para o seu grupo de crismandos, Maria diz ressaltar o valor que elas representam para a composição da Comunidade. “Por exemplo, quando foi a Legião, as pessoas acham que a Legião é só rezar o terço, ficar fazendo a oração e pronto, ir embora para casa, e a Legião não é só isso, tem o trabalho de visita aos doentes, visita a recém-nascidos, visita a hospitais. Os Vicentinos, as pessoas não conhecem o trabalho dos Vicentinos, quanto mais aqui na nossa Comunidade que a maioria é de pessoas idosas. Aí eles têm uma idéia totalmente errada dos Vicentinos, do trabalho que os Vicentinos fazem, de ir às casas, de levar comida e também de levar a palavra.

Portanto, a unidade e a continuidade dos trabalhos que compõe o que se denomina de forma ampla a comunidade, é garantida, entre outras coisas, pelas Pastorais e Movimentos. Essas, por sua vez, são relevantes na composição do Conselho que, por sua vez, são fundamentais para a tomada de decisões e para o trabalho de vinculação entre a Comunidade, a Paróquia e a Diocese. O Conselho garante, ao mesmo tempo, a unidade na Comunidade e dá sentido à pertença ao universo que ultrapassa o local.

Alguns afirmam ser o Conselho a instância privilegiada de decisões na Comunidade. Aquele afirmaria na cotidianidade, o caráter “democrático” instalado na Diocese como projeto. Democracia e comunidade parece ser o projeto maior da Diocese em questão.

Existe uma democracia na Diocese em relação a isso, então é assim: já teve épocas aqui na paróquia que tinha um coordenador paroquial e os coordenadores de Comunidade. Só que hoje, pelo menos é o que eu... Já há bastante tempo, eu lembro só vagamente que tinha um coordenador paroquial. Mas a minha estrutura mesmo, meu conhecimento é de cada Comunidade ter seu coordenador, aí tem os coordenadores de pastorais. Então quer dizer, aqui tem... Cada Comunidade... São oito, então tem oito coordenadores paroquiais, aí tem o tesoureiro, secretário, padre. São eleitos dentro da missa. Quem escolhe são os membros que estejam freqüentando há um ano a missa. Tem toda uma estrutura conforme a Diocese pede. A organização é a mesma da Diocese. Sendo que o que eu sei é que a maioria das paróquias tem um coordenador paroquial. Aqui não, aqui tem os coordenadores das Comunidades. (...) Aqui não, aqui a gente tem representantes, entendeu? Tem representantes regionais da paróquia. Não é exatamente o coordenador da paróquia, entendeu? Ele tem aquela responsabilidade como coordenador. (**Valéria**, liderança da Comunidade Jesus Misericordioso)

Foi a única vez em que ouvimos falar em coordenador paroquial. A Comunidade da Valéria foi visitada, mas não compõe o quadro das Comunidades observadas. Nas demais Comunidades não foi citado o papel do coordenador paroquial. Talvez quem desempenhe tal papel seja o próprio pároco. Na paróquia a qual Valéria pertence, há uma estruturação interessante, pois ao menos em tese, a paróquia não possui uma matriz de quem as demais Comunidades “dependam”, ao menos como referência como ocorre com as demais paróquias visitadas. Retomaremos o assunto da estruturação peculiar dessa paróquia ao tratarmos da formação e atuação do clero na Diocese. É relevante informar, por ora, que os padres que coordenam essa Paróquia Santa Águeda são missionários estrangeiros. Porém, o responsável por essa paróquia, padre Nereu<sup>70</sup> ressalta o valor e a necessidade dos Conselhos para uma consciência de autonomia dos leigos:

E também nas pastorais a maioria dos problemas a gente quer que seja resolvido em nível de Comunidade, não levar para a Paróquia. Isso não é necessário. É por isso que nós temos o Conselho comunitário. O Conselho comunitário é para resolver os problemas que acontecem na Comunidade, que nem precisa sempre do padre resolver esses problemas. O problema pode ser resolvido pela própria coordenação da Comunidade. Se for um pouquinho mais grave, talvez dê para chamar o padre para ajudar, dar outro conselho, mas é mais nesse sentido que nós temos esses Conselhos comunitários, para o dia-a-dia, a organização da Comunidade que eles podem resolver os probleminhas que acontecem

<sup>70</sup> Aqui também os nomes são fictícios.

assim. E também para uma paróquia dar uma responsabilidade para a própria Comunidade, que nem sempre qualquer coisinha: “Ah, o padre resolve”. Não é pra isso. Realmente a própria Comunidade vive bem e o padre de vez em quando dá um apoio: “Ah, vocês estão indo bem, parabéns!”. E participa das reuniões de Comunidades quando é possível. Mas a organização mesmo para a organização da paróquia é do Conselho paroquial. Nós queremos organizar o que todo mundo está fazendo, a mesma coisa em todas as Comunidades. Então é mais isso (**Pe. Nereu**, 29 anos, missionário estrangeiro).

O Conselho tem a função de ponte entre as instâncias organizativas da Diocese, como ressalta Padre Ricardo:

Na paróquia há um conselho maior que chamamos de Conselho Paroquial. Nesse Conselho Paroquial, o coordenador da Comunidade vai e vai ficar como uma espécie de ponte entre o conjunto paroquial e a Comunidade. E tudo o que é decidido no nível paroquial, tem que passar também pela Comunidade. Geralmente são os grandes eventos ou a proposta pastoral daquele ano. Então o coordenador fica com a responsabilidade de animar a Comunidade a cumprir aquelas metas que nós no Conselho decidimos. Todo o início de ano nós fazemos uma assembléia, geralmente no início do ano e nela a gente tenta organizar datas, fortalecer uma ação pastoral como a deste ano, que a gente tirou lá na paróquia como ação pastoral, as missões, que são os Círculos Bíblicos, que são os nascedouros das Comunidades (**Pe. Ricardo**, Animador das CEBs na Diocese).

Entretanto, perguntado sobre a relação dos padres com os Conselhos e se estes ainda apresentam uma atuação relevante na tomada de decisões, respondeu:

Aí, talvez o que vá influenciar muito seja a relação que o pároco tem com o Conselho, porque, canonicamente, o Conselho é só consultivo. Por isso vai depender muito do pároco. Então se o pároco dá mais força à organização comunitária do Conselho, este vai ter uma importância grande na vida da Paróquia e da Comunidade. Agora, se for um pároco que retraia mais, aí nem tanto.

Questionado sobre seu contato com as paróquias em geral dentro da Diocese e da tendência nas relações entre párocos e Conselhos, completou:

Penso que tenda mais para a força do pároco nos Conselhos. Nem tanto pela deficiência do pároco, mas pela falta de coragem de alguns Conselhos. Então deixam muito nas mãos do próprio pároco. Talvez a falta de uma melhor formação ou às vezes por não saberem se expressar entram, muitas vezes, em embates, em choque com o pároco. Então isso influencia muito. O pároco, para não perder também sua força, às vezes entra também em choque. Eu penso que tende mais para o pároco e não tanto para as Comunidades.

Na visão de **Gabriel**, o jovem para quem a continuidade no Ministério da Palavra por mais um período teria sido negada, diversas atitudes do atual pároco são pautadas mais pela autoridade do que pelo diálogo. Tal visão pode ter sido montada a partir da experiência de negativa de continuidade no Ministério e devido a alguns embates que expusemos acima. Sobre sua percepção da relação mantida entre Conselho e pároco, admite ser pautada pela subserviência do primeiro em relação ao segundo, ao menos em algumas questões mais polêmicas.

Tudo parece muito democrático, mas é bem absoluto. O padre tem pleno poder sobre a Comunidade, apesar de parecer que não. Tem o Conselho que é responsável por tomar as decisões, mas o padre assiste lá e é como se fiscalizasse também. Ele diz que está acompanhando, mas é como se fiscalizasse. Então o Conselho também tem a decisão dele, mas a posição final é do padre. Se fosse por esse motivo, o Conselho votaria que eu continuasse.

Segundo ele, mesmo a formação que favoreceria ao leigo assumir uma postura mais crítica e consciente de suas próprias ações e das ações dos responsáveis pelas instâncias da Diocese é deficiente. Ressalta as dificuldades quanto à forma de preparo dos leigos. Informa que são poucos os cursos oferecidos na Comunidade e na paróquia. Para ele, muitos padres não se interessam e não gostam que os leigos estudem para que não haja competição em relação ao conhecimento teológico e pastoral, mantendo-se assim uma relação de dependência. O próprio entrevistado apresenta-se como bem informado nas questões teológicas ao apresentar alguns pontos polêmicos no campo da Teologia e enumerando os livros, palestras e cursos que leu e frequentou na Diocese e em outros espaços.

Porém, as tensões não são apresentadas somente nas relações entre párocos e Conselhos. São apontadas questões polêmicas também nas relações intra-comunitárias, entre leigos e leigos. Segundo um dos padres entrevistados, em determinadas Comunidades de sua paróquia, há intensas disputas pelo poder.

Um termo identifica bem o que é apontado nas falas sobre tensões: “os donos da igreja”. Essa terminologia surge em diversas narrativas. Na Comunidade São Bento, vinculada à Paróquia São Bartolomeu, além das tensões entre Conselho e jovens, Regina ressalta ainda características que considera negativas na formação da Comunidade e que originaram uma situação que produz, ainda hoje, desavenças e afastamentos:

O que elas comentam muito é que a maioria desses senhores que fazem parte da liturgia fundaram a igreja, construíram. O electricista fez toda a parte elétrica da igreja e eles faziam parte do Conselho. Então o que eu escuto muito de pessoas que se afastaram foi que ninguém conseguia... Eles discutiam com o padre, se achavam os donos da igreja. Chegaram várias vezes, lá na frente, na missa a discutir com o padre (...), que achavam uma coisa certa e às vezes o padre falava que, como eles construíram a igreja, se achavam proprietários e agora que estão vendo que não podem arcar com tudo, eles estão ficando mais maleáveis. Alguns já faleceram, alguns não fazem mais parte do Conselho e tem uns que ainda fazem, mas não têm toda aquela força que tinham anteriormente.

**Dona Vera** (75 anos, Coordenadora da Comunidade São Bento, Ministra da Palavra), da mesma Comunidade ressalta o fato contando sobre a interferência de uma família na determinação dos rumos da construção da sede da Comunidade. A igreja ficou fechada durante um longo período de tempo devido a tal interferência. Afirmou que um padre que estava ali anteriormente *“dava muita atenção a essa família, deixando que controlasse quase tudo”*. O próprio atual pároco lança um desafio que tem a finalidade de demonstrar como se configura aquela Comunidade: *“(...) aqui, meu filho, aqui tem poder. Vai mexer na Comunidade pra ver, vai lá, vai lá. Você sai de cabeça baixa”*.

Apesar das tensões, o Conselho é ressaltado por todos como um instrumento da unidade e da organicidade, mesmo que, muitas vezes, se reúna mais para tratar de questões burocráticas e administrativas do que para a condução pastoral. Segundo **Maria** (catequista de crisma da Comunidade Perpétuo Socorro), mesmo todos sendo estimulados a participar das reuniões, que são abertas para quem desejar, afirma: *“É até aberto pra comunidade, só que a maior parte das pessoas não gosta de vir por que falam que é muito chato. Aí ficam batendo na mesma tecla: ‘Vai fazer ou não vai fazer?’ Pra fazer essa divisória aqui, vai fazer mais de um ano que está aí, então ficam decidindo se vai ou não vai fazer a divisória aqui na sala”*.

É o Conselho também que, desde o núcleo mais local, a Comunidade, passando pela paróquia, vai fazer a vinculação com a Diocese.

## **5.2 Ministérios, Conselhos, Regionais e Assembléias: meios de afirmação da pertença diocesana**

Em alguns casos, parece que a presença ou ausência de membros locais participantes em instâncias mais globais como funções diocesanas influencia no sentido de pertença. Para alguns a

Diocese é algo bastante abstrato e distante, como uma entidade à qual se pertence sem muitos laços concretos. É comum os entrevistados utilizarem a expressão “lá na Diocese” ou “lá embaixo”, destacando não somente um distanciamento físico, mas também um distanciamento de competências. Isso acontece, em especial na Comunidade Nossa Senhora das Mercês, devido à sua configuração geográfica a distanciar do centro da Diocese (Nova Iguaçu) e aproximá-la de Duque de Caxias onde se encontra a diocese vizinha.

Diversos entrevistados da Comunidade acima citada, antes de começarem a participar efetivamente da Diocese de Nova Iguaçu, tinham como referência a igreja Catedral da Diocese de Duque de Caxias, por ser a igreja mais próxima deles geograficamente. A estruturação da paróquia a qual a Comunidade está hoje vinculada era ineficiente para atender toda a extensão do bairro. Isso certamente ocasionou um afrouxamento na participação ou a passagem para outras Igrejas com templos mais próximos. A paróquia só foi criada em 1975 e a Comunidade Nossa Senhora das Mercês possui somente 25 anos de fundação, o que podemos entender como uma lacuna no atendimento pastoral católico na região.

Por outro lado, a Diocese foi estabelecendo meios de participação que pudessem garantir um mínimo de sentido de pertença, como cursos, encontros diocesanos, assembléias, Conselhos diocesanos.

O evento mais destacado pelos entrevistados é a celebração de abertura da Campanha da Fraternidade. Esta é uma campanha anual promovida pela CNBB em nível nacional que propõe a reflexão sobre determinado tema. A campanha acontece desde o ano de 1964 e apresenta subsídios para formação em nível local como folhetos de estudo, círculos bíblicos, encontros para os jovens, folhetos para natal em família, encontro com crianças, além de um texto-base com a explanação sobre o tema seguindo o método utilizado na formação de lideranças, em especial na Pastoral da Juventude e diversas pastorais sociais: o denominado “método Ver-Julgar-Agir”.

A Campanha abre, no Brasil, o tempo litúrgico católico da quaresma, tempo de preparação para a celebração da Páscoa. Esse tempo inicia-se na quarta-feira após o carnaval, durando quarenta dias sem se contar os domingos no período.

Eventos como a Campanha da Fraternidade são considerados “diocesanos”, ou seja, todas as Comunidades, Paróquias e Regionais estão convocados para a participação. Há uma grande celebração e não deve haver outra atividade no dia. Todos os padres da Diocese são convocados a celebrarem juntos num sinal de unidade e comunhão.

Por se tratar de uma campanha nacional, não pode ser considerado um evento de cunho estritamente diocesano, mas cumpre o papel de vincular a Diocese à própria Igreja Católica presente no âmbito mais global do território nacional brasileiro. Por isso a unidade diocesana representa a própria unidade católica mais ampla, estendida às circunscrições espalhadas pelo Brasil.

Outra manifestação relevante é a Pastoral da Juventude (PJ) e o DNJ, Dia Nacional da Juventude, evento também anual que convoca os jovens da Diocese para um dia de encontro e reflexão em torno de um tema específico. Tal evento é ressaltado pelos entrevistados vinculados à PJ como um momento de formação e conscientização para os jovens da Diocese, embora seja ressaltado que nem sempre o encontro consiga efetivamente seu intento.<sup>71</sup> Os encontros da Pastoral da Juventude servem de termômetro para se avaliar as transformações ocorridas na Diocese, como afirma **Valéria**:

Então nessa assembléia ou reunião se escolhe, tem uma votação, pra ver onde vai ser feito o próximo DNJ. A última que eu fui, ano retrasado foi em Belford Roxo e eu senti uma mudança de comportamento. Não sei se foi a própria Pastoral de Juventude mudando, ou se foi já influencia desses outros grupos participando também, não sei te dizer. Anteriormente não, a pastoral da juventude, a gente chamava toda a juventude da Diocese, mas quem organizava era a pastoral da juventude (**Valéria**, ex-assessora da Pastoral da Juventude, liderança na Comunidade Jesus Misericordioso, adepta das CEBs e da Teologia da Libertação).

Portanto, os encontros em nível mais amplo da Diocese como um todo ou dos regionais são possibilitadores de reflexão sobre as transformações ocorridas nos diversos níveis, não só no macro, mas nos espaços mais localizados como as Comunidades ou paróquias. Pode também apontar para a necessidade de resistências quanto a tais transformações a partir da tomada de consciência de que essas mudanças reduzem a ação de determinados grupos. Quando no trecho acima a entrevistada se refere à influência de outros grupos, está pensando em pessoas ou grupos vinculados à RCC ou com o modelo implantado pelo bispo Dom Werner, que dirigiu a Diocese de Nova Iguaçu pelo período de 1995 a 2001.

Eu acho que ainda está equilibrado, porque também há muita resistência das pessoas mais antigas que viveram a época de Dom Adriano. Tem isso também, têm os resistentes. E

---

<sup>71</sup> Sobre a questão da formação dos leigos e o processo de conscientização, falaremos mais profundamente no capítulo destinado às ações sócio-transformadoras.



têm os resistentes na juventude que pegaram a Teologia da Libertação, ainda têm. Não são muitos não, mas têm, há um equilíbrio. Eu acredito até que diminuiu um pouco, porque na época de Dom Werner, era um absurdo o que estavam fazendo com outros grupos, com outras pastorais. Tinha pastorais impedidas de falar, impedidas de se organizar. Por exemplo, a Pastoral Operária foi dizimada, de certa forma nessa época. Hoje ela está andando, através de grupos de fé e política, você tem na Cáritas, grupos que vão se organizar com isso. Naquele período de Dom Werner não. Então estava muito complicado. Eu acredito que hoje há um equilíbrio, há um espaço pra todo mundo. Há um espaço ainda para outros grupos. (Valéria)

Outro elemento acatado como importante para a constituição dessa relação de pertença “comunitária” é a distribuição de tarefas antes controladas exclusivamente pelo clero para os leigos. São os Ministérios, dos quais já tivemos oportunidade de falar anteriormente. Os Ministros são indicados pelo pároco ou pelas lideranças da Comunidade, podendo também ser eleitos. São funções temporárias e não vitalícias como o sacerdócio ordenado, sendo exercidas durante três anos, podendo ser prorrogadas por mais um período igual. Entretanto, pode-se ser eleito ou indicado para outro Ministério<sup>72</sup>.

Há uma confirmação da indicação ou eleição por meio de uma celebração de envio, a qual acontece na festa de Cristo Rei (festa móvel que acontece em geral no mês de dezembro). Nessa celebração são reunidos os padres, os leigos que serão investidos da autoridade de exercer o Ministério e os demais leigos da Diocese que também são convidados. Ao mesmo tempo a celebração serve para reunir os padres e os leigos em torno da idéia de um mandato exercido em nome do bispo e serve ainda para a reafirmação do sentido de unidade e comunhão.

A idéia de Ministério é algo presente tanto nas CEBs quanto na RCC. No primeiro caso, por exemplo, Parra (1991) desenvolve o tema dos Ministérios leigos como configuração da “Igreja dos Pobres”. No segundo caso, a Renovação busca estruturar-se na divisão de Ministérios. Assim, os trabalhos são representados pelos Ministérios da Música, Ministério da Família, Ministério da Juventude, entre outros. Entretanto aqui, os Ministérios parecem assemelhar-se mais a uma estruturação burocrática que sustenta a divisão de tarefas, enquanto o Ministério pensado como ideal de organização eclesial “democrática” aproxima-se mais da que a Diocese e a Teologia contemporânea propõem. De qualquer forma, a idéia do Ministério compõe a intenção de uma relação leigo-clero mais dinâmica, embora possa estar permeada de tensões e contradições.

---

<sup>72</sup> Como já dissemos, existem quatro tipos de Ministérios nessa Diocese: Ministério da Palavra, Ministério da Eucaristia, Ministério do Matrimônio e Ministério do Batismo.

Portanto, entendemos que os espaços e práticas de encontro diocesanos, regionais ou mesmo paroquiais são possibilitadores de uma identificação direcionada em dois sentidos. Primeiro o da vinculação à própria Diocese naquilo que os meios institucionais desejam transmitir como valor identitário. Em segundo lugar, uma identificação ou reafirmação também dos elementos que caracterizam os grupos dos quais se faz parte. Muitas vezes tal identificação ocorre no contato com o diferente, ocasionando uma identificação por oposição frente a tais grupos.

No âmbito local, os participantes católicos vão firmar seus elementos identitários, muitas vezes por meio de oposição a determinados grupos, muitas vezes também por meio do contato com elementos de grupos adversos, como por exemplo outras denominações religiosas. Nesse sentido pensamos que a família, outros grupos de sociabilidade e mesmo outras religiões cumpram tal papel.

### **5.3 Forjando limites: a gestão de identidades frente ao semelhante e ao diferente**

Entre os diversos grupos dos quais participamos, talvez a família seja o de maior influência. Como as demais instituições que exercem influência social relevante, também ela encontra-se em intensa transformação nos tempos atuais. As questões relacionadas às transformações da estrutura familiar são foco de atenções por parte da Igreja Católica de uma forma geral, e apresenta-se na Diocese de Nova Iguaçu no investimento em pastorais que tenham como incumbência o trabalho pastoral com as famílias. Ressaltam-se a relevância da Pastoral Familiar e dos Encontros de Casais com Cristo (ECC), grupos de destaque na Diocese.

Uma questão levantada por **Padre Ricardo** é justamente a preocupação para com o universo familiar, muitas vezes desvinculado do trabalho das CEBs, onde, segundo ele, a relevância do coletivo abafava o âmbito pessoal e familiar.

Porque o que a gente via muito era que as pessoas das CEBs eram pessoas boas, excelentes, mas algumas coisas tipo vida familiar, vida pessoal, eram coisas que para eles eram um tabu muito grande. A pessoa das CEBs muitas vezes estava quebrada estruturalmente e isso refletia na Comunidade, mas não era trabalhado na Comunidade e isso refletia na própria Comunidade. Algumas pessoas lutam pelo poder, há muito essa questão. Eu penso que hoje, a gente tem que tentar fazer essa síntese, o individual, o cuidado pessoal. Porque muitas pessoas deixavam...O marido não participa, mas a mulher

participa, imagine isso dentro de casa, a guerra que dá: “você só quer saber de Igreja, você só vai pra Igreja, é reunião aqui, é reunião acolá”. É o almoço que tem que fazer, filho que tem que cuidar. E isso individualmente, você não consegue manter um bom trabalho pastoral.

Talvez tal distanciamento entre o acento coletivo das CEBs e a vida pessoal tenha agravado diversas crises em seus participantes. Em uma pesquisa nossa anterior, realizada na Diocese de Duque de Caxias, a Comunidade observada carregava consigo o pseudônimo atribuído a ela de “Comunidade de Viúvas de Marido Vivo”, devido à participação quase exclusiva de mulheres nas funções de liderança. Algumas contaram como faziam para compensar os trabalhos pastorais e a vida familiar. Uma senhora contou que as amigas, muitas vezes se revezavam para irem cozinhar na sua casa, quando aquela precisava estar em algum evento, curso ou retiro (Assis, 2002, p.84-85)

As relações familiares apresentam-se na fala dos entrevistados, como significativas também na condução de sua vida religiosa. Uma de nossas entrevistadas apresenta sua participação no catolicismo como uma decorrência da participação de seus pais, como uma herança. Outros ressaltam a relevância da participação religiosa em família. As famílias dos entrevistados se configuram, de uma maneira geral, na família tradicional, pai, mãe, filhos, com a presença significativa, em alguns casos, da avó morando junto na casa dos filhos ou netos, ou em casas próximas. Em duas famílias de entrevistados há um relacionamento de segunda união. Porém, em todos os casos, a família apresenta-se como relevante e quase imprescindível como condutor da vida religiosa. Talvez tal acento tenha aparecido devido à importância dada à família no ambiente católico.

Entretanto, como apontam diversos trabalhos (Duarte, 2006; Novaes, 2006; Machado, 2006; Birman, 2006; Mariz, 2006 entre outros), a família não é mais a condutora de uma única opção religiosa. Dessa forma, com o fenômeno que os analistas passaram a chamar de trânsito religioso, a “oferta” religiosa no seio familiar passa a ser ampliado. Entre os entrevistados, diversas opções se apresentaram e ainda se apresentam. Vários vieram de famílias com opções religiosas envolvendo religiões africanas ou evangélicas. Aliás, duas vertentes religiosas relevantemente presentes na Baixada com as quais o catolicismo tem constantemente que dialogar, seja no nível da instituição diocesana, seja, em especial, no cotidiano dos agentes religiosos leigos. Já vimos como tais agentes precisam lidar com essa diversidade de pertencas religiosas no âmbito da pastoral, como a Pastoral da Saúde no Hospital da Posse. Entretanto, no

campo familiar, para grande parte desses agentes, tal relação apresenta-se de forma intensa. Quase todos os entrevistados informaram que na família há um ou mais irmãos, tios, primos pertencentes a outras denominações cristãs ou a religiões africanas. Abaixo, alguns trechos das entrevistas de participantes das diversas Comunidades identificam que o contato com outras religiões é uma recorrência no âmbito familiar:

A sogra da irmã do meu marido é mais envolvida com isso e a irmã não é que participe, mas de vez em quando vai, faz aquelas consultas, aquelas coisas que acham que é a solução. Eles estão sempre envolvidos em alguma coisa assim, mas essa senhora que faz parte mais, às vezes que eles participam de alguma coisa. Eles moram no mesmo quintal então quando tem Cosme e Damião e aí faz aquela mesa... (**Regina**, Comunidade São Bento, simpatizante da RCC).

Regina se refere ao caso demonstrando a esperança que a família (mais especificamente ela, o esposo Valter e sua mãe Doralice) tem de que haja uma conversão ao catolicismo por parte delas.

Ai eu falei: “Frei, eu recebi um convite das minhas primas elas estão fazendo uma formação eu sei que é legal que elas aprenderam muitas coisas e eu também quero uma formação”, e ele: “Não, espera, dá mais um tempo”. Aí um dia eu falei com ele: “Olha, recebi um convite da Presbiteriana e vou fazer essa formação”. Ele falou: “Você não faz isso não, não faz isso. Aguarda mais um pouco. Logo você vai ter a formação na nossa Igreja”. (**Helena**, liderança na Comunidade Perpétuo Socorro, simpatizante da RCC e participante das Oficinas de Oração e Vida)

Helena informou que durante vários anos de sua participação na Comunidade sentia falta de uma formação mais sólida em termos de espiritualidade e teologia, o que não encontrava na Igreja Católica. Por isso, antes de conhecer a Oficina de Oração e Vida, confessa ter tido a intenção de participar juntamente com as primas de encontros na Igreja Presbiteriana. Depois do contato com a Oficina, disse que encontrou ali mesmo na Igreja Católica, por meio daquele Movimento, a formação de que necessitava, não vendo mais a necessidade de ir para outra Igreja.

Somos dez meninas e quatro rapazes. Desses quatorze filhos que minha mãe criou, têm quatro irmãs que são evangélicas. Mas não são aqueles evangélicos fiéis, chatos não. Eu acho até que elas nem são evangélicas. Aquelas que se tornaram evangélicas não são participantes; assíduas mesmo não são. Quem ficou na Igreja católica, piorou, por que é assim, todo mundo diz que é católico, mas na hora de agir, de assumir, não é católico. (**Jane**, Secretária do Conselho da Comunidade Nossa Senhora das Mercês)

Tem um primo do meu pai que a gente até chama ele de tio, que ele entrou na Igreja da Graça primeiro, aí praticamente obrigou a esposa a entrar também. Aí ficou aquela briga, por que os filhos são daqui da Comunidade e ele obrigava eles a irem. Só que eles começaram a se revoltar contra o pai, passaram a não ir na igreja dele e continuaram vindo aqui. Hoje em dia eles continuam vindo aqui e os pais vão na Igreja da Graça. (**Maria**, Catequista da crisma na Comunidade Perpétuo Socorro)

O meu padrasto não tem religião, eu acho. A minha mãe carrega ele em alguns eventos. As tias da parte do meu pai, a maioria delas são evangélicas. São da Testemunha de Jeová, Universal, Assembléia, tem uma outra que eu não sei, acho que é da Assembléia também. (**Alice**, jovem participante da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, filha de **Conceição**, liderança na mesma Comunidade)

Diversas lideranças confessam que já participaram, em algum momento, de alguns eventos ou cultos em outras Igrejas ou religiões, mas apressam-se em afirmar que isso só aconteceu porque encontravam-se distantes da Igreja Católica, ainda não haviam começado a participar ativamente. **Dona Sônia** (Ministra da Eucaristia na Comunidade Nossa Senhora das Mercês), por exemplo, afirma que, ao participar em outras Igrejas, sentia que faltava-lhe algo e que não sabia o que era. Hoje ela tem a certeza de que era a eucaristia da Igreja Católica. Talvez tal descoberta pode ter sido motivada pela função que exerce já há algum tempo da Comunidade, a de Ministra da Eucaristia.

Outra liderança, **Helena**, como explicitado acima em sua fala, estava em busca de um aprofundamento espiritual e de formação mais sedimentada em termos de religião. Não encontrando o que procurava na Igreja Católica, estava disposta a migrar para outra com a qual se identificava, a Presbiteriana.

**Doralice** (mãe de Regina com quem colabora na implantação da Noite de Louvor e posteriormente no Grupo de Oração na Comunidade São Bento), diz ter sempre admirado o entusiasmo com que se apresentavam os evangélicos: *“Eu admirava os evangélicos, pela perseverança, pela entrega, pelo compromisso que eles têm. Isso me encantava e aquilo não era motivado na minha Igreja católica. Eu não conseguia ver isso. Era uma coisa muito metódica, era missa domingo como obrigação”*.

Mesmo de brincadeira, **Jane** (Comunidade Nossa Senhora das Mercês) deixa escapar uma admiração, ou pelo menos curiosidade para com algumas Igrejas Evangélicas: *“Porque eu nunca tive disposição de ir a um culto de outra Igreja. Já fui chamada, muita gente me convida. Tem uma amicíssima minha que é evangélica. Ela vive dizendo “Jane, vamos lá! – Olha, o que você está aprontando, vai que eu goste!”*

Entretanto, segundo a crítica de algumas lideranças, tal trânsito é natural entre freqüentadores distanciados de uma participação mais efetiva. A mesma Jane é quem afirma: *Eu nunca fui, mas as pessoas vão. Eu tenho vizinhas que vêm aqui, batizam aqui e amanhã estão lá na Igreja da Jerusalém. Vivem pulando de galho em galho.*

Conforme sua visão, há a necessidade da afirmação de um espaço único de participação, que ajude a criar laços de amizade e companheirismo.

Eu digo “um dia você tem que parar, você está jogando dinheiro fora, menina!” [risos] Porque dá o dizimo aqui e outro ali. E não é assim, você tem que ficar num lugar só, celebrar sua fé ali, criar sua família ali. Porque Igreja é uma família. Criar comunidade, laços de amizade, se ajudar. Quando você fica assim perdido sem conhecer um Deus verdadeiro, vai ali, “Ah, paga 80 reais de batizado”. Você vai lá e paga, porque lá é fácil. A Igreja Católica não cobra, mas exige participação, um mínimo de caminhada que dê tempo pra pessoa ouvir um pouquinho da palavra, ouvir um pouquinho da pregação, criar laços na Comunidade. Quem sabe assim fica na família? Mas não. “Ah, eu vou lá pra Igreja Brasileira porque lá eu pago 80 reais e ninguém me pede nada”. Então, quer dizer, existe de tudo, um entra e sai muito grande na Igreja, mas o rebanho está sempre ali unido e aberto aos novos que vêm.

Por sua vez, **Padre José Dílson**, pároco da Paróquia Sagrada Família, chega à conclusão de que há uma quebra na idéia da necessidade de um espaço único de participação.

Não existe mais um... Assim, questão de território, e isso tá sendo superado. Alguém mora aqui e vai ver a missa em Nova Iguaçu. Alguém vem à missa aqui, mas também no outro dia ele vai na Nova Vida. Lá ele se sente bem, aí ele vai lá e vem cá. Quer dizer... Isso é próprio da Baixada. Existe uma certa... Não sei nem o nome que daria, mas isso é próprio mesmo daqui... Um certo sincretismo religioso das pessoas. Primeiro a grande maioria dos habitantes daqui são migrantes, do nordeste, da Bahia, né, de Minas Gerais e chegando aqui eles pegam um pouco do referencial. E aí eles começam a visitar várias denominações religiosas... Quando outros não, outros vêm, procuram a igreja católica, essa coisa toda. E se mantêm... Fiel. Mas a grande maioria não, fica assim... E aí a gente tem que acolher!

Segundo ele, tal superação não ocorre somente em relação a denominações diferentes, mas também dentro de uma mesma denominação, como afirma acontecer dentro da Igreja Católica.

Com a finalidade de ressaltarmos tal idéia, parece-nos significativo apresentar a trajetória do **Sr. João**. Nordestino com relevante acento na participação na Igreja Católica desde sua terra natal. Lá ocupava o cargo de “diretor patrimonial”, algo como um zelador do prédio da igreja. É considerado um dos fundadores da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, motivador e

condutor de diversos trabalhos pastorais naquela Comunidade, inclusive com jovens, há aproximadamente dez anos deixa o catolicismo para participar da Igreja Batista do bairro.

Ele, com sua esposa e os onze filhos eram participantes assíduos da Comunidade. Aos poucos os filhos e filhas foram se distanciando, casando-se com pessoas de outras denominações e foram assumindo a Igreja dos esposos e esposas. Hoje alguns são pastores. A maioria dos filhos pertence à Igreja Batista e outros à Universal e à Assembléia de Deus. Sua esposa, em dado momento resolveu passar também para a Igreja Batista, restando somente o Sr. João no catolicismo.

Ao nos contar sua conversão, mostra-se emocionado. A esposa havia saído para o culto e ele ficou em casa:

Ela saiu 6:00, 6:40 [da noite], eu estava sentado na minha cadeira balançando, eu senti aquela voz: “vá pra igreja!” Na minha igreja hoje não tem nada, 6ª feira não tem nada. Aí voltei pra cadeira me balançar. Aquela voz tornou a falar: “vá para a igreja!” Bem assim, olha, eu me arrepio até os cabelos, irmão. Eu voltei, sentei. Não é possível. Aquela voz gritou no meu ouvido. “Vá pra igreja!” Eu me levantei da cadeira, troquei de roupa. Quando saí do meu portão: “E agora qual é a igreja?” Veja como é que Deus trabalha na gente, não é porque você quer não. Eu olhei pra trás pra descer, quando olhei pra descer, a minha vista olhou pra cá e subi pra Igreja Batista. Quando cheguei lá a igreja estava lotada. Quando eu entrei na porta todo mundo olhou. “Católico de pé roxo, que nem esse cearense, estar aqui?” Pastor Élcio estava no culto, me viu, desceu e veio me abraçar e me levou pra sentar lá, eu sentei lá.

Para Sr. João, Deus não o conduziu para um lugar distanciado de sua opção primeira, o catolicismo, mas simplesmente para uma nova obra. Para ele não há ruptura. Quando o padre ou os demais participantes souberam de sua conversão, vieram a ele para questioná-lo. As respostas que Sr. João afirma ter dado a eles reafirmam a continuidade de sua “missão”. Para o próprio pastor que o acolheu, respondeu que estava simplesmente mudando de quartel, mas que a batalha era a mesma.

Ele disse [Deus]: “É lá!” E a minha trajetória foi essa, comunitária. E o propósito que Deus me deu foi de não fazer discriminação nenhuma. Falar, pregar, conversar, dialogar. Aqui, às vezes eu sempre venho aqui nas festas de santo, eu venho. Uma vez o pessoal da Igreja [Batista] disse: “Ué João! você ta lá e ta aqui?” Eu digo, “ué, eu estou lá e estou aqui porque o Deus de lá, da Igreja é o Deus daqui. O dia que um de vocês me falarem que o Deus da Igreja de Nossa Senhora [das Mercês] for branco e o Deus daqui for preto, aí ainda vou pedir direção a um dos dois pra saber onde vou ficar”. Mas o Deus daqui é o Deus de lá, o Deus de São Paulo é o do Rio, o Deus de Fortaleza... é um Deus só.

Sr. João, da mesma forma que sua esposa, afastou-se da Igreja Batista de onde começou a participar, para ingressar em outra igreja da mesma denominação. Sua esposa afastou-se durante algum tempo da Igreja Batista para participar da Igreja Universal, retornando, posteriormente à Igreja Batista.

Para ele, não houve diferenças significativas em sua participação religiosa do catolicismo para a Igreja Batista. Segundo ele, a diferença quem faz é a pessoa. Entretanto, afirma ter deixado de beber e de fumar depois de ter ingressado na Igreja Batista. Tal fato é confirmado por uma das lideranças da Comunidade Nossa Senhora das Mercês.

Por outro lado, por trás da narrativa da conversão, parecem esconder-se questões relativas a sentimentos de rejeição. Não nos propomos aqui a analisar a veracidade ou não do relato do Sr. João, visto que não corresponde a nosso campo de pesquisa. Entretanto, queremos entender os elementos por trás do relato.

Enquanto a fala do Sr. João reforça o caráter sobrenatural de sua conversão, por outro lado, não esclarece quanto à decisão de sua esposa de mudar para a Igreja Batista. Quanto às suas filhas, quem nos informa é Jane, que afirma terem se casado com pessoas de outras Igrejas. Porém, nos oferece também algumas pistas da mudança de religião dele e de sua esposa, que podem ser confirmadas pelo próprio Sr. João em sua narrativa. Segundo ela, a família podia ser caracterizada como pessoas “melindrosas”. Muito ativos na Comunidade, aliás, desenvolvendo diversos trabalhos pastorais. Porém, dentro da visão de Jane, não conseguiam admitir determinadas críticas ou apelos a mudanças.

Houve um relevante atrito entre as lideranças no período em que o Sr. João coordenava a Comunidade. Ele diz ter se sentido acuado por determinadas exigências com as quais não concordavam. Como ele mesmo afirma:

Porque tem gente que nunca participou, como aqui mesmo, não foi o caso, que eu saí porque Deus me tirou mesmo. Uns que chegavam de outras Comunidades como um padre que veio lá de Santo Antônio, da Diocese de Caxias, chegou aqui e viu esse templo e quiseram mudar tudo. Aquilo foi me desgostando, puxando uma coisa, ligando com outra, aquilo foi me desgostando desmanchando aquilo que fiz com tanto carinho, com tanto trabalho. Foi me desgostando daquilo. Fizemos uma reunião, eu saí daqui... Eu sou duro de chorar, mas naquele dia tive que chorar. Meu irmão, uma coisa que me fizeram que eu... Triste é você fazer, fazer, fazer, fazer e chega um e começa a enrolar o tapete ao contrário. Aquilo que você fez, serviu cinco, seis anos, oito, dez anos você usou aquilo e nunca deu problema. Aí eu chego e digo não, essa letra aqui não tá boa não, tu tem que fazer é isso, vai desmanchar tudo?



Apesar do sentimento de desgosto, repete diversas vezes que não saiu da Igreja Católica por esse fato. Diz que em suas orações sempre pedia a Deus para enviá-lo para outro lugar, outra igreja em outro bairro, mas que não pedia para deixar o catolicismo. Reafirma que seu desejo era mudar, mas dentro do próprio catolicismo, em “outra obra”, como diz ele.

Por tal motivo, a ida para uma Igreja Evangélica foi ação de Deus. Também sua esposa teria ido para a Igreja Batista, quatro ou cinco anos antes dele, pela ação de Deus: *“Por livre vontade não, ela foi porque Deus mandou também, porque nós não fazemos, como já citei anteriormente, por querer da gente”*.

Devido à mudança de religião das filhas e dos filhos, ele e sua esposa tinham contato freqüente com os pastores dessas outras Igrejas. *“Na época em que esse senhor se afastou, eles [ele e a esposa] não se afastaram, eles trocaram de Igreja, por que é assim, eles têm dez filhos. As filhas foram se casando com rapazes de outras Igrejas”*. Assim resume Jane, ao mesmo tempo em que afirma que deve ter sido difícil para eles se desligarem devido ao envolvimento que tinham nos trabalhos da Comunidade.

Portanto, diversos fatores se fazem presentes nesse fato, as tensões, o sentimento de bloqueio de suas atividades, do que acreditava ser correto nas tarefas dentro do catolicismo, o sentimento de frustração, e “porta aberta” pela pertença das filhas e filhos a outras denominações cristãs, a presença freqüente não somente dos pastores em sua casa, mas também de elementos constantemente apresentados pela presença evangélica em seu cotidiano. Ao mesmo tempo, relevantemente afirma a continuidade com a missão cristã e a certeza de que a ação divina se encontra em qualquer parte.

Tais elementos podem demonstrar que, tanto dentro quanto fora do catolicismo, apresentam-se inúmeras opções de participação. Alguns outros entrevistados relatam que se distanciaram de sua Comunidade de origem devido a tensões ou desentendimentos, buscando assim novos espaços de participação. Tal fato aconteceu com Hélio, que atua na Comunidade Nossa Senhora das Mercês, a qual não é a sua de origem. Passou a atuar ali devido a desentendimentos com algumas lideranças na Comunidade onde inicialmente iniciou sua participação na Igreja Católica.

Portanto, o sentimento de pertença a uma comunidade, passa não só por aglutinar os elementos identificadores, mas também por uma fragmentação das fronteiras estabelecidas. O

modelo utópico de comunidade (Bauman, 2003), com o qual trabalha ainda fortemente a Igreja Católica, parece fazer cada vez menos efeito dentro de determinadas condições.

Por outro lado, não podemos deixar de destacar o esforço, em especial dentro do catolicismo, dos denominados “Novos Movimentos”, em reafirmar o projeto de vida comunitária. As “Comunidades de Vida e Aliança”, vinculadas à RCC são exemplos disso, embora existam outras experiências como a Arca, comunidades fundadas em torno da convivência diária com pessoas excepcionais e as comunidades focolarinas, vinculadas ao Movimento Focolares.

As Comunidades de Vida e Aliança estão presentes na Diocese de Nova Iguaçu. Porém, caracterizam-se por um posicionamento crítico em relação a elas por parcela dos membros da Diocese. A mais citada é a “Comunidade Novo Maná”. Para alguns, uma experiência profunda de oração e espiritualidade na Diocese. Para outros, uma ilha isolada em meio ao projeto diocesano de pastoral.

Por que também no conjunto da diocese você vê grupos que estão... Quer dizer, o Novo Maná, ele é uma outra diocese dentro da Diocese, você não consegue entrar lá. Quer dizer, é uma igreja dentro da diocese. Você não consegue entrar lá. Eles não fazem comunhão com a Diocese. Aquilo que a gente planeja... Por exemplo, tivemos a nossa assembléia diocesana agora em setembro, saiu o plano pastoral para os três próximos anos: dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil e dez. Eles não estão dentro desse Plano Pastoral. O que eles vão fazer lá, nesses três anos, não tem nada a ver com a gente aqui. (Padre **José Dílson**, pároco da Paróquia Sagrada Família, na Posse).

A questão que se apresenta não é um posicionamento a favor ou contra a construção de experiências comunitárias, mas é discutir em que bases o processo de construção da “vida comunitária” se apresenta. A percepção da necessidade de inserção em um processo comunitário é partilhada por todos. Entretanto, o entendimento sobre o que vem a ser comunidade é algo que, muitas vezes distancia mais do que aproxima.

## 6 AS AÇÕES SÓCIO-TRANSFORMADORAS

A chegada à casa que iria nos acolher durante a realização do 6º Encontro Nacional Fé e Política no fim de semana de 10 e 11 de novembro de 2007 foi marcada por surpresas. Era a Comunidade mais distante a que chegamos em nossas visitas a Nova Iguaçu. Pela Via Dutra, estávamos a muitos quilômetros da entrada da cidade. A saída era a do bairro Rosa dos Ventos. Após algumas curvas, nos deparamos com uma rua reta, a qual nos levaria, enfim, ao nosso destino, o bairro Palhada. Pudemos ver muitas casas e também terrenos vazios, vacas, bois, bezerros e porcos. Desviamos-nos constantemente de fretes feitos em carroças puxadas a burros ou cavalos e também dos incontáveis quebra-molas. Enfim, um misto de zona urbana periférica com ambiente tipicamente rural.

Íamos conversando com a filha da dona da casa, uma religiosa que trabalhava em programa assistencial na favela carioca do Caju, próximo à Linha Vermelha e ao cemitério com o mesmo nome da favela. Falávamos dos inúmeros templos religiosos vistos no trecho de estrada que percorríamos: Deus é Amor, Batista, Assembléia de Deus, Universal, a Paróquia Católica, e outras menos conhecidas. Havia templos que se sobressaíam aos demais prédios ao seu redor e Igrejas com uma só porta, alertadas de sua existência por uma placa colocada acima, descrevendo de que congregação se tratava.

Passamos um longo trecho com poucas casas, o que deveria ser o limite entre os bairros Rosa dos Ventos e Palhada. Ao encontrarmos novamente um grande número de casas e diversos estabelecimentos comerciais, foi-nos avisado pela religiosa, que estávamos perto. Ao entrarmos na rua que nos levaria à casa de Dona Neuza, parecia termos passado para outro tempo ou lugar. Estávamos em uma rua de terra batida bastante castigada pela chuva, que deixara imensas crateras em meio ao lamaçal. Com o carro cheio, tivemos que ir devagar e desviar dos buracos até chegarmos à casa.

Fomos muito bem acolhidos e a religiosa, filha de Dona Neuza, foi nos apresentando aos parentes. Ela mesma se admirou do batente de cimento de uns vinte ou trinta centímetros de altura levantando nas portas da frente e dos fundos da casa. Ficamos sabendo que foram colocados ali após as chuvas ocorridas no início de novembro. A água havia chegado à porta da cozinha e da sala e quase destruiu o sofá da varanda, caso não o tivessem levantado a tempo. A

rua tinha se transformado em um rio de água suja e lama, contavam. A calçada havia sumido. Conforme eles, *“tudo culpa da prefeitura, que havia feito obra para mascarar e iludir os moradores.”*

Quando voltamos do Encontro, à noite, dissemos para as pessoas da família, Dona Neuza, sua filha mais nova e seu filho, que havíamos visto lá o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, o qual apoiava o Encontro. O que esperávamos era poder verificar a reação deles, que foi imediata: *“Por que não disseram para ele vir aqui e ver onde nós moramos? Ele só passa aqui de helicóptero”*, disseram com firmeza.

Dona Neuza é uma senhora de seus oitenta anos, nordestina da Paraíba, moradora de Nova Iguaçu há mais de cinquenta anos. Católica, participa da Comunidade próxima à sua casa, do outro lado da rua asfaltada da qual viemos. Na rua, todos se conhecem, trocando favores entre si, como empréstimos de ferramentas, material para confecção de alimentos (sal, açúcar, etc.) e mesmo abrindo suas casas com garagens para guarda de carros de parentes e amigos quando vêm em visita.

Quando perguntadas, Dona Neuza e a filha, se nunca haviam pensado em fazer um movimento de reivindicação, fazer barulho ou fechar a rua asfaltada como manifestação, simplesmente disseram: *“Isso não adianta nada!”*

Esse relato é só ilustrativo, e talvez não represente muita coisa. Porém, chama nossa atenção o distanciamento entre as várias posições. Primeiro a nossa, como agentes externos, pertencentes a uma categoria social distanciada daquela realidade. Mesmo a religiosa, que ali se criou desde a infância, havia já passado por outras experiências que a tornaram um “ser estranho”. Quando ia a visita, era “a filha freira”. A segunda posição é a do prefeito, ex-dirigente da UNE, foi eleito na perspectiva de um mandato “popular”, foi um dos apoiadores do Encontro do Movimento Nacional Fé e Política, inclusive disponibilizando infra-estrutura da prefeitura. No Encontro, sentou-se à mesa com personalidades como Dom Valdir Calheiros, Frei Betto e o monge Marcelo Barros, expoentes da Teologia da Libertação. Por outro lado, o mesmo prefeito foi categorizado por aquela família como “uma fraude”. Por último, a visão dos moradores que se acostumaram àquela situação de abandono do poder público. Talvez a resposta de todos os moradores seja a mesma, a de que não adianta reivindicar.

Nossa análise é externa, superficial e pontual, uma vez que não nos deparamos em profundidade com a realidade daquele bairro e sua história. Porém, as dicotomias apresentadas

nos levam a pensar sobre algo que é caro para a Diocese, a conscientização sócio-política e a ação “transformadora”<sup>73</sup>.

### 6.1 A participação sócio-política dos agentes religiosos em Nova Iguaçu<sup>74</sup>

Para fora do universo religioso, mas não prescindindo deste, alguns desses agentes por nós abordados, exercem ou exerceram alguma atividade social, política ou sindical em âmbito local. Parece-nos relevante observar o perfil da Diocese da qual participam, uma vez que essa se notabilizou pelo envolvimento sócio-transformador e pelo desenvolvimento de significativas iniciativas de participação popular nos anos sessenta e principalmente nos anos setenta. Entender esse aspecto ajudará a compreendermos o trabalho efetuado de manutenção ou modificação das memórias circulantes sobre a própria configuração da Diocese.

Talvez não possamos definir um padrão entre os entrevistados para a adesão ou não a um segmento social ou político de cunho reivindicatório ou organizativo de classes, gêneros, etnias, etc. Considerando os entrevistados leigos, podemos dizer que somente 4 dos 17 entrevistados participaram diretamente de alguma organização sindical ou política. Desses, três tem mais de sessenta anos, compondo o quadro dos entrevistados mais velhos, sendo que dois ainda participam ativamente de Associações de Moradores em seus bairros. Quanto aos demais, 4 afirmam ter participado em algum momento da vida religiosa de pastorais sociais ou de algum trabalho apoiado pela Comunidade religiosa do bairro. Entre esses, a média da faixa de idade encontra-se entre os 36 anos, sendo o mais novo com 21 anos e o mais velho com 47 anos. Os demais entrevistados, perfazendo o número de 10, embora demonstrem ter conhecimento e identificar os trabalhos sociais, não disseram ter participado diretamente, ao menos sistematicamente. Isso não significa que não concordem com o trabalho social, pelo menos em seu formato assistencial.

---

<sup>73</sup> Damos preferência ao termo sócio-transformador uma vez que é mais comumente aceito entre os diversos entrevistados. A referência direta à política (trabalho sócio-político), segundo alguns, “fecha” a temática pois, para os adeptos e simpatizantes da RCC, a política é simplesmente uma dimensão do envolvimento social.

<sup>74</sup> Quando nos referimos a agentes religiosos estamos querendo dizer todas as pessoas envolvidas em nossa pesquisa que possuem alguma atuação nas Comunidades ou na organização da Diocese, sendo elas lideranças, participantes, coordenadores, independente de serem leigos ou padres.

A situação física, social e política que descrevemos no início deste capítulo parece ser uma realidade em diversos bairros das cidades que compõem a Diocese, embora não seja visível nas partes mais centrais de todas as Comunidades observadas. Como vimos anteriormente, algumas delas estão localizadas em bairros com a presença significativa de serviços públicos. Entretanto, isso não significa isenção de problemas sociais como locais de concentração de indivíduos de baixa renda e ausência ou ineficiência do poder público. Porém uma dessas Comunidades apresenta recorrência em relação a queixas de abandono, a Comunidade Nossa Senhora das Mercês.

Aqui falta um posto de saúde. Tem um posto de saúde lá no final, o povo daqui vai todo pra lá. Aqui precisava, porque aqui mora muita gente mesmo. Aqui precisa de um posto de saúde. Tem que ter um lugar de lazer para as crianças, não tem. As escolas, meu Deus! Falta professor. Quando professor vai chegar? Nós já estamos no dia 18, tem escola que não tem professor ainda. A minha afilhada está sem estudar porque não tinha professor. É uma carência do bairro. Eles não podem ficar na rua. Aí a gente vê essas coisas acontecendo aí e eles dizem: “São os jovens”, mas eles não têm culpa! Eles não têm nenhuma opção. Apesar de que já tem gente que tem e vai fazendo, mas... Mas que veja tudo. Essa Comunidade tem que ter uma boa Associação de Moradores, que veja as carências do bairro, que vá gritar lá nos governos, nos políticos. Tem que ter. Tem carência de tudo. Mas uma andorinha só não faz verão, tem que ter mutirão, né? (**D. Sônia**, Ministra da Eucaristia na Comunidade Nossa Senhora das Mercês)

Embora **D. Sônia** ressalte a falta de organização popular no bairro, sua visão contrasta com a do **Sr. João** (ex-liderança da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, atualmente participante da Igreja Batista). Este afirma ser o atual presidente da Associação de Moradores: *“Terminou o mandato, mas a Federação pediu para eu [continuar]. É a Associação daqui mesmo, do bairro. mandei o primeiro ano como fundador, depois fui eleito o segundo mais três anos, entrou mais dois presidentes e eu assumi novamente”*. Ele define o que entende ser o papel fundamental da Associação na organização do bairro e na reivindicação de seus moradores.

A Associação dos Moradores é um órgão zelador da comunidade, não tem distinção, não tem diferença dos órgãos competentes. Ela não é pra engrandecer, não é pra mostrar que é autoritário, não. Ela é um órgão zelador da comunidade e ver as necessidades que a comunidade tem. Se esse calçamento está furado, esse cano está entornando água, é preciso que a comunidade assuma e leve pra CEDAE. Se esse poste está sem lâmpada é preciso que a comunidade leve para a Light ou pra prefeitura. Mas para chegar ao conhecimento da prefeitura ou da CEDAE, ao órgão competente, é preciso que haja uma Associação. Se não for assim a comunidade sofre as conseqüências. Se eu for esperar pelo meu vizinho, ele nunca vai. Se eu for esperar por outra pessoa que venha lá da prefeitura, sentado na cadeira dele... O Secretário de Obras diz pra você: “vou mandar o fulano aí. Vou mandar na segunda-feira”. Aí passa segunda, terça, quarta, quinta, sexta-

feira. Quando você liga, ele diz: “Ih, rapaz, eu me esqueci”. Não é isso que acontece? A Associação é pra essas coisas.

Sr. João termina este trecho de sua fala com um riso malicioso, querendo demonstrar como determinados servidores públicos agem em relação às comunidades que reivindicam serviços dos órgãos competentes. É interessante também observar que a idéia de comunidade na fala da entrevistada é acionada para representar todo o conjunto de moradores do bairro.

Levada a esclarecer melhor a situação das organizações populares do bairro, D. Sônia confirma que há uma Associação no bairro, mas que essa não apresenta uma atuação satisfatória, ao menos no seu parecer.

Nunca ouvi falar que a Associação fosse se reunir, fazer um mutirão para ir até... Não posso dizer que tem. Dos que tem, como eu falei, tem uma reunião lá, aí o homem fala daquela água que está faltando, que tem que pagar uma taxa, aí os outros pagam aquela taxa... E ficam sem água. E botaram um montão de cano na rua dizendo que era o governo que tinha botado água aqui na Baixada Fluminense pra todo mundo. Passaram os canos na minha rua. Não passaram três meses e a água não veio. Depois o povo mesmo quebrou os canos, queimaram.

Mesmo demonstrando uma condição de suspeita em relação às organizações de bairro e aos representantes do poder público local, a necessidade de “fazer algo” é reforçada por quase todos os entrevistados.

Daqueles que trataram dos temas sociais e políticos mais detalhadamente, desde Alice (Comunidade Nossa Senhora das Mercês), a entrevistada mais nova em termos de idade, 22 anos, ao Sr. João, 68 anos, todos afirmam a necessidade de uma organização popular para solução dos problemas do bairro. Afirmam também a necessidade dos próprios agentes religiosos estarem ajudando nessa organização ou reivindicação. Entretanto, não concordam com a introdução da Igreja no trabalho político partidário diretamente.

Para Alice, sua Comunidade *“se envolve pouco com política, com problemas do bairro. Eu acho que ela teria que se envolver mais. Quem se envolve muito nisso é a paróquia, os padres que vão na igreja. Quando eles vão lá, o que é uma ou duas vezes por mês, eles procuram saber de tudo, para poder ajudar, mas a igreja em si mesma não tem nenhuma iniciativa”*. Por outro lado, mesmo sem uma participação efetiva nos últimos seis anos, Alice consegue identificar uma ação da Comunidade mais voltada para questões sociais no bairro.

(...) antes ela se envolvia mais, até mesmo de ir na prefeitura, na casa das pessoas do bairro ela [igreja] vai ativamente, leva cesta básica para as famílias, arrecada. Essa parte social das famílias mais carentes do bairro ela se envolve bastante. No caso é mais politicamente que ela não se envolve, como problemas de encanamento, buraco na rua, essa parte ela não se envolve. Acho que teria que se envolver mais. É até bem organizada a Comunidade.

A mesma Alice ressalta as atitudes tomadas pelos participantes da Comunidade em relação à organização do bairro em torno de algumas problemáticas em períodos passados. Segundo ela, nenhuma instituição ou organização não governamental atua no bairro em caráter organizativo ou reivindicatório. Por isso o papel da Igreja poderia ser também o de suprir essa necessidade.

O primeiro foi a violência. A gente até conseguiu melhorar bastante isso. Parecia que ao, mas era bastante violenta uma área do bairro lá, melhorou bastante. Saneamento básico que não melhorou nada, parece até que deixaram um pouco de lado. Também a questão social de crianças que estavam engravidando cedo. Foi numa área grande na Baixada Fluminense. O Grupo Jovem e a Pastoral da Família atuaram bastante nessa área e conseguiram algum progresso. Eu acho que só. Violência, saneamento e o caso das adolescentes. A violência melhorou, mas daqui a pouco vai voltar, isso nunca se sabe, nunca pára. O saneamento a mesma coisa, faz anos que a prefeitura não liga. O caso das adolescentes está razoável, mas a gente tem que voltar a ter uma atividade forte nesse sentido. (...) Bom, na época que ela [a Comunidade] estava bastante ativa nisso as pessoas viam o que estava acontecendo, mas parece uma comoção geral para ir parando. Acho que agora parece que algumas pessoas já esqueceram tudo o que foi feito e de tudo o que faziam antes.

Essa mesma jovem que tece o quadro de esquecimento das ações sociais relevantes de outrora, se considera uma participante superficial. Por divisão do tempo entre o trabalho, o estudo e o lazer participa, como ela mesma afirma, de maneira superficial na sua Comunidade, embora desenvolva um sentimento de pertença à mesma. Contribui hoje, de forma esporádica em um trabalho com a terceira idade, desenvolvido por ação individual de uma pessoa do bairro não diretamente ligada à Igreja Católica. Contudo, ao tratarmos de política partidária e eleitoral, sua visão é de desconfiança e menosprezo, como diversos outros entrevistados daquela e de outras Comunidades. Perguntada sobre sua atuação nas últimas eleições (2006), respondeu: *“Votei e só! Fui votar porque sou obrigada. Voto longe da minha casa, cheguei lá faltavam dez minutos para terminar o horário. Queria ficar em casa dormindo, é claro”*. Diversas interpretações podem ser feitas nas condições que Alice nos apresenta, como a falta de continuidade de uma formação ou prática política na Comunidade, o desinteresse dos jovens pela política enquanto ação de agentes públicos ou mesmo pelas questões sociais de um modo geral. Entretanto, o sentimento de



desconfiança e desinteresse pelo tema é recorrente em pessoas de outras faixas etárias também (Ribeiro, 2002; Santos, 2002). Ao mesmo tempo em que nota-se a urgência de ações sociais e reivindicatórias da própria Comunidade religiosa, o processo político mais vinculado ao pleito eleitoral é rejeitado, menosprezado ou ridicularizado.

Embora com uma trajetória de participação sócio-política pessoal mais sedimentada, ao menos em épocas passadas, **Dona Sonia** e **Jane** (as duas são lideranças na Comunidade Nossa Senhora das Mercês, a primeira participante ativa da RCC, enquanto a segunda, com uma trajetória politizada na Pastoral de Juventude, também simpatiza com a RCC, dela não participando hoje ativamente), expressam também seu sentimento de desconfiança quanto à atuação dos partidos e dos políticos que os compõem.

Temos uma Associação pequena lá perto de onde moro. Eu não participo, eu pago lá, eu e meu marido, a gente paga água porque tem uma água lá que vem pra gente, mas a gente fica mais sem água do que com água<sup>75</sup>. Mas quando tem reunião, sempre quando tem reunião lá, eu não posso ir porque eu estou aqui e meu marido não vai, quem vai é meu genro. Mas aquilo não resolve nada. Eu falei assim: “Acho que vou me candidatar a presidente da Associação, pra ir gritar lá para os políticos para eles verem como o bairro está abandonado”. Mas sinceramente... Aí eles dizem: “O povo de Igreja tem que ver as coisas”. Não, a gente tem que ver com os olhos e lutar. A gente tem que lutar pelos nossos direitos. Quando chegar o tempo de política, de eleição, eles não vêm na nossa porta pedir nosso voto? Nós também temos que ir lá gritar: “Ó, te dei um voto, faz algo pela gente!” (Dona Sônia).

Jane, por sua vez, apesar de apresentar uma trajetória de trabalhos vinculados a sindicatos e partidos, demonstra uma relação entre sua falta de crédito para com os políticos e a atuação da hierarquia da Igreja Católica, em especial à pessoa de Dom Mauro Morelli, bispo emérito da Diocese de Duque de Caxias. Segundo ela, “*ele não dava a cara pra bater, mas incentivava muito é que os jovens fossem e apanhassem*”, conclui a frase rindo do fato.

Segundo **Maria** (catequista de crisma na Comunidade Perpétuo Socorro), também em sua Comunidade a situação de descrédito para com os políticos é confirmada.

Pra lá tem muita rua que não é asfaltada. As ruas só são asfaltadas perto da eleição. Aí vem um político, asfalta uma rua, em geral uma rua principal. Aquela dali, só era asfaltada até aqui. Aí, na última eleição, asfaltaram até lá em cima, que vai até a outra saída da Dutra. Pra lá ainda tem muita rua que é rua de terra... Tem um valão atrás da

---

<sup>75</sup> Embora a entrevistada não tenha especificado, a taxa a qual se refere deve ser para a manutenção da distribuição de água pela Associação de Moradores, como acontece nas favelas do Rio de Janeiro, onde a CEDAE disponibiliza água em uma caixa d'água no alto dos morros, mas a distribuição para as casas é realizada pela Associação de Moradores.

igreja que, de tempos em tempos eles limpam, em geral perto da eleição eles limpam. Ano que vem tem limpeza, com certeza.

Portanto, pensamos que a desconfiança e o afastamento do universo político, em especial o político eleitoral está vinculado a inúmeros fatores, sendo um deles a própria lógica mercantilista em relação aos votos e aos benefícios coletivos, ou seja, a tendência de alguns candidatos e também eleitores de trocar votos por benefícios pessoais ou coletivos corporativistas. Assim, ao invés de se pensar no coletivo em geral, buscariam somente benefícios para os grupos ou espaços onde participam diretamente.

## 6.2 Motivações para a participação e o distanciamento do processo político

As motivações para o distanciamento e a aproximação do universo político, apresentam diversas e divergentes explicações pessoais e coletivas ou institucionais. Entendemos que esse aspecto da participação eclesial em Nova Iguaçu, talvez apresente componentes complicadores provenientes, por um lado, da própria composição do catolicismo ali instaurado, ou ao menos anunciado e reafirmado, o da vinculação ao pensamento da Teologia da Libertação. Como pudemos ver em outros capítulos, em especial no que tratamos da memória coletiva, tal acento é significativo para o próprio sentimento de identificação de grande parte dos agentes religiosos. Outro fator seria a precaução diante da ameaça dos políticos se utilizarem da Comunidade como simples degrau eleitoral.

Portanto, para os agentes entrevistados, a política ultrapassaria o processo eleitoral, constituindo-se em um modo de transformação das relações sociais e espirituais. Nesse sentido a inserção no universo político deve ser precedida do entendimento da política como “missão”.

Ao tratar da Teologia da Libertação, Dom Luciano apresenta pistas para o pensamento social e político na Diocese:

Agora, uma Teologia da Libertação que não seja extremista, porque o que nós entendemos por Teologia da Libertação? É a libertação que o Senhor propõe e que veio anunciar, é que concerne ao indivíduo, à comunidade e sua cidade, a parte espiritual e a parte material que são tão ligadas que é impossível seccionar. A palavra de Deus que é a fonte de nossa fé, mas é uma palavra que se fez carne e está no meio do povo. Se por um lado a fé é nossa parte na palavra de Deus, por outro lado também não pode ficar isenta da realidade social, cultural, política em que se vive. Então, se com a Teologia da

Libertação se quer entender tudo isso e um esforço de fazer não somente como a gente diz, de dar o peixe, mas de ajudar as pessoas a pescar. É mais ainda um trabalho de presença e ação nas políticas públicas. Não só dar o peixe, mas também ensinar a pescar e até ajudar a construir lagoas para depois jogar os peixinhos. (**Dom Luciano**, atual bispo da Diocese de Nova Iguaçu)

Como os documentos da Igreja Católica que tratam da presença da Teologia da Libertação (TL), Dom Luciano afirma ser esta “*bem-vinda e necessária*”. Seu próprio entendimento sobre a TL, acima descrito, vincula-se ao pensamento oficial (dos documentos eclesiais) Católico.

Da mesma forma que Dom Luciano, tanto padres quanto leigos vão buscar reafirmar o sentido da participação política pelos membros católicos a partir da possibilidade de ligarem “Fé e vida”, que no linguajar católico significa justamente o que o bispo afirmou acima, um equilíbrio entre o espiritual e o social. É então, segundo o mesmo Dom Luciano, “*uma Igreja no meio da sociedade, presente nos problemas sociais. Uma Igreja que tenta acolher realmente, claro que a realização não é sempre tão perfeita. Mas a fé, a vida, a oração e a ação*”.

Portanto, dentro dessa perspectiva, não poderá haver a prevalência de uma realidade sobre a outra, ou seja, deve acontecer uma complementaridade entre o espiritual e o social, entre a oração e a ação. De uma maneira geral, a idéia é reforçada quando o olhar recai sobre a Diocese e seu projeto eclesial.

A Diocese é muito ligada ao trabalho de conscientização, de defesa da vida<sup>76</sup>. A Diocese tem uma linha pastoral que é a defesa da vida, defesa do ser humano, justiça social. A Diocese trabalha muito com essa questão social. Ela sempre manteve esse perfil, ela mantém uma linha através das pastorais. Pastoral da Criança, ela trabalha com a multi-mistura, soro caseiro; pastoral operária, a questão dos trabalhadores, o Centro de Direitos Humanos, a questão da defesa da vida. Pastoral da Juventude com políticas públicas para a juventude. Então tem muitos membros da Diocese que ocupam cargos no governo, ajudam também o governo local aqui, no caso a Prefeitura, a implantar políticas públicas para determinado setor. Tem a Pastoral da Terceira Idade, então ela sempre ajuda... As pastorais atuam em parceria com o poder público e suas comunidades. Sempre de acordo com cada pastoral, de acordo com a especificidade de cada pastoral (**Antonio Lacerda**, historiador responsável pelo Arquivo da Diocese, simpatizante das CEBs, da Teologia da Libertação e das Pastorais Sociais).

Nenhum dos entrevistados apresenta dúvidas quanto à configuração da Diocese no campo sócio-político. Alguns afirmam mesmo que a Diocese, em nenhum momento, desde Dom

<sup>76</sup> O entrevistado não explicita o que seria “defesa da vida”, se luta contra o aborto, por exemplo. Entendemos que seja uma designação genérica, até mesmo vinculada ao lema da Campanha da Fraternidade do ano de 2008 “Escolhe, pois, a vida”. Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Campanha da Fraternidade 2008, Texto-base /Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo : Editora Salesiana, 2008.

Adriano Hipólito tenha modificado seu modo de atuação. As pastorais sociais e a organização em comunidades, conselhos e assembléias sustentam as falas, aparecendo como o aspecto principal dessa configuração.

Por outro lado, ao lidarmos com as motivações pessoais frente a essa configuração, a situação se complexifica. Perguntado sobre seu olhar pessoal sobre o trabalho político da Diocese, Hélio responde:

Eu sou meio barro, meio tijolo<sup>77</sup>. Eu concordo que a gente... Eu só não concordo muito com essas pessoas direto... Olha, há dez anos atrás, só faltava os padres usarem estrelinhas. Eu sou Lula. Era Deus no céu e Lula na terra pra mim, mas na realidade só faltava o padre dizer assim: “Esse é o cara!” Eu li todos os jornais da campanha da Diocese. Só faltava nosso bispo dizer: “Esse é o cara!”<sup>78</sup> E eu: “Continua no homem, continua no homem, porque não está bom. Pelo menos a Diocese, acho que pior não está”.

E continua sua fala sobre os políticos e o apoio das Comunidades católicas:

O bairro eles freqüentam, mas a própria igreja, você deve saber disso, não permite que a gente apóie. A Igreja, que não é igual ao protestantismo, que ela pode indicar, o pastor pode dizer: “Esse é o homem! Essa é a mulher!”. A Igreja Católica não faz isso, por causa do livre arbítrio, então cada um escolhe como quer. E até pra não virar um comercio, baseado na passagem de Jesus, em que ele mete a pancada em todo mundo: “Sai daqui, sai daqui! Cambada de safados! Estão vendendo meu Templo”<sup>79</sup>. A Igreja fazia isso, está correto, eu concordo, senão, Nossa Senhora! Já imaginou se o nosso padre se candidatar pra vereador? Ele ganha! Ganha o padre do Lote XV, então só vai ter padre na Câmara, não é?

O entrevistado quer aqui marcar o limite entre o político como missão e o político entendido como busca de vantagens pessoais por meio de um cargo público eletivo. Em outra Comunidade o mesmo tema é também alvo de polêmicas.

Até porque a Comunidade não aceita muito misturar política com religião. Inclusive pessoas aqui de frente, do Conselho não aceitam. Há muitas críticas com isso, até desavenças por isso. Mas junto com o padre já foram feitos [debates]. O padre Paulo era bem aberto para isso. Agora com José Dílson, que chegou há pouco tempo, tem um ano e pouco, quase dois que ele está conosco... Que primeiro chegou o Padre Fernando, quando

<sup>77</sup> O entrevistado quis dizer com a frase, que entende a questão com cautela. Aqui, “meio barro, meio tijolo” significa “meio a meio”.

<sup>78</sup> Refere-se a Dom Adriano Hipólito que, segundo alguns era declaradamente defensor do Partido dos Trabalhadores.

<sup>79</sup> O entrevistado refere-se à passagem bíblica onde Jesus expulsa os cambistas das portas do Templo de Jerusalém por estarem comercializando com oferendas que as pessoas compravam para pagar seus votos.

foi esse ano, início do ano foi que o Padre José Dílson assumiu e está como pároco. Então agora para o próximo ano é que vai ter [eleição]. Aí vamos ver como vai ser articulado isso, a política e a Comunidade. Mas nós sempre temos alguém da nossa Comunidade que se candidata. Às vezes aqui até quando vai se distribuir algum panfletozinho pede-se para entregar do portão pra lá, pra não estar envolvendo política com... No Conselho passado, eu não participava, então a coordenadora do Conselho não aceitava isso, ela sempre foi muito fechada para isso (**Silvana**, Ministra da Palavra na Comunidade Perpétuo Socorro).

#### Justifica ainda:

Aí ela falava [a coordenadora anterior], só se fosse do portão pra lá e não aqui, pra não estar misturando as coisas. Às vezes cada um já tem o seu candidato pessoal e às vezes por amizade, por estar na Comunidade, acabamos nos envolvendo. Então ela pedia assim. Agora como vai ser esse ano eu não sei. Inclusive com o prefeito Lindberg teve reunião, ele se envolveu com a Pastoral da Saúde, procurou estar ajudando, soube também que ele esteve envolvido aqui na época da Chacina junto com o Padre Paulo.

Entretanto, apesar da desconfiança para com o processo eletivo, há o incentivo do Centro Sócio-político para que os leigos participem dos pleitos eleitorais ao menos para entenderem o processo por dentro. Há inclusive um curso de formação política aberto a qualquer participante da Diocese. Na Comunidade de Silvana, por exemplo, alguns candidatos são participantes ativos. Esses ocuparam cargos na vereança diversas vezes e continuam participando das pastorais, o que significa que a participação política pode não ser considerada um mal em si uma vez que haja atenuantes. Um desses atenuantes pode ser justamente o de conseguir demonstrar que o candidato tem condições de assumir a política como vocação e como missão. Aqui parece haver uma diferenciação entre a política partidária *stricto sensu* e a política como ideal ou como utopia. Nesse sentido, o segundo possui ampla aceitação, enquanto o primeiro é visto como complicador (Libânio, 1985; Novaes, 2002).

Eu participo de um grupo, o Centro Sócio-Político, que fez um curso e pediu que as pessoas se candidatassem, não tanto em vista de ganhar a eleição, mas para ver por dentro como é uma candidatura. Agora, isso é sempre um elemento complicador porque a gente fica um pouco tolhido. A gente não pode deixar pessoas irem lá à frente [na celebração ou missa] fazer campanha. Até a Comunidade cobra isso da gente: “Não, isso não pode, porque, se deixar ele, vai ter que deixar fulano, vai ter que deixar sicrano”. Então a gente fica assim... Mas a gente apoiou alguns candidatos próprios das Comunidades (Pe. **Ricardo Barbosa**, Animador das CEBs na Diocese de Nova Iguaçu).

Um questionamento se impõe à nossa análise, qual o motivo de um distanciamento do campo político partidário, ou pelo menos da desconfiança para com ele, uma vez que a Diocese

reforça a opção pelo trabalho social e político como uma de suas características marcantes? Alguns elementos já foram apontados neste e em outros capítulos, mas o próprio Pe. Ricardo apresenta uma justificativa bastante significativa sobre tal distanciamento.

O trabalho social das Comunidades atualmente está envolvido com a assistência: bolsa [de mantimentos], campanha do quilo. Não há mais aquele vínculo que eu via, por exemplo, quando eu era pequeno. Meu pai participava da Associação de Moradores. Ia à reunião e nós víamos muita gente da Igreja, da Comunidade na Associação. O que “matou” a Associação de Moradores foi aquele bendito programa do leite com seu “tiquetezinho”, e aí usaram aquilo politicamente nas Associações e a Comunidade foi cada vez mais saindo e o cunho político da Comunidade foi se perdendo. Aí ela se reduziu à assistência. Quase todas as Comunidades daqui fazem a Campanha do Quilo. Então todo mês a pessoa leva um quilo de uma coisa, um quilo de outra e aí faz aquela bolsa. Quando vem uma pessoa pedir, leva.

Portanto, o universo político continua sendo reafirmado na Diocese pelos meios institucionais e pela fala dos participantes das Comunidades. Tal ação é ora entendida como missão pessoal, como projeto coletivo e como indicativo institucional. Os meios pelos quais os membros da Diocese entram em contato com esse universo político é, em especial pela formação de seus quadros.

### 6.3 A formação e a conscientização como subsídios para o trabalho sócio-transformador

A Diocese de Nova Iguaçu possui atualmente, órgãos específicos para tratar diretamente das questões sociais e políticas, o Centro Sócio-político e o Centro de Direitos Humanos. O primeiro possui a finalidade de propor e conduzir debates sobre questões sociais e políticas que afetam diretamente a região. Seu papel é também o de estimular a participação direta de agentes religiosos em partidos políticos, sindicatos, associações, como informa **Helio** (Assessor da juventude na Comunidade Nossa Senhora das Mercês, localizada em Belford Roxo), “*ele se reúne com os políticos da Baixada uma vez por mês e a Igreja, ela participa cobrando*”.

Há uma preocupação com a influência no campo político, o que é buscado pelo Centro Sócio-político juntamente com os meios de reflexão e comunicação da Diocese:

Saiu uma nota no Jornal Caminhando<sup>80</sup> esse mês que passou, da Igreja, que a Câmara de Vereadores nossa, daqui, só oito vão trabalhar diariamente. E o resto? Estão na praia. Dos municípios, o melhor, o mais desenvolvido entre ação social, em que a Igreja exige, porque ele é católico, a maioria dos votos dele foi do povo católico, tanto na outra eleição, pra Deputado Estadual ficou faltando pouca coisa é o Artur Messias, de Mesquita. Lá exige que os vereadores sentem todo mês com a comunidade (Hélio).

Segundo esse entrevistado, o atual prefeito de Mesquita, Artur Messias, exige que os vereadores sentem-se com seus eleitores para discutir os problemas da cidade. Tal se daria pelo fato dele ser católico, ter o apoio do eleitorado católico e ter sido formado nas bases do pensamento social e político da Diocese de Nova Iguaçu. No jornal eletrônico da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Nilópolis<sup>81</sup> é possível encontrar referências a artigos de Artur Messias do ano de 2002 onde aborda o tema “Fé, espiritualidade e política”.

Outro espaço relevante no trabalho de conscientização sócio-política é o Centro de Direitos Humanos. Ele é acionado em casos como o da “chacina da Baixada”, anteriormente mencionado. Padre Paulo, coordenador da paróquia Sagrada Família no bairro da Posse havia se responsabilizado pessoalmente pela assistência às famílias das vítimas da chacina. Após seu assassinato em causas e circunstâncias ainda não esclarecidas, tal assistência passou para a responsabilidade do Centro de Direitos Humanos.

Embora não tenha sido dito, tal mudança deve ter sido ocasionada pelas condições do assassinato que, embora não tenha sido declaradamente vinculado à chacina, trouxe medo e insegurança para os agentes da paróquia. O receio de que a violência volte a atingir algum membro da paróquia ou mesmo os próprios padres que se encontram atualmente na coordenação da paróquia parece ter sido o motivador da mudança, afastando o perigo de pessoas, dissolvendo a ação em uma organização impessoal.

Esses organismos diocesanos são reconhecidos como centros irradiadores de uma formação ou reflexões sobre o social e o político. Sempre que perguntados sobre a atuação social da Diocese os entrevistados se referiram a um ou aos dois Centros.

A Diocese dispõe também de outros espaços e momentos de conscientização que, segundo Dom Luciano,

---

<sup>80</sup> Publicação mensal da Diocese de Nova Iguaçu. Jornal informativo que circula abertamente em todas as paróquias e comunidades católicas.

<sup>81</sup> <http://juframensageiros.vilabol.uol.com.br/menfra/>

É todo o caminho da formação que nós tentamos fazer. Não uma formação com professor e alunos, mas onde se tem uma inter-ação. A formação que se faz na prática. Então se procura ter um caminho pelas pastorais sociais na sua amplidão, desde a Pastoral da Criança até a da Terceira Idade. Um pouco essas pastorais sociais a partir da luz da fé, da proposta de Jesus Cristo presente no Evangelho, na Palavra de Deus, no Magistério da Igreja, na caminhada da Igreja e na caminhada da realidade. Agora, se eu disser pra você que nós conseguimos cem por cento eu serei um nobre mentiroso. Nem tanto nobre, mas pecador, mas o esforço a gente coloca.

Os entrevistados, de uma forma geral, parecem concordar com o fato de, ao mesmo tempo haver bastante formação na Diocese, mas esta ser insuficiente ou pouco eficaz em diversos aspectos. Pela fala de Silvana, por exemplo, comparando a Diocese com outras dioceses do regional com as quais mantém contato, como Volta Redonda e Barra do Piraí, frisa que Nova Iguaçu desenvolve mais relevantemente a formação por meio de diversos cursos. Porém, as outras dioceses desenvolvem, por exemplo, celebrações litúrgicas com maior poder de atração.

Quando fazemos encontros em Barra do Piraí, em Volta, lá pra cima, eles fazem a missa mais inculturada, a missa mais afro. Um pouco diferente daqui de nossa diocese. Essa missa, como te falei, seguindo o rito do folheto da missa. Às vezes muda alguma coisa, mas é pouco. Tem, parece não sei se em Caxias, que na hora das ofertas eles oferecem a pipoca, uma missa bem afro. Tem uma diferença de uma diocese pra outra. A nossa diocese se preocupa bastante com a formação. Eu vejo tradicional por isso. Já mudou muita coisa na liturgia. Hoje nós temos leigos que atuam como ministros da palavra, da comunhão, celebrando. Estão à frente da Comunidade, até porque os padres não dão conta. A gente vê que em outras dioceses são um pouco diferentes nesse sentido, da missa mais badalada.

**Helena** (liderança na Comunidade Perpétuo Socorro, simpatizante da RCC e participante das Oficinas de Oração e Vida), por sua vez, afirma ter manifestado diversas vezes aos padres de sua paróquia o interesse e a ansiedade por uma formação que a possibilitasse aprofundar a dimensão religiosa e espiritual, uma vez que não tinha interesse no “*Curso de Teologia Pastoral Para Leigos*” ministrado pela Diocese no Seminário Diocesano. Foi encontrar uma formação que atendesse aos seus anseios nas Oficinas de Oração e Vida e no Seminário de Vida no Espírito, da RCC. Segundo ela, o curso da Diocese era muito formalista, ministrando uma formação racional.

A formação na Diocese de Nova Iguaçu parece estar voltada principalmente para dois segmentos, a juventude e os leigos que se preparam para assumir algum Ministério. Quanto ao primeiro, a Pastoral da Juventude parece se encarregar, junto aos seus assessores, de preparar



momentos como encontros, dias de formação e retiros. Há mesmo uma preocupação declarada para com a juventude.

Eu vejo pelas pregações de Dom Luciano, ele tem uma preocupação muito grande com os jovens na Igreja. A gente vê que algumas Igrejas com quem a gente mantém contato, às vezes até em algum encontro ecumênico, a presença da juventude muito maior nessas Igrejas que entram em encontro com a Igreja Católica. A juventude na Igreja Católica não se envolve muito no trabalho da Igreja. Eu vejo muito Dom Luciano com o olhar direcionado pra isso, agora de concreto... Está mais na palavra! E olha que as Comunidades estão cheias de jovem. (...) Então eu vejo nele essa preocupação. Se ele estivesse aqui, ele ia estar lá sentado no meio da juventude. Então uma preocupação muito grande com os jovens. Eu não tenho ainda o planejamento da Diocese para esse ano, mas quando eu vejo ele se voltando para os jovens, quando eu vejo os padres se voltando para as crianças, eu vejo que está despertando, porque tem que haver, porque a Baixada não é fácil não (**Jane**, Secretária do Conselho da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, ex-participante politizada da Pastoral da Juventude na Diocese de Duque de Caxias, simpatizante da RCC).

Também os retiros para os jovens seria um momento de formação onde, segundo **Hélio** (Comunidade Nossa Senhora das Mercês), a parte religiosa ou espiritual nem seria o foco principal, o que seria de se esperar de um encontro no estilo de retiro.

É um retiro onde as dez regionais estão juntas, dois ou três jovens de cada. Onde as paróquias quase todas se encontram e a gente fica três dias de retiro. É impressionante! Nós temos formação sobre tudo, sobre as ações sociais, sobre a Campanha da Fraternidade, sobre violência. É engraçado que as [formações] sobre religião são poucas. A gente aprende. Tem as missas, porque a Pastoral da Juventude é pra isso, trabalha a parte social. Prega por aí.

Quanto à formação como estímulo para lideranças leigas assumirem funções nas Comunidades e Paróquias, Dona Sônia enumera os encontros de formação de que se lembra, a maioria voltados para a formação de lideranças nas pastorais e para Ministros:

Eu achei que mudou muita coisa aqui na Igreja, muita formação para o povo. Formação pra Ministro, pra catequista, pra coordenador de círculos bíblicos, que é uma pastoral que trabalha fora da igreja. Formação para o dízimo, coordenadores do dízimo, pra saber trabalhar com o dízimo na Comunidade, nas capelas, nas paróquias. Já participei da formação pra ministro. São dadas lá na Diocese e o padre também dá na paróquia. Muitas vezes é dado na paróquia. É dado na Diocese e reforçado na paróquia.

Segundo ela, essa formação é significativa na sedimentação de quadros de lideranças para assumirem as atividades para que haja uma renovação. Segundo ela, tais mudanças tiveram início já na coordenação de Dom Adriano Hipólito:

Mudança dos leigos também, assim mudança dos leigos no trabalho na Diocese. A mudança na Diocese. Assim, por exemplo, o leigo trabalha na comunidade quantos anos? Três anos. Então vem a mudança. Mudar, um leigo sair pra entrar outro e assim vai. Como as pastorais, os coordenadores regionais são mudados. A gente mudou muito. Não continuar só aquele coordenador sempre.

Entretanto, a conscientização não acontece somente por meio de encontros para formação específica sobre alguns temas. Segundo Dom Luciano, também a estruturação da Diocese favorece a aprendizagem prática do processo de participação “democrática”.

O último Plano de Pastoral que nós elaboramos, tendo como pano de fundo o Documento de Aparecida<sup>82</sup>, eu achei que foi muito bem pensado. Não é novidade nossa, pegarmos dele, mas tentamos adaptar à nossa realidade e às considerações a que nós chegamos não são frutos de meia dúzia de padres ou leigos que se sentaram, mas nós pedimos que tudo isso fosse refletido nas Comunidades, nas paróquias, nos regionais e aquilo a que nós chegamos foi o que as bases nos trouxeram. Nós tentamos um pouquinho elaborar, de uma maneira mais sólida, mais organizada. Mas todos os pensamentos, os onze pontos que nós propomos como destaques são frutos de uma reflexão que foi feita nas bases, depois de vários encontros aqui misturando os grupos, padres, leigos e etc. (Dom Luciano).

Portanto, a motivação para a participação sócio-política, ou sócio-transformadora é permeada, por um lado, pelo incentivo institucional, seja pelas instâncias diocesanas, por certos padres e por lideranças paroquiais ou comunitárias. Por outro lado, pelas decepções e desconfianças para com as ações de políticos. Talvez contribua para essa nossa reflexão, entender como adeptos ou simpatizantes das CEBs e da RCC na Diocese entendem as ações sócio-políticas, uma vez que, ao menos nos estudos acadêmicos ou nas falas de determinadas lideranças diocesanas, as diferenciações entre tais movimentos dão o contorno do debate.

---

<sup>82</sup> Refere-se ao documento intitulado: CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. **Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe** – 13-31 de maio de 2007. CNBB / Paulus / Paulinas, 2007.

#### 6.4 Cura e libertação interior e exterior: a linguagem e a ação na RCC e nas CEBs

Quando se trata das falas concedidas nas entrevistas, não aparecem relevantes acusações como as que costumam ser desferidas entre participantes de um grupo e de outro. São comuns as acusações ou desconfiâncias, em especial quando se trata de pensamentos e ações voltadas para as questões sociais e, em especial, para as questões políticas.

Entretanto, fora do âmbito das entrevistas, diversas provocações e “alfinetadas”, como se diz na linguagem popular, foram observadas. Como dizemos ao trabalharmos com entrevistas, muitas informações relevantes são apresentadas ou quando não iniciamos a gravação ou quando desligamos o gravador. É importante frisarmos que, apesar de tais informações não comporem diretamente o universo de análise, por não compreenderem as narrativas cedidas, não encontram-se completamente ausentes. É quase impossível não levarmos em consideração que elas complementam, de certa forma, as informações liberadas para análise. Uma vez que tais manifestações veladas tiveram sua origem, em especial de representantes de coordenações diocesanas, podemos pensar que há um clima “subterrâneo” de tensão que só pode ser manifestado em ambientes informais para não interferirem em uma convivência “formalmente pacífica”.

Somente um dos padres entrevistados não se preocupou em esconder sua impressão na entrevista. Perguntado sobre como entra a Renovação na questão da junção “Fé e Vida”, ou seja, a preocupação do social a partir da fé cristã, **Pe. Castro** (articulador da Pastoral Operária desde os anos 1970) respondeu: “*Não entra. Carismática é só fé mesmo. O social não entra*”. Insistindo na pergunta sobre o direcionamento da Diocese em relação aos trabalhos sociais, afirma que há uma insistência por parte de Dom Luciano, mas que, segundo ele, não surtiria efeito.

Não, aqui por força do bispo, por força de Dom Luciano. Ele dá em cima, ele dá muito em cima disso. Pedagogicamente, respeitadamente, mas pros carismáticos o social não entra, não faz parte. Pergunte ao Marcelo [Rossi]. Em que horas ele fala do salário e do desemprego, Marcelo Rossi, em que momento ele fala disso?

**Padre Getúlio** (considerado, juntamente com Padre Castro articulador das CEBs na Diocese de Nova Iguaçu) confirma a fala do colega: “*Dom Luciano aqui insiste muito que a gente participe dos Conselhos municipais. Dos municípios: saúde, obra, idosos e também dos grupos de acompanhamento à câmara que são instrumentos de participação*”.

Portanto, segundo esses e outros entrevistados, a Diocese, em especial na pessoa de Dom Luciano, continua insistindo no envolvimento sócio-político. Mesmo os adeptos da Renovação confirmam esse fato.

A gente tem na Diocese um trabalho muito maduro do grupo sócio-político. Isso é fato consumado, tanto que a própria CNBB, creio que no ano passado criou um grupo de estudos sócio-político na própria CNBB e a diocese de N. Iguazu já traz essa contribuição de muitos anos. Ela tem uma estrutura muito boa. Fazem, por exemplo, no seminário Paulo VI durante todo o ano tem encontros nessa área de formação sócio política em parceria com a universidade federal, trazem uma abordagem dos temas que são a realidade hoje do nosso povo hoje, no Brasil. Abordam vários aspectos. Esse trabalho eles fazem muito bem, até mesmo pela sua história, com Dom Adriano que tinha esse jeito de ser, nesse lado. Ele era um homem, que a gente sabe da história dele, muito preocupado com as questões materiais do povo. Assim, sofrimentos, de aquele lugar que não tem saneamento, não tem emprego, então Dom Adriano sempre foi muito focado nessas questões. Creche para as crianças, para as mães poderem trabalhar fora. E isso é uma realidade que a gente tem, permanece e o Centro Sócio-Político que faz esse trabalho, eu digo assim, muito bem estruturado. Eles dão essa contribuição para a Igreja. Ela ainda traz marcante esse aspecto, não diria de Teologia da Libertação, entendeu? Mas esse lado político bem acentuado, das questões sociais. Ela tem muito essa preocupação. Ainda mantém um pouco desse traço. (**Ermelinda**, Coordenadora diocesana da RCC)

Embora Dona Ermelinda busque desvincular a atuação sócio-política da Diocese de Nova Iguazu da Teologia da Libertação, tal vinculação é confirmada por Dom Luciano. Embora deva ser depurada de um teor de violência que possa apresentar<sup>83</sup>, ela é, segundo a fala do bispo, necessária para a constituição de um pensamento eclesial atento à realidade social:

Eu acho que a Teologia da Libertação é bem vinda e necessária. Não é aquela Teologia da Libertação que eu diga: “vamos fazer uma luta armada, luta de classes; Vamos tomar um revólver e fazer uma insurreição”. Nunca seria a favor da violência. Numa Diocese que sofre muito, numa Baixada que sofre muito com a violência não é o caminho da violência. O caminho da Igreja é o caminho que o Senhor Jesus propõe, mas é o caminho da consciência sem violência. Nesse sentido eu sinto que é necessário. Não se pode ter uma teologia sem considerar esta realidade concreta. (Dom Luciano)

Entretanto, o que esses grupos entendem por engajamento sócio-político? Há algumas diferenciações que surgem nas falas dos entrevistados. Uma delas diz respeito ao próprio estatuto do que seja uma ação sócio-política. Alguns preferem utilizar os termos sócio-transformadora, eliminando a referência política diretamente. Outra diferenciação estaria nos embasamentos teóricos de tal ação. Nesse sentido haveria uma ênfase na utilização da Doutrina Social da Igreja

<sup>83</sup> O bispo se referia a um aspecto vinculado à idéia de luta de classes.

como sendo esse embasamento, preferencialmente pelos adeptos da RCC, enquanto a Teologia da Libertação seria ainda o referencial de outros.

Essa segunda questão remete a uma dificuldade enfrentada pela RCC, a aceitação do que propõe a Teologia da Libertação. De uma forma concreta, Ermelinda ressalta que:

Mas a promoção humana no que diz tocante ao material nós fazemos, porém, por exemplo, em Nova Iguaçu como é uma diocese que tem o perfil muito forte de Teologia da Libertação, de pastorais sociais, nós encontramos um pouco de dificuldade de entrar nessa área porque às vezes você começa e nas próprias paróquias dizem “Ah, mas nós já fazemos”.

Para ela, a vinculação da fé e da política deve ser feita pela Doutrina Social, como ela mesma identifica: *“Trabalhamos outras realidades e não só a questão da fé e política, doutrina social da Igreja, que a gente tem”*. Parece ser esta uma afirmação dos círculos oficiais da RCC. O título de número 24 da Coleção Paulo Apóstolo da RCC, denominado A Dimensão social da RCC (1999), ressalta a vinculação do pensamento social da Renovação com a Doutrina Social da Igreja, identificando já na apresentação do livro os documentos católicos que delineiam tal forma de pensamento. Apressa-se, o mesmo documento em identificar o pensamento da RCC frente a um dos elementos mais relevantemente ressaltados pela Teologia da Libertação, a “opção preferencial pelos pobres”. Ao mesmo tempo em que afirma sua vinculação à continuidade do pensamento dos documentos do Episcopado Latino Americano de Medellín e Puebla, o livro citado acima indica que a opção pelos pobres é *“Uma opção não exclusiva, nem excludente, pois a mesma mensagem da salvação está destinada a todos”*. Para confirmar seu posicionamento, destaca um texto de João Paulo II de 1984 onde afirma ser *“Uma opção, além disso, baseada essencialmente na Palavra de Deus e não em critérios retirados das ciências humanas ou em ideologias contrárias entre si, que frequentemente reduzem os pobres em categorias sócio-político-econômicas abstratas. Mas uma opção firme e irrevogável”*.<sup>84</sup>

Após marcar sua diferença em relação a tal proposição é que o texto da RCC vai tratar, em seu primeiro capítulo, da opção preferencial pelos pobres na ótica de Dom Celso José Pinto Silva, Bispo de Vitória da Conquista, BA. (Pinto Silva, 1999).

<sup>84</sup> O livro identifica apenas se tratar de um “Discurso do Papa João Paulo II aos Cardeais e Prelados da Cúria Romana, em 21 de dezembro de 1984”. Encontramos o texto em italiano na página da Santa Sé: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1984/december/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19841221\\_cardinali-curia-romana\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/december/documents/hf_jp-ii_spe_19841221_cardinali-curia-romana_it.html)

Conforme Antoncich (1991), efetuando uma análise dos posicionamentos críticos de uma para com a outra (Doutrina Social e Teologia da Libertação), afirma que, de ambos os lados há questões a serem levadas em consideração, como a acusação de utilização da análise marxista por parte da Teologia da Libertação e do encobrimento ou superficialidade de alguns posicionamentos da Doutrina Social, em especial em relação a seu papel crítico de aspectos da ideologia liberal capitalista.

Por sua vez, a Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação (2000), publicada originalmente em 1986, visa efetuar uma revisão crítica da Teologia da Libertação colocando-a frente à Doutrina Social da Igreja. Afirma a Instrução que a Doutrina Social possui suas bases no mandamento do amor, sendo este o “*princípio supremo da moral social cristã, fundado sobre o Evangelho e sobre toda a tradição, desde os tempos apostólicos e a época dos Padres da Igreja até as recentes intervenções do Magistério*” (Ibid., p. 53). A Instrução proclama ainda a urgência de se colocar em prática esta doutrina.

Não se trata aqui de destrincharmos as proposições teológicas e filosóficas de cada uma dessas formas de pensamento católico. O que importa é entendermos sumariamente que tais proposições desejam, por parte de seus propositores, atingir um status de motivação para a ação social. Consideramos relevante ainda que se perceba que tais posicionamentos podem afetar o entendimento do que venha a ser ação social, sócio-política ou sócio-transformadora por parte dos participantes ou simpatizantes das CEBs e da RCC.

O texto do documento da RCC mencionado acima, é resultado de um Fórum no qual pretenderam debater sobre a dimensão social do Movimento. Dividem suas reflexões em três grandes temas: a família, a promoção humana e a participação política. Ressalta o trabalho de três Secretarias, que são órgãos da RCC, responsáveis por reflexões, debates e atuação em determinadas áreas. No caso, o texto identifica as Secretarias Ágape, responsável pela “*evangelização, acompanhamento e formação das famílias*”. (Ibid., p. 55); Secretaria Marta, responsável pela promoção humana. Sua função é a de “*despertar nas mentes e nos corações de todos os cristãos católicos a necessidade urgente de ver no irmão carente a presença de nosso Deus*” (p. 91). O trabalho dessa Secretaria é propor obras de caridade; Secretaria Matias, responsável pelas reflexões e ações em torno dos pólos fé e política. Propõe essa Secretaria:

- 2) Objetivos: Os objetivos da Secretaria Matias podem ser resumidos do seguinte modo:  
 a) despertar a consciência dos fiéis cristãos leigos para o seu compromisso social;

- b) preparar as lideranças para ocupar os espaços na vida pública;
- c) difundir o conhecimento da doutrina social cristã;
- d) articular as lideranças renovadas em torno de projetos que visem submeter o mundo aos preceitos do Evangelho. (A dimensão social da RCC, 1999, p. 111)

Portanto, a RCC apresenta uma preocupação com a dimensão social, contrariamente ao que se propugna. Análises realizadas nas décadas de 1980 e 1990, como algumas já expostas nesta pesquisa, apontam para uma deficiência da RCC nesse campo, indicando mesmo que tal preocupação não faria parte da dimensão do Movimento.

Aqui analisamos algumas diferenciações teóricas sobre fé e política para as CEBs e a RCC. Portanto, vemos que há registros diferentes na compreensão da atuação social dos cristãos católicos. Entretanto, há confluências no sentido de entenderem ser necessária a inserção no universo social e político onde se encontram. Uma pergunta, então, parece necessária: O que diferencia as práticas desses dois movimentos no universo sócio-político? Talvez possamos responder pela questão levantada anteriormente, sobre o estatuto do que seja a ação sócio-política no universo desses dois movimentos.

Transformar interiormente o homem para ele poder transformar o mundo. Essa parece ser a máxima assumida pela ação sócio-política da RCC.

Porque a gente toca muito na questão da transformação do homem interior. Se você mudar seu interior, você muda o que está a sua volta. Se eu só te der roupa e comida, coisas e tal, e os seus valores não mudarem, você vai continuar sendo igual. Então, a Renovação tem essa preocupação de mudar, de trabalhar o interior do homem que é aquilo que a gente chama de conversão. Se eu passo por uma conversão radical, eu quero ter a proposta de ser outro Cristo, os meus atos, as minhas atitudes vão ser outras. Se eu não for tocada por essa experiência chega num ponto que você só quer usufruir, eu vou lá na Igreja, a Igreja me dá roupa, me dá comida, mas eu também não tenho um compromisso também com essa Igreja. Vou na macumba, vou no protestante. Essa seria uma grande diferença. (**Ermelinda**, coordenadora diocesana da RCC)

Pela fala dessa entrevistada, há uma confluência entre a exigência da assistência aos pobres e o direcionamento para uma denominação religiosa. A ação de assistência passaria assim, por uma eficácia de conversão religiosa. Tal eficácia se caracterizaria no diferencial entre RCC e CEBs. Perguntada sobre o que aproxima a atuação social da RCC à das CEBs, afirma ser o bem comum. Entretanto, imediatamente marca a diferenciação entre ambas:

É o bem comum. Na verdade eles querem o bem das pessoas e nós também queremos. Só que é assim, a gente entende assim, que não basta só dar o alimento pra uma pessoa. Tem que dar alimento pra ela, casa, dar tudo, mas também tem que dar Deus. O espiritual é importante. (Ermelinda)

A mesma entrevistada ressalta que com isso não quer dizer que as CEBs não façam um trabalho de evangelização, porém indica que a mística, ou seja, o espiritual não seja seu elemento primordial.

Mas a gente trabalha também o lado da mística, que esse lado da mística não é tão forte nas Comunidades Eclesiais de Base. Esse é um diferencial seria essa mística, do modo como nós trabalhamos. Não quero dizer com isso, que lá eles não falem de Deus, que não evangelizam, eles também fazem, mas o modo deles fazerem não é o nosso. É aquilo que eu te falei, cada um tem o seu jeito, de trabalhar e de ser.

Embora a principal crítica à Renovação seja o fato de ela não se envolver com as questões sociais, outros ressaltam que não é essa a função principal do Movimento. Tal visão leva-nos a entender que a inserção da RCC nas questões sociais possa se manifestar como uma exigência de adaptação à Igreja no Brasil, destacada, em especial em décadas anteriores (anos 70 e 80 do século XX) por sua inserção em questões sócio-políticas.

Essa mesma preocupação eu tenho, pelo seguinte, eu não vejo eles como um grupo de trabalho específico. Até porque as pessoas que são engajadas ali elas têm compromisso com a Comunidade. Não são leigos comuns que só vêm à missa, à celebração. Então eu vejo como realmente um fortalecimento na fé. Então não há porque dizer: “Ah, a Renovação não trabalha!”. A função deles é essa, é se fortalecer na fé. Porque na oração, no louvor eles ajudam a muita gente. E não é alienando. É como eu te falei, existe a alienação, mas dizer que é só na Renovação é cruel. O trabalho deles basicamente é isso, é espiritual mesmo. As pessoas que são engajadas ali têm outros compromissos. Uns são ministros, outros são catequistas, outros são líderes de Comunidade. Aí tem o povo que vem buscando essa força espiritual, esse apoio, essa esperança. Então, é alienante? Para algumas pessoas é. Para outras é um conforto, para outros é segurança, para outros é esperança. Eu, no meu caso, acho que é um conforto espiritual, é uma troca, uma confiança, é tudo. Um trabalho específico eles não têm. Assim, dizer “Uma ação! um concreto!” Não há, como têm as outras pastorais, que tem um trabalho certo a fazer. (Jane, Comunidade Nossa Senhora das Mercês, simpatizante da RCC, mas com um passado de participação politizada na Pastoral de Juventude)

A partir desse relato podemos perceber que a ação principal da RCC é o espiritual, embora isso não represente, na visão de Jane, alienação. A inserção dos membros da Renovação em sua Comunidade não acontece a partir de ações sociais específicas, mas na participação nas



demais pastorais e serviços, mesmo porque a Comunidade não desenvolve ações específicas no campo sócio-político.

A gente ainda não tem a ação social pelo grupo ainda, porque necessitamos de pessoas e as pessoas aqui têm medo, porque acham que se trabalha muito, então não podem se engajar na obra de Deus, por que, quando a gente está na obra de Deus, se a gente põe a mão no arado, não pode olhar pra trás. (...) A gente tenta fazer um trabalho social. Assim, a gente está pensando em fazer um trabalho social, ajudar crianças, visitando as pessoas, a gente já visita. As pessoas pedem oração ao Grupo, a gente vai na casa, vai na família. Trabalhamos assim, por que ainda somos poucos, e a obra de Deus precisa de mais pessoas. Temos que desenvolver um serviço ao próximo. Somos leigos e temos que ser leigos ativos, não podemos ficar parados. (**Dona Sônia**, Ministra da Eucaristia e participante ativa da RCC na Comunidade Nossa Senhora das Mercês, sendo considerada sua “fundadora” do Grupo de Oração em sua Comunidade)

O trabalho social da RCC passaria, portanto, não tanto pela ação política específica, embora esta esteja sendo bastante aprofundada com reflexão e apoio a candidatos declaradamente católicos. Sua função principal, mesmo no campo político partidário, seria o de espiritualizar as ações coletivas, transformando o ser humano espiritualmente para que posteriormente ele possa assumir qualquer outra atitude “cristianizada”, seja no campo público da política, seja no campo privado da família.

Essa parte da Renovação de estar voltado só pra si não é verdadeira, o que eles passam pra gente é outra coisa totalmente diferente, eu trabalho o meu interior sim, ele é muito fortalecido, mas eu não poso deixar de ver o meu semelhante, o que ele está passando, no que eu posso ajudar, como eu posso enfrentar a dificuldade dele não só no material, se fortalecendo na fé principalmente, esse é o ponto de partida, sendo fortalecido na fé você vai conseguir forças, você vai batalhar um emprego, você vai conseguir força pra ajudar o seu semelhante. Isso que eu acho que de repente falta no católico tradicional, a parte espiritual fortalecida, de você passar uma palavra mais forte pra pessoa que está precisando naquela hora, não é trabalhada muito bem essa parte espiritual, ela é mais fortalecida na renovação, eles focalizam isso pra você poder passar pro seu semelhante a força necessária naquele momento. (Regina)

Essa perspectiva traz à tona um elemento que parece ser fundamental na Renovação que é o poder da palavra e da oração, ou seja, a interferência divina no desenvolvimento das ações sócio-transformadoras. Ou seja, transformar o ser humano passa pela palavra, tanto de Deus diretamente, como a Bíblia, quanto pelas intercessões humanas nas orações de intercessão e de cura.

Dom Luciano ressalta o aspecto orante da Renovação como contribuição para o entendimento da intervenção divina nas ações humanas.

A RCC para mim tem um grande sentido nesta perspectiva. Por exemplo: recorda-nos a importância e a necessidade da dimensão orante. Às vezes a gente pensa que somos nós que fazemos tudo e que Deus faz o resto. Acho que é o inverso. Deus faz noventa e nove, a gente faz um e às vezes atrapalha. Então eu acho que a Renovação Carismática pode nos ajudar neste sentido. Assim como a vida contemplativa das irmãs Clarissas, por exemplo. (Dom Luciano)

Tal fato é significativo também para **Maria** (catequista de crisma na Comunidade Perpétuo Socorro) que frisa o fato do católico renovado ser menos racional quando se trata de entender as mudanças humanas. A promoção do ser humano aconteceria relevantemente nesse campo, o da transformação pessoal. Entretanto, numa outra visão em contrário, um padre acrescenta: *“Não adianta ficarem aqui toda quarta-feira rezando, rezando, rezando e nunca visitar um doente, nunca visitar uma família carente, nunca fazer um trabalho de Evangelização na rua... Dentro do conjunto da paróquia, do planejamento pastoral”*.

Tal visão contrasta, por sua vez, com a idéia de que a Renovação possui ações sociais significativas sim e que desenvolvem relevantes trabalhos de promoção humana.

(...) Falam que a renovação carismática é “oba oba” da igreja que só fica no levanta mão, no louvor e não tem ação. Eu vejo que não é isso mesmo. Quando você leva o conforto a alguém você tem uma grande ação. E tem também a pratica, eles tem asilo, orfanato para dar conta. Eu acho que a pregação, eu acho que tudo isso... eu acho que o nosso povo sabe? Aquele negocio da alma, eu sou mais alma do que físico. Eu sou muito alma. Então eu penso quando você alimenta a alma, cara você vê que quando a pessoa ta morrendo de fome e você tem que dar o pão, mas quando você não tem o pão você dar a palavra, você pelo menos alimentou a alma. Eu acho que isso pra mim é tudo. (**Helena**, Comunidade Perpétuo Socorro, simpatizante da RCC)

Portanto, no fogo cruzado das insinuações veladas, acusações e defesas, parece estar em jogo, mais do que as ações propriamente ditas, a integração dos diferentes grupos, incluindo a RCC e as CEBs, a uma forma de pensamento que os identifique com os projetos da Diocese. Parece haver uma clara retração, ao menos no nível das Comunidades e Paróquias, de um trabalho sócio-político que possam ser considerados como relevantes, ao menos nos moldes dos movimentos sociais dos anos 60, 70 ou 80 do século passado.

Os trabalhos de relevo nas Comunidades por nós observadas são hoje desenvolvidos com a terceira idade ou com as crianças, por meio da Pastoral das Crianças e não mais com movimentos de ação comunitária ou política. Entretanto, quase todos os entrevistados que

falaram sobre envolvimento social no catolicismo apontaram para a necessidade de uma revitalização nesse campo, que envolvesse de forma significativa os participantes das Comunidades.

Por outro lado, em nível institucional a Diocese continua sendo apontada por seus membros como uma diocese politizada, desenvolvendo, ao menos por suas instâncias diocesanas (Centro Sócio-Político, Centro de Formação e Centro de Direitos Humanos), práticas concretas de formação política, conscientização, promoção humana, acompanhamento e cobrança dos dirigentes políticos da região.

Dentro desse universo, portanto, misturam-se práticas e formas de pensamento que variam de adeptos da Teologia da Libertação com suas propostas de um envolvimento político mais direcionado por meio de reivindicações e participação em sindicatos e partidos políticos, ao trabalho assistencial prestado aos mais necessitados.

Conforme a pertença a determinado grupo, uma dessas atitudes poderá ser tomada como parcial ou mesmo ineficaz. Por exemplo, para os adeptos e simpatizantes das CEBs e da Teologia da Libertação, a assistência aos mais necessitados pode representar uma ação que conduzirá à dependência de quem recebe a ajuda. No sentido oposto, a ação politizada em sindicatos ou partidos políticos poderá ser entendida como “materialista” ou ineficaz enquanto não conduz à adesão a Deus e à Igreja Católica. A questão que nos parece relevante encontra-se nas formas de identificação ou exclusão que apresentam-se frente às diversas maneiras de observar o outro. Nessas formas podem ser encontradas as chaves para a negociação para o convívio em Nova Iguaçu. Nesse sentido, buscaremos abordar a questão da negociação no capítulo que se segue.

## 7 NEGOCIANDO A CONVIVÊNCIA

Agora o de julho, o Congresso Nacional [da RCC] é pra todos. Nós tivemos um ano passado, quem esteve conosco foi Pe. Zezinho, você conhece o Pe. Zezinho e ele é um padre até muito da Teologia da Libertação, esteve trocando experiências, que o que nós temos é bom pra eles e o que eles fazem também é bom. Então essa troca também é muito rica, pra você saber viver de maneira harmoniosa. (**Ermelinda**, coordenadora diocesana da RCC)

Nossa investigação aponta diversas questões ligadas ao modo de observar a si mesmo e ao outro na Diocese de Nova Iguaçu, o que vai ao encontro do que chamamos visão etnocêntrica, ou seja, firmada no solo da participação de cada um. A partir daquele espaço, das tarefas que ali efetuam e das representações ali compartilhadas, desenvolvem-se visões sobre o outro. No caso, trataremos aqui neste capítulo mais especificamente das relações entre CEBs e RCC, não nos esquecendo, é claro, de que tal relação acontece em meio a diversas outras práticas dos demais grupos, pastorais e movimentos ali presentes.

Creemos ser relevante destacar que na Diocese de Nova Iguaçu, como nas demais dioceses católicas, encontramos a presença de inúmeros Grupos, Pastorais e Movimentos compartilhando o mesmo espaço. Há grupos mais voltados para a reflexão e ação sócio-políticas ou assistenciais, como a Pastoral da Criança e os Vicentinos, assim como há grupos voltados para o cultivo da espiritualidade. Nesse segundo campo não se encontra somente a RCC, temos a Legião de Maria e o Apostolado da Oração. Quais os motivos, portanto, de uma possível polarização CEBs – RCC?

Minha primeira observação é a de que tal polarização, quando ocorre, não existe fora da projeção de observadores externos e de lideranças. Também não é possível identificar homogeneamente o que venha a ser um ou outro grupo pela fala dos entrevistados. Fora do campo dos cursos de formação ou da leitura de textos acadêmicos ou formativos de âmbito mais acessíveis do ponto de vista do entendimento para o não-letrado ou o leigo no assunto, as definições se contradizem, desdizem, complementam-se ou convergem para pontos pré-estabelecidos. Portanto, mais do que apresentar qualquer definição sobre um ou outro grupo, pretendemos, neste capítulo, apresentar as convergentes e divergentes visões sobre os grupos que

nos interessam, visando assim, a entender, de que forma mobilizam para o engajamento em suas fileiras.

### 7.1 A Renovação Carismática e as CEBs na fala dos entrevistados

Como afirmamos acima, não há homogeneidade nas definições ou impressões apresentadas pelos entrevistados. Mesmo simpatizantes de um mesmo grupo divergem quando buscam expressar o que entendem sobre seus grupos. Esse é o caso dos padres **Castro** (86 anos) e **Getúlio** (aprox. 70 anos), os quais são adeptos e difusores das CEBs na Diocese e convivem em uma mesma Paróquia. Padre Castro parece apresentar uma definição de CEB relevantemente utópica, como sendo quase impossível de ser encontrada. Padre Getúlio, por sua vez apresenta uma definição que é questionada pelo primeiro padre.

Acho que no passado teve uma experiência muito interessante. Por quê? Eles tinham uma quadra lá que a nível de vida social no bairro era muito importante, congregava o pessoal. Ela é uma referência do bairro. Tinha um grupo jovem que era muito ativo muito consciente e fazia, por exemplo, uns tipos de teatro de conscientização muito bom, sobretudo no tempo das eleições. Eles não só faziam o trabalho no âmbito da paróquia, como iam pra fora tal a qualidade que eles apresentavam a catequese. A catequista nossa do Bom Pastor já foi a catequista-chave para a confecção dos livros do CEPAL, né? No livro de catequese que foi a da Diocese e que foi... Percorreu o Brasil todo como catequese libertadora. O que acontecia? As crianças que ela preparava na catequese quando tinha greve das professoras as crianças estavam lá no palanque dizendo: – “Nós estamos aqui pra apoiar as nossas professoras porque elas precisam melhorar seus salários” – as crianças! (Padre Getúlio)

Ao que responde padre Castro, questionando-o:

Mas Getúlio, meu querido, é diferente, é diferente. Isso não é CEB, não. Isso é comunidade, comunidade missionária, comunidade aberta vinculada à Igreja instituição, mas CEB não é não. CEB é outra coisa. Isso aí que ele diz está muito apoiado lá no documento de Aparecida, muito! CEB não, CEB foi tirado<sup>85</sup>, CEB foi tirado. Eu lhe pergunto se São Bento é CEB, Não! É Comunidade clássica, clássica institucionalizada, clássica. (Padre Castro)

---

<sup>85</sup> Segundo observadores do encontro de Aparecida, foram retiradas do documento oficial referências importantes às CEBs.

Padre Castro busca uma definição mais clara do que venha a ser CEB em sua concepção:

Não, acho que não, Getúlio. Acho que não foi CEB, Getúlio. Se formos por aí nós embaralhamos tudo outra vez. Essa paróquia, essa Diocese aqui de Nova Iguaçu, ela não tem a experiências das CEB. Ela tem a experiência de pessoas ligadas às CEBs. Aqui havia gente que ia às reuniões nacionais, tal e coisa, mas CEB concretizada, não! Houve um sinal, tentativa que usavam o nome de “Círculo Bíblico”. Eu acho o que se afina das CEBs um pouco é o “Círculo Bíblico”. Mas acho que CEB é muito mais profético que o próprio Círculo Bíblico. Então, se você pergunta se aqui é CEB não te daria, para uma tese como referência Bom Pastor como modelo de CEB não. CEB não tem poder. CEB é o Espírito Santo conduzindo seu povo.

Padre Castro enfatiza seu pensamento com batidas sonoras na mesa com a mão. Para ele, a Diocese de Nova Iguaçu não apresentaria experiência de CEBs. Porém, quando perguntado sobre um exemplo de Diocese com o desenvolvimento de CEBs não soube precisar. Entretanto, perguntado se ele entendia as CEBs como os teóricos que a definiram, como um poder compartilhado, uma forma de estruturação mais horizontal, mais democrática, ele acrescentou entre risadas: *“Independente do envio, independente se o bispo está muito de acordo ou não”*<sup>86</sup>.

Dois elementos apontados na fala de Padre Castro são relevantes. O primeiro é a vinculação entre CEBs e Círculos Bíblicos, que já apontamos anteriormente. O segundo elemento diz respeito à constatação de que a Diocese de Nova Iguaçu não seria uma diocese de CEBs. Tal afirmação contrasta com as visões de outros agentes institucionais. Dom Luciano, por exemplo, questionado sobre o fato de a Diocese ser formada ainda hoje por CEBs, confirmou:

A meu ver sim. Pelo menos eu sempre considero que as trezentas e setenta e cinco Comunidades que formam a Diocese devem ser Comunidades baseadas no tripé que acredito que é das CEBs também: que é a Palavra de Deus, a Liturgia e a Solidariedade. Caridade como solidariedade. Este é o tripé, os três ministérios fundamentais da Igreja como tal, tendo a Igreja, nas Comunidades porque é lá que é a base, é a célula base da vida cristã, da família e a Comunidade. Pelo menos, de minha parte e da parte de nossos documentos elaborados e das nossas considerações, esses três elementos são essenciais e fundamentais e os três têm uma interligação e a nosso ver essa é verdadeiramente uma Comunidade Eclesial de Base.

Conforme tal posicionamento, as CEBs referenciam-se pelas menores instâncias da estruturação diocesana, as Comunidades, da mesma forma como afirmava Padre Getúlio.

---

<sup>86</sup> Envio seria uma espécie de mandato oficial concedido aos leigos para a realização de seus Ministérios. Há hoje na Diocese de Nova Iguaçu os Ministérios da Palavra, do Batismo, da Eucaristia e do Matrimônio. O Ministério leigo não é uma exclusividade dessa Diocese, sendo uma pratica em muitas dioceses brasileiras e em outros países.

Por outro lado, Padre José Dílson, pároco da Paróquia Sagrada Família no bairro da Posse, onde houve a chacina, define CEBs como a estruturação mínima da Diocese. Entretanto, configura sua identificação com seu envolvimento político. Indagado se as Comunidades de Base seriam a mesma coisa que as Comunidades como subdivisões da paróquia, respondeu:

Acho que não existe, na minha visão não existe uma diferença. O que fez diferenciar um pouco foi a tonalidade que se deu para o CEBs. Acho que o movimento – as CEBs foram um movimento muito bom. É um movimento bom. É uma organização boa para nossa igreja. Agora existem sempre os exageros. O exagero é aquilo que diferencia e aí o exagero foi, em alguns lugares, o que separou um pouco as Comunidades; mas toda Comunidade ela tem que ser de base! A Comunidade é a base. Se a Comunidade... Fugindo um pouco do assunto só pra ilustrar: “Tem uma missa de graça”, toda missa ou ela é da graça ou... Missa de desgraça não existe. Ou você vai lá pra receber uma graça, ou ela não é missa. Agora, que tonalidade se dá nisso? Aí o exagero é o que diferencia. Então as nossas... Todas as Comunidades elas são de base. Por quê? Por que elas estão na base. É elas que fazem o trabalho de base. Por exemplo, eu não dou catequese, quem dá catequese é aquele que está na base da Comunidade. E aí nessa base ela tem que ter o âmbito social e o âmbito religioso – Deus é quem está lá. O que é que na minha visão isso seria? Na minha visão o que é que fez que as CEBs se distanciasse um pouco. Chegou um certo ponto que ela disse assim: – A gente não precisa mais de padre e não precisa mais de missa. Eu conheci um bispo lá no interior do Ceará que ele sentava no banco e mandava os leigos fazerem a celebração e ele ficava assistindo. Quer dizer... É o (risos) extremo, não é? É a Comunidade que... Claro que é a Comunidade que movimenta. Eu não saio daqui pra dar catequese em todas as Comunidades, nem teria tempo. São os leigos, os ministérios instituídos, ordenados, é... Confiados: o ministro da palavra, o ministro extraordinário da comunhão, o ministro do batismo, o testemunho qualificado do matrimônio, as catequistas, os agentes pastorais; seriam esses que movimentam a Comunidade. Eles são a vida da Comunidade. O que eu faço? Eu acompanho e oriento. Mas eles são a base. Agora, a minha presença é fundamental para animá-los, pra eles verem que o padre está junto. Então vamos trabalhar! Mas eles têm que fazer essa comunhão entre o religioso e o social.

Padre Ricardo, animador das CEBs, por sua vez, não as define, mas apresenta um perfil, o qual seria voltado para o envolvimento político partidário nos anos setenta e oitenta.

Dos anos 80 para cá mudou muito. A gente tem até feito estudos “como ser Comunidade eclesial hoje”. Por isso que um dos desafios que pensei para formação do pessoal foi justamente a questão pastoral. Tentar “cutucar” o pessoal que não é mais... Agora você tem que pegar esse elemento da RCC, tem que ser mais plural. Que eu lembre, quando comecei, um perfil de CEBs era ser Petista (PT), nós éramos PT de carteirinha e alguns eram até militantes. Eu nuca me filiei a um partido, mas sempre tive muita simpatia e nós éramos... E se você falasse que era do PDT, ou do partido tal, você já era visto como o elemento estranho, então era um perfil. Hoje há muitos petistas a grande maioria ainda é petista, mas agora a gente tem que perceber que o mundo é mais plural e a gente não pode mais determinar em qual partido a pessoa vota.

Portanto, na visão desses dois padres acima destacados e de Dom Luciano, a Diocese apresenta-se relevantemente ainda nos dias atuais como uma diocese de CEBs. Entretanto, algumas mudanças foram sendo provocadas por diversos fatores, transformando assim também a configuração das Comunidades de Base. Estas teriam entrado em um período de retraimento ou de declínio, enquanto seria possível perceber no mesmo período um crescimento na presença da RCC, como afirma Padre Ricardo ao tratar de seu primeiro contato com a Renovação: *“Então é isso que me lembro mais ou menos sobre este período 90/92, então temos mais o declínio das Comunidades e o fortalecimento da Renovação”*.

Talvez a percepção do declínio das CEBs esteja vinculada à sua configuração ideológica ou político partidária. De uma conotação politizada, essas ganhariam atualmente um contorno institucional ou organizacional, como indicava Padre Castro.

Nesse sentido, as diversas definições de CEBs advindas dos entrevistados leigos demonstram, por parte de alguns, certa elaboração teórica vinculada ao posicionamento sócio-político, enquanto outros a relacionam à estrutura organizacional paroquial ou diocesana.

Comunidade Eclesial de Base é grupo de pessoa que se reúne. Por exemplo: eu posso formar uma Comunidade Eclesial de Base como: começando num grupo de oração, num círculo bíblico numa família, ali reúnem aquelas pessoas, ali sempre estão reunindo aquelas pessoas, de formar aquela localidade ali e aquele grupo ali vai crescendo e ali vai se movimentando, vai surgindo trabalho, as pessoas vão se engajando, aí chama o sacerdote ali, o sacerdote vem, as pessoas vão ali naquele lugar ali, e ali vai crescendo, vai crescendo e aí, ali se forma uma Comunidade. Uma Comunidade Eclesial, de cristãos que se reúnem pra partilhar a palavra de Deus, pra orar junto. (Dona Sônia, Ministra da Eucaristia na Comunidade Nossa Senhora das Mercês e participante da RCC)

Conforme o relato de Dona Sônia, uma CEB é semelhante a uma Comunidade organizada conforme a sua própria Comunidade. O trajeto da formação da CEB explicitado por ela acima não se difere em nada do trajeto de formação da Comunidade à qual pertence. Entretanto, indagada se a sua Comunidade seria uma CEB, responde:

Ainda, isso aqui é uma Comunidade, Comunidade Eclesial de Base. Nós ainda não somos paróquia, não. Nós desejamos um dia ser paróquia, se Deus quiser, né? Um dia ainda vai ser paróquia. Até ouvimos já falarem “essa comunidade tem que se tornar uma paróquia”. Eu digo assim: “Ah, meu Jesus, mande um servo pra aqui, um sacerdote, pra cuidar das ovelhas, pra elas não ficarem desgarradas”.



Aqui, portanto, Comunidade de Base seria um pré-estágio ou pré-condição para se alcançar o *status* de paróquia. Informando sobre um padre que por ali passou, acrescentou:

Um padre muito administrador que administrava bem. Olha, quando ele veio ele consertou essa Comunidade, muito bom, gostei. Eu falei “Aqui tá precisando de um servo”, por isso que eu falei dele. Ele que falou: “Tá na hora de se transformar numa paróquia”. Um padre assumir bastante pastoral, é o que ta faltando aqui, essa Comunidade fundar Comunidade Eclesial de Base e ainda não se fundou, ele tem que ter duas Comunidades ou três porque aí ela se torna paróquia, se ela não tiver, ela não pode se tornar paróquia. Ela tem é que ter alguém que ajude ela.

Tal visão organizacional ou estrutural é compartilhada, em parte, também por **Hélio** (Coordenador do Grupo de Jovens na Comunidade Nossa Senhora das Mercês). Perguntado se sabia o que é uma CEB, apressou-se em ilustrar com sua própria Comunidade: *“Já! Comunidade Eclesial de Base? Isso aqui está quase”. O que falta aqui é só mudar pra paróquia. Você não quer virar paróquia não?* [pergunta a Conceição, liderança e colega da Comunidade] *Mas é o que falta é só mudar a igreja. Não é o meu desejo, mas é o que falta”*.

Continuando sua explicação, Hélio acrescentou que para existir uma CEB é necessário que ela ofereça alguns serviços comunitários de cunho social. Por isso a comparação com a paróquia que, a seu ver, possui mais condições de oferecer pré-vestibular gratuito, assistência médica. Portanto, conclui que *“a paróquia eu posso dizer que é uma Comunidade Eclesial de Base”*.

Por outro lado, **Jane** (Secretária do Conselho da mesma Comunidade Nossa Senhora das Mercês) apresenta uma configuração de CEBs voltada para a questão do envolvimento social, embora reconheça a necessidade do trabalho assistencial.

Uma CEB, pra mim, é aquela que está perto do povo, é aquela que está engajada com a vida social do povo. É impressionante como a gente às vezes não percebe muito isso, mas de Comunidade pra Comunidade, muda a cara dela. Aqui nós temos Comunidades próximas, mas a realidade deles lá, não no contexto geral, mas no cotidiano dela lá, a vidinha daquele povo lá, difere da nossa. Muitas vezes as celebrações de cada Comunidade, quer dizer, numa Comunidade, tem que ser mudada da outra, porque ela tem que se adaptar ao que ela está vivenciando, aos acontecimentos da semana. Então, isso é interessante. No contexto geral não, tudo bem, faz a mesma celebração, mas no que diz respeito ao cotidiano dela, difere, mesmo sendo pertinho. Então, a Comunidade Eclesial de Base tem que estar imbuída da vida da comunidade, do povo, senão ela não vai existir. Então, os trabalhos que elas desenvolvem em cima disso são assistenciais. É aquilo, quem estar com fome hoje não vai esperar o projeto ser aprovado em Brasília pra comer daqui há, sei lá quantos anos. Nós temos que fazer a nossa parte hoje, agora. Se você chega e tem gente com fome, temos que agir. Agora, ser Comunidade Eclesial de

Base, é claro, ela tem uma...a questão é maior...porque ela tem que dar uma assistência maior assim à educação, na questão do desemprego e aí, não vão se abrir tantas portas assim. Eu acho que é mais por aí.

Em seguida apresenta um modelo que poderia ser caracterizado como Comunidades Eclesiais de Base, o qual envolveria uma atuação sócio-política voltada para o bem-estar de pessoas menos favorecidas, inclusive com o trabalho de geração de renda. Falando sobre um antigo pároco, Padre Bruno, relevantemente citado pelos diversos entrevistados, expõe:

Na época do Padre Bruno... É tanto que se você for na São Simão vai ver movimentos lá, grupos pastorais, serviços que na nossa [paróquia] não tem. Porque ele puxa isso. Lá tem a pastoral da criança estruturada, e na nossa não tem ainda. Tem uma pastoral da criança que ainda está engatinhando, literalmente engatinhando. É aquilo que eu te falei, isso faz a diferença. Lá ele fundou... O grupo de mães de lá tem até uma microempresinha, como é o que se fala? É uma espécie de ONG que produz blusas, que vende blusas. Já está até numa escala legal, vendendo para outras paróquias e até para outras dioceses. A partir de um grupo de mães, que ele injetou capital, comprou máquinas, comprou linha, comprou tecido. Quer dizer, houve um início, houve uma injeção de...ele incentiva muito o trabalho das Comunidades, nesse sentido. Eu diria que lá não se ficou só na palavra o fato de ser uma Comunidade Eclesial de Base. Lá está mais estruturado isso.

É relevante como alguns entrevistados relacionam CEBs não à estruturação em Pastorais, Movimentos ou Serviços, mas à condição de ser formada por pessoas com condições econômicas restritas. Talvez essa noção seja a que mais se aproxima de um ideário proposto pela Teologia da Libertação por meio de seus produtores, o ideário da “Igreja na Base” formada pelas camadas populares, como definem Leonardo Boff (1982, p. 196 ss.) e Gustavo Gutiérrez (1981, 1985), entre outros Teólogos da Libertação.

É por isso que eu divido a paróquia no meio. A parte de cima é mais carente e é mais nessa linha. Essa parte daqui, não que seja de ricos, mas tem emprego, dá pra sair no fim de semana, dá pra se divertir um pouquinho. Então eles acham que são um pouquinho mais... E parece mais Igreja do que Comunidade Eclesial de Base. Isso eu percebo, e pelas coisas que eles pedem também. Lá em cima eles nem pedem, porque ficam com medo de pedir, mas esse lado não tem medo, são até folgados. (**Padre Nereu**, padre missionário estrangeiro).

Interessado em analisar as CEBs a partir do campo de conhecimento que na Teologia cristã se denomina Mistagogia, ou seja, o Mistério de Cristo, Regan (1995, p. 184 e ss.), identifica que a Teologia, mais do que os documentos oficiais da Igreja Católica, aprofunda a relação entre a noção de Base nas CEBs e as camadas desfavorecidas. Segundo ele, tal acento dos

teólogos vai buscar trazer para dentro do catolicismo o debate sobre as classes sociais, desviado pelos documentos católicos sobre as CEBs. Portanto, os reforços e os acentos nas definições das Comunidades de Base nem sempre são sem intenções e demonstra, grande parte das vezes, uma vinculação direta ou indireta com determinada forma de pensar a Igreja Católica e mesmo a sociedade onde se encontra inserida. Parecem estar condicionadas ou direcionadas, tais formulações, pela inserção em algum tipo de conhecimento formal.

É interessante observar como a idéia de CEB, em algumas falas, é desvinculada da vivência cotidiana. Há o caso de **Maria** (catequista de crisma), que precisou estudar sobre as CEBs para poder apresentá-las para os jovens de sua Comunidade em uma aula de crisma:

Eu já li, mas não entendi muito. Porque a gente teve que dar esse encontro na crisma. Só que acabou não sendo eu porque eu não entendi muito. Não sei se era a Comunidade em si, ou se eram os círculos bíblicos, que são aquelas Comunidades que estão indo nas casas e fazendo a comunidade familiar. Eu entendi que seria a Comunidade mesmo, como aqui, a Comunidade Perpétuo Socorro, mas aí eu deixei pra outra pessoa dar esse encontro.

Aqui percebemos como as Comunidades de Base podem se apresentar como categorias externas, as quais devem ser transmitidas por meio de um conhecimento abstrato, sem fundamentação na vida cotidiana de alguns participantes. É um conhecimento de cunho intelectual, muitas vezes projetado para a experiência religiosa.

De forma diferente, mas não exatamente contraposta, as visões sobre a RCC, ao menos por parte de seus integrantes ou simpatizantes, parte da expressão de uma vivência cotidiana, ou da cotidianização de uma experiência com o sagrado. Tal rotinização é demonstrada pelas mudanças ocorridas na vivência diária do participante.

Mudou tudo. Me tornei uma pessoa mais humana, mais paciente. Eu era uma pessoa agitada, nervosa, impaciente demais. Muitos dizem que foi por causa da doença, outras... Eu tenho amigas que são como irmãs, por causa do tratamento ficaram como irmãs, que não são católicas. Mas não foi por causa da doença, se fosse por causa da doença isso não teria mudado. Então eu orei muito. (...) Eu ouço mais, celebro mais as pessoas, oro mais, a vida da pessoa me preocupa, me interessa. Não importa se conheço, se não conheço. Se eu posso ajudar, ali perto tudo bem se não posso é na oração. Na renovação aprendemos isso. E tudo o que acontece nós somos responsáveis também. Se o outro morreu lá, caiu também somos responsáveis por isso. Então eu sempre tento ajudar de alguma forma. Se não pode-se fazer nada tem a oração. Então mudança tem sim. Eu sou renovação e eu só me engajei mesmo em pastoral depois da renovação. ...(**Conceição**, liderança na Comunidade Nossa Senhora das Mercês e participante ativa da RCC)

Então a Regina com o... Minha filha diz que não é renovada, mas ela é renovada. Através da renovação ela se tornou uma pessoa diferente. Tanto ela como a família dela. Ela resgatou a família dela. O marido, os filhos, todos renovados. Eu até choro com isso. Porque eles foram morar comigo. Era uma luta, muita luta. A pessoa tem uma escolha. Ou vive o pecado ou não e o pecado traz a morte, a morte virtual. Traz o sofrimento, traz infelicidade. Aconteceu isso com ela. Eu chamava o Vagner para participar da pastoral familiar, da comunhão, pra ter um encontro com Cristo e ele dizia que não iria e nem queria. Hoje eu vejo meu genro engajado, totalmente engajado. Entende da Palavra, lê a Palavra, é maravilhoso. (**Doralice**, coordenadora da RCC em uma diocese do Estado do Espírito Santo, mãe de **Regina** da Comunidade São Bento, a quem ajuda a elaborar as Noites de Louvor)

Nas falas acima, a Renovação é definida por meio das transformações ocorridas na vida dessas pessoas. O cotidiano é modificado em função do contato com a RCC. Segundo apontam, é mais do que uma necessidade de mudança, uma exigência, mas é sim uma consequência do envolvimento com o Movimento.

Conforme Ermelinda, a transformação na vida espiritual encontra-se no cotidiano, no dia-a-dia.

Então a Renovação também tem essa preocupação de estar formando eles nessa questão humana, dos valores que para nós chamamos de santidade. Ser santo não estar ali igual a São Benedito [mostra uma imagem do santo que estava na capela], é ser uma pessoa com uma vida íntegra, que vive o dia-a-dia com todo mundo, porém, não se arrasta nas coisas que não lhe convém, como o ser humano que vá te prejudicar, denegrir sua imagem para as coisas da ordem (Ermelinda, coordenadora diocesana da Renovação).

Portanto, o diferencial da RCC estaria em levar seus participantes e simpatizantes a entenderem a necessidade de uma rotinização da vivência espiritual, de transformar o dia-a-dia da família, do trabalho, do lazer, a partir de uma consciência cristã. Todos os atos diários seriam regidos por preceitos já cristalizados na doutrina católica. À Renovação só caberia a função de recordar tais preceitos e de ser um ordenador da vida cristã na vivência diária.

A igreja então tem esse chamado e a renovação nada mais faz do que a proposta da igreja. Por isso o nome RENOVAÇÃO, ela simplesmente renovou tudo aquilo que a igreja possuía já de direcionamento, de doutrina, tradição apostólica, aquilo que a igreja é. Renovou. Renovou, por exemplo, na música. Você vê a alegria dos carismáticos, que cantam, a espontaneidade da oração, não ter a vergonha de levantar os braços, de louvar. Foi então a renovação de “ser igreja” e com isso conseguimos atingir até mais pessoas. Porque não fica aquilo, que a Igreja é de velhos, que é de quem não tem o que fazer (risos). Não, é dinâmica, e a Renovação trouxe essa dinamicidade na metodologia de estar evangelizando. Pro isso contagia muito os jovens, nós temos muitos jovens por conta desse jeito de ser da Renovação. (Ermelinda)

Confirma ainda, a mesma entrevistada, que não pode explicar tal processo espiritual que acontece naqueles que participam da RCC por meios racionais ou por meio de estudos ou textos acadêmicos.

Quando a gente fala carismático, nós queremos dizer, do Movimento, faz parte. É a identidade desse movimento, que nós chamamos batismo no Espírito Santo. Isso é uma coisa complicada de falar pra você, por que você vive, você experimenta. Posso dizer pra você que é igual a tomar sorvete, posso dizer que o sundae é uma delícia, mas se você não provar o sundae, você vai ficar imaginado. Então, na Renovação, quem tem a experiência dentro dela, esse batismo no Espírito Santo, desse renovar, desse encontro pessoal com Deus, a pessoa não fica parada, o espírito mexe você. Todos na igreja têm o Espírito, todos são batizados então todos tem, quem recebeu o sacramento do crisma recebeu o envio do espírito santo para ser missionário porém, nem todos tomam posse disso, dessa maneira.

É experiencial, portanto quase impossível de ser entendido racionalmente, segundo a coordenadora do Movimento na Diocese. Entretanto, tal característica voltada para o espiritual, é vista como uma fuga da realidade e dificuldades no enfrentamento das problemáticas cotidianas por alguns. Por outros, é vista como uma necessidade da vivência religiosa. O interessante é que, nesse aspecto misturam-se posições, sendo que mesmo adeptos das CEBs e da Teologia da Libertação reconhecem a relevância do cultivo da espiritualidade. Com relutância, **Valéria**, simpatizante da Teologia da Libertação, participante na Comunidade Jesus Misericordioso, afirma que a Renovação teve papel relevante em trazer alguns católicos afastados: *“Tem isso também, né. Retorno ao catolicismo, e também um pouco a verdade, não dá pra falar que não tem a Renovação Carismática também que ajudou um pouco”*.

Padre Ricardo também, ao falar sobre alguns participantes afastados que retornaram à prática do catolicismo ou de lideranças das CEBs que passaram a participar da Renovação, apresenta como dado positivo a presença da RCC.

Penso que são católicos que não estavam dentro do conjunto. Apesar de ter muitas pessoas com 40 anos de Igreja e de repente se descobriram melhor na Renovação. Tenho talvez, um ou dois exemplos de pessoas que falam de padres que eu nem sabia que existiam na Diocese. Quer dizer, são pessoas que já estão caminhando e de repente sentem esse despertar para a Renovação. E outros que são aqueles “católicos de carteirinha” que são batizados, mas, nunca mais foram à igreja e em num dado momento se descobrem numa espiritualidade na Renovação e estão se sentindo bem lá.

Entretanto, mesmo aceitando um sentido positivo na presença e atuação da Renovação Carismática na Diocese, o mesmo Padre Ricardo apresenta, em seguida sua crítica ao que, segundo ele, seriam deturpações a serem sanadas.

Esse próprio olhar para si mesmo, esse encontro consigo mesmo, essa relação íntima com Deus é um elemento bom que também se torna um elemento ruim quando ele se torna egocêntrico. Tem que haver esse encontro traduzido no comunitário. Como também as CEBs que exagerou no comunitário em detrimento do individual. Essa expressão corporal que, mesmo sendo uma pessoa durona, assim, penso que para as pessoas isso é importante, elas querem se expressar. As CEBs têm essa organização leiga, mas a Renovação também tem organização leiga e feminina. Então esses são elementos bons, elementos que devemos valorizar.

Rejeitando ou admirando, criticando ou aceitando, a presença da Renovação na Diocese de Nova Iguaçu é um fato constatado por todos os entrevistados. Mesmo aceitando, como alguns expressaram, que há hoje uma estabilidade no avanço da Renovação, sua presença trouxe relevantes transformações no catolicismo vivenciado naquela circunscrição. É evidente que não foi só a presença da Renovação a causadora de tais transformações. Como identificamos anteriormente, tanto a conjuntura social e religiosa internacional, nacional e local sofreram transformações.

Partindo da aceitação do fato de tal presença, cabe entender o que se faz necessário para uma convivência entre CEBs e RCC naquele espaço. Padre Ricardo apontou algumas exigências a serem feitas para uma adaptação ao que se pretende assumir como elementos identitários na Diocese.

Para entendermos o processo que denominamos negociação para o convívio, é relevante entendermos como os participantes religiosos com os quais tivemos contato percebem o outro grupo, do qual não fazem parte, e mesmo o entendimento sobre seu próprio grupo. Em um segundo momento, buscaremos identificar as principais exigências, aceitações e resistências que se apresentam.

## **7.2 Negociando o convívio na Diocese de Nova Iguaçu**

Outro título poderia ser dado a esta subseção, tal como: “Podem atuar, desde que...”, pois, apesar das CEBs hoje terem sua existência na Diocese de Nova Iguaçu mais como uma projeção

organizacional, ou seja, entendida como a forma como a Diocese se organiza, estruturada em CEBs, a sobrevivência dessas como ideário propõe um controle dos elementos, pessoas e práticas da Renovação Carismática dentro de parâmetros aceitáveis.

Portanto, nossa impressão é a de que a Renovação tem muito mais a negociar. Nas falas dos agentes institucionais, sempre há um “mas”, um “porém”, um “desde que”, expresso ou subliminar. Nesse sentido lembro uma música católica, baseada em um texto bíblico, que diz que o “*Espírito Santo sopra onde quer*”. Entretanto aqui em Nova Iguaçu, o Espírito Santo na Renovação não sopra onde quer, no sentido em que há limitações, restrições, formas de controle que imprimem à “ação livre do Espírito Santo”, como querem os renovados, espaços delimitados. Há elementos a serem negociados para que possam fazer parte do processo identitário diocesano.

Primeiramente, visamos entender como se observam e as impressões que possuem uns sobre os outros e, posteriormente, sobre si mesmos. Em seguida, passaremos a identificar as principais restrições, críticas, consentimentos, aceitações e resistências nas negociações para o convívio.

Retornemos à narrativa de Padre Ricardo, o qual nos apresenta um quadro dos principais bloqueios no olhar frente ao que rejeita.

A maioria de nós padres que viemos de CEBs temos certos preconceitos em relação à RCC que têm que ser trabalhados em nós, para que essa relação se torne mais fraterna. Mas ao mesmo tempo também as pessoas da RCC têm que trabalhar os preconceitos em relação às CEBs. Não somos terroristas, nem vamos tomar o país à base das armas, o chamado exército vermelho. As pessoas às vezes dizem: “vocês só querem saber de política”. Acho que as CEBs também têm a sua espiritualidade, tanto é que o último encontro Intereclesial tinha como grande centro a espiritualidade das CEBs. Porque a gente fala da espiritualidade? Por que muitas vezes se falou que CEBs não têm espiritualidade. Ao mesmo tempo a gente fala: “Ah, mas o pessoal da RCC não quer nada com o social”. Eles têm muito trabalho social. Eles estão tentando se inserir nessa vida social. Então eu acho que a gente está caminhando para a síntese.

A idéia de uma síntese pode apresentar diversas reflexões. A primeira delas é a de uma “rendição” aos fatos assumidos como positivos daquele Movimento ao qual se rejeitou devido a uma visão preconceituosa, como afirmou Padre Ricardo. A síntese também pode representar o fato de que se assumiu a presença do grupo do outro como definitivo. Nesse sentido, a síntese o transformaria em uma realidade mais fácil de ser aceita. Por outro lado, a pretensão de uma síntese abre caminho para visualizar-se no outro que, como um espelho, pode apontar perspectivas de ação a partir das deficiências observadas no “meu” próprio grupo. “*Porque eu*

*veja que se nós queremos ver pastoralmente a Igreja em um âmbito muito mais global teremos que fazer essa síntese de CEBs com a Renovação. Pegar elementos bons da Renovação e inserir nas CEBs” (Padre Ricardo).*

Algumas exigências tornam-se fundamentais para se assumir uma posição no conjunto da Diocese. Assumidos alguns compromissos, não somente a RCC ou as CEBs, mas todas as Pastorais, Movimentos e demais grupos merecerão a aprovação, não necessariamente formal, para atuarem no campo diocesano. Dom Luciano delinea esses compromissos quando apresenta alguns pontos que considera relevante na configuração da Renovação Carismática:

Outro aspecto nos mostra que a Igreja é uma, mas podem ter algumas assim, não digo diferenças de fé, mas alguns gestos que são expressivos que nascem do laicato e que estão dentro da fé que obedece às normas da Igreja, mas que têm um certo diria, uma certa autonomia naquilo que não é essencial, como a maneira de rezar e a maneira de se expressar com gestos. Eu acho que a Renovação pode ajudar nisso. Sem exagero. Porque é isso que eu dizia da importância dos coordenadores. Quando um grupo tem um coordenador ou coordenadora de bom senso. Para mim o bom senso é o oitavo sacramento. É um coordenador que sabe caminhar com a Comunidade, que está presente no Conselho Comunitário, que tem o seu rosto, mas também que não quebra a unidade. Aliás, mantém a unidade. Acho que a Renovação tem esse papel. Em terceiro, o dom. A Renovação Carismática é dos dons, né? Mas qual é o dom maior? É a caridade. Isso é fato, o resto. Então se a Renovação Carismática nos ajuda a entender que, somos diferentes; somos membros diferentes, mas entre nós precisa existir o dom maior, insubstituível, a presença de Jesus Cristo que é a caridade, exerce um papel bonito. Por isso eu dou graças pelos grupos da Renovação que se dispõem a servir onde precisar. Isto é bíblico, não é? A Igreja é feita de muitos membros, quem ensina, quem transmite, quem evangeliza, quem canta, quem serve. Mas a base é a caridade. Se faltar isso, não só não existe a Renovação Carismática, como não existe padre, não existe bispo, não existe leigo, leiga, não existe batizado, não existe discípulo de Jesus Cristo. Este é o grande truque e a Renovação pode nos ajudar a recordar: O maior carisma na Igreja que faz a diferença é a caridade e a caridade no sentido de solidariedade, de resposta às urgências do mundo. Se o grupo de Renovação, além de cantar, de orar, de fazer a leitura de outra coisa bonita, leitura bíblica, mas que não seja muito fundamentalista, mas que se dispõe “onde a Igreja precisar pode nos chamar” eu tiro o chapéu. Agora se for um grupo que vai contra a Paróquia, que não se mistura com os outros, que não entendeu que o carisma a ser procurado, a ser invocado por Deus é o da caridade e não a exibição pessoal, o exibicionismo pessoal... Qualquer grupo, não é só da carismática, qualquer pastoral, qualquer movimento. (**Dom Luciano**, atual bispo da Diocese de Nova Iguaçu).

A possibilidade de abertura para as diferentes visões dentro do catolicismo está feita. Porém, elas devem acontecer naquilo que não é essencial, ou seja, estão podem variar dentro das normas. O que pode diferenciar, segundo o bispo, são formas de expressão, as quais podem contribuir para uma nova atitude cristã. Outra questão relevante que Dom Luciano aponta é a função exercida pelos coordenadores. Eles seriam os responsáveis pela manutenção da orientação



a ser seguida dentro dos parâmetros apresentados pela organização diocesana, em especial em consonância com os Conselhos em suas diversas instâncias.

A fala acima destaca ainda outros pontos significativos. Um desses pontos toca profundamente em um elemento que diferencia a RCC de diversos outros grupos de espiritualidade, o carisma, ou dons.

Às vezes a gente até vai, mas na verdade a gente tem uma preocupação é que o grupo não se torne um grupo de reza, porque quando não se usa os carismas isso nos torna um grupo de reza e a identidade da Renovação não é essa. Como grupo de reza já tem o Apostolado Oração, a Legião de Maria, que já são grupos de reza. A Renovação tem um jeito próprio e uma das identidades nossas é usar os carismas, que estão lá na primeira carta aos Coríntios, que carisma não é só oração em línguas, mas a palavra de sabedoria, palavra de ciência. Lá têm numerados, na Carta aos Coríntios os 9 dons carismáticos, Primeira Coríntios, 12. (**Ermelinda**)

Portanto, o dom ou carisma é um elemento fundamental para a Renovação, sendo mesmo uma das características que a diferencia frente aos demais grupos. Entretanto, tal carisma deve ser entendido dentro de uma base que possa abranger todo e qualquer grupo católico. Na visão de Dom Luciano, este é o solo comum de abrangência e acolhimento de variados e, por vezes “contraditórios” grupos dentro do catolicismo naquela diocese. Caridade no sentido de solidariedade e solidariedade no sentido de assumir um trabalho junto à população local. Quando se refere à solidariedade em sua fala, identifica os dados da violência, do desemprego, da falta de escolas e de Postos de Saúde, da presença no meio industrial, nas Universidades. Identifica que há um lado espiritual e um lado social a ser entendido de forma integrada.

A gente percebe que tem muita violência. Violência que tem o seu cunho não só de mortes. Violência doméstica, violência familiar e muitos outros tipos de violência. Porém, tem muitas outras coisas bonitas também, de solidariedade, de fraternidade, de pegar as coisas junto, de luzes e sombras. Como unir essas forças vivas para a construção do Reino de Deus que é a dimensão orante. A oração, a contemplação, leitura da Palavra de Deus. E por outro lado, a dimensão do trabalho, do serviço, da entrega, da doação. Como unir essas duas dimensões como fazer cruz, vertical e horizontal? O risco é quando se absolutiza só um lado, só uma dimensão. É um risco. Ser cristão é ter os dois lados que se complementam que se unem no Cristo crucificado e ressuscitado.

Embora estejamos focando a RCC, essa exigência da solidariedade é direcionada também às CEBs dentro do que Dom Luciano, em passagem anterior neste mesmo capítulo, denominou de tripé, o qual contempla a Palavra de Deus (Bíblia), a participação nas celebrações litúrgicas e

a solidariedade. *“Quando tiver, a partir da Palavra de Deus, a fé confessada, a fé celebrada na liturgia e a fé vivida na caridade, como solidariedade”* (Dom Luciano).

Em um trabalho de pesquisa datado de 2004, o Iser/Assessoria, em parceria com o Centro de Estudos Bíblicos, buscou estudar o funcionamento de algumas CEBs no Rio de Janeiro e em Minas Gerais<sup>87</sup>. Como forma de identificação das Comunidades a serem observadas, foram selecionadas aquelas que apresentavam determinados elementos, tais como uma organização participativa por meio de Conselhos, as celebrações semanais e algum envolvimento com trabalhos sociais e políticos. Há, portanto, uma confluência com o destaque dado por Dom Luciano ao expressar seu entendimento sobre as CEBs, o que pode, então, dar a perceber quais parâmetros são apresentados para a compreensão e delimitação das características das Comunidades de Base.

Uma vez pensado como projeto diocesano, as CEBs devem responder a tais critérios mínimos de organização e de função. Entretanto, a Renovação possui critérios que devem ser respondidos internamente, que dizem respeito à sua estruturação interna. Portanto, alguns elementos não podem deixar de existir e de maneira manifesta, por exemplo, o falar em línguas.

E na renovação nós vivemos essa experiência que chamamos de batismo no espírito santo e usamos carismas, por isso se chama Renovação Carismática, porque é uma característica do Movimento o uso do carisma e muitas vezes isso complica na Igreja, porque muitas vezes têm padres, têm bispos que não acolhem os carismas. Só que a nascente da renovação já se deu com essa identidade que foram os jovens estudantes dos Estados Unidos, na faculdade, que estavam fazendo um retiro e naquele retiro, eles estavam orando e experimentaram, começaram a orar em línguas que é o que escandaliza muita gente, mas é uma identidade própria da Renovação, orar em línguas. **(Ermelinda)**

São esses elementos complicadores que necessitam de constante negociação, inclusive abrindo-se mão deles momentaneamente. Quando a restrição à manifestação de determinados dons do Espírito Santo pode afetar a permanência de um Grupo de Oração da Renovação em determinado espaço, abre-se mão dele ao menos nos momentos em que o Grupo estaria exposto à presença de pessoas não vinculadas diretamente ao Movimento. Em capítulos anteriores, destacamos a fala de Dona Ermelinda que afirmava que quando os participantes encontram-se em uma reunião só do Movimento, há uma manifestação intensa do uso dos carismas.

---

<sup>87</sup> Tal trabalho foi mencionado na Introdução e em outros capítulos anteriores.

A argumentação em favor da liberdade no uso dos carismas estaria na própria história da Igreja em seus primórdios, como afirma a mesma entrevistada:

A oração em línguas é mais ou menos nesse estilo, você ora, você entra em um grupo de oração e escuta e vai se perguntar, “nossa, o que está acontecendo aqui?” Mas é essa experiência de orar em línguas, e isso é próprio da Igreja, não é nada novo, porque lá em pentecostes, depois que Jesus subiu aos céus, ele disse para os discípulos que não saíssem de Jerusalém, pois, ele iria mandar o espírito, o advogado e realmente, em pentecostes, receberam o Espírito Santo. Ficaram plenos do Espírito Santo e eles oraram em línguas diferentes e a igreja teve essa pratica muito forte no inicio dela e depois com a perseguição dos cristãos, quando começaram a matar e a fazer um monte de maldade, foi esfriando, ficou meio adormecido. Os carismas não são algo que a Renovação trouxe agora, ele aconteceu na nascente da igreja. A renovação simplesmente usa aquilo que já é próprio da Igreja. (Ermelinda)

Como “abrir mão” de um elemento fundante do cristianismo? Juntamente com a idéia de um Batismo no Espírito e o Repouso no Espírito, o Falar em Línguas transforma-se em elementos complicadores na relação com outros grupos. Por si só apresentam elementos que não fazem parte do universo católico recente. Os registros que fazem evocar são justamente os relacionados ao Cristianismo Pentecostal Evangélico, com o qual o catolicismo, desde há várias décadas vem medindo e disputando espaço.

É um campo delicado no trato com a Renovação, pois sem ele, ela perde grande parte de sua identificação como Movimento Pentecostal Católico; por outro lado, há uma vinculação com o Pentecostalismo Evangélico que, muitas vezes é visto como perigoso de desvirtuamentos. Como precaução contra tal “perigo”, o documento da CNBB que trata das orientações para a RCC no Brasil, recorre a uma Exortação Apostólica de João Paulo II (*Christifideles Laici*), a qual identifica critérios para os diversos tipos de associações de leigos no seio da Igreja Católica. Uma delas se refere à fé católica:

- a responsabilidade em professar a fé católica, no seu conteúdo integral e encorajando acolhendo e professando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre a pessoa humana;  
- o testemunho de uma comunhão sólida com o papa e com o bispo, e na “estima recíproca de todas as formas de apostolado da Igreja” (AA, 23). ( CNBB, doc. 53, 2000, p. 16).

Ao mesmo tempo garante-se ao leigo a liberdade de associar-se em torno de um conjunto de elementos aglutinadores, de cunho social, assistencial ou espiritual e se espera uma circulação

dentro do espaço comum e abrangente do catolicismo. Tal circulação é aceita até determinados limites.

É, é um grupo de oração... Mas aí... Quem são os coordenadores... Senta aqui e vamos conversar. Ou vocês estão dentro do conjunto da paróquia ou então vocês estão fora. Isso não quer dizer que vocês têm que rezar igual a mim, podem rezar diferente, só não podem aqui é tendo revelação, essa coisa toda. A espiritualidade é própria da Renovação? Ótimo. Agora, dentro do conjunto da paróquia. “Quais são as duas prioridades pra esse ano”. Dízimo e uma missão, vocês têm que ser missionários. Não adianta ficarem aqui toda quarta-feira rezando, rezando, rezando e nunca visitar um doente, nunca visitar uma família carente, nunca fazer um trabalho de Evangelização na rua... Dentro do conjunto da paróquia, do planejamento pastoral. (Pe. **José Dilson**, pároco da Paróquia Sagrada Família na Posse).

Às vezes as restrições não acontecem na forma de uma proibição direta, mas por meio de críticas ou repreensões.

Eles são delicados, são respeitosos. Lá na Catedral eles me chamaram para fazer a leitura, leitura da Bíblia, leitura das homilias. Mas à noite, sexta-feira eles se reuniam enchiam o salão. Enchia o salão. Então é muito canto, né, muito canto. Apagam a luz a certa altura, usavam o lusco-fusco. Muito bem, é a hora da língua [o entrevistado imita uma confusão de vozes e barulhos]. Aí eles delicadamente... São respeitosos...

– Padre o senhor queria falar um pouco a sua...

Não pode, você não pode também ser fácil. Eu disse: – Não, eu... A língua que falei vocês talvez tenham dificuldade em entender... Eu falei línguas também. Nessa hora eu disse: – Eu falei a língua da mulher prostituída, falei a língua do menor abandonado, falei a língua do desempregado, falei a língua da negra, a mulher discriminada por ser negra, essas línguas eu falei, mas são línguas difíceis para vocês. Mas essas são as minhas línguas. Então você vê, são dois mundos, não é? (**Padre Castro**)

A aproximação com o pentecostalismo evangélico, em especial no que tange ao falar em línguas e à cura, não traz desconfianças somente para os agentes institucionais. Mesmo os simpatizantes percebem que há um perigo iminente nessa aproximação. Mesmo que não motive a uma mudança de religião, tal aproximação pode causar um sentimento de insegurança em determinados participantes da Comunidade.

Ah, quando você tenta fazer alguma coisa assim, como um momento de louvor, são poucas as pessoas que vêm participar. Eu sei assim, de conversas com os jovens. Os jovens sim, às vezes começam a sacanear: “Porque que eles estão falando em línguas?” Fica aquela coisa de duvidar, de achar que aquilo seja irreal, de que aquilo aconteça realmente. Muitos falam que está muito parecido com crente (risos). Muitos comentam isso, que está igual à igreja de crente, outros dizem que eles têm muito aquilo de achar que tudo o que o padre fala está certo, tem que ser seguido à risca, aquilo da

subordinação. Alguns jovens, não são todos. (**Maria**, catequista de crisma da Comunidade Perpétuo Socorro, simpatizante da RCC, freqüentando por um período de tempo um Grupo de Oração da Comunidade de Vida Novo Maná)

Mesmo pessoas que participam esporadicamente e sentem-se atraídas pela forma de rezar da Renovação, apresentam resistências àquilo que ela apresenta como um dos mais significativos motivos de sua existência.

É, ainda não compreendi o que é falar em línguas. Teve assim, pessoas daquelas que estão lá coordenando, começam a falar em línguas e eu não entendi. Eu fiquei assim, emocionada, senti que foi um momento forte, mas eu fico assim: “Meu Deus, será que é mesmo, como é que é isso, como é que a pessoa está se sentindo, como ela está?”. E lá, quando eu fui pela primeira vez, eu fiquei até meio chocada, a primeira vez, mas depois eu passei a participar e pensei: “Não, deve ser dom mesmo da pessoa de ter isso”. Assim como a pessoa vai celebrar e celebra tão bem, a gente diz que é dom. então, só pode ser dom mesmo. Mas eu ainda preciso aprofundar mais pra poder entender isso aí. (**Silvana**, Ministra da Palavra na Comunidade Perpétuo Socorro, simpatizante da RCC)

Para quem teve experiências de falar em línguas, também o deparar-se pela primeira vez com o fato causou estranheza e desconfiança.

Na primeira vez que eu participei, que eu os vi falando em línguas, eu achei aquilo coisa de maluco, só pode ser. Você vê aquela coisa desordenada, um falando aqui, outro falando lá. Aí eu comecei a procurar na Bíblia, porque as pessoas podem falar o que quiserem, mas eu tenho que ter a comprovação, eu e Deus, ou eu na Bíblia. Tenho que procurar pra ver se isso realmente existe ou se isso é invenção humana. Pra mim era um monte de malucos falando, e foi continuando, só que você conhece as pessoas e vai vendo que são pessoas sérias, não estariam ali inventando uma grande mentira ou fazendo teatro, essas coisas todas. Aí procurei na Bíblia e realmente na Bíblia consta que as pessoas falavam línguas e que ninguém entendia. Porque se fosse uma coisa que você entendesse, seria mais fácil de você compreender que aquilo ali existe mesmo, mas como as pessoas falam e ninguém entende, acho que isso é mais difícil de você estar percebendo a realidade das coisas, porque depois é uma pessoa só que vai interpretando. Quando eu achei na Bíblia que as pessoas falavam e que ninguém entendia, que o entendimento era outro, aí eu pensei: “Não, então existe mesmo”. (Maria)

O dom só se manifestou com clareza para a entrevistada, quando ela teve a confirmação documental na Bíblia, de que tal fenômeno poderia realmente acontecer.

Aí quando a minha língua começou a querer falar sozinha, foi que eu: “Opa, tem alguma coisa estranha”. A princípio a gente fica assim: “Será que eu que estou inventando por

que estou vendo um monte de gente fazendo e por impulso eu também quero fazer?” Mas aí a gente acaba vendo que não, que não sou eu que estou forçando, mas é uma coisa que está além da minha vontade. Também pude compreender que, na verdade, falar em línguas te dá uma paz de espírito. É uma coisa que eu também não sei o que é que a minha boca está querendo pronunciar, mas a gente percebe que depois que acaba, você fica com uma paz de espírito. É como se a sua alma estivesse conversando, não seu corpo. É uma coisa que está além do teu entendimento, mas é uma coisa que te traz benefícios de espírito, embora a gente não entenda. Foi, foi mais de uma vez. No começo eu ficava com vergonha, nem abria a boca e então a minha língua ficava se enrolando aqui dentro da boca e eu morrendo de vergonha. Com o passar do tempo eu comecei a falar, mas falava baixo, meio com vergonha ainda. Porque foram poucas vezes que... Poucas vezes não, devo ter freqüentado dois, três meses, semanalmente, na Comunidade Novo Maná. A primeira vez acho que foi no Batismo do Espírito Santo, que eu comecei. Depois continuou e mesmo depois que eu saí da Comunidade, toda vez que eu faço uma oração mais forte... Vem. Mas não vem forte... (Maria)

Portanto, as desconfianças quanto aos elementos mais contundentes da Renovação não se apresentam somente por parte de pessoas que só a conhecem de longe. Mesmo seus participantes buscam primeiro se assegurar que o fenômeno é possível para só posteriormente aderir a ele. Porém, o Falar em Línguas e, principalmente o Repouso no Espírito, causa estranheza até mesmo em pessoas que expressam um relevante aprofundamento espiritual, como é o caso de Helena. Mesmo demonstrando uma ansiedade e necessidade de estar em constante contato com experiências espirituais, apresenta um limite na compreensão do que é possível ou viável dentro de tais experiências. Isso se manifesta claramente no contato com o fenômeno do Repouso no Espírito. **Helena** (simpatizante da RCC, participante das Oficinas de Oração e Vida, liderança na Comunidade Perpétuo Socorro) explica o que acontece no momento do Repouso no Espírito em uma reunião da RCC:

E o repouso no espírito é quase igual também normalmente acontece ate depois da oração em língua. Isso eu só vi uma vez e aconteceu, vi duas vezes acontecer nesse encontro que a gente foi, nesse retiro e num outro numa outra vigília, alíás, eu já vi varias vezes em vigília acontece muito repouso no espírito. Quando dizem que os servos começam a fazer interseção, interseção é orar por você. E você normalmente ta de pé ou você se ajoelha pra ele orar e você vai tomando uma dimensão daquela oração e você vai perdendo toda aquela força ai você cai, você cai, você fica ali talvez 1 minuto, 2 ou 3. Você fica ali na inércia daí isso é chamado o repouso no espírito.

Perguntada se já havia acontecido com ela o Repouso no Espírito, informou:

Comigo não! E quando eu vi fiquei muito assustada. E eu acho que só não aconteceu comigo porque eu criei muita barreira. Eu mesmo impedi que acontecesse. Porque quando a oração acontece junto com musica, junto com oração em língua é você se sente

totalmente envolvido com aquela situação eu sinto todas as condições de acontecer o repouso no espírito comigo. Ai eu fico assim pensando... Sabe, eu saio daquela realidade e penso assim nele em quem ta do meu lado. Então a gente mesmo impede. Isso acontece na nossa vida, muita coisa que não acontece com a gente impede de acontecer. Então eu acho que não e o meu momento, o meu tempo. Talvez se eu continuasse assim a me envolver mais, a praticar eu me envolveria de forma que acontecesse comigo, mas eu me identifico demais com a renovação carismática e tudo que se fala no espírito.

O esposo que a acompanha em todos os encontros de formação, às celebrações e momentos de oração da Oficina de Oração e Vida e da RCC, não compartilha com ela os mesmos sentimentos e exprime uma atitude mais racionalizada frente aos fenômenos que lá acontecem.

Ele fala que existe toda uma... Gente é muito induzido porque tem um instrumento que faz um acorde e um outro começa fazer oração e ai você vai ficando entendeu? Naquele clima e acaba se envolvendo, ele acha que existe toda... Assim me fugiu palavras, mas alguma que te impulsiona, como se não fosse real...

Outro caso é o de **Vagner**, esposo de **Regina**, que estão tentando criar um Grupo de Oração na Comunidade onde atuam, Comunidade São Bento. Segundo ele, a idéia inicial era firmar o grupo como Noite de Louvor até terem condições e pessoal suficiente para pedirem o registro à coordenação diocesana da RCC. Entretanto, Vagner, diferentemente da esposa, não percebe a viabilidade de tal intento. Há complicadores que dificultam a implantação de um grupo ao estilo da Renovação. As pessoas teriam dificuldades em aceitar alguns aspectos que a RCC apresenta.

Perguntado se haveria alguma reação a esse trabalho deles, disse que muitas pessoas não entendem a RCC e que, mesmo ele possui muitas dúvidas. Sua esposa diversas vezes falou sobre a possibilidade de convidarem alguém de fora para dirigir um ou outro encontro e que algumas pessoas já se prontificaram nesse sentido. Entretanto, ele manifesta o receio de que alguma coisa dê errado: *“Imagina se a pessoa que vem possuir os dons do Espírito e comece a falar em línguas, ou a profetizar. As pessoas que não conhecem a Renovação vão achar estranho e podem se afastar e ainda criticar nosso trabalho”*.

Na verdade, foi o que aconteceu em outra Comunidade quando algumas lideranças tentaram iniciar um Grupo de Oração e convidaram alguns participantes ativos para irem a encontros de formação da Renovação.

Por isso eu preciso do registro da Renovação porque ai você teria um coordenador que vinha de uma outra experiência mais amadurecida, pra te dar o respaldo, aquela coisa de... Ai o que aconteceu nós marcamos uma,nós soubemos que ia ter um retiro de interseção ai eu convidei as pessoas que estavam mais a frente do grupo liderando. “Vamos nesse retiro - Retiro da renovação carismática -, a gente vai conhecer melhor. E é a nossa oportunidade de começar a já pensar no registro do grupo”. Depois que a gente foi nesse retiro, o grupo acabou. Porque as próprias pessoas que estavam no grupo que eu achava que estavam forte na liderança ficaram muito assustadas quando viram a oração em língua, quando viram repouso no espírito. **(Helena)**

Tais inseguranças no trato com esses aspectos da Renovação levam os agentes institucionais, mais especificamente os padres, a exigirem um maior controle das ações dos carismáticos, em especial pela possibilidade de confusão com os evangélicos. As medidas tomadas seguem no sentido de um controle mais estreito das suas ações em âmbito público como nos encontros dos Grupos de Oração e das missas coordenadas por membros da Renovação. Porém, o controle local é delegado aos padres e aos coordenadores de Grupos da RCC nas Paróquias e Comunidades.

Agora a Diocese, o que ela fez? Como eu disse, ela colocou um Frei, é o Frei Luis, antes já havia outros, como aquela pessoa que vai acompanhar, para tentar minimizar alguns possíveis desvios. Tem também a organização diocesana da RCC vinculada no conjunto da Diocese. Então, se organização diocesana da RCC vai preparar alguma coisa, tem que entrar em contato com a Diocese, há um... Então foi a tentativa de preencher esse espaço que a gente deixava muito solto. Então eles iam fazendo as coisas e aí a coisa ia... A tensão ia sendo cada vez mais freqüente. Então foi quando se tentou, dando uma certa liberdade a eles no trabalho, mas ao mesmo tempo dando essa organização mais diocesana ao Movimento. Eu acho que é o que acontece na maioria das dioceses, essa tentativa de que haja um representante... **(Padre Ricardo, animador das CEBs na Diocese)**

Eu desejei que o grupo fosse registrado. Falei com o padre, porque a minha preocupação era assim. Você obrigava... Você tem que acolher o que chega, do jeito que ta e se acontece um escândalo. Porque não tem aquelas pessoas que às vezes gritam, aquela coisa... Qual o respaldo que a gente tem? O padre já não gosta muito da renovação. Nenhum deles foi favorável entendeu? Então fazem assim: “Fiquem bem discretos, não deixem a coisa tomar muita grandeza porque pode acontecer depois de entrar uma pessoa, fazer um escândalo, falar alguma coisa”. Aí o medo da oração em língua, aquelas coisas que... O medo de alguém cair no chão. É. E era isso que eles chamavam de escândalo e tinham medo que acontecesse aqui. Todos os padres. Por isso acabou o grupo. Entendeu... Porque a oração em língua, você sabe,a primeira vez, qualquer um se assusta. **(Helena)**



Além da estranheza em relação a tais características, há uma indisposição pessoal, formas de pensar e de se comportar que ocasiona um distanciamento e um posicionamento mais distanciado perante a RCC, como expõe Padre Ricardo.

Acho que a minha dificuldade é... Primeiro, a oração não consegue penetrar dentro de mim, dentro do meu espírito, sabe, me motivar, a oração. E depois, aqueles gestos todos, eu tenho certa... Sou um pouco rígido, então eu tenho uma certa dificuldade. Depois, uma dificuldade que eu tenho muito é que às vezes eu acho que eles têm um perfil muito moralista. Visão minha. Às vezes eu penso que eles têm um perfil muito moralista e que depois, no fundo, no fundo, são apenas fugas de questões que eles mesmos têm, na questão sexual, na questão até eclesial, são fugas de medos que eles têm. E aí eu vejo o Movimento como uma grande fuga de enfrentar a realidade. Esse é um julgamento meu que pode estar manchado pelo preconceito (**Padre Ricardo**).

Em outros casos, o preconceito é identificado como produto do desconhecimento do que seja a Renovação Carismática.

Assim, gente conversando, aí você passa e as pessoas estão falando, a pessoa não entende, ainda não procurou descobrir o que significa, aí não fala coisa com coisa. Agora, você que é Renovação, você não vai sair dali magoado porque alguém te xingou, disse que tu era “beato”, porque alguém diz que tu é “barata de igreja”, porque alguém disse que tu quer “morar dentro da igreja”. Você vai se magoar com isso? Não. Você sai alegre, feliz, orando a Deus, entregando aquela pessoa, que o Senhor transforme aquela pessoa também. (**Dona Sônia**, Comunidade Nossa Senhora das Mercês, participante da RCC)

As estratégias de se conformarem naquilo que não é fundamental, às exigências da Diocese e das coordenações das paróquias e Comunidades, por parte da Renovação, são passadas para os coordenadores locais dos Grupos de Oração. Assim, a obediência é um dos quesitos fundamentais para a convivência. Tal obediência segue a necessidade de se colocarem distantes das tensões e das rugas com os padres.

A obediência ao sacerdote. Não dizer que está acima do sacerdote, não querer ser mais que ele, ou não ouvir ao sacerdote, não ouvir ao sacerdote e ouvir besteira. Quando ele chamar, atender. Se ele disser: “Hoje é 4ª feira, hoje é dia do Grupo de Oração, na matriz vai ter um trabalho e a matriz está precisando de todos”. Quer dizer, o sacerdote está precisando da Comunidade aqui, então nós entramos em acordo, nós não teremos Grupo de Oração, nós avisamos à assembléia e vamos servir lá. Graças a Deus nunca tivemos problema com o padre. Graças a Deus o padre vem, nos acolhe muito bem. Pelo contrário, ele fala que essa Comunidade é a maior que tem na paróquia e é a Comunidade que sempre dá o exemplo. (**Dona Sônia**)

Há também a preocupação em restringir as ações do Grupo a um nível que não contradiga tanto as expectativas dos participantes que ainda não aderiram completamente aos elementos fundamentais da Renovação.

Não, eles têm até assim opinião como todo mundo tem da Renovação que acham que é muito forte, que esse negócio não existe, que às vezes na Renovação eles falam de cura, eles têm visões, isso assusta um pouco, nem todo mundo aceita isso, mas agente nunca tentou, somente na noite de oração mesmo, mas não é a Renovação. A gente procura espiritualizar um pouco com músicas, minha mãe vem pra fazer essa parte, a gente fala “mãe, vai devagar”. Ela fala, ela é fervorosa, mas aqui não é como ela é na paróquia dela, que é um grupo de oração e lá eles podem ficar à vontade. (**Regina**, Comunidade São Bento, simpatizante das CEBs, organizadora da Noite de Louvor em sua Comunidade).

Interessante observar as mudanças efetuadas no estilo de reunião da Comunidade São Bento, onde atua a entrevistada acima. Pelo fato de sua mãe ter sido eleita para uma coordenação com trabalho mais exigente na diocese onde ela atua, não pode mais estar dirigindo mensalmente a reunião da Noite de Oração na Comunidade da filha por falta de tempo. Portanto, sem a mãe para dirigir a reunião e também para efetuar a pregação da palavra, adaptaram o estilo da reunião.

A configuração atual da Noite é comparada por eles próprios ao Círculo Bíblico. Há encontros semanais nas casas daqueles que se dispõem, onde rezam, lêem e comentam a Bíblia e, no último sábado do mês se reúnem na capela para a Noite de Louvor propriamente dita. Vagner confirmou o que sua esposa havia explicado informalmente, que resolveram seguir o estilo do Círculo Bíblico para que as pessoas se envolvessem mais a partir das visitas às casas. A própria configuração da Noite segue outro esquema. Sem alguém para realizar as pregações ao modo da RCC, resolveram mudar o esquema de Assembléia, onde o condutor do encontro ficava à frente e dirigia tudo por meio de um microfone. Agora sentam-se em roda, mudando os bancos de lugar e cada um pode manifestar-se quanto à leitura bíblica escolhida. Dessa forma suprimem a falta de alguém que dirija e que conduza a palavra de forma incisiva. Esse também é o modelo típico do Círculo Bíblico. Mantêm a reza do terço e a adoração ao Santíssimo, como faziam anteriormente. Vagner admite que, mesmo com essa mudança, forçada pela falta da sogra, as pessoas ainda não se manifestam como a eles (Vagner e esposa) seria satisfatório.

Por outro lado, há outra negociação a ser feita na vida pessoal dos participantes. Para que a Renovação seja eficaz, é necessária uma aceitação de uma regularidade no contato com o

divino, uma cotidianização de certas práticas. Sem essa negociação com o ritmo de vida diário, a renovação espiritual não logra êxito.

Em geral, no grupo de oração é o lugar próprio da gente estar usando todos os dons, agora claro, na minha vida pessoal de oração, pois uma coisa que a Renovação coloca para nós é que nós devemos ter vida pessoal de oração. Todo dia eu tenho que ter minha vida de oração, o estudo da palavra, vida sacramental que é receber a eucaristia se possível todos os dias, confessar uma vez por mês. Então a gente tem, de certa maneira, orientações de vida pessoal bem firmes, não é aquela coisa largada não. Para você estar usando os dons, para você estar ali na frente você tem que procurar ter essa vida de santidade, você tem que ter esse momento muito junto com Deus, na escuta de Deus. Na Renovação a gente vive uma experiência muito do sobrenatural e isso no mundo moderno de hoje, não tem muito essa visão e isso também confronta. Quando uma pessoa chega no grupo que ela é desacreditada, que ela vive uma experiência concreta, é onde ela muda da água pro vinho, ela vê: “Realmente Deus existe e isso é algo que eu não tinha ainda vivenciado”. Mas assim, tudo isso que eu estou falando contigo, na verdade, você não vai entender tão bem assim, por que é aquilo, isso é coisa que vem da prática, do dia a dia. (Ermelinda)

Diversos entrevistados, ao falarem de suas experiências religiosas e das transformações ocorridas a partir do contato com a Renovação, afirmam que o distanciamento da prática cotidiana junto a um Grupo de Oração ocasiona a perda de eficácia da vida espiritual. Explicando sobre a experiência de falar em línguas, Maria comenta:

Hoje nem tanto porque já tem muito tempo que eu não freqüento. Só quando eu faço uma oração mais forte mesmo, quando eu estou mais interiorizada que vem. Não é uma coisa que eu possa fazer quando quiser. É uma coisa que vem, dependendo da ligação com Deus, como o estado de espírito. Você fala em língua? Você também acha que não acontece? Porque se eu também não tivesse passado pela experiência, eu não acreditaria.

Outra liderança de outra Comunidade também confessa estar distante das suas origens religiosas familiares e de seu passado de participação ativa em pastorais e eventos.

(...) Preciso voltar às minhas origens e eu estou meio preguiçosa. Eu estava conversando com o Coordenador esses dias eu disse assim: “Se a gente não tomar cuidado a gente se esvazia”. E eu estou assim. Ele disse que estava orando outro dia e no meio da oração estava pensando em outra coisa e disse: “Ih! Eu estava orando e estava pensando em outra coisa”. Eu me encontro nesse estado. E não pode, se você está orando, tem que estar em sintonia. Vou ficar orando e pensando no Big Brother! (Jane, Comunidade Nossa Senhora das Mercês, Secretária do Conselho Comunitário).

Uma regularidade na participação é buscada por Helena, que pauta sua vida diária pela programação de rádios e redes de televisão católicas.

Quando a Maria quis marcar [a entrevista] eu marquei às 8 horas da manhã com você ela falou: “não seria melhor que fosse mais tarde porque 8 horas ainda é cedo, ele vem da tijuca, pode se atrasar então eu disse: “Pode ser mais tarde, eu estou disponível”. Ai ela: pode ser nove horas?” Eu disse “Nove horas não pode, pode ser dez horas, porque nove horas eu tenho oração do padre Marcelo”. Então eu sou muito assim, eu tenho igreja todo domingo. Ouço a oração do padre Marcelo todos os dias 9 horas da manhã. 09:45 eu não atendo telefone, não atendo campainha. Os meus amigos sabem. E eles não me procuram nesse horário. Não é enquanto terminar a oração não. Porque o programa não é só oração não, o programa começa as 9:00 e termina as 10:00. Um convite pra você também. Mas de 09:45 as 10:00 horas é o momento da oração. (...) Todos os dias... Todos os dias de segunda a sábado de 09:00 as 10:00. Se eu tenho médico pra marcar eu não marco esse horário, se eu tenho compromisso eu não marco esse horário. (...) todos os dias! Se eu não escuto eu me incomodo. E 09:45 eu paro tudo que eu estou fazendo. Eu tenho uma confecção que toma muito meu tempo. Eu comecei assim a dar mais estrutura a minha confecção depois que eu larguei o trabalho da Igreja porque minha vida era muito ligada à Igreja e não dava tempo, mas eu posso estar com serviço pra entregar. Eu posso estar sobrecarregada, de 09:45 as 10:00 de 09:45 a 9:55 aproximadamente eu estou em oração. Aí se eu pude eu tiro o telefone do gancho ou não atendo. Minhas filhas fazem a mesma coisa quando podem. E quem tiver na minha casa eu convido também pra fazer. Se tem que marcar um compromisso nesse horário eu não marco nesse horário. Porque ajuda na minha espiritualidade eu preciso eu acho que é muito fácil ficar... Entendeu? Me acho muito fraca. Então eu preciso da oração e a oração é minha força, então todo dia de manhã eu ouço a oração do padre Marcelo, faço, lavo louça, faço meu trabalho, costuro, mas quando é 09:45 aproximadamente, começa o momento chamado viagem e eu paro. 15:00 da tarde e hora da misericórdia aí não dá pra ficar parando toda hora porque ou você trabalha ou você ora.

Toda sua família também participa dos arranjos cotidianos para o cumprimento de suas necessidades espirituais.

Meu carro só fica na [Rádio] Catedral porque não pega Rádio Globo, mas quando estou em casa de manhã eu ouço em casa. Nem minhas filhas, nem o meu marido mudam a estação do carro. É só Rádio Catedral, quando eu entro no carro, ligo só Rádio Catedral.

Tanto no nível macro das coordenações diocesanas, sem falarmos das coordenações nacionais da RCC, quanto no nível micro das coordenações locais e mesmo na condução da vida pessoal e familiar cotidiana, as negociações para assumir e adequar os elementos fundantes do carismatismo católico encontram-se presentes. Da mesma forma que as CEBs necessitam de um constante referenciar suas bases identitárias, também a RCC necessita estar atenta a uma gama de instâncias para sobreviver como diferente acolhido em ambiente estranho. Aos poucos, sem abrir mão de suas características fundamentais, porém adaptando-se ao ambiente em que se encontra, vai buscando cumprir seu papel fundamental de orientar e regular a vida pessoal dos

agentes católicos na Diocese de Nova Iguaçu. Sua eficácia parece estar na rotinização da vivência do divino e sua incorporação na vida cotidiana.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas questões se apresentaram diante do material coletado tanto por meio das entrevistas quanto por meio das observações efetuadas no campo. Entretanto, tivemos que selecionar, dentre o vasto material, aqueles temas que direcionavam para a resolução de nossa questão principal, o relacionamento entre dois fenômenos católicos vivenciados em um mesmo espaço e partilhados, em diversas situações, por membros católicos que, mesmo simpatizando com um desses movimentos, não descartava o outro em sua experiência religiosa.

Portanto, a primeira dificuldade talvez seja a determinação do pertencimento dos agentes entrevistados. Não conseguimos perceber uma delimitação clara por parte da maioria dos entrevistados, em especial os leigos, sobre uma única e excludente opção de pertencimento. Poucos foram os que se afirmaram como pertencentes somente a um desses segmentos a ponto de excluirmos a participação no outro grupo. Mesmo esses apresentaram admiração por algum ponto desse outro grupo. Portanto, fora do nível de coordenações diocesanas, nem sempre podemos categorizar os agentes leigos por uma escolha única e redutível a um único pertencimento. Ao menos em termos de idéias, mesmo que não haja participação efetiva nesses grupos, percebemos abertura e admiração para com eles.

Percebemos também que a dinamicidade do catolicismo, em especial o das CEBs é minimizada pelos meios de comunicação social de massa, os quais buscam confirmar um decréscimo na atuação de agentes vinculados ao pensamento da Teologia da Libertação em favor da atuação massiva de agentes vinculados à Renovação Carismática Católica. Muitas vezes isso é apresentado como se fosse um pêndulo que mediria a dinamicidade por meio de seu aparecimento como fato de destaque dentro das notícias impressas ou televisivas. Nesse campo, a RCC desenvolve um relevante trabalho, utilizando os meios de comunicação contemporâneos como ponto forte de sua difusão e visibilidade.

Por outro lado, como afirma Novaes (2002), há uma rede de pertencimento difundida em diversos partidos políticos, sindicatos, associações, que agrega os participantes ou simpatizantes das CEBs e da TL, *“que tem poder de se autoconvocar e de se apresentar publicamente em determinados momentos políticos por meio de encontros, abaixo-assinados e campanhas. Organizam, vez por outra, encontros específicos para discutir fé e política”* (2002, p. 69).

Um desses momentos, só para exemplificar, foi a reação de inúmeras pessoas a uma carta escrita pelo Professor Aquino<sup>88</sup>, da Rede Canção Nova de Televisão. Na carta, o professor destacava, de forma negativa, a atuação de diversos bispos brasileiros que se alinharam ao pensamento da Teologia da Libertação, como Dom Helder Câmara, os irmãos Lorscheider, e Dom Luciano Mendes<sup>89</sup>. A reação foi imediata, o que impeliu o representante da Canção Nova, Padre Jonas Abib a buscar desvincular, em manifestação oficial, a atitude do Professor Aquino do posicionamento oficial da Rede de Televisão. Setores da CNBB também exigiram explicações quanto ao fato. Os debates se restringiram aos meios eclesiais. Entretanto, o Jornal Caminhando, da Diocese de Nova Iguaçu, publicou também um ato de repúdio ao Prof. Aquino. Dentre as manifestações, Dom Luiz C. Eccel, Bispo Diocesano de Caçador-SC, afirma o caráter mobilizador causado pela polêmica:

Dentre os mortais, pude perceber que o professor não prestou um desserviço à Igreja como escreveu um dos articulistas. Ao contrário, está prestando um serviço de primeira grandeza à Igreja. Sua simples cartinha continua despertando tantas pessoas queridas, cheias de dons, a sair de suas tocas.<sup>90</sup>

Nesse mesmo texto, Dom Luiz ressalta o expressivo número de mensagens enviadas em protesto à carta do referido professor. Esse fato ocorreu no ano de 2007, às vésperas do Encontro do Episcopado Latino Americano na cidade de Aparecida do Norte, Brasil.

Sem entrarmos em detalhes sobre que público se manifestou ou teve acesso a tal fato, por não termos como identificá-los, uma conclusão a que chegamos é a de que a dinâmica do catolicismo ultrapassa as previsões que os meios de comunicação de massa projetam. Não quero, com isso, defender de uma maneira superficial a vitalidade das CEBs e da Teologia da Libertação sem considerar a crise que se abateu sobre essa parcela do catolicismo<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> O Sr. Felipe Aquino possui programas formativos na Rede Canção Nova de Televisão e de Rádio. Possui um programa semanal chamado “Escola da Fé”, onde apresenta diversos temas teológicos. Possui também diversos livros editados pela Editora Cléofas, fundada por sua esposa para editar os livros do Sr. Aquino, o qual tem sua formação acadêmica em Engenharia Mecânica. Em relação à Teologia da Libertação possui um posicionamento crítico, em geral acentuando informações voltadas para as condenações de Igreja Católica ou de alguns bispos a essa Teologia.

<sup>89</sup> Confira notas sobre os dois lados da questão em: <http://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2007/04/15/carta-confidencial-a-d-pedro-casaldaliga/> e em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=27365>

<sup>90</sup> Texto acessado na Adital (Agencia de información Fray Tito para América Latina, em 10/02/2008. Publicado em 30/04/2007 - <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?idioma=PT&cod=27365> .

<sup>91</sup> As cartas de Dom Pedro Casaldáliga e a de Prof. Aquino encontram-se em anexo. Ver Anexo E.

Por outro lado, a Renovação Carismática possui uma dinâmica atraente que, de maneira semelhante ao pentecostalismo evangélico, é dirigida em muito pela “*função terapêutica de seus cultos, a ênfase nas questões pessoais e domésticas e o ‘consolo’ aos que se encontram em situação de ‘aflição’ e/ou sofrimento (...)*”, como afirma Machado (1998), ao tratar do que aborda a literatura sobre o pentecostalismo e o neo-pentecostalismo. Para esse sentido já apontamos anteriormente, quando relacionamos a aceitação dos elementos da RCC devido a uma rotinização dos efeitos da presença do divino no cotidiano das pessoas. As CEBs, por seu turno, apresentam uma dificuldade básica quanto a sua aceitação, que é o distanciamento conceitual do cotidiano. Os termos da elaboração de sua constituição apresentam-se como difíceis de serem apreendidos por agentes não iniciados em debates intelectuais mais abrangentes. Não queremos afirmar com isso que não haja entendimento por parte de agentes com menor grau de escolaridade. O que queremos dizer é que, mesmo apresentando uma prática referenciada nas CEBs, sua identificação não é imediata. As mediações para seu entendimento são menos diretas do que as mediações da RCC, que fundam-se no cotidiano, nas dificuldades diárias, nas doenças e problemas familiares e pessoais que não são remetidas para complexas teias de questões sociais e políticas. Em determinados momentos, as causas são mais fáceis de entender: a ação do demônio.

As dificuldades a serem vencidas nessa empreitada de negociação, são, por um lado, as práticas de um catolicismo que diverge do carismático, definido como “catolicismo tradicional”. Neste, os católicos são vistos como apáticos às manifestações do Espírito Santo, que suscitaria um profundo envolvimento, participação e maior rigor quanto aos preceitos de Jesus por meio de diversas normas católicas referentes à postura pessoal. O católico tradicional impediria a expansão do catolicismo dinâmico, envolvente e alegre dos carismáticos. Nesse sentido, as CEBs encontrar-se-iam inseridas em tal modelo tradicional.

Por outro lado, essa não é a visão dos adeptos das CEBs, para quem os carismáticos é quem portam certa deturpação da mensagem cristã, quando não aderem ao debate e à prática sócio-transformadora.

Portanto, esses dois movimentos ocupam mesmos espaços físicos compartilhados, mas encontram-se, em determinados momentos, distanciados pela representação que efetivam do espaço social. Vinculação à mesma instituição, mas distanciados pelas significações temporais. Entretanto, as exigências organizativas da Diocese de Nova Iguaçu, de certa forma exigem uma



relativização de tais representações, em especial dos adeptos da RCC, para que possam se instalar. Tal argumento baseia-se em alguns pontos de observação, particularmente no fato da organização da Diocese fundar-se estruturalmente em instâncias de decisão participativas, como conselhos e assembleias, sejam comunitários, paroquiais ou diocesanos. A eleição é também uma prática corrente de escolha de coordenadores (Lesbaupin, 2000).

Dentro dessa organização, a RCC poderia sentir-se pouco à vontade, embora percebamos que vá descobrindo caminhos que passam pela determinação e insistência de seus adeptos. Exemplo disso é o processo de implantação de Grupos de Oração nos diversos espaços da Diocese. Como vimos, a manifestação da intenção de se implantar um Grupo de Oração em uma comunidade ou paróquia pode desencadear tensões. Para que o projeto surta o efeito desejado, evita-se o confronto. Dessa forma não acontece a desobediência à hierarquia ao mesmo tempo em que não deixa de acontecer sua expansão.

Contudo, algumas conquistas recentes demonstram a consolidação da presença do Movimento na Diocese nos últimos anos, como a implantação de retiros espirituais e a realização de um Congresso Regional da RCC na Diocese em 2006. Também foram convidados em 2007 a serem os responsáveis pela administração de uma casa de oração da Diocese. Portanto, seu espaço de atuação e visibilidade vai se ampliando.

Os adeptos das CEBs, por seu turno, encontram-se em uma situação talvez mais confortável frente ao avanço da RCC. Podemos observar que têm à sua disposição, diversas instâncias de interferência nos rumos da Diocese, como os conselhos e a própria identidade baseada nas CEBs e em uma postura mais sócio-política por parte de grande parte de agentes de pastoral leigos ou eclesiais. Entretanto, adeptos e simpatizantes da Renovação ocupam hoje cargos e funções nos diversos níveis dos subconjuntos da Diocese, como Coordenações comunitárias, paroquiais e regionais. Tal fato demonstra a versatilidade e a capacidade de assumir posicionamentos não estritamente vinculados ao Movimento uma vez que os responsáveis por tais funções têm que dialogar com o conjunto mais amplo dos representantes das diversas pastorais e movimentos.

Por outro lado, fora dos círculos de lideranças e mesmo entre alguns desses, a própria noção de Comunidades Eclesiais de Base necessita de intensa negociação e esclarecimentos. Contrariamente à coordenação diocesana da RCC, altamente organizada e burocratizada, encontramos uma organização diocesana de CEBs enfraquecida e com inúmeras dificuldades

para se encontrar com as diversas instâncias das 320 Comunidades espalhadas pelo território diocesano <sup>92</sup>. Nas Comunidades visitadas, mesmo as lideranças mais antigas têm relevantes dificuldades de definir o que viria a ser uma Comunidade de Base. Quando o fazem, ressaltam valores administrativos ou organizativos, confundindo-as com subdivisões paroquiais. Outras vezes são vistas como necessárias para que uma Comunidade ascenda à categoria de paróquia. Assim, possuir muitas CEBs seria um condicionante para uma ascensão qualitativa.

O reforço da memória da Diocese, vinculada em especial a Dom Adriano, continua sendo valorizado. Os meios oficiais de divulgação do papel desse bispo apresentam-no como fundamental para o auto-entendimento dos agentes religiosos como vinculados ao pensamento “libertador” ou “progressistas”. São diversos os meios de veiculação e difusão dessa memória, entre eles o boletim informativo mensal *Caminhando* com artigos que retratam momentos da atuação de Dom Adriano, celebrações ou encontros onde se reforça sua figura. Entretanto, sentimos que há uma mudança nesse cenário, sendo inúmeras as vezes em que os entrevistados fazem comparações entre Dom Adriano Hypólito e Dom Luciano, o atual bispo. Para muitos, esse último colocou a Diocese em um ponto de equilíbrio, enquanto para outros, ele faz um excelente trabalho, “*mas não chega a ser um Dom Adriano*”, como disse uma de nossas entrevistadas. Para nós isso representa já um distanciamento da figura do antigo bispo, em vista da implantação de um novo estilo significativo de coordenador episcopal. Parece que Dom Luciano está implantando seu próprio jeito de coordenar a Diocese, ao mesmo tempo não relegando a memória de Dom Adriano, mas deixando sua marca própria. Outras memórias possíveis estão sendo gestadas a partir de uma nova consciência e de uma nova presença marcante de Dom Luciano Bergamin.

A Comunidade, por sua vez, continua sendo um ponto relevante nessa Diocese. Sua diferenciação em relação a outras dioceses vizinhas, como a Arquidiocese do Rio de Janeiro, por exemplo, é apontada por diversos entrevistados. Mesmo que em algumas realidades a Comunidade se confunda com uma mini-paróquia, como seria possível encontrar também no Rio de Janeiro, a garantia de participação e de discussão sobre os rumos da Comunidade por meio dos Conselhos é ponto pacífico entre os agentes. Por mais que apresente deficiências, tal estruturação ainda é ressaltada por praticamente todos os entrevistados. A formação dos Conselhos, a eleição

---

<sup>92</sup> Número aproximado, conforme pesquisa quantitativa efetuada em 2000. Confira: FIORIN, Névio. **Mapeamento das comunidades da Diocese de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro : Iser/Assessoria. 2000. Mimeo.

ou indicação dos nomes, as reuniões, a condução das tarefas pelos leigos, a responsabilidade frente ao espaço dos encontros é fundamental para seu auto-entendimento como pertencente à Diocese de Nova Iguaçu.

Os Ministérios leigos são também valorizados como marca essencial de participação na condução da vida religiosa. Os Círculos Bíblicos apresentam-se como meio e espaço de contato com pessoas doentes, com famílias afastadas. É um trabalho apontado como missionário, ou seja, onde a Comunidade se estende até os que se encontram em dificuldades de qualquer tipo. É também percebido como espaço de resistência, sendo constantemente identificada com as CEBs, seja por seu estilo de atuação, seja pela composição de seus membros, lideranças de tempos onde as Comunidades de Base eram mais valorizadas e visíveis. Enfim, a Comunidade é entendida como espaço próprio da atuação do leigo.

A falta de um trabalho sócio-político mais efetivo e uma ênfase nos trabalhos assistenciais por parte das Comunidades abre a possibilidade de confluência das CEBs e da RCC. Com o discurso e a prática menos voltados para o universo político partidário e mais para o universo social pode aproximar as práticas e motivações. Parece que a ação sócio-política das CEBs das décadas finais do século XX, de caráter mais reivindicatório estão dando lugar a práticas de geração de renda, ou seja, de inserção sócio-econômica, o que pode ser uma característica que aproxime as visões divergentes de ação sócio-transformadora.

É interessante notarmos que, se compararmos os resultados dos documentos finais das Assembléias diocesanas dos últimos anos, percebemos que esses apresentam e representam transformações quanto ao perfil daquela circunscrição. Na Carta da Assembléia Diocesana de 2000, há um relevante acento no incômodo da Diocese, ou de segmentos diocesanos quanto à presença da Renovação. No documento elaborado durante a Assembléia Diocesana realizada em 2007, o qual conduz a orientação pastoral da Diocese pelos próximos dois anos (Plano Pastoral 2008-2010) a tensão desaparece, assim como referencias diretas ao termo Comunidades Eclesiais de Base ou CEBs. Tudo está resumido no termo abrangente “Comunidade”. Como é um documento elaborado em fins de 2007 não tivemos a oportunidade de aprofundar a questão, mas abre uma gama de perspectivas, as quais, infelizmente, só poderemos apontar sem aprofundar adequadamente. Tal constatação pode apontar, por exemplo, para um equilíbrio quanto às tensões? Ou pode representar um enfraquecimento quanto ao projeto das CEBs, tendo chegado a tal ponto que estas não conseguem mais influenciar os rumos da Diocese? Podemos também

supor que haja uma intenção de selar uma trégua quanto à radicalidade de se evidenciar um tipo de catolicismo perante os demais. Como dissemos, por falta de elementos suficientes, só podemos elaborar questões sem pretensão de respondê-las.

Entretanto, podemos observar que, apesar de diversos conceitos pré-estabelecidos sobre o grupo do “outro”, adeptos de ambos os movimentos são capazes de relativizar as ações próprias de seus grupos em função de influências externas, assumindo uma postura crítica ao aproximarem-se de temas comuns ou a partir de sua própria vivência pessoal. Assim, líderes das CEBs são capazes de ressaltar que a RCC contribui para a promoção de um retorno de católicos afastados. Por seu turno, lideranças da Renovação criticam um demasiado rigorismo interno quanto a normas e exigências de participação na vida da Igreja via RCC.

Mesmo no meio acadêmico podemos perceber que já há algum tempo alguns pesquisadores vêm buscando analisar o contato entre as CEBs e a RCC de uma forma que possibilite ultrapassar as polarizações. Clodovis Boff em seu artigo sobre esses dois movimentos (2000) apresenta elementos aproximativos entre eles. Também Faustino Teixeira tratando do tema dos Intereclesiais das CEBs afirma que preconceitos devem ser quebrados em relação aos pentecostais e, dentro do próprio catolicismo, em relação à Renovação Carismática Católica. Afirma ainda ser um ponto de convergência possível a *“convivência cotidiana e as ações e lutas concretas em favor do povo, fundamentadas na Bíblia. É daí que está nascendo um caminho novo de diálogo ecumênico e cooperação prática”*. Apesar de tal afirmativa, em nota de rodapé, o mesmo autor lamenta o diálogo não estar sendo acolhido por alguns setores da RCC (1999, p.70).

Outra questão que entendemos ser interessante destacar é a utilização pelos dirigentes da Renovação Carismática no Brasil de textos de sociólogos para relatarmos sua história e suas características. Na página do Movimento, foi veiculado um resumo sobre a história da RCC no Brasil, utilizando-se, entre outros textos da própria Renovação, textos de teses de mestrado e de autores com pesquisas já sedimentadas nesse campo, como os trabalhos de Antonio Flavio Pierucci e Reginaldo Prandi, Cecília Loreto Mariz e Brenda Carranza<sup>93</sup>. Embora haja certo consenso em se considerar que a Renovação privilegie mais abordagens psicológicas do que abordagens sociológicas e que possamos pensar que os textos desses sociólogos dão uma

---

<sup>93</sup> Ver cópia do texto da “História da RCC no Brasil” publicado na página da RCC na internet e acessado por nós em 6/02/2007, em anexo. Ver Anexo F.

sustentação para os interesses do Movimento em se afirmar perante a camada intelectual, é significativo perceber que seus dirigentes não se encontram alheios ao interesse do meio acadêmico e ao que se produz sobre a Renovação.

Portanto, apesar da relutância de adeptos dos dois grupos em ressaltar pontos positivos do outro, há mais trânsito e complexificação de relações do que as narrativas dos coordenadores gerais pretendem imputar. Há questões que dizem respeito à aceitação completa e passiva dos elementos apresentados por seu próprio grupo. Exemplo disso é a abertura dos agentes religiosos leigos em aceitar contribuições advindas dos grupos dos quais não fazem parte diretamente e de criticar ou olhar com reserva para características do grupo do qual fazem parte. Esses elementos demonstram que nossa pesquisa é insuficiente para alcançar toda a realidade complexa do universo religioso no Brasil e do catolicismo nesta Diocese da Baixada Fluminense.

Como o franciscano William de Baskerville <sup>94</sup>, personagem fictício de Umberto Eco em “O nome da rosa”, homem “moderno” em meio às crenças do mundo medieval, pensamos que a busca científica está em tentarmos ampliar a visão sobre o que acontece. E nesse sentido, em meio a este quadro complexo do catolicismo em Nova Iguaçu, desejamos ter conseguido, em primeiro lugar um entendimento pessoal mais amplo sobre um espaço que desde há muito tempo tem atraído nossa atenção. Em segundo lugar, nossa esperança é a de que tenha sido possível apresentar um quadro inteligível de nossa pesquisa. Sabemos que várias escolhas foram feitas, diversas seleções foram efetuadas quanto às informações coletadas e quanto ao rumo escolhido em nosso aporte teórico metodológico que influenciaram a condução de nosso trabalho. Portanto partindo da afirmação de Willian de Baskerville, entendemos que a realidade ultrapassa nossa abordagem e que vai além deste ponto final.

---

<sup>94</sup> ECO. Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro : Editora Record, 1986. Utilizamos na epígrafe deste trabalho um trecho do livro em que Frei Willian afirma que só podemos observar a realidade um pouco mais claramente por meio dos instrumentos que utilizamos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Claudio Souza. Violência e Religião: repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. **Revista da Universidade Rural**, série Ciências Humanas. Vol. 24 (1-2). Rio de Janeiro: UFRRJ. Jan/jun. 2002.

AMARANTE, Cristina M.C., SOUZA, Edimilsa R de., COUTO, Maristela G. do. Mortalidade por violências: aplicação de técnicas de análise exploratória em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1987. **Revista Saúde Pública**, 28(3). Rio de Janeiro : Fiocruz Manguinhos, 1994.

ANDRADE, William César de (Org.) **O código genético das CEBs**. 2ª ed. São Leopoldo : Oikos, 2006.

ANTONCICH, Ricardo. Teologia da Libertação e Doutrina Social da Igreja. **Concilium** n. 327. Petrópolis, RJ : Vozes, 1991. p.134-141.

ANTONIAZZI, Alberto. As Religiões no Brasil segundo o censo de 2000. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2. São Paulo : PUC-SP. 2003. p. 75-80.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. Memória e mudança no espaço religioso da Comunidade Eclesial de Base. In.: GONDAR, Jô e BARRENECHEA, Miguel Angel de (Orgs.) **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro : 7Letras, 2003. p. 100-111.

\_\_\_\_\_. **Comunidades Eclesiais de Base, estratégias de construção e de organização da memória e do espaço social**. 104f. Dissertação (Memória Social e Documento). Programa de Pós Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro. 2002.

BAETA NEVES, Luiz Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios. Colonialismo e repressão cultural.** Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1978.

BALDISSERA, Adelina. **CEBs. Poder, nova sociedade.** São Paulo : Paulinas, 1987.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos** 5(2). UFU. 2004. p. 45-64.

BARROS, Andréa e CAPRIGLIONE, Laura. Soldados da fé e da prosperidade. As igrejas evangélicas crescem com a promessa do paraíso na terra. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, p. 86-93, 2 de jul. 1997.

BAUM, Gregory. Críticas dos Neoconservadores às Igrejas. **Concilium**, n.161. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981. p. 64-75.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro : Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Globalização: as conseqüências humanas.** Rio de Janeiro : Zahar, 1999.

BENEDETTI, Luis Roberto. **Templo, praça, coração.** A articulação do campo religioso católico. São Paulo : Humanitas Publicações/FFLCH/USP – CER, 2000.

\_\_\_\_\_. Religião: trânsito ou indiferenciação? In.: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil:** continuidades e rupturas. Petrópolis, RJ : Vozes, 2006. p.123-133.

\_\_\_\_\_. Pentecostalismo, Comunidades Eclesiais de Base e Renovação Carismática Católica. Estudo de caso em Campinas. In.: **Cadernos CERIS**, n.2. Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base. Uma análise comparada. Rio de Janeiro : CERIS, 2001. p. 43-67.

- BENJAMIN, Walter. O narrador; considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: \_\_. **Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.197-225.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 20<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.
- BIRMAN, Patrícia. Laços sem “nós”: vida familiar, conflitos comunitários e percursos religiosos. In.: \_\_\_\_\_, et all (Org.) **Família e Religião**. Rio de Janeiro, 2006. p. 241-262.
- BOFF, Clodovis. Carismáticos e libertadores na igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**, 60 (237). Petrópolis,RJ: Vozes, 2000. p. 36-53.
- BOFF, Leonardo. **São Francisco de Assis: ternura e vigor**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. **E a Igreja se fez povo**. Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis, RJ : Vozes, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **A Trindade, a sociedade e a libertação**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1986b.
- \_\_\_\_\_. **A Ave Maria. O feminino e o Espírito Santo**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1980
- \_\_\_\_\_. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Saber Cuidar**. Ética do humano – compaixão pela terra. 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis : Vozes, 1999.
- BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. **Da Libertação. O teológico das libertações sócio-históricas**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1982.



BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro : DIFEL / Editora Bertrand Brasil, 1989.

BURDICK, John. **Procurando Deus no Brasil**. A Igreja Católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras. Rio de Janeiro : Mauad, 1998.

BURITY, Joanildo. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião**, n. 4. São Paulo : PUC-SP, 2001. [www.pucsp.br/rever/rv4\\_2001/p\\_burity.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf)

CAMPOS, Tânia Mara de Araújo. **Identidade da Renovação Carismática Católica em Brasília e em Santiago do Chile**. 2005. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

**CANTANDO** a vida e a esperança. 9º Encontro Intereclesial das CEB's. São Luiz, MA : Estação Gráfica LTDA, 1997.

**CARTA FINAL** do X Encontro Intereclesial de CEBs, julho, 2000.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (CERIS). **Desafios do catolicismo na cidade. Pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo : Paulus / CERIS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cadernos CERIS**, n.2. Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base. Uma análise comparada. Rio de Janeiro : CERIS, 2001

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In.: **A Miséria do mundo**. BOURDIEU, P. (Coord.). Petrópolis, RJ : Vozes, 2003. p.63-79.

CHÂTELLIER, Louis. **A religião dos pobres**. As fontes do cristianismo moderno. Séc XVI-XIX. Lisboa : Editorial Estampa, 1994.

CIPOLINI, Pedro Carlos. **A identidade da Igreja na América Latina**. São Paulo : Edições Loyola, 1987.

**CODIGO DE DERECHO CANONICO**. Acessado pelo endereço eletrônico do Vaticano [http://www.vatican.va/archive/ESL0020/\\_INDEX.HTM](http://www.vatican.va/archive/ESL0020/_INDEX.HTM) – acessado em 4/02/2008.

CODINA, Victor. **Para compreender a Eclesiologia a partir da América Latina**. São Paulo : Paulinas, 1993.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação**. 5ª Ed. São Paulo : Paulinas, 2000.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. **Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe** – 13-31 de maio de 2007. CNBB / Paulus / Paulinas, 2007.

CONSELHO PONTIFÍCIO DA CULTURA. **Para uma pastoral da cultura**. São Paulo : Paulinas, 1999

COMBLIN, José, e outros. **Curso Básico para animadores de comunidades de base**. São Paulo : Edições Paulinas, 1987.

\_\_\_\_\_. **O povo de Deus**. São Paulo : Paulus, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970**. 2ª ed. Documentos da CNBB n. 77. São Paulo : Paulinas, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica**. 3ª Ed. São Paulo : Paulinas. 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2008, Texto-base** /Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. São Paulo : Editora Salesiana, 2008.

COUTINHO, Sérgio Eduardo. A História da Igreja como comunhão de comunidades locais: O caso da diocese de Balsas (MA). **Revista de Estudos da Religião**, n. 2. São Paulo : PUC-SP, 2003. p. 24-35.

DAVID, Solange Ramos de Andrade. Cultura e Religião: uma aproximação. **Acta Scientiarum** 23 (1) : 231-240. Maringá, PR : Universidade Estadual de Maringá. 2001.

DEMO, Pedro. Problemas sociológicos da “comunidade”. In: **Comunidades: Igreja na Base**. Coleção Estudos da CNBB. São Paulo. Edições Paulinas. 1974. p. 67-110.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU-RJ. **Assembléia Diocesana – Carta Final**. Nova Iguaçu, RJ : Diocese de Nova Iguaçu, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ethos privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduos, família e congregação. In.: \_\_\_\_\_, et all (Org.) **Família e Religião**. Rio de Janeiro, 2006. p. 51-88.

DUQUOC. Christian. Editorial. **Concilium**, n.129. Petrópolis, RJ : Vozes. 1977. p. 3-5.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1970.

DUSSEL, Enrique. Diferenciação dos carismas. **Concilium**, n.129. Petrópolis, RJ : Vozes. 1977. p. 42-59.

ECO. Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro : Editora Record, 1986.

ENNE, Ana Lucia S. Do “faroeste fluminense” ao “futuro que já chegou”. As representações da grande imprensa carioca acerca da Baixada Fluminense. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte, MG. 2/6 de set, 2003.

FABRIS, Rinaldo. **A opção pelos pobres na Bíblia**. São Paulo : Paulinas, 1991.

FAHEY, Michael. Joseph Ratzinger como Eclesiólogo e Pastor. **Concilium**, n.161. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981. p. 111-121.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa : Editorial Teorema Ltda., 1992.

FERNANDEZ, Silvia. Diferentes olhares, diferentes pertencas: Teologia da Libertação e MRCC. **Revista de Estudos da Religião**, n.3. São Paulo : PUCSP, 2001. p.76-92.

FIORIN, Névio. **Mapeamento das comunidades da Diocese de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro : Iser/Assessoria. 2000. Mimeo.

FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. **Léxico dos Papas: de Pedro a João Paulo II**. Petrópolis : Vozes, 1991

FLEET, Michael. O Neoconservadorismo na América Latina. **Concilium**, n.161. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981. p. 83-93.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. As CEBs vão bem, obrigado. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, fax. 237, mar. 2000. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

GÓMEZ-HERAS, José. Fé e autoridade eclesiástica no Concílio Vaticano I. **Concilium**, n.117. Petrópolis, RJ : Vozes, 1976/7. p. 63-70.

GUERRA, Lemuel. As Influências da Lógica Mercadológica sobre as Recentes Transformações na Igreja Católica. **Revista Estudos da Religião**, n. 2. São Paulo : PUC-SP, 2003. p. 1-23. Acessada em [www.pucsp.br/rever/rv\\_22003/p\\_guerra.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv_22003/p_guerra.pdf) .

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **A força histórica dos pobres**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo : Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.

\_\_\_\_\_. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris : Éditions Albin Michel. Edition de 1994.

HARVEY, O. A experiência do tempo e do espaço. In: \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1993.

HERVIEU-LÈGER. Catolicismo. A configuração da Memória. **Rever** n.2, São Paulo: PUC-SP, 2005. Acessado em 09/02/2007 em [http://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2005/t\\_leger.htm#footmoteInota](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_leger.htm#footmoteInota) .

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. **A memória do povo cristão**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1986.

HYPOLITO, Adriano. **Imagens de povo sofrido**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1982.

ISER/Assessoria / Centro de Estudos Bíblicos. **As CEBs hoje: síntese de uma pesquisa em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. LESBAUPIN, Ivo et all. (Coord.). Rio de Janeiro : Com-Texto Gráfica e Editora, 2004.

**Jornal Caminhando**. Informativo da Diocese de Nova Iguaçu – Ano XXIII, n.201, out/2007. p. 12.

LAURENTIN, René. A Renovação Carismática: Renovação Profética ou Neoconservadorismo? **Concilium**, n.161. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981. p. 39-48.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1996.

LESBAUPIN, Ivo. Comunidades de Base e mudança social. **Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social**, v.2 n. 3, seg. semestre de 2000, Rio de Janeiro : PPGESS/UFRJ, 2000. p.54-79.

\_\_\_\_\_. Communautés de base et politique au Brésil. **Archives des sciences sociales des religions**. Anne 1997, volume 97, numéro1, janvier-mars. 1997. p. 33-45.

[http://www.persee.fr/showPage.do?urn=assr\\_0335-5985\\_1997\\_num\\_97\\_1\\_1121](http://www.persee.fr/showPage.do?urn=assr_0335-5985_1997_num_97_1_1121)

\_\_\_\_\_. Comunidades que lutam por justiça. In.: **Cebs, povo de Deus, 2000 anos de caminhada**. Texto-base do X Intereclesial, Paulo Afonso, Fonte Viva, 1999. p. 85-15.

LIBÂNIO, João Batista. **Fé e Política. Autonomias específicas e articulações mútuas**. São Paulo : Edições Loyola, 1985.

LOPES, José Sérgio Leite. Igrejas e Movimentos Populares Urbanos. Comentários ao artigo de Ivo Lesbaupin. **Religião e Sociedade**, n.5. Rio de Janeiro : ISER, 1980. p. 199-204.

LOUVEMOS ao Senhor. Campinas, SP : Associação do Senhor Jesus, 1996.

LÖWY, Michel. O catolicismo latino-americano radicalizado. **Estudos Avançados**, v.3, n.5. São Paulo, 1989.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Catequese católica no Brasil. Para uma história da evangelização**. São Paulo : Edições Paulinas, 1992.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e política no Brasil (1965-1985)** São Paulo : Editora Brasiliense, 1989.

MACHADO, Vitor Barletta. **Agentes religiosos, motivação política**. A influência da Igreja Católica na organização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Assentamento II de Sumaré no estado de São Paulo. 2002, 179 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, família e individualismo. In.: DUARTE, Luiz Fernando Dias; HEIBORN, Maria Luiza; BARROS, Myrian Lins e PEIXOTO, Clarice (Orgs.) **Família e Religião**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006. p. 89-112.

\_\_\_\_\_. Competição Religiosa e seus efeitos no pentecostalismo. **XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. 27 a 31 out. 1998. Caxambu, MG, 1998.

MARIZ, Cecília Loreto. A Renovação Carismática Católica. Uma igreja dentro da Igreja? **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. Ano 1, n.1 – jun. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2003. p.169-186.

\_\_\_\_\_. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. In.: MARIANO, Ricardo; JUNGBLUT, Airton (Orgs.) **Revista de Cultura Teológica**, Ano III, n. 13, out/dez – 1995, publicação trimestral, São Paulo, 1995. p. 37-52.

\_\_\_\_\_. A Teologia da Batalha Espiritual: uma revisão da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 47, Rio de Janeiro, relume-Dumará, 1999. p. 33-48.

\_\_\_\_\_. A Renovação Carismática Católica no Brasil: uma revisão de bibliografia. In.: RODRIGUES, Donizete (Org.) **Em nome de Deus: a religião na sociedade contemporânea**. Porto, Portugal : Edições Afrontamento, 2004. p. 169-183.

\_\_\_\_\_. O compartilhar no catolicismo contemporâneo: discursos e práticas na vida em comunidade no Rio de Janeiro. **Trabalho apresentado na 24ª REUNIÃO DA ABA**, Realizada em Recife junho de 2004a.

\_\_\_\_\_. Comunidades de Vida no Espírito Santo: um novo modelo de família? In.: DUARTE, Luiz Fernando Dias; HEIBORN, Maria Luiza; BARROS, Myrian Lins e PEIXOTO, Clarice (Orgs.) **Família e Religião**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006. p. 263-286.

\_\_\_\_\_. Comunidades de Vida no Espírito Santo: juventude e religião. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2. São Paulo : USP, 2005. p. 253-273.

MARIZ, Cecília Loreto; MACHADO, Maria das Dores. Progressistas e Católicas Carismáticas: uma análise de discurso de mulheres de comunidades de base na atualidade brasileira. **Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social**, v.2, n.3, seg. semestre de 2000. Rio de Janeiro : PPGESS/UFRJ, 2000. p. 8-29.

\_\_\_\_\_. Sincretismo e trânsito religioso: comparando carismáticos e pentecostais. **Comunicações do ISER**, 45. Rio de Janeiro : ISER, 1994. p. 24-34.



MARTHE, Marcelo e VALLADARES, Ricardo. Os católicos contra-atacam. Com a estréia de Padre Marcelo no cinema, a Igreja abre mais uma frente em sua disputa com os evangélicos. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, p. 96-103, 8 de out. 2003.

MENEZES, Maiá. Entrevista com Leonardo Boff. **O Globo**, Rio de Janeiro, Editora Globo, Edição Especial O Papa no Brasil, p. 6, 13 de mai. 2007.

MICHAEL, Andréa e PADILLA, Ivan. O milagre da cura. Benzedeiras, pajés, médiuns, pais-de-santo, pastores e paranormais sobrevivem em meio aos avanços da ciência. **Istoé**, São Paulo, Editora Três, n. 1443, p. 110-116, 28.mai.1997.

MIRANDA, Julia. **O jeito cristão de fazer política**. Caxambu, MG : ANPOCS, XXII Encontro Nacional, 1998.

\_\_\_\_\_. **Carisma, sociedade e política**. Novas linguagens do religioso e do político. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1989.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 1972.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos**, 74, mar. 2006. São Paulo : CEBRAP, 2006. p. 47-65.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.3, jun 2000. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. 2000. p.109-116.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, dez. 1993. p. 7-28

NOVAES, Regina Reyes. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In.: FRIDMAN, Luiz Carlos (Org.). **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro : Relume Dumará : ALERJ, 2002. p. 63-98.

\_\_\_\_\_. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. In.: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006. p 135-160.

\_\_\_\_\_. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In.: VALLA, Victor Vincent (Org.) **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro : DP&A Editora, 2001. p. 41-74.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religião e dominação de classe: o caso da “Romanização”. **Religião e Sociedade**, n.6, nov/1980. Rio de Janeiro. Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), 1980. p.167-188.

\_\_\_\_\_. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. Catolicismo de Massa no Brasil: um desafio para as CEBs. In : **Texto Base do Nono Encontro Intereclesial de CEBs**. São Paulo. Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

\_\_\_\_\_. Comunidade, igreja e poder. Em busca de um conceito sociológico de “igreja”. **Religião e Sociedade**, 13/3. Rio de Janeiro : Vozes / ISER /CER, 1986. p. 42-61.

\_\_\_\_\_ et al. **Renovação Carismática Católica. Uma análise sociológica, interpretações teológicas**. Petrópolis, RJ : Vozes / INP / CERIS, 1978.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 2000

PARRA, Alberto. **Os Ministérios na Igreja dos Pobres**. Col. Teologia e Libertação. Petrópolis, RJ : Vozes, 1991.

PIERUCCI, A F.; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. Religião, sociedade e política. São Paulo : Editora HUCITEC, 1996.

PINTO SILVA, (Dom) Celso José. A opção preferencial pelos pobres. In.: **RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DO BRASIL**. Conselho Nacional. Escritório da Comissão Nacional. **A dimensão social da RCC: conclusões do 1º Fórum Nacional** (Coleção Paulo Apóstolo; 24). Aparecida, SP : Editora Santuário; Brasília, DF : Centro de Pastoral Popular. 1999. p. 13-22.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: Sistemática. **Enciclopédia Einaudi**. Edição Portuguesa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda V.42. 2000. p.507-516.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 1998.

PRANDI, Reginaldo. Perto da magia, longe da política. In.: PIERUCCI, A F.; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. Religião, sociedade e política. São Paulo : Editora HUCITEC, 1996. p.93-105.

REGAN, David. **Experiência cristã das Comunidades de Base: mistagogia**. São Paulo : Edições Paulinas, 1995.

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DO BRASIL. Conselho Nacional. Escritório da Comissão Nacional. **A dimensão social da RCC: conclusões do 1º Fórum Nacional** (Coleção Paulo Apóstolo; 24). Aparecida, SP : Editora Santuário; Brasília, DF : Centro de Pastoral Popular, 1999.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas. A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Lucia. Comunidade de irmãs e irmãos: a questão de gênero nas Cebbs. In.: **Cebbs, povo de Deus, 2000 anos de caminhada**. Texto-base do X Intereclesial, Paulo Afonso : Fonte Viva, 1999. p. 152-177.

RIBEIRO, Helcion. **Religiosidade Popular na Teologia Latino-Americana** . São Paulo : Edições Paulinas, 1984.

RIBEIRO, Renato Janine. Religião e política no Brasil contemporâneo. In.: FRIDMAN, Luiz Carlos (Org.). **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro : Relume Dumará : ALERJ, 2002. p. 99-110.

RICHARD, Pablo. O Neoconservadorismo Progressista Latino-Americano. **Concilium**, n.161. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981. p. 76-82.

\_\_\_\_\_. Literatura Teológica da América Latina. **Concilium**, n.219. Petrópolis, RJ : Vozes, 1988. p. 88-97.

\_\_\_\_\_. Leitura popular da Bíblia na América Latina (Hermenêutica da libertação). **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana / RIBLA**, n. 1. Petrópolis : Vozes, 1988. p. 8-25.

RODRIGUES, Solange dos Santos. A Produção Intelectual sobre as Cebbs no Brasil. Primeira fase: 1967-1979. **Memória e Caminhada**, n. 2. abr. 2002. Brasília : UCB, 2002. p. 16-29.

RODRIGUES, Denise dos Santos. Religiosos sem Igreja: um mergulho na categoria censitária dos sem-religião. **Revista de Estudos da Religião – REVER**, dez/2007. São Paulo : PUC-SP. 2007. p. 31-56. [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2007/t\\_rodrigues.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2007/t_rodrigues.htm)

RUIZ, Castor Mari Martin Bartolomé. **A Força Transformadora Social e Simbólica das CEBs**. Petrópolis : Vozes, 1997.

SACHS, Ignacy. Selvagem/bárbaro/civilizado. In.: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa : Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985.

SANCHIS, Pierre. Pra não dizer que não falei de sincretismo. **Comunicações do ISER**, n. 45. Rio de Janeiro : ISER, 1994. p. 4-11.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Fiéis & Cidadãos. Percursos de sincretismo no Brasil**. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2001.

SEPÚLVEDA DOS SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva. Um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 23. São Paulo : ANPOCS, s/d. Acessado no site [http://www.ampocs.org.br/publicacoes/rbcs\\_00\\_23/rbcs23\\_06.htm](http://www.ampocs.org.br/publicacoes/rbcs_00_23/rbcs23_06.htm) .

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Desafios ao Parlamento pela participação ampliada. In.: FRIDMAN, Luiz Carlos (Org.). **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro : Relume Dumará : ALERJ, 2002. p. 17-24.

SECRETARIADO NACIONAL DO 11º INTERECLESIAL DAS CEBs. **CEBs: Espiritualidade Libertadora – Seguir Jesus no compromisso com os excluídos – Texto Base do 11º Intereclesial de CEBs**. Belo Horizonte : Editora o Lutador, 2004.

SÉGUY, Jean. La protestation implicite. Groupes et communautés charismatiques. Archives des Sciences Sociales des Religions, volume 48, numéro 2, anné 1979. p. 187-212. - [http://www.persee.fr/showPage.do?urn=assr\\_0335-5985\\_1979\\_num\\_48\\_2\\_2195](http://www.persee.fr/showPage.do?urn=assr_0335-5985_1979_num_48_2_2195)

\_\_\_\_\_. La «Protestation Implicite. Groupes et Communautés Charismatiques ». In *Conflit et Utopie, ou Réformer l'Église*. Paris Les Éditions du CERF, 1999. p.233-275.

SILVA, Ana Amélia da. **Religião e razão comunicativa: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização**. 2002, 142f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SIMMEL, Georg. **A Metrópole e a Vida Mental**. In.: VELHO, Otávio G. (Org.). O Fenômeno Urbano. 2ª ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1987. p. 11-25.

SOBRINO, Jon. **Cristologia a partir da América Latina**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1983.

STEIL, Carlos Alberto. Da Comunidade à mística. **Teoria e Sociedade**, número especial, maio de 2003, Belo Horizonte : UFMG, 2003. p. 144-155.

\_\_\_\_\_. Renovação Carismática Católica: porta de entrada ou de saída do catolicismo? Uma etnografia do Grupo São José, em Porto Alegre (RS). **Religião e Sociedade**, v. 24, n.1, 2004. Edição Especial. Rio de Janeiro: ISER, 2004. p. 182-190.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A Gênese das Ceb's no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo : Edições Paulinas, 1988.

\_\_\_\_\_. **A fé na vida. Um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil**. São Paulo : Edições Loyola, 1987.

\_\_\_\_\_. O Cristianismo entre a identidade singular e o desafio plural. **Atualidade em debate**, 29 (Unidade na Diversidade. Modernidade, inculturação, diálogo inter-religioso). Rio de Janeiro : Centro João XXIII, 1994.

\_\_\_\_\_. A caminhada das CEBs nos Encontros Intereclesiais. In.: **Cebs, povo de Deus, 2000 anos de caminhada**. Texto-base do X Intereclesial, Paulo Afonso : Fonte Viva, 1999. p. 45-71.

THEIJE, Marjo de. **Tudo o que é de Deus é bom**. Recife, PE : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo : Trajetória Cultural/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. p. 238-239.

THOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.5, jun 2002. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. 2002. p. 9-28.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol I. Esbozo de sociologia comprensiva. 2ª ed. México : Fondo de Cultura Económica, 1964.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol 1, 5ª ed. Brasília : UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Brasília, DF : Editora da UnB, 1991.

VALLA, Vincent Victor. O que a saúde tem a ver com a religião? In.: \_\_\_\_\_. (Org.) **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro : DP&A Editora, 2001. p. 113-139.

VALLE, Edênio. João Paulo II: que conservadorismo? **Religião e Sociedade**, n.5, Rio de Janeiro : ISER, 1980. p.29-36.

VAN DER PLOEG, Roberto. O fundamento da comunidade eclesial. In.: **A Hora da Ética Libertadora**. Recife, PE : Edições Paulinas / Instituto de Teologia do Recife, 1985. p. 39-52.

VANIER, Jean. **Comunidade, lugar do perdão e da festa**. São Paulo : Paulinas, 1995.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1999.

VERNANT, Jean Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo. In.: **Mito e pensamento entre os gregos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro / EDUSP, 1973. p 71-112.

**Páginas consultadas na internet.**

**ADITAL – Agencia de información Fray Tito para América Latina -**

<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?idioma=PT&cod=27365> .

**BBC – Brasil.**

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070314\\_vaticanosobrinoebc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070314_vaticanosobrinoebc.shtml)

**CLÉOFAS EDITORA** <http://www.cleofas.com.br/apresentacao.html>

**CANÇÃO NOVA – Blog do Prof. Felipe Aquino.**

<http://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2007/04/15/carta-confidencial-a-d-pedro-casaldaliga/>

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) –** <http://www.cnbb.org.br>

**Diocese de Nova Iguaçu – Site oficial:** <http://www.mitrani.org.br>

**Dom Adriano Hypólito – Site vinculado à página da Diocese de Nova Iguaçu, RJ :**

<http://www.mitrani.org.br/domadriano/index.html>



**Escravidão Africana nos Arquivos Eclesiásticos (A) – XVI a XIX.** Site da pesquisa:

<http://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/> - acessado em 18/02/2008.

**História da RCC no Brasil.** [http://www.rccbrasil.org.br/rcc\\_br/rcc\\_br.php?aba=rcc](http://www.rccbrasil.org.br/rcc_br/rcc_br.php?aba=rcc) acessado em 06/02/2007.

**Santa Sé:** <http://www.vatican.va/>

## APÊNDICE A – Lista de entrevistados

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PFCIS  
TESE DE DOUTORADO DE JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS  
NEGOCIAÇÕES PARA O CONVÍVIO NO UNIVERSO CATÓLICO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU – RJ

ANEXO VI

282

Paróquia	Comunidade	Nome / codinome	Filiação	Função / atividade	Idade	Escolaridade	Profissão / atividade atual	Estado Civil
Nossa Senhora de Guadalupe	Comunidade Nossa Senhora das Mercês	Alice	Simpatizante da RCC, participante de movimentos de juventude	Jovem participante sem filiação direta a algum grupo	22	Segundo Grau	Estudante de 3º Grau e bolsista em órgão público	Solteira
Nossa Senhora de Guadalupe	Comunidade Nossa Senhora das Mercês	Conceição	Participante da RCC	Coordenadora de Liturgia	50	Segundo Grau	Secretária – serviço público	Casada
Nossa Senhora de Guadalupe	Comunidade Nossa Senhora das Mercês	Jane	Simpatizante da RCC	Liderança na comunidade Equipe de Liturgia	48	Superior em Pedagogia	Desempregada	Casada
Nossa Senhora de Guadalupe	Comunidade Nossa Senhora das Mercês	Dona Sônia	RCC, Legião de Maria	Liderança na comunidade e Ministra da Eucaristia	61	Alfabetizada	Do lar	Casada
Paróquia NS Aparecida (NS Guadalupe)	Comunidade Nossa Senhora das Mercês	Helio	Simpatizante da RCC. Atualmente afastado do Movimento por críticas à sua atuação.	Coordenador da Pastoral de Juventude	36	Até a 6ª Série	Nivelador Topógrafo	Casado

283

## ANEXO VI

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPCIS  
 TESE DE DOUTORADO DE JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS  
 NEGOCIAÇÕES PARA O CONVÍVIO NO UNIVERSO CATÓLICO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU - RJ

Paróquia	Comunidade	Nome / codinome	Filiação	Função / atividade	Idade	Escolaridade	Profissão / atividade atual	Estado Civil
	Evangélico Igreja Batista	Sr. João		Evangélico ex- liderança na Comunidade N S das Mercês.	69		Motorista aposentado, atualmente segurança de empresa	Casado
Paróquia São Bartolomeu	São Bento	Regina	Simpatizante da RCC	Catequista de crisma e coordenadora de um grupo de Noite de Louvor	36	Segundo Grau - cursando 3º Grau em Pedagogia	Assistente Administrativo Escolar	Casada
Paróquia São Bartolomeu	São Bento	Vagner	Simpatizante da RCC	Catequista de crisma e coordenador de um grupo de Noite de Louvor	39	Segundo Grau	Técnico em Transporte Rodoviário	Casado
Paróquia São Bartolomeu	São Bento	Dona Vera	Simpatizante da RCC	Coordenadora da comunidade	75	2º Grau incompleto	Do lar	Viúva
Paróquia São Bartolomeu		Pe. Castro			83	Superior em Teologia	Pároco	Solteiro

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PFCIS  
 TESE DE DOUTORADO DE JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS  
 NEGOCIAÇÕES PARA O CONVÍVIO NO UNIVERSO CATÓLICO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU - RJ

Paróquia	Comunidade	Nome / codinome	Filiação	Função / atividade	Idade	Escolaridade	Profissão / atividade atual	Estado Civil
Paróquia São Bartolomeu		Pe. Getúlio			70 aprox.		Vigário Paroquial	Solteiro
	Diocese Cachoeiro de Itapemirim(ES)	Doralice	RCC	Coordenadora da RCC na Diocese de Cachoeiro de Itapemirim	40	2º Grau	Ex. Assistente de Admin. Escolar atualmente do lar	Viúva
Paróquia S. Família	Perpétuo Socorro	Maria	Simpatizante da RCC	Catequista	32	Superior em Arquivologia	Assistente Departamento Pessoal	Solteira
Paróquia S. Família	Perpétuo Socorro	Silvana	Simpatizante da RCC, embora não participe diretamente de nenhum Grupo de Oração	Tesoureira da Comunidade e Ministra da Palavra	43	Cursando 3º Grau em História	Professora	Casada
Paróquia S. Família	Perpétuo Socorro	Helena	Participante da Oficina de Oração e simpatizante da RCC, embora não participe	Liderança na comunidade, afastada de cargos ou funções por problemas familiares	45	Superior em Administração de Empresas	Foi bancária - atualmente do lar	Segunda união

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPCIS  
 Tese de Doutorado de JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS  
 NEGOCIAÇÕES PARA O CONVÍVIO NO UNIVERSO CATÓLICO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU - RJ

Paróquia	Comunidade	Nome / codinome	Filiação	Função / atividade	Idade	Escolaridade	Profissão / atividade atual	Estado Civil
			diretamente de nenhum G.O.					
Paróquia Sagrada Família		Pe. José Dilson		Padre	33	Superior em Teologia	Pároco	Solteiro
Paróquia Sagrada Família	Perpétuo Socorro	Gabriel		Coordenador do Grupo de jovens	23		Graduando em Música	Solteiro
Paróquia S Rita		(Pe.) Ricardo Barbosa	CEBs	padre	38	Superior em Teologia	Animador das CEBs	Solteiro
Paróquia São Sebastião (bairro Olinda)		Ermelinda Piedade Mathias de Oliveira	RCC	Coordenadora diocesana da RCC e Ministra da Palavra	49		Bancária aposentada	Casada
Paróquia Santa Águeda		Pe. Nereu	Simpatizante das CEBs	Padre	29	Superior em Teologia	Pároco	Solteiro
Paróquia Santa Águeda	Jesus Misericordioso	Valéria	Simpatizante das CEBs, participante da Pastoral da Juventude	Liderança na Comunidade sem filiação direta a algum grupo	34	Superior em Pedagogia.	Funcionária Pública	Separada

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPCIS  
 TESE DE DOUTORADO DE JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS  
 NEGOCIAÇÕES PARA O CONVÍVIO NO UNIVERSO CATÓLICO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU - RJ

Paróquia	Comunidade	Nome / codinome	Filiação	Função / atividade	Idade	Escolaridade	Profissão / atividade atual	Estado Civil
		Antonio Lacerda Menezes (Lacerda)	vinculação com uma prática mais sócio- transformadora da Diocese, sem identificar-se claramente com algum grupo	Arquivista da Diocese	40	Superior em História	Professor de História e Arquivista da Diocese	Solteiro
		(D.) Luciano Bergamini		Bispo	64		Bispo diocesano	Solteiro

OBS.: A MAIORIA DOS NOMES É FICTÍCIA. SOMENTE AQUELES QUE NÃO PUDERAM SER TROCADOS, DEVIDO AOS CARGOS QUE POSSUEM OU INFORMAÇÕES QUE FORNECERAM FORAM MANTIDOS, COMO OS COORDENADORES DIOCESANOS, O PÁROCO DA POSSE, O RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO DIOCESANO E O BISPO.

ANEXO A – Mapa de Localização do Regional Leste 1 da CNBB.



Fig. 1 – Regional Leste 1 da CNBB

ANEXO B – Organização dos Regionais da Diocese de Nova Iguaçu.

Figura 2

Organização dos Regionais da Diocese de Nova Iguaçu.





ANEXO C – Tabelas de crescimento de comunidade e índice de participação nas missas na Diocese.

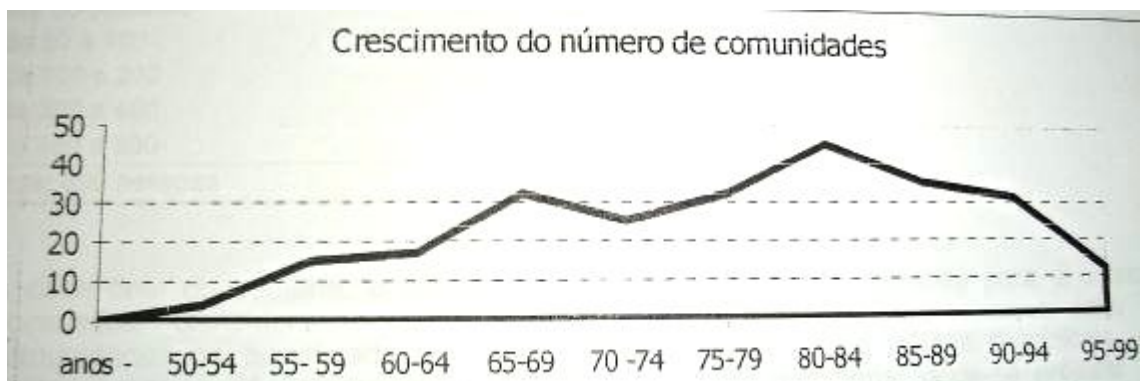


Fig. 3  
Índice de crescimento do número de Comunidades na Diocese de Nova Iguaçu desde sua fundação até o ano 2000.

A freqüência a missas e celebrações está:

	Diocese	R I	R II	R III	R IV	R V	R VI	R VII
Total de comunidades	292	32	79	26	23	48	35	49
Crescendo	79%	75%	87%	58%	91%	77%	83%	76%
Igual	16%	16%	10%	35%	4%	17%	14%	20%
Diminuindo	4%	0%	3%	8%	4%	6%	3%	4%
NR	1%	9%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fig. 4  
Índice de participação nas missas na Diocese de Nova Iguaçu. Dados do ano 2000.

ANEXO D – Tabelas de grupos existentes nas comunidades e trabalhos sociais que acontecem no espaço físico das comunidades.

Relatório do Mapeamento das Comunidades - Assembleia da Diocese de Nova Iguaçu - nov. 2000

Quais desses grupos existem na Comunidade?

	Comunidades que tem	Nº de grupos	Nº de pessoas
Total	292	1.804	292
grupos de PJ	81	88	1.393
outros grupos de jovens	62	70	1.197
grupos de adolescentes	85	104	1.668
grupos de casais	41	53	2.052
Vicentinos	47	55	556
Legião de Maria	91	146	1.971
Apostolado da Oração (*)	61	61	1.904
Congregação Mariana	10	14	274
Liga Jesus Maria José	7	13	206
Cursilho	18	18	369
Círculos bíblicos	196	572	4.174
Núcleos missionários	86	464	2.939
RCC	57	57	3.109
Outros	68	89	2.505
NR	15		

(\*) Segundo a sua direção o Apostolado da Oração conta com 2.570 membros.

Fig. 5

Grupos existentes nas diversas Comunidades – dados do ano 2000.

A Comunidade tem ou cede espaço para atividades sociais, educacionais ou assistenciais?

	Diocese	R I	R II	R III	R IV	R V	R VI	R VII
Total de comunidades	292	32	79	25	23	48	35	49
SIM	67%	84%	61%	58%	65%	67%	63%	78%
Alfabetização	34%	25%	33%	23%	43%	35%	49%	33%
clube de mães	27%	47%	24%	23%	30%	17%	20%	37%
Alcoólicos anônimos	19%	28%	20%	15%	22%	15%	9%	24%
Promoção social	17%	25%	11%	15%	30%	17%	20%	14%
Medicina alternativa	14%	6%	11%	8%	9%	17%	20%	22%
creche, pré-escolar	12%	13%	13%	8%	4%	10%	6%	20%
Ambulatório	7%	6%	6%	0%	9%	6%	6%	8%
curso profissional	5%	3%	9%	4%	4%	6%	3%	2%
Escola	5%	6%	4%	0%	9%	4%	6%	6%
pré vestibular	4%	6%	3%	0%	9%	4%	8%	6%
outros grupos anônimos	3%	9%	1%	0%	17%	0%	0%	2%
Crianças de rua	1%	0%	0%	0%	4%	0%	0%	2%
Outra	9%	25%	8%	8%	9%	6%	0%	8%
NÃO	30%	16%	33%	42%	35%	31%	34%	22%
NR	2%	0%	6%	0%	0%	2%	3%	0%

Outras: Ação social - Associação de moradores (3) - Reuniões de projetos comunitários - Cooperativa de macarrão - Reforço educacional para crianças - Fé e luz (síndrome de Down) - Farmácia comunitária - Terapia psicológica e de fonoaudiologia - Vacinação de cães - Clube da Vovó - Trabalhos manuais

Fig. 6

Trabalhos sociais que acontecem no espaço físico das Comunidades.

**ANEXO E – Carta aberta de Dom Pedro Casaldáliga e carta-resposta do Sr. Felipe Aquino a Dom Pedro.  
A verdade, Pilatos, é...**

D. Pedro Casaldáliga\*

*Em fraterna comunhão total  
com Jon Sobrino,  
teólogo do Deus dos pobres,  
companheiro fiel de Jesus de Nazaré,  
testemunha dos nossos mártires.*

Que é a verdade? Quem tem a verdade? Qual é a política verdadeira? Qual é a verdadeira religião? Essas perguntas, com tom diverso e às vezes provocando desconcerto e indignação, são perguntas universais e de cada dia e não as podemos ignorar, nem na política, nem na religião. A globalização, se por um lado nos amarra ao lucro desalmado, por outro lado nos proporciona espaços novos de diálogo e convivência, na verdade compartilhada.

Nossa Agenda Latinoamericana Mundial, nestes anos de 2007 e 2008, pergunta pela verdadeira democracia e denuncia a falsa política. Em 2007, “Exigimos e fazemos outra democracia”; e, em 2008, “A política morreu, viva a política”.

Aqui, em Nossa América, no meio de ambigüidades, crispações e desencantos, esta-se dando uma virada para a esquerda. Mas, em congressos e publicações, estão-se fazendo as perguntas inevitáveis: O que é a esquerda, o que é a democracia, qual é a verdadeira política, qual é a verdadeira religião, qual é a verdadeira igreja?

Não tem dúvida que caminhamos, apesar das dramáticas estatísticas que o PNUD e outras instituições de opinião nos dão. São 834 milhões de pessoas as que passam fome no mundo e cada ano são 4 milhões mais. Um 40% da população mundial vive na pobreza extrema. Na América Latina são uns 205 milhões de pessoas na pobreza. Na África Sub-saariana são 47 milhões. O economista Luís de Sebastián recorda que “África é pecado de Europa”, a maior dívida atual da Humanidade. O mundo gasta anualmente um trilhão de dólares em armas, quantidade 15 vezes superior à quantidade destinada à ajuda internacional... A desigualdade em nossa aldeia global é uma verdadeira blasfêmia contra a fraternidade universal. Um exemplo: a renda anual das pessoas mais ricas (em média) dos EE UU é de 118.000 dólares; e a renda anual das pessoas mais pobres (em média) de Serra Leoa é de 28 dólares.

Caminha o diálogo ecumênico e inter-religioso, mas ainda nas margens, minoritário ainda. O fenômeno grave e mundial da migração está exigindo respostas e decisões que afetam aos diferentes povos e culturas e religiões. De quem é a verdade? De quem não é?

A Igreja, a Igreja católica, celebra, em Aparecida, (Brasil), neste mês de maio, a V Conferência do Episcopado Latinoamericano e Caribenho. E já se têm levantado vozes, sinceras e dignas de toda participação, cobrando “o que não pode faltar em Aparecida”: a opção pelos pobres, o ecumenismo e o macroecumenismo, a vinculação de fé e política, o cuidado da natureza, a contestação profética ao capitalismo neoliberal, o direito dos povos indígenas e afroamericanos, o protagonismo do laicato, o reconhecimento efetivo da participação da mulher em todas as instâncias eclesiais, a corresponsabilidade e a subsidiariedade de toda a Igreja, o estímulo às CEBs, a memória comprometida dos nossos mártires, a inculturação sincera do Evangelho na teologia, na liturgia, na pastoral, no direito canônico. Em fim, a continuidade, atualizada, da nossa “irrenunciável tradição latinoamericana” que arranca, sobretudo, de Medellín.

O tema do V CELAM é: “Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que n’Ele os nossos povos tenham vida. Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. (As discípulas e missionárias, não entrando no enunciado, esperamos que entrem nas decisões da Conferência...). O discipulado e a missão são a vivência concreta e apaixonada do seguimento de Jesus, “na procura do Reino”. O teólogo A. Brighenti assinala que o déficit

eclesiológico do Documento de Participação se expressa, sobretudo, no eclipse do Reino de Deus, citado apenas duas vezes em todo o documento. Por que será que se tem tanto medo ao Reino de Deus, que foi a obsessão, a vida, a morte e a ressurreição de Jesus?

Nessa Conferência do CELAM não está tudo tranqüilo. Com um gesto mais do que suspeito, agora, nas vésperas da Conferência, estourou o processo do nosso querido Jon Sobrino. Muito sintomático, porque um cardeal da Cúria romana já tinha declarado que antes de Aparecida estaria liquidada a Teologia da Libertação. Esse ilustre purpurado terá de reconhecer, imagino, que depois de Aparecida continuará vivo e ativo o Deus dos pobres, e continuará subversivo o Evangelho da libertação; e que infelizmente a fome, a guerra, a injustiça, a marginalização, a corrupção, a cobiça, continuarão a exigir da nossa Igreja o compromisso real ao serviço dos pobres de Deus.

Eu escrevi a Jon Sobrino, recordando-lhe que somos milhões os que o acompanhamos e é, sobretudo, Jesus de Nazaré quem o acompanha. Recordava a Jon aquela décima que escrevi a raiz do martírio de seus companheiros da UCA: “Ya sois la verdad en cruz / y la ciencia en profecía / y es total la compañía, / compañeros de Jesús”. Por tua santa culpa, dizia-lhe a Jon, muitos estamos ouvindo, transpassada de atualidade, a pergunta decisiva de Jesus: “E vocês, quem dizem que Eu sou?” Por que é ao verdadeiro Jesus a quem queremos seguir.

Com desdém prepotente Pilatos pergunta a Jesus o que é a verdade, mas não espera a resposta e o entrega à morte e se lava as mãos. Maxence van der Meersch responde a Pilatos e nos responde a todos: “A verdade, Pilatos, é estar do lado dos pobres”. A religião e a política têm de acolher essa resposta até as últimas conseqüências. Toda a vida de Jesus, aliás, é essa mesma resposta. A opção pelos pobres define toda política e toda religião. Antes era “fora da Igreja não há salvação”; depois, “fora do mundo não há salvação”. Jon Sobrino nos recorda, mais uma vez, que “fora dos pobres não há salvação”. João XXIII advogava por “uma Igreja dos pobres, para que fosse a Igreja de todos”. O certo é que os pobres definem, com sua vida proibida e com sua morte “antes de tempo”, a verdade ou a mentira de uma Sociedade, de uma Igreja. Diz nosso Jon Sobrino: “Quem não saiba explicitamente de Deus, já o terá encontrado se amou ao pobre”; e isso diz repetidamente o Evangelho na palavra e na vida de Jesus, em seu presépio e em seu calvário, nas bem-aventuranças, nas parábolas, no julgamento final...

Irmãos, irmãs, gente querida e tão próxima no mesmo desvelo e na mesma esperança, sigamos. Tentando “fazer a verdade no amor”, como pede o Novo Testamento, em comunhão fraterna e na práxis libertadora. “Com os Pobres da Terra”. Sendo “vidas pelo Reino da Vida”, como apregoávamos na Romaria dos Mártires da Caminhada.

Seja esta pequena circular um grande abraço de compromisso, de gratidão, de esperança invencível, Reino adentro.

Pedro Casaldáliga  
Circular 2007

24 de março, Páscoa de São Romero

## Carta do sr. Felipe Aquino a Dom Pedro Casaldáliga

"D. Pedro Casaldáliga,

lamento profundamente o seu artigo A VERDADE, PILATOS, É... onde o sr. mostra que apesar de já advertido cordialmente pelo Vaticano continua incorrigível, envenenando o povo com a teologia da libertação, que aniquila a verdadeira fé, subverte a salvação soteriológica como disse o então Ratzinger.

Por que será que ele agora é Papa? Deixe-me dizer que é porque o Espírito Santo o escolheu através dos cardeais, de maneira tão rápida... Ou será que os cardeais para o sr. também são fantoches.

Não D. Casaldáliga, Cristo conduz a sua Igreja, ou será que não acredita mais nisso? (Mt 28,20; Jo 16,12-13; 14,15.16, favor conferir). Se não cres mais nisso, não deverias estar mais nessa Igreja, por coerência. "Quem vos

ouve a mim ouve, quem vos rejeita a mim rejeita" (Lc 10,16).

Chega D. Casaldáliga de pessoas como o sr, que mesmo como bispo emérito, carregado de anos, continua como Boff, Betto, Jon Sobrino, etc. a discordar da Igreja, a criticar o Papa e tudo mais. Seria mais conveniente e coerente deixar o redil que o Papa conduz e não agitar mais este Rebanho que "o Senhor conquistou com o seu sangue" (At 20,28).

Sinceramente tenho que lhe dizer; o sr. Já agitou muito esta América Latina; por que não vai agora descansar na sua Espanha tão longe de Deus, tão atéia, tão descristianizada; Cristo agradecerá a sua volta para lá para reacender lá, na sua terra, o Cristianismo que agoniza. Tenha agora um pouco de amor a seu povo que agoniza na fé. Disso o sr. nunca falou nada. Aprovar o aborto, a eutanásia, o casamento de homossexuais, a ordenação de mulheres, etc, para vocês da teologia da libertação não tem nada demais... que horror! É como se Cristo e o Espírito Santo tivessem enganado a Igreja durante 2000 anos.

Não espere não uma mudança do Papa bávaro, Ratzinger, o Espírito Santo o fez Papa para vencer o ateísmo e a ditadura do relativismo religioso e moral que a teologia da libertação encobre e aprova na surdina. Por favor, não descaracterize a viagem do nosso Pastor, do "Joseph de Deus" que vem a nós. Não jogue o povo de novo contra ele e contra a Igreja, mais uma vez como fez duramente com João Paulo II.

D. Casaldáliga, D. Paulo Arns já está descansando embora entre nós, também D. Luciano Mendes, D. Ivo, D. Hipólito...um a um dos que erraram o caminho, o Espírito Santo está retirando do palco. Me desculpe, diante do seu artigo, não pude me calar, para o bem da Igreja e dos seus filhos.

Prof. Felipe Aquino"

## História da RCC no Brasil



### A Renovação Carismática no Brasil (1)

No Brasil a Renovação Carismática teve origem na cidade de Campinas, SP, através dos padres Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Dougherty(2).

Os rumos que a Renovação Carismática tomará a partir de Campinas serão diversos, expandindo-se rapidamente pela maioria dos Estados brasileiros. Entre algumas informações disponíveis encontramos as de Dom Cipriano Chagas que registra:

- Em 1970 e 71 iniciou-se a Renovação em Telêmaco Borba, no Paraná, com Pe. Daniel Kiakarski, que a conectara nos Estados Unidos também em 1969.



- Em 1972 e 1973 Pe. Eduardo, de novo no Brasil, deu vários retiros e iniciou grupos de oração. Assim foi, por exemplo, em Belo Horizonte, em 1972, com um grupo pequeno de 8 ou 9 pessoas.

- Em janeiro de 1973 o Pe. George Kosicki, CSB, que havia muito participava ativamente da Renovação nos Estados Unidos, veio a Goiânia para um retiro carismático de uma semana. A ele compareceram D. Matias Schmidt, atual bispo de Rui Barbosa, na Bahia, e vários padres e religiosas, que iriam iniciar grupos de oração em Anápolis, Brasília, Santarém, Jataí, etc.



- Em 1973, perto de Miranda, no Mato Grosso, um pequeno grupo começou a ler o livro *Sereis Batizados no Espírito* e a rezar pedindo o dom do Espírito. Um mês mais tarde veio a eles o Pe. Clemente Krug, redentorista, que conhecera a Renovação em Convent Station, New Jersey; orando com eles, receberam o "batismo no Espírito" e o dom de línguas.

- Em geral, pois, pode-se dizer que os grupos de oração surgidos em inúmeras cidades do Brasil tiveram sua origem seja nas "Experiências de Oração no Espírito Santo" do Pe. Haroldo Rahm, SJ, seja nos retiros dados pelos padres Eduardo Dougherty, SJ e George Kosicki, CSB.

- Em vista da extensão que tomava a Renovação no Brasil, o Pe. Eduardo Dougherty, sentindo a necessidade de uma melhor organização, preparou com o Pe. Haroldo Rahm e irmã Juliette Schucklenbrock, CSC, um encontro de fim de semana em Campinas, que foi o I Congresso Nacional da Renovação Carismática no Brasil em meados de 1973, ao qual compareceram cerca de 50 líderes, para discernir a obra do Espírito Santo no Brasil.

- Em janeiro de 1974 foi realizado o II Congresso Nacional da Renovação Carismática, comparecendo líderes de Mato Grosso, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, etc(3).

Em outras regiões a Renovação Carismática começa a crescer, a partir de 1974; no Norte a diocese de Santarém com Frei Paulo, em Anápolis, no Centro Oeste, com Frei João Batista Vogel, no Sul de Minas, com Mons. Mauro Tommasini na Arquidiocese de Pouso Alegre. Também colaboram como divulgadores: Pe. Schuster, Dr. Jonas e Sra. Imaculada Petinnatti, Peter e Ingrid Orgmeister, D. Cipriano Chagas, Pe. Alírio Pedrini, Frei Antônio, Ir. Tarsila, Maria Lamego, Ir. Stella(4).

No início, a Renovação atingiu os líderes já engajados em movimentos como Cursilho, Encontros de Juventude, TLC, etc, e foi se ampliando gradativamente como uma nova "onda" de evangelização com identidade própria(5).

Em 1972, Pe. Haroldo escreve o livro *Sereis batizados no Espírito*(6), onde explica o que vem a ser o "Pentecostalismo Católico". Sendo uma das primeiras obras publicadas no país sobre o movimento, trazia orientações para a realização dos retiros de "Experiência de Oração no Espírito Santo", que muito colaboraram para o surgimento de vários grupos de oração.

Para B. Carranza, o livro representou uma alavanca para a difusão da Renovação Carismática, do mesmo modo como o foi, nos EUA, o livro *A cruz e o punhal*. Além disso, tendo recebido o Imprimatur de Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, bispo de Campinas na época, significou a legitimação da Renovação Carismática Católica para seu crescimento(7).

Pe. Haroldo foi o responsável em divulgar a Renovação para muitos dos que viriam a se tornar suas lideranças. A adesão de Padre Jonas Abib, logo no início deu um grande impulso para a Renovação.

Pe. Jonas Abib assim relata como veio a conhecê-la, através do Pe. Haroldo, durante um período em que passava por dificuldades em seu ministério, em Lorena, São Paulo:

Padre Haroldo veio no dia 2 de novembro de 1971. Falou-nos a respeito do que Deus estava fazendo no mundo por meio da Renovação Carismática Católica. Explicou-nos sobre a Efluxão do Espírito Santo; o que eram os dons do Espírito Santo (...).

Realmente não entendi bem o que era a Renovação Carismática Católica; também não entendi o que era Efluxão do Espírito nem mesmo os Dons. Porém, desejei do fundo do coração. Entendi que era o que me faltava!

Houve uma missa. No final, Padre Haroldo, ainda na sacristia, disse a nós, padres, que, se quiséssemos, ele iria impor as mãos sobre cada um, pedindo a Efluxão do Espírito Santo. Ficamos sem jeito; mas pior seria dizer que não ... aceitamos! (...).

O que aconteceu com os outros eu não sei; sei o que aconteceu comigo. (...) naquela noite, comecei a orar como nunca tinha orado antes. Nem era ainda a oração em línguas; o que acontecia era que a oração vinha de dentro. (...) Eu não sabia explicar. O que sabia é que antes me faltava alguma coisa, que eu pensava ser a fé; porém, o que faltava agora não faltava mais. O vazio que existia estava inteiramente preenchido.

(...) um mês e meio depois, já no começo de 1972, fui a Campinas, em São Paulo, com dez jovens (...). Tivemos a oportunidade de fazer uma "Experiência de Oração" com Padre Haroldo, na Vila Brandina. Lá comecei a entender o que era a Renovação Carismática Católica, a Efluxão do Espírito Santo e seus Dons. Melhor ainda: entendi o que tinha acontecido comigo.

Naquele mesmo ano estávamos começando as Experiências de Oração no Espírito Santo, em Lorena (8).

A partir de 1980, a Renovação Carismática consolidou-se institucionalmente, espalhando-se por todo o território nacional, vindo a ocupar um espaço significativo na mídia, seja como objeto de notícias, seja como usuário dos meios de comunicação social(9).

Em 1980, Pe. Eduardo Dougherty fundou a Associação do Senhor Jesus (ASJ). Partindo da venda de material religioso, tal como livros de formação e de cânticos, tendo em vista atingir a realização de programas de TV. Logo em seguida foi criado o programa "Anunciamos Jesus", que em 1986, já cobria através de três redes de TV, 60% do território nacional. A partir de 1990, a ASJ fundou o Centro de Produções Século XXI, que possui três grandes estúdios de TV, na cidade de Valinhos, São Paulo. Atualmente possui um sistema televisivo próprio com objetivo de, em médio prazo, estar com



retransmissoras em todas as regiões do Brasil.

Também se destaca nos meios de comunicação a Comunidade Canção Nova. Iniciada em 1974 na cidade de Lorena, a Comunidade adquiriu em 1980, em Cachoeira Paulista, uma Rádio e mais adiante, em 1989, conseguiu uma concessão de TV. Através da Fundação João Paulo II, a Rede Canção Nova TV é o canal católico que mais cresce no Brasil, possui retransmissoras em todas as Regiões do país, estando também presente na Itália e Portugal.

É também a partir de 1990 que acontece a grande "explosão" da Renovação Carismática que atinge milhões de brasileiros. Antônio F. Pierucci e Reginaldo Prandi, por ocasião das eleições de 1994, realizaram um levantamento quantitativo sobre a Renovação Carismática no Brasil (Tabela 3)(10).

Religião	No. Total de fiéis (em milhões)
Católicos: Tradicionais	61,4
Carismáticos	3,8
CEBs	1,8
Outros Movimentos	7,9
Evangélicos: Históricos	3,4
Pentecostais	9,9
Kardecistas	3,5
Afro-brasileiros: Umbanda	0,9
Candomblé	0,4
Outras	2,0
Nenhuma	4,9

O resultado apresenta três milhões e oitocentos mil como o número de católicos carismáticos no conjunto da população brasileira adulta, sendo que 70% deles são mulheres; a maioria possui um expressivo contingente de donas de casa (24%), a maior parte dos que estão ocupados são funcionários públicos (22%).

Trata-se de um número muito elevado, pois era praticamente igual ao total de evangélicos que seguem as denominações protestantes históricas; sendo menos de um terço dos evangélicos pentecostais; o dobro dos católicos das comunidades eclesiais de base (CEBs); número similar ao de espíritas kardecistas; e quase três vezes o total dos adeptos das religiões afro-brasileiras(11).

Estudos mais recentes, contrariando alguns prognósticos da não expansão da base social da

Renovação para além da classe média, indicam que o movimento também chegou às camadas trabalhadoras dos bairros populares, onde há uma tendência ao crescimento acelerado(12).

Atualmente, a Renovação Carismática encontra-se presente em todos os Estados e também no Distrito Federal, com 285 coordenações (arqui)diocesanas organizadas e cadastradas junto ao Escritório Nacional.

Em estimativa feita no final deste ano de 2005, junto às coordenações estaduais da RCC, contabilizou-se como aproximadamente 20.000 o número de grupos de oração em todo o Brasil, isto sem contar as comunidades de vida, de aliança, associações e inúmeras outras atividades de apostolado, ligadas à RCC.

### Legendas

1-Síntese realizada a partir da obra de VOLCAN, Marcos Dione Ugoski. Renovação Carismática Católica: uma leitura teológica e pastoral. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

2-Nos últimos anos, surgiram alguns estudos sobre a história da Renovação Carismática no Brasil. Entre os mais recentes citamos a obra de Ronaldo de Sousa - Instituição e Carisma: relações de poder na RCC. Aparecida: Editora Santuário, 2004. - e a de Brenda Carranza - Renovação Carismática Católica: origens mudanças e tendências. Aparecida: Editora Santuário, 2000 -, que procura detalhar esta fase inicial, avaliando também que influência e contribuição ambos os padres desempenharam no rumo que o movimento terá a partir de Campinas.

3-CHAGAS, Cipriano, OSD. A descoberta do Espírito e suas implicações para uma transformação eclesial - um estudo sobre a Renovação Carismática. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, 1976, p. 46-47.

4-Cf. RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA. A espiritualidade da RCC. São José dos Campos: Fundec, s/d., p. 14. (Módulo 1, Encontro 1).

5-Cf. Cf. Idem, Ibid.

6-Cf. RAHN, Haroldo J.; LAMEGO, Maria. J. R. Sereis batizados no Espírito. São Paulo: Edições Loyola, 1972, p. 25.

7-Cf. CARRANZA, B. Op. cit. p. 33.

8-ABIB, Jonas. *Canção Nova: uma obra de Deus*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 16-17.

9-Cf. CARRANZA, B. *Op. cit.* p. 33.

10-Cf. PIERUCCI, Antonio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 211-237. Tudo indica que esta foi, até o momento, a principal pesquisa com dados estatísticos significativos sobre a Renovação Carismática no Brasil.

11-Cf. PRANDI, Reginaldo. *Op. cit.* p. 34.

12-Cf. MARIZ, Cecília Loreto. *Católicos da libertação, católicos renovados e neopentecostais*. In: CERIS. *Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base. Uma análise comparada*. Cadernos do CERIS, Ano 1, n. 2, p. 17-42, out. 2001.